



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Mariana Costa Carvalho

**Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização
do valor**

Rio de Janeiro

2019

Mariana Costa Carvalho

**Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização
do valor**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

C328 Carvalho, Mariana Costa

Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização do valor / Mariana Costa de Carvalho. – 2019.
112 f.

Orientadora: Rosângela Nair de Carvalho Barbosa.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Serviço Social.

Bibliografia.

1. Mercado de trabalho - Brasil - Teses. 2. Desenvolvimento econômico - Brasil -- Teses. 3. Brasil - Condições econômicas -- Teses. I. Barbosa, Rosângela Nair de Carvalho. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social.. III. Título.

CDU 331(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mariana Costa Carvalho

**Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização
do valor**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro.

Aprovado em 09 de julho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Rosângela Nair de Carvalho Barbosa (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dra. Ana Lúvia de Souza Coimbra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dra. Elaine Marlova Venzon Francisco
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

A minha linda e amorosa família, por todo companheirismo, respeito e por estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida, os felizes e os difíceis. Muito orgulho de vocês!

Um agradecimento especial ao meu filho, João Lucas, que a existência me completa e me faz buscar, diariamente, tentar ser uma pessoa melhor. Te amo!

À professora Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, por todo apoio e orientação na elaboração desta tese, sempre atenta nas leituras e partilhando seu admirável conhecimento e experiência acadêmica.

Aos professores Elaine Marlova Venzon Francisco, Mônica Maria Torres de Alencar, Ney Luiz Teixeira de Almeida, Ana Livia de Souza Coimbra e Ronaldo Vielmi Fortes, membros da banca examinadora pela apreciação da tese e por todos os diálogos, comentários e sugestões tão fundamentais na construção deste trabalho.

À professora Ana Livia, os agradecimentos vão além da fase do doutoramento, estendendo-se ao sentimento de gratidão por todo acolhimento, ensinamentos e amizade sincera construída desde a graduação. Saiba que você é parte fundamental na concretização deste e de muitos outros sonhos que realizei!

Aos amigos queridos, que tenho na vida e meus companheiros de doutorado, pelas tantas parcerias firmadas e por terem oferecido o ombro nos diversos momentos de fragilidade.

À CAPES pelo apoio mediante a concessão de bolsa de doutorado.

À UERJ, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, por me proporcionar a realização de um doutorado numa instituição de excelência acadêmica.

A importância da análise está num fato simples: ela permite detectar um drama crônico, que não é da essência do capitalismo em geral, mas é típico do capitalismo dependente. As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da 'conciliação'.

Florestan Fernandes

RESUMO

CARVALHO, Mariana Costa. **Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização do valor**. 2019. 287 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O objetivo desta tese foi pesquisar as formas assumidas pelo trabalho, no Brasil, a partir dos anos 1980, delineando os fundamentos, as principais características assumidas, tendo, em conta, as tendências históricas da formação social e econômica brasileira, bem como as novas exigências do valor. Recorremos ao estudo das determinações do valor e da crise do capital, delineando as marcas particulares, no Brasil, que conformam um “lugar” de dependência e de periferia, na divisão internacional do trabalho. A pesquisa possibilitou conhecer as relações entre padrão de produção nos ciclos capitalistas e as reviravoltas no trabalho, identificando as formas históricas, reproduzidas no mercado de trabalho em fase de financeirização do capital e crise de realização do valor, permitindo o entendimento entre a particularidade brasileira e a totalidade social. A análise dos dados de instituições oficiais do mercado de trabalho, no Brasil, entre 1980 e 2018, apontam, como principais características, o aumento: do desemprego, da informalidade e da flexibilização das relações de trabalho. Alguns aspectos verificados, na composição atual da força de trabalho no Brasil, são: o gradual processo de envelhecimento e uma trajetória de elevação da escolaridade. Essa realidade demonstra que a precarização atinge, também, aos postos formais mais escolarizados e não, apenas, os postos informais e de baixa qualificação. Os dados mais recentes do mercado de trabalho, no Brasil, apontam que os índices mais elevados de desocupação atingem à população mais jovem, com ensino médio incompleto e não brancos (legado da escravidão). Apesar do aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, persiste a renda inferior a dos homens, ainda que as mulheres possuam maior escolaridade. Em síntese, a quadra história pesquisada demonstrou o esgotamento do período desenvolvimentista, com retração da regulação do Estado e das perdas nos direitos dos trabalhadores. Além do aumento das desigualdades sociais e concentração de renda, destacamos a permanência das contradições históricas brasileiras e a reprodução dos elementos da formação social e econômica no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Valor. Crise do capital. Padrão de desenvolvimento. Formação social e econômica. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

CARVALHO, Mariana Costa. **Work in Brazil: historical trends and new demands for value realization**. 2019, 287 f. Thesis (Doctorate in Social Work) - Center for Social Sciences, Faculty of Social Work, Postgraduate Program in Social Work, Rio de Janeiro State University, Rio de Janeiro, 2019.

This study aims to develop forms of labor in Brazil, from 1980, outlining the fundamentals and as main characteristics assumed, and taking into account the historical projections of the Brazilian social and economic formation and as new demands of value. We resort to the determination measures of value and the crisis of capital, outlining the particular brands in Brazil that conform to a “place” of dependence and periphery in the international division of labor. In the research, we found traditional forms of production in the capitalist markets and revitalize the labor, identifying how the historical forms reproduced the labor market in the financialization phase of capital and the crisis of value realization, allowing the understanding between a Brazilian and the social totality. An analysis of labor market data in Brazil between 1980 and 2018 pointed to main features of rising unemployment, informality and relaxation of labor relations. Some processes have verified the current workforce in Brazil as the gradual process of a schooling career, demonstrating that precariousness is also in the most informed states and not just the informative and low audience. The highest rates about labor market in Brazil were the ones that showed the most unemployment, affecting a younger population, with a lower level of education and not white people (legacy of slavery). However, the increase in women's insertion in the labor market is still higher than men, even though women have higher education levels. In short, a four story researched demonstrated the exhaustion of the developmental period, with the retraction of state regulation and actions on workers' rights. In addition to the increase in social inequalities and income concentration, there is the permanence of Brazilian historical contradictions and the generation of social and economic elements in the labor market.

Keywords: Value. Crisis of capital. Development standard. Social and economic formation. Job market.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Taxas de Desemprego, segundo tipos, da Região Metropolitana de São Paulo (1985 a 2013).....	213
GRÁFICO 2 -	Taxa de Desemprego Aberto.....	219
GRÁFICO 3 -	Emprego.....	219
GRÁFICO 4 -	Emprego na Indústria.....	220
GRÁFICO 5 -	Emprego no Comércio.....	220
GRÁFICO 6 -	Emprego nos Serviços.....	221
GRÁFICO 7 -	Rendimento Médio Real: Comércio – INPC.....	221
GRÁFICO 8 -	Rendimento Médio Real – Serviços INPC.....	222
GRÁFICO 9 -	Taxa de Desemprego Aberto – PME.....	223
GRÁFICO 10 -	Emprego – PME.....	223
GRÁFICO 11 -	Emprego na Indústria – PME.....	224
GRÁFICO 12 -	Emprego nos Serviços – PME.....	225
GRÁFICO 13 -	Emprego no Comércio – PME.....	225
GRÁFICO 14 -	Grau de Informalidade (em %).....	226
GRÁFICO 15 -	Brasil Metropolitano: Evolução do Nível de Ocupação.....	228
GRÁFICO 16 -	Brasil: Evolução do Emprego Formal (2003 a 2007).....	231
GRÁFICO 17 -	Evolução da Geração do Emprego (2003 a 2007).....	232
GRÁFICO 18 -	Evolução do Saldo do Emprego segundo Sexo e Grau de Instrução no Brasil (2007).....	233
GRÁFICO 19 -	Evolução do Saldo do Emprego segundo Faixa Etária no Brasil (2003 a 2007).....	234
GRÁFICO 20 -	Taxas de Participação na PEA por Sexo no Brasil de 1950 a 2010.....	236
GRÁFICO 21 -	Variação Absoluta do Emprego Formal, segundo Setores de Atividade Econômica no Brasil (2007).....	237
GRÁFICO 22 -	Taxa de Desocupação das Pessoas de 14 anos ou mais de Idade, na Semana de Referência, por Sexo, segundo as Grandes Regiões – 4º Trimestre de 2017.....	241

GRÁFICO 23 -	Taxa de Desocupação por nível de instrução no Brasil (2012 a 2017).....	242
GRÁFICO 24 -	Taxa de Desocupação por Cor ou Raça no Brasil.....	243
GRÁFICO 25 -	Taxa de Desocupação das Pessoas de 14 anos ou mais de Idade, na semana de Referência, por Sexo, segundo as grandes Regiões (4º trimestre de 2017).....	243
GRÁFICO 26 -	Evolução do Saldo de Emprego, segundo Faixa Etária (2003 a 2014).....	246
GRÁFICO 27 -	Distribuição dos Ocupados por Raça/Cor segundo Posição na Ocupação na Região Metropolitana de São Paulo (2016).....	258
GRÁFICO 28 -	Evolução da ocupação, por contribuição previdenciária, em qualquer trabalho no Brasil (2º trimestre de 2017 ao 4º trimestre de 2017).....	262
GRÁFICO 29 -	Evolução do número de admitidos e desligados com carteira assinada no setor privado: Brasil (janeiro de 2015 a dezembro de 2017).....	263
GRÁFICO 30 -	Brasil: Número de admitidos e desligados com carteira de trabalho assinada no setor privado (2014 a 2017).....	263

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição da População Total segundo local de residência e tamanho das cidades no Brasil (1940, 1960, 1970 e 1980).....	185
Tabela 2 -	Taxas de crescimento do produto e do emprego industrial e elasticidade produto/emprego no Brasil.....	193
Tabela 3 -	Distribuição da força de trabalho, segundo os grandes setores de atividade econômica (em %) – Brasil (1960-2010).....	215
Tabela 4 -	Crescimento do Consumo Público e Privado e do Investimento (2003 a 2008).....	229
Tabela 5 -	Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, segundo Sexo e Grau de Instrução no Brasil (2006 e 2007).....	233
Tabela 6 -	Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, segundo faixa Etária no Brasil (2006 e 2007).....	234
Tabela 7 -	Taxa de Atividades dos Trabalhadores com 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo os grupos de Idade e a Cor ou Raça no Brasil (2000 a 2010).....	235
Tabela 8 -	Número de Empregos, Variação Absoluta e Relativa no Brasil	244
Tabela 9 -	Brasil: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa (1990/2016).....	249
Tabela 10 -	Brasil: Número de Empregos Formais por Tipo de Vínculo (2010 a 2016).....	250
Tabela 11 -	Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Setor Econômico (2010/16).....	252
Tabela 12 -	Brasil: Emprego, segundo Sexo nos anos de 2010 a 2016.....	253
Tabela 13 -	Brasil: Emprego, segundo a Faixa Etária (2010 a 2016).....	254
Tabela 14 -	Brasil: Emprego, segundo Escolaridade (2010/16).....	256
Tabela 15 -	Brasil: Emprego, segundo Raça/Cor (2010/16).....	257

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	Empreendimento de Economia Solidária
EIR	Exército Industrial de Reserva
EUA	Estados Unidos da América
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INTECOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MEI	Microempreendedor Individual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP's	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OXFAM	Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford de Combate à Fome)
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa Jurídica

PLC	Projeto de Lei Complementar
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEDETEC	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	AS DETERMINAÇÕES DO VALOR E A CRISE NO METABOLISMO DO CAPITAL: REFERÊNCIAS PARA INVESTIGAR O TRABALHO NA ATUALIDADE.....	36
1.1	Mercado de trabalho capitalista na formação social brasileira: mediações para a investigação das transformações recentes.....	37
1.2	Valor e dinâmica imanente do capital.....	66
1.3	A formação social e econômica como particularidade e totalidade social.....	108
1.4	Os tempos históricos, os ciclos de acumulação capitalista e a crise.....	114
2	MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA E A UNIVERSALIDADE SISTÊMICA.....	147
2.1	Elementos sobre o “lugar” de dependência e periferia do Brasil no modo de produção capitalista: as contribuições de Ruy Mauro Marini e Florestam Fernandes.....	147
2.2	A economia agroexportadora escravista e a transição para a força de trabalho livre: heranças para a configuração do mercado de trabalho nacional.....	161
2.3	O ciclo desenvolvimentista e a constituição do mercado de trabalho urbano (1930-1979).....	182
2.4	O ciclo neoliberal, a redemocratização e o fenecimento do desenvolvimentismo no contexto da crise de realização do valor.....	198
3	O TRABALHO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1980-2018.....	206
3.1	Decênio 1980 a 1989: o trabalho na década perdida.....	209
3.2	Decênio de 1990 a 1999: a queda do trabalho industrial, a heterogeneidade do mercado e a reprodução da informalidade do trabalho.....	217
3.3	Decênio 2000 a 2009: a perenidade da desestruturação do mercado de trabalho.....	227
3.4	Octênio 2010 a 2018: nova etapa da flexibilização das relações de trabalho.....	240
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
	REFERÊNCIAS.....	276

INTRODUÇÃO

Este estudo inscreve-se no rol de análises sobre o campo do trabalho, em especial, sobre as formas assumidas pelo trabalho, no Brasil, ao longo de sua trajetória de industrialização e no contexto da inflexão do modelo industrializante da década de 1980, no quadro da crise do capital.

O objetivo desta tese¹ foi pesquisar as formas assumidas pelo trabalho, no Brasil, a partir dos anos 1980, delineando os fundamentos e as principais características assumidas, tendo em conta as tendências históricas da formação social e econômica brasileira e as novas exigências de realização do valor.

Consideramos que a mudança no padrão de produção de valor nos ciclos capitalistas provoca reviravoltas no trabalho, aprofundando a exploração da força de trabalho e o estranhamento do trabalhador. A pesquisa percebeu a importância de analisar a relação entre “padrão de produção” e “forma de trabalho”, exatamente porque elas são resultadas das exigências de realização do valor, de modo que o tipo de trabalho demandado (e sua regulação) sofre modificações de tempos em tempos, no contexto dos movimentos cíclicos do capital.

O modo de produção capitalista, historicamente, realiza-se por meio de elementos particulares das diversas formações sociais numa diversidade que viabiliza a universalidade da produção de mais-valor e sua ampliada reprodução. Nessa direção, a pesquisa voltou-se para a compreensão dos elementos da formação social e econômica brasileira, que estruturam o mercado de trabalho. A perspectiva foi perceber como os elementos estruturais, da particularidade da formação histórica brasileira, contribuem para a articulação de dado perfil histórico do mercado de trabalho, bem como das novas formas de trabalho. Ao mesmo tempo, questionava-se se a atual fase mundializada do capitalismo, aberta a partir da década de 1980, traria inovações retumbantes a ponto de superar outras determinações, como a referente à tipicidade da formação do mercado de trabalho livre, no Brasil.

A hipótese apresentada, no início da pesquisa, era de que nessa fase atual, com a crise de realização do valor, os elementos estruturantes da formação social e

¹ A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

econômica brasileira – referente à constituição do trabalho livre e do mercado de trabalho, são negativamente aprofundados como aportes para a superexploração do trabalho. As principais marcas das transformações do trabalho, no mundo capitalista nessa quadra histórica, envolvem maior expressão de informalidade², precarização³ e flexibilização das relações de trabalho⁴, que articuladas contemporizam, ainda que temporariamente, a crise por mais-valor. No entanto, apreciando a história do trabalho no Brasil, a pesquisa evidenciou que as marcas assemelhadas atravessam a trajetória do trabalho livre no país, desde as ações mais contundentes de regulamentação nacional, a partir de 1930. Ou seja, o problema do trabalho, no Brasil, é passível de compreensão, quando apreendido na particularidade e na totalidade social, na conexão das variáveis descritivas do mercado de trabalho, com a crítica ao valor, relacionada ao modo como convertem a experiência histórica em movimento comum de continuidade e descontinuidade.

De modo geral, esta tese dá continuidade às reflexões que desenvolvemos ao longo da graduação e pós-graduação, em Serviço Social. Primeiro, por meio de vinculação acadêmica, na graduação, na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora – INTECOOP/UFJF, participando de atividades de mobilização e formação de coletivos de trabalho autogestionário como bolsista de Iniciação Tecnológica e estagiária (estágio curricular obrigatório). Posteriormente, no âmbito de mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, com a elaboração da dissertação intitulada “Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da

² A informalidade refere-se à atividade laborativa realizada pelo trabalhador sem direitos trabalhistas e sem proteção social. De acordo com Amaral (*et al*), refere-se ao trabalho precário, ou seja: parcial, tempo determinado, não registrado, não-regulamentado.

³ A precarização é um processo de “institucionalização” da instabilidade do trabalho caracterizado pelo crescimento da informalidade. Segundo Pochmann (2002), chama-se de precarização do trabalho a qualidade dos trabalhos criados a partir dos anos 1980 e 1990, no contexto das dificuldades de realização do valor, quando se evidencia a redução na capacidade de geração de novos empregos formais, destruição de ocupações contratualmente formais (“carteira assinada”), diminuição do poder de compra dos salários, ampliação da subutilização da força de trabalho, rotatividade dos empregos e ocupações, insegurança no campo da proteção social, queda do poder de barganha dos trabalhadores e diminuição da organização sindical combativa (POCHMANN, 2002). A informalidade e a precarização se apoiam na diminuição dos custos da produção (tempo gasto e custo com trabalhador), a partir da flexibilização das relações do trabalho.

⁴ Flexibilização das relações de trabalho diz respeito às alterações políticas e institucionais que acompanharam as mudanças estruturais da produção e reprodução do capitalismo e que tiveram desdobramentos no mercado de trabalho: a flexibilização dos regimes de trabalho (jornadas, salários, mobilidade funcional) e a flexibilização/desregulamentação do sistema legislativo nacional de proteção ao trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (COSTA, 2003).

experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão⁵, e como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

A Universidade Federal de Juiz de Fora possui protagonismo nas experiências de economia solidária no país. Em 1998, foi implantada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - INTECOOP/UFJF, projeto de extensão de apoio à formação de cooperativas e associações populares, com o objetivo de constituir-se em espaço de: mobilização, organização, formação política dos trabalhadores e formalização do empreendimento. Objetivava, ainda, a geração de trabalho e renda, a partir dos princípios da economia solidária de grupos populares de Juiz de Fora e região. Na época, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico – SEDETEC.

As incubadoras de empreendimentos populares expressam a efetivação da integração entre universidade e sociedade, através da extensão universitária, criando um mecanismo de transferência de tecnologia para a comunidade. A INTECOOP/UFJF esteve ativa por cerca de 12 anos, desenvolveu ações de destaque no município de Juiz de Fora e região. Entretanto, com o processo de desmantelamento das atividades de extensão voltadas aos trabalhadores e crises institucionais, pelas quais tem passado as universidades públicas, ela se extinguiu.

No ano de 2016, a Incubadora retoma suas atividades vinculada à Pró-Reitora de Extensão da UFJF, mantendo seu objetivo de orientar a formação de cooperativas e associações populares. Retornando como um projeto de extensão universitária e, a partir de 2018, constituindo-se como programa de extensão. No seu desenvolvimento, são promovidas ações de ensino com os estudantes. Ao impulsionar essa dimensão, torna-se um elo, na busca de elementos teóricos para o desenvolvimento da pesquisa, tanto no campo da graduação, quanto na pós-graduação, em seus vários níveis.

A inserção acadêmica na INTECOOP/UFJF, enquanto estagiária e bolsista de iniciação tecnológica, na assessoria a grupos cooperativados e associados, assim como os estudos realizados sobre a temática na graduação, permitiram-nos identificar que, naqueles coletivos a autogestão, não chegou a se constituir efetivamente. Uma relevante experiência, foi a coordenação de projeto de extensão

⁵ Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Livia de Souza Coimbra.

intitulado “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INTECOOP/UFJF” – reafirmação da extensão universitária como importante campo de fortalecimento de coletivos populares de geração de renda”. A partir das atividades como professora substituta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, entre maio de 2016 e maio de 2018.

Vale ressaltar que permanece a vinculação com as ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, atualmente na coordenação de projeto de extensão da ITCP na Universidade Federal de Viçosa – UFV, após entrada em exercício como professora efetiva do curso de Serviço Social desta instituição em setembro de 2018.

No mestrado, o estudo voltou-se para outra forma de organização do trabalho auto gestor, especificamente, as empresas recuperadas oriundas de massa falida sob o regime de autogestão. Naquelas organizações fabris, apesar do alcance do processo de produção e de circulação, assim como o número de trabalhadores ocupados ser maior do que nas cooperativas e nas associações populares que formam a maior parte da economia solidária, existia um ponto em comum: a produção e a circulação sofriam a mesma limitação imposta pela circulação de mercadorias do sistema do capital. De modo que fui apreendendo, também, na observação empírica, que a dinâmica do valor orienta a totalidade social, não sendo possível isentar as experiências auto gestórias, como queria fazer crer o discurso do grupo social envolvido.

Para o doutoramento, apresentamos uma proposta inicial de estudo - na seleção de doutorado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ – que tinha o objetivo analisar a formação da consciência de classe e seu sentido emancipatório, a partir do estudo da trajetória política dos trabalhadores de uma unidade fabril recuperada oriunda de massa falida, sob regime de autogestão, no marco das propostas de superação do trabalho subordinado, no contexto brasileiro de desemprego estrutural. A ideia era dar continuidade às reflexões sobre as experiências brasileiras de fábricas recuperadas por trabalhadores.

Todavia, considerando os estudos e reflexões realizados no decorrer de três semestres de doutoramento, foi possível evidenciar debilidades teóricas naquela proposição e realizamos um redirecionamento da proposta inicial apresentada para a pesquisa da tese. A principal debilidade teórica evidenciada foi a incoerência de

propor uma pesquisa com o foco na formação da consciência de classe de trabalhadores, diante da crítica realizada no mestrado das experiências autogestionárias brasileiras. Outro dado relevante, para o redimensionamento do objeto de pesquisa, foi a aproximação dos estudos de Moishe Postone⁶, que nos levou a refletir sobre a consideração do *valor* como sujeito. Como desdobramento dessa aproximação teórica, esta pesquisa buscou centralidade na discussão da teoria *valor-trabalho*, em detrimento da centralidade das experiências organizativas do conjunto dos trabalhadores. Tratando-se, portanto, de uma opção teórica de abordagem do objeto de estudo não significando, de forma alguma, a desconsideração da luta dos trabalhadores na sociedade capitalista. Dessa forma, o leitor não encontrará a discussão dos sujeitos coletivos, muito menos, os planos de defesa de luta das centrais sindicais que, apesar de considerada, será apenas sinalizada.

A investigação que aqui se apresenta é, portanto, resultado de um movimento de idas e vindas, dentro do universo teórico das discussões sobre o mundo do trabalho.

A OIT – Organização Internacional do Trabalho (2013), tem demonstrado que a mundialização do capital provocou a mundialização de trabalhos precários, degradando as condições e as relações de trabalho de menor qualidade, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países subdesenvolvidos. Dados sobre a Europa e os Estados Unidos (E.U.A) aferem que o desemprego e a precarização do trabalho não atingem, apenas, os países de economias periféricas do capitalismo dependente, impactando, também, as economias capitalistas centrais.

Nos países da Europa houve aumento ininterrupto do desemprego entre 2008 e 2011, passando de 8,4 % para 15,1 %, em relação à População Economicamente Ativa – PEA, sendo as taxas mais dramáticas na Espanha, 21,7%, seguida da Grécia, 17,4% e da Irlanda, 14,4% (IPEA, 2012). Nos E.U.A, apesar do PIB voltar a crescer em 2009, apresentou um crescimento frágil, por estar calcado em bases desiguais, sendo que a taxa de desemprego está caindo muito gradualmente. Um estudo publicado pelo IPEA, no início de 2012, mostrou que, nos 12 meses anteriores, 1,7 milhão de novos empregos não agrícolas foram criados nos EUA, totalizando 132,4 milhões de pessoas nesses postos. Número bem inferior aos 138

⁶ A partir de disciplinas cursadas no programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, ministradas pelo Prof. Dr. Mario Duayer de Souza.

milhões do início de 2008. Em janeiro de 2012, houve registro de 15,2% de taxa de desemprego total, sendo que cerca de 42% dos desempregados estavam procurando emprego há mais de 6 meses, taxa acima do ano de 2007, que estava situada entre 15% e 20% (IPEA, 2012).

No início do século XXI, Pochmann (2002), embasado pelos estudos da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, sinalizava que, a médio prazo, nem mesmo um rápido retorno ao crescimento, de maneira sustentada e durável, seria suficiente para a redução da taxa de desemprego na Europa, dada a gravidade das transformações tecnológicas poupadoras de trabalho vivo. Os E.U.A, apesar de possuírem taxas relativamente menores de desemprego, o emprego gerado tem, como característica: a baixa produtividade e qualificação, a redução de salários, o crescimento do emprego parcial, com tempo determinado, e a elevação da jornada de trabalho.

Diversos estudos analisados por Pochmann (2002) realizaram comparação do desempenho da Europa com os Estados Unidos e vários autores consideram impossível a intervenção de políticas econômicas, dedicando-se aos estudos das variáveis endógenas e das políticas voltadas para o mercado de trabalho. Nessa direção, os trabalhos da OCDE reduzem as políticas e as margens de ação à melhora do funcionamento do mercado de trabalho, mais especificamente, da sua flexibilização (POCHMANN, 2002).

Embora a precarização das relações de trabalho e o desemprego sejam tendências mundiais, que vêm se intensificando, é necessário ressaltar que os impactos recaem, mais fortemente, sobre os países periféricos, como é o caso dos países na América Latina, devida a histórica desestruturação de seu mercado de trabalho e a dependência de capital estrangeiro.

A América Latina tem amargado draconianas desqualificações das condições de suas relações de trabalho. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, nos últimos anos vêm ocorrendo intensas transformações na estrutura do emprego na América Latina, tendo sido possível à entidade antever que “[...] cerca de um milhão de pessoas ficarão (ficaria) sem emprego durante 2017 na América Latina e no Caribe, o que pode elevar para mais de 26 milhões o número de desempregados na região” (OIT, 2017, p. 1). As previsões indicavam, ainda, que “[...] a taxa de desemprego na região latino-americana poderia aumentar de 8,1% a 8,4%, devido ao débil crescimento projetado para as economias da região” (OIT,

2017, p. 1), sendo as taxas mais altas da última década, o que se confirmou de fato. A OIT ainda sinalizava que o crescimento de 1,1%, calculado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL para a região, não é suficiente para modificar as tendências negativas do mercado de trabalho.

Em paralelo a esse quadro, verificamos o aumento da concentração de rendas, demonstrando que a finalidade capitalista avança nos processos estruturantes de desigualdade social, com a queda da renda do trabalho, que é parte da maior pilhagem já realizada sobre os postos de trabalho, após a conjuntura do Pós-Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o Relatório da OXFAM, “[...] o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%” (OXFAM, 2017, p. 9 e “[...] apenas 8 bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população do planeta. Por outro lado, a pobreza é realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo. Trata-se de uma situação extrema” (OXFAM, 2017, p. 9). Em relação à renda, “[...] a grande maioria dos brasileiros tem uma renda média *per capita* de até um salário mínimo por mês. Considerando os valores de 2015, ano da última PNAD, seis em cada 10 pessoas têm uma renda domiciliar *per capita* média de até R\$ 792,00 por mês” (OXFAM, 2017, p. 9).

De fato, 80% da população brasileira – 165 milhões de brasileiros e brasileiras – vivem com uma renda *per capita* inferior a dois salários mínimos mensais (OXFAM, 2017, p.18). E, ainda, “[...] por outro lado, uma parcela pequena da população tem rendimentos relativamente altos. Os 10% mais ricos do Brasil têm rendimentos domiciliares *per capita* de, em média, R\$ 4.510,00, e o 1% mais rico do País recebe mais de R\$ 40.000,00 por mês” (OXFAM, 2017, p.19).

Nesse cenário, surgem propostas como a de *formalizar a informalidade* do trabalho, apresentada como estratégia do trabalho da OIT para a América Latina e Caribe para os próximos anos. Formalizar a informalidade envolve, para a agência, um período de contrastes sociais, como menciona no início da década (OIT, 2013). Segundo a Diretora Regional da OIT para a América Latina e Caribe, existe uma clara correlação, nessa região, entre a informalidade e a desigualdade, exatamente porque, se uma grande parte dos trabalhadores encontra-se em trabalhos não regulados publicamente (informais), perpetuam-se os ciclos de pobreza (OIT, 2013). Ainda que limitada, essa visão de desigualdade social, é importante por conta dos

nossos argumentos sobre a hiperegressividade do quadro sobre a América Latina, tendo em vista o passado histórico.

No documento “Avanços e Perspectivas 2013”, do Escritório Regional da OIT, destacou-se que a informalidade é “[...] a maneira em que a desigualdade se reproduz através do mercado de trabalho já que milhões de pessoas ficam sem direitos nem proteção”. Acrescenta, ainda, que no trabalho informal estão presentes aspectos como “[...] maior exposição a acidentes e doenças vinculadas com o trabalho, uma maior incidência de trabalho infantil e maiores níveis de discriminação por idade, gênero e etnia” (OIT, 2013, p. 1).

De acordo com o relatório da OXFAM, “[...] a renda média do homem brasileiro era de R\$ 1.508,00 em 2015, enquanto a das mulheres era de R\$ 938,00” (OXFAM, 2017, p. 23), mantendo a tendência dos últimos 20 anos. Na busca pelo viés da raça, observamos uma situação ainda mais grave para a população negra. “Com base nos mesmos dados, entre as pessoas que recebem até 1,5 salário mínimo, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos” (OXFAM, 2017, p. 24). As desigualdades de raça e sexo somam-se à disparidade regional da renda. “Os maiores rendimentos estão concentrados em municípios do Sudeste e do Sul do país [...] o Centro-Oeste também tinham rendas médias relativamente altas [...] o Norte e o Nordeste abrigavam a maior parte dos brasileiros com baixa renda” (OXFAM, 2017, p. 25).

O avanço e a violência desses processos sociais merecem ser melhor conhecido e analiticamente aprofundados, sobretudo, porque, no capitalismo, o trabalho é o meio para reprodução social, inexistindo outra alternativa aos indivíduos expropriados dos meios de produção para levar a vida à frente.

Segundo Mészáros (2002), o traço marcante do capitalismo é a total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, ou seja, tornar a produção mercantilizada da riqueza à finalidade da humanidade, abstraindo das coisas úteis o mais-valor sob a supremacia, claro, do segundo em relação ao primeiro. Para que essa lógica funcione, o capital deve exercer comando sobre o trabalho e os meios de produção, o que se realiza em padrões diferentes no transcurso do tempo, mas preservando suas leis gerais de acumulação.

Importante também reconhecer as diferenças entre o desenvolvimento capitalista originário e o desenvolvimento capitalista na América Latina. Por isso,

mesmo que esta pesquisa dê relevo à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e de dependência na divisão internacional do trabalho, como uma alavanca teórica capaz de acentuar os aspectos econômicos do subdesenvolvimento e os processos políticos de dominação dos países, no âmbito do próprio metabolismo social do capital. Como consequência, a dependência passa a ser o traço histórico peculiar do particular desenvolvimento capitalista, no Brasil (MÉSZÁROS, 2002).

Para Francisco de Oliveira (2013a), a singularidade brasileira, no sistema social, não é a de uma *evolução truncada do desenvolvimento capitalista*, como difundiu a CEPAL, e, sim, a dependência que viabiliza as formas econômicas capitalistas internamente, através da conjunção de um lugar na divisão internacional do trabalho capitalista, associadamente à reprodução da dominação da elite interna. Nesse sentido, o termo subdesenvolvimento não carrega neutralidade. “[...] ele revela, pelo prefixo “sub”, que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista, portanto hierarquizada, sem o que o próprio conceito não faria sentido” (p. 128).

Diante do dilema de um capitalismo *por se fazer*, mesmo que *já sendo*, é que é interessante pensar as teorias de análise da dependência que explicam a formação dos países não-cêntricos, por meio da crítica às previsões decorrentes das análises cepalinas.

João Manuel Cardoso de Mello (1998) traz uma rica contribuição para o debate, ao realizar uma crítica sobre o paradigma cepalino, tão fortemente presente no Brasil, na década de 1940. Para o referido autor, a economia política da Cepal faz investigação da problemática da industrialização nacional, considerando uma situação periférica. Situa, ainda, a problemática da industrialização na antinomia entre a constituição da nação e a divisão internacional do trabalho. Esta, por sua vez, a converteu em periferia, ou seja, a economia obedecia um comando central, pois, a dinâmica respondia à demanda externa.

Essa leitura significa que as economias periféricas constituem-se como prolongamentos das economias centrais, não podendo, portanto, serem consideradas como economias nacionais, sendo condenadas à miséria são, assim, frustradas qualquer tentativa de crescimento.

A economia política da CEPAL surge para explicar o processo de industrialização entre 1914 e 1945, tendo seu marco inaugural no Estudo Econômico da América Latina, de 1949. Neste trabalho, apresentaremos que o pensamento

social latino-americano, em que todo o arcabouço analítico, assenta-se na ideia de desenvolvimento desigual da economia mundial. Isso significa que o progresso técnico é propagado de forma desigual, ou seja, há conformação de uma estrutura da economia mundial, de uma divisão internacional do trabalho que tem, de um lado, o centro (conjunto das economias industrializadas) e; de outro, a periferia (economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas aos países centrais). Para o autor, “a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica” (MELLO, 1998, p. 20).

As implicações fundamentais deste estilo de análise proposto são bastante claras: 1) o desenvolvimento latino-americano não é um desenvolvimento qualquer, mas um **desenvolvimento capitalista**; 2) o desenvolvimento capitalista na América Latina é **específico, porque realizado numa “situação periférica nacional”**. É disto, na verdade, que o conceito de dependência pretendeu dar conta (MELLO, 1998. p. 25, grifos do autor).

Em verdade, como aborda Oliveira (2013a), a passagem da economia de base agrário-exportadora, para a urbano-industrial, reproduz as condições da expansão capitalista. Ocorre através de um complexo de soluções, que se apoia numa enorme contingente de força de trabalho e de oferta de terras, para a produção econômica, através da ação do Estado, que construiu a infraestrutura produtiva, principiando pela rede ferroviária. A um só tempo, esse complexo operou como uma forte “acumulação primitiva”⁷.

Esse movimento analítico possibilita ver a especificidade latino-americana como parte da totalidade capitalista, ao mesmo tempo, que funcional à mesma.

⁷ Marx elaborou esta categoria para descrever a expropriação dos camponeses, a pirataria, as variadas legislações inglesas sobre os pobres e a rapinagem do sistema colonial. Visava explicar os processos sociais levados à frente pelos países que lideraram as protoformas do mercantilismo e da revolução industrial, como uma das condições prévias para a denominada acumulação primeira. Ou seja, expropriação social, anteriormente à acumulação, produzida nas condições do próprio capital, por meio do mais-valor. Neste caso mencionado no parágrafo acima, não ocorre expropriação da propriedade; o que é expropriado é o excedente que se forma pela posse transitória da terra. E, ainda, a acumulação primitiva não ocorre, apenas, na gênese do capitalismo, sendo estrutural (OLIVEIRA, 2013a). Mandel (1982) discorre sobre os processos de acumulação primitiva na atualidade, situando que eles se manifestam dentro da estrutura do modo de produção capitalista e de um mercado mundial capitalista, já estabelecido, estando, portanto, em constante competição. “O crescimento e a difusão internacional do modo de produção capitalista nos últimos dois séculos constitui, assim, uma *unidade dialética de três momentos*: a) acumulação de capital em andamento, no âmbito de processos de produção já capitalistas; b) acumulação primitiva de capital em andamento, fora do âmbito de processos de produção já capitalistas; c) determinação e limitação do segundo momento pelo primeiro, isto é, de luta e competição entre o segundo e o primeiro” (MANDEL, 1982, p. 31, grifos do autor).

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo (OLIVEIRA, 2003a, p. 32-33).

De acordo com Oliveira (2013a), as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela própria expansão do capitalismo mundial, como reserva de acumulação primitiva do sistema global e, nesse sentido, o intento dos estudiosos críticos do capitalismo, na América Latina, era desenvolver uma teoria sobre o capitalismo no Brasil. A tese do autor é que a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos como a expansão da economia capitalista. Mas, essa expansão não reproduz o modelo clássico do capitalismo dos países desenvolvidos, contudo, incorpora a advertência de não tornar o “classicismo”, do modelo ocidental, como “regra estrutural” (OLIVEIRA, 2013a).

Por isso, inclusive Guimarães (2009), na esteira dessa crítica, buscou evidenciar que “[...] a reprodução das formas não-capitalistas de trabalho era parte constitutiva das necessidades do desenvolvimento do capital” (p. 6); ou “[...] como as formas não-capitalistas de produção e de trabalho eram funcionais à reprodução do capital” (p. 6). Como desdobramento, evidenciou-se que as chances de obtenção das oportunidades ocupacionais são socialmente construídas, por isso, a América Latina se industrializa, sem que sejam generalizadas formas institucionais típicas do trabalho assalariado dos países, que primeiro se industrializaram, como o emprego regulado publicamente (contrato jurídico e proteção social).

Os estudos sobre o mercado de trabalho ilustram bem esse traçado histórico, se o tomarmos com maior atenção investigativa. Os dados produzidos, nesse campo de estudos, centraram-se no entendimento da estrutura do emprego⁸, alguns enfatizando comparações entre as diferentes descrições de tipo *cross-section* ou dados de corte transversal (amostras de dados usados em estatística que não considera apropriado o uso de amostragem aleatória). As análises, de inspiração

⁸ De maneira geral, a análise da estrutura do emprego considera a distribuição de postos de emprego por áreas da economia em relação, distribuídos por: sexo, nível educacional, idade, posição no domicílio, setor de atividade e posição na ocupação. As exigências tecnológicas das áreas/ramos, a distribuição regional, a organização sindical, a remuneração e a estabilidade/rotatividade dos trabalhadores também podem ser considerados nos referidos estudos. Além de um retrato da distribuição quantitativa e qualitativa do trabalho contratual, permite, ainda, apontar elementos para pensar a relação entre desemprego, pobreza e desigualdade (BARROS *et al.*, 1997).

marxista sobre a “marginalidade social”⁹, foram as divisoras de águas nos estudos do mercado de trabalho. “A elas devemos o esforço sociológico no sentido de teorizar de maneira sistemática acerca da particular heterogeneidade que caracterizaria o trabalho na América Latina” (GUIMARÃES, 2009, p. 6).

A referida pesquisadora, enfatiza a importância da formação de um pensamento que abarque as especificidades latino-americanas. Além disso, ressalta que o mercado de trabalho, apesar de apresentar um revigoramento atual nos estudos das ciências sociais, abarca uma trajetória incerta, com idas e vindas no debate acadêmico, nas últimas décadas. Nas palavras da autora, os estudos dos mercados de trabalho estruturaram, inicialmente, como “[...] área de confluência entre diferentes linhagens e tradições acadêmicas” (GUIMARÃES, 2009, p. 03), considerando: a estratificação social, a sociologia das ocupações, a sociologia industrial, a sociologia das organizações e a economia do trabalho.

Nesse processo de aperfeiçoamento das investigações, deve-se ter em conta o ponto de partida, situado nos anos 1950. Nesta época, isto é, no conjunto das sociedades capitalistas do pós-Segunda Guerra Mundial, conjuntura em que houve o pleno sistema produtivo em expansão, ganhou-se força a atenção ao mercado de trabalho, dentro do quadro fordista. Como a narrativa dominante era de que o mercado constituía-se no mecanismo central de distribuição social, essa visão era

⁹ O termo vincula-se ao pensamento que explica a pobreza e o desemprego na América Latina pela fragilidade ou ausência de formas típicas de economia capitalista na região em que situava parte da população, supostamente, à margem da sociedade formal. Isso ganhou maior expressão no quadro do crescimento acelerado e desigual das grandes cidades, a partir da década de 1950, com os problemas surgidos no processo de urbanização pós Segunda Guerra Mundial, sendo consequência do estabelecimento de núcleos de populações recentes nas periferias das áreas urbanas de grande parte das cidades latino-americanas. Essas localidades passaram a ser denominadas de “bairros marginais” e seus habitantes, “populações marginais”. No Brasil, a discussão sobre marginalidade é datada da década de 1970. Estudiosos da temática da marginalidade ressaltam que moradias precárias não se encontravam, apenas, nas áreas marginais, mas, também, nos setores mais centrais e tradicionais das cidades. Além disso, salientam que não era, apenas, a moradia ou a habitação que se encontravam em situação de precariedade e, sim, todo o conjunto de serviços de certas áreas das cidades, como água, esgoto, luz elétrica e transportes. A partir dessa constatação, diversos desdobramentos dos estudos sobre a marginalidade ganharam força política e acadêmica, sendo que duas grandes correntes sociológicas embasavam as análises: o estruturalismo funcionalista e o estruturalismo histórico. O núcleo conceitual do estruturalismo funcionalista situa a noção de sistema social como um consenso (funcionalidade universal), entre os elementos que constituem a estrutura da sociedade, admitindo certa harmonia e continuidade, unindo os vários segmentos sociais. Toda existência marginal se configuraria numa forma não integrada à sociedade, sendo necessário ajustes setoriais para a adaptação-integração. Essa vertente subsidiava uma visão dualista da sociedade. O estruturalismo histórico, ainda que admita a associação funcional de alguns núcleos de elementos da sociedade, considera que a integração da sociedade ocorre de maneira conflituosa e descontínua, dando ênfase às circunstâncias históricas que determinarão a incorporação de vários elementos à estrutura social. Nessa perspectiva, do estruturalismo histórico, a pobreza está enraizada às contradições do modo de produção capitalista (MAIOLINO; MANCEBO, 2005).

projetada como fundo de explicação sobre a produção de desigualdades nas sociedades industriais (GUIMARÃES, 2009).

Na França, por exemplo, as primeiras formulações sobre o mercado de trabalho eram secundarizadas nos debates, não aparecendo no rol dos grandes temas. As ênfases eram dadas à circunscrição geográfica, setorial, ocupacional do mercado, ou a segmentos sociais particularizados por idade, etnia ou escolaridade. Os estudos sobre o mercado de trabalho são realizados através de temáticas como o desemprego ou as condições de empregabilidade, sendo a abordagem da distribuição da população a que ocupa a maior extensão dos estudos. Indicando a compreensão do mercado de trabalho, por meio da composição sociodemográfica, ou seja, por: sexo, idade, grupos étnicos e nacionais (GUIMARÃES, 2009).

Essas primeiras formas de abordar o mercado de trabalho foram cedendo lugar às maneiras “mais abstratas e relacionais”, de acordo com Guimarães (2009), ainda, para ela, Kalleberg e Sorensen são exemplares, pois definem o mercado de trabalho, em 1970, como “[...] uma arena na qual os trabalhadores trocam a sua capacidade de trabalho por salários, *status* e outras recompensas [...], compreendendo as instituições e as práticas que governam a compra, a venda e a fixação de preço do trabalho” (p. 3-4). Essa vertente *institucionalista* tenderá a verter menos atenção às condições históricas e estruturais, relativamente à exploração e à desigualdade social.

Nessa mesma fase, no mundo anglo-saxão, o veio principal da produção acadêmica sobre o mercado de trabalho, constituiu-se a partir de quatro grandes temas: “(I) estudos sobre desigualdades na retribuição auferida pelo trabalho; (II) estudos sobre carreiras e mobilidade; (III) análises sobre a segmentação existente entre subpopulações; e (IV) análises sobre mudança social e estrutura dos mercados de trabalho” (GUIMARÃES, 2009, p. 4).

Essas análises, até os anos 1970, tinham como foco os estudos acerca da aquisição de *status* e a indagação fundante buscava descrever e analisar as diferenças sociais entre os indivíduos, que se manifestavam na forma desigual de distribuição de prestígio e poder (GUIMARÃES, 2009).

Dessa forma, a autora supracitada, destaca que os estudos sobre o mercado de trabalho eram realizados a partir da observação da sua dinâmica pelo lado da oferta de emprego, dando pouca atenção à dinâmica da empresa, afirmando que:

Se a agenda de estudos pouco a pouco se adensava e diversificava, no entrecruze de influências das diversas linhagens com as quais se dialogava, é também verdade que ela estava aderida aos desafios sociais do capitalismo em expansão nos seus "anos dourados" após a Segunda Guerra Mundial. Ela carregava consigo o olhar sobre o mercado de trabalho e as suas desigualdades, refletindo a experiência da constituição de sociedades industriais em países de capitalismo originário. Mas, uma sociologia do mercado de trabalho latino-americano carecia forjar uma agenda que lhe fosse própria, que se revelasse capaz de dar conta das especificidades dos chamados "mercados heterogêneos de trabalho". Tal foi o desafio de uma geração de teóricos que, nos anos de 1960 e 1970, não somente renovou o debate sobre a noção de mercado de trabalho, como articulou-o de maneira indissociável à questão do desenvolvimento (GUIMARÃES, 2009, p. 4).

Nos anos 1960 e 1970, também tiveram expressão as hipóteses sobre a mobilidade social¹⁰, em algumas das mais importantes explicações para os processos de "modernização", presentes na expansão urbano-industrial. Essas análises da mobilidade social eram sustentadas nos estudos da mobilidade ocupacional¹¹ e foram precursoras das indagações longitudinais¹², na sociologia brasileira. O trabalho e o mercado de trabalho não eram territórios de interesse analítico, antes, proviam os indicadores empíricos da constituição das hierarquias de estratificação social, sendo que esta continha as indagações sobre a mobilidade social que, por sua vez, eram centrais às teorias do desenvolvimento (GUIMARÃES, 2009).

Sobre os estudos pioneiros da Sociologia do trabalho na América Latina, Abramo (1999) destaca, em concordância com Guimarães (2009), que as análises voltavam-se, principalmente, para o tema da mudança social. Essa noção de mudança social estava fortemente associada à ideia da modernização e

¹⁰ "As hipóteses sobre a mobilidade social estiveram na raiz de algumas das mais importantes explicações para os processos de 'modernização', para retomarmos conceito caro ao jargão acadêmico de corte funcionalista, então hegemônico. Tais estudos mostravam especial interesse por entender as transformações das hierarquias sociais, expressas justamente em mudanças na estrutura ocupacional e na consequente emergência de novos grupos sociais; ou, dito de modo mais afeito ao estilo da época, havia que explicar as chances de aparecimento, nesses países, então denominados 'tradicionais', dos grupos sociais que haviam forjado os arranjos societários típicos dos países ditos 'modernos', ou de desenvolvimento capitalista originário (GUIMARÃES, 2009, p. 5).

¹¹ Diz respeito a estudos sobre deslocamentos dos trabalhadores durante as trajetórias de vida, sendo resultante de várias influências: ordem afetiva, física, psicológica, social ou técnica, desenvolvimento econômico associado às variações no consumo (PARENZA; SCHNEIDER, 2010). Observando se o deslocamento impactou na renda e outros fatores.

¹² Indagação longitudinal é a aferição de determinado fenômeno em um período de tempo em que se observa as variações de indicadores sociais.

industrialização como meios de transição de uma sociedade rural-tradicional para uma sociedade urbano-industrial. A ideia da industrialização relacionava-se, supostamente, à construção de um projeto nacional que tinha como objetivo a superação da situação de dependência dos países; no caso, a dependência política e cultural, pobreza, informalidade, entre outros matizes do capitalismo latino-americano.

Abramo (1999) aponta, todavia, que, na década de 1990, evidencia-se um grande paradoxo nos estudos do trabalho nos países da América Latina, particularmente, a evidência de que o significativo aumento da produção econômica, associada à forte crise sobre o *mundo do trabalho*, expressa: no aumento do desemprego, na indagação sobre um possível fim da classe trabalhadora e de sua possibilidade de intervenção na sociedade.

O avanço tecnológico, com a correspondente extinção de postos de trabalho, em especial na indústria, alarmou a vida política e a vida acadêmica, quanto ao resultado da expansão capitalista que, expandem-se, não melhorou, estruturalmente, o mercado de trabalho heterogêneo da América Latina.

A perplexidade era de que o emprego formal, regulado publicamente, está desestruturado, depois de toda *uma crença* e agenciamentos por sua institucionalidade, no decorrer de um século. Aspectos como direito trabalhista, proteção social, formas de representação e organização sindical, a partir dos anos 1990, estão em duro processo de redução. Foi essa forma de trabalho (emprego) que esteve na base dos estudos do trabalho, ao longo do século (ABRAMO, 1999).

A imagem de que a classe trabalhadora, ou parte dela, é unificadora é contraposta por Abramo (1999), que sugere o aprofundamento de uma discussão atualizada sobre a heterogeneidade e diversidade do trabalho latino-americano na década de 1990, tendo como referência a história passada. Nas décadas de 1970 e 1980, predominam, nos estudos da Sociologia do trabalho, uma imagem homogeneizada da classe trabalhadora. A partir da década de 1990, começa a formar-se a imagem de trabalhadores mais multifacetados, através da importância de se considerar novas clivagens, por exemplo, a dimensão de gênero ou a configuração do trabalho informal. Oliveira (2007) afirma que perdura a temática do mercado de trabalho, permeando grande parte das discussões da Sociologia e da Economia. Entretanto, são poucos os estudos que desenvolvem uma reflexão teórica do tema e que o utilizem com variável bem definida. Mas, a compreensão do

mercado de trabalho está impregnada de pressupostos presentes nos vocabulários mais comuns, prevalecendo a visão da economia clássica¹³. Essa perspectiva é, apenas, uma das possibilidades de compreensão do mercado de trabalho. Outra perspectiva é a acumulada pela Sociologia, pelo Serviço Social, e fundamentalmente pela crítica da economia política, porque pode proporcionar percepções fundamentais sobre as contradições sociais da promoção do emprego, mesmo que o trabalho seja a mediação social fundamental no capitalismo.

Nas abordagens econômicas, conforme Oliveira (2007), ainda que se faça referência à intervenção estatal, a análise do mercado de trabalho limita-se à ação de trabalhadores e empresas, sem a consideração de construções sociais das profissões ou das áreas de atuação e sem considerar a influência de outros agentes nas ações de determinado mercado de trabalho. Dentre as teorias de enfoque sociológico que abordam o mercado de trabalho, o autor destaca a teoria institucional, que enfatiza a atuação de diferentes sujeitos e a interferência de fatores locais. Essa abordagem amplia as condições de análises do mercado de trabalho, contudo, não destaca as disputas existentes e não considera o dinamismo das relações sociais.

O pesquisador destaca, ainda, a possibilidade de uma nova compreensão do mercado de trabalho, ao enfatizar as relações de poder que se estabelecem entre os diferentes sujeitos das classes sociais fundamentais. Esse embasamento considera que o campo de forças, em que se desenvolvem as relações entre os sujeitos, é um campo de lutas, espaço de ação socialmente construído pelos indivíduos que personificam o trabalho e o capital. Ainda que o sistema do capital tenha um metabolismo que sobrepuja os indivíduos, mediações de natureza descritiva podem acrescentar elementos – mesmo que parciais - à compreensão do mercado de trabalho, jogando luz sobre as forças do campo que orientam aqueles que estão em posições favorecidas, através de estratégias que têm por finalidade perpetuar ou redobrar a dominação. Nessa linha é que temos interesse, ou seja, nessa contribuição do autor, quando ele afirma que:

¹³ Um importante representante da economia clássica do pensamento econômico no final do século XVIII é Adam Smith. De acordo com VIEIRA (2012), Adam Smith defende que a economia é regida pela “mão invisível do mercado” e, portanto, os mercados tendem a encontrar um equilíbrio econômico.

A partir desta perspectiva, o mercado de trabalho pode ser entendido como o espaço de lutas entre diferentes agentes (indivíduos, organizações, órgãos de regulação, países, etc.) que se constitui historicamente pela incorporação de “regras” sociais que orientam as estratégias que os mesmos utilizam interior deste mesmo campo. Nesse sentido, para compreender o mercado, muito além da noção de oferta e demanda, é necessário conhecer o histórico inerente ao modo em que se estruturam as relações no campo, bem como as diferentes posições que os agentes ocupam. A partir desse conceito, é possível ampliar as análises de algumas “distorções” do mercado de trabalho que são frequentemente debatidas mesmo por aqueles que seguem a vertente econômica: diferenças de remuneração por gênero e etnia; relação entre qualificação e emprego; as diferentes estruturas que o mercado de trabalho de um mesmo ramo profissional pode ter em diferentes nações entre outros (OLIVEIRA, 2007, p. 9, grifos do autor).

No contexto sócio histórico da universalização capitalista, o mercado de trabalho, de acordo com Oliveira (2007) – perspectiva que partilhamos –, enquanto “espaço de lutas” não se restringem às esferas locais, pois sofre influência da divisão internacional do trabalho. Essa mobilidade transfronteiriça do capital provocou maior fragmentação da experiência de trabalho, por meio do surgimento de uma variedade e tipos de vínculos de trabalho como a subcontratação¹⁴, terceirização¹⁵, contrato temporário¹⁶, *part time* (tempo parcial), entre outros.

¹⁴ Subcontratação é “[...] o ato de uma empresa transferir a provisão de serviços ou de atividades produtivas, antes desenvolvidas por ela nas suas próprias instalações, para uma terceira parte que assume a responsabilidade da execução destas atividades para a empresa” (ARAÚJO; AMORIM, 2001, p. 271). Constitui-se como elemento central dos novos modelos produtivos, derivada da busca por maior flexibilidade da produção e das relações de trabalho. Sua intensificação e generalização têm como significado um crescimento de pequenas e microempresas, visto como parte do processo mundial de descentralização da produção e aumento da informalização. No Brasil, tem ocorrido generalização das redes de subcontratação com distintas formas de relações entre as empresas e os trabalhadores, comumente como parte da estratégia de empresas para assegurar condições de competitividade no mercado. É possível encontrar, no país, redes extensas de subcontratação, que têm na ponta superior grandes empresas multinacionais e na ponta inferior a utilização do trabalho a domicílio. A concepção de subcontratação engloba as diferentes modalidades de terceirização como desdobramento do processo recente de reestruturação (ARAÚJO; AMORIM, 2001).

¹⁵ A terceirização é uma modalidade de organização da produção e do trabalho em que a empresa transfere parte de suas atividades para outras empresas contratadas (subcontratadas), fixando recursos, capital e força de trabalho no coração da atividade-fim, o que proporciona redução da estrutura operacional, com concomitante diminuição de custos. O barateamento da produção é ocasionado entre outros motivos pelas formas de contratação de trabalhadores, que podem ter a configuração de cooperativas, pessoa jurídica (PJ) e microempreendedor individual (MEI), além de ocorrerem em pequenas e médias empresas subcontratadas. No caso da área governamental, há diminuição de concursos públicos, possibilitando que as contratações possam ser realizadas individualmente por empresas prestadoras de serviços, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP's) e através de leilões onde vence quem paga menos (GALVÃO, 2017).

¹⁶ Contrato temporário é um assentimento para realização de determinada atividade por tempo determinado. Os trabalhadores submetidos a esse tipo de contrato deixam de ter vários direitos trabalhistas, como o aviso prévio, multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego e acesso às férias. Esse tipo de contrato se adequa à lógica das empresas e tendem a se constituir em modalidade frequente de contratação nos últimos tempos (GALVÃO, 2017).

Assim, no âmbito internacional pesa a força de que a nação possui junto a órgãos de regulação (ONU, OIT, OMC, entre outros), onde, apesar do discurso da abertura de mercado e igualdade de condições, predomina a proteção entre as nações desenvolvidas e a exploração do capital internacional, sobretudo nas periferias. Estas relações desiguais também contribuem para a formação de uma força de trabalho com diferentes condições e benefícios no interior das próprias nações desenvolvidas, já que estas simultaneamente recebem contingentes cada vez maiores de imigrantes, muitas vezes ilegais, para ocupar as vagas periféricas, informais e de menor valor simbólico (OLIVEIRA, 2007, p. 10-11).

Partindo dessas ideias, verificamos que não só o trabalho se metamorfoseou, mas, também, os estudos a respeito do trabalho, como mencionamos anteriormente. Na perspectiva de uma investigação compartilhada com os esforços mais gerais dos estudiosos críticos do trabalho, identificamos, como de grande relevância, uma pesquisa histórica e teórica sobre a constituição do mercado de trabalho, no Brasil, buscando identificar quais elementos da formação social e econômica brasileira estão reproduzidos e reconfigurados nessa nova fase do capital, pós década de 1980. Para tanto, duas discussões principais devem ser realizadas, quais sejam: aprofundar os estudos da crítica da economia política a partir, em especial, de Karl Marx; analisar os principais elementos da formação social e econômica do Brasil, que conformarão o capitalismo no país e, portanto, o seu mercado de trabalho.

Sinalizamos a necessidade de aprofundamento teórico de alguns elementos centrais para essa discussão, que são: entender as especificidades da conformação do modo de produção capitalista, no Brasil, e suas diferentes fases de contornos do trabalho para a geração de valor. Essas são leituras necessárias para que seja possível a compreensão do trabalho no país. Para as novas formas assumidas pelo trabalho, no Brasil, nos últimos anos da crise do capital há de se considerar as tendências históricas e as novas exigências de realização do valor – crise de valorização do valor, que imprimiram novas determinações na configuração do trabalho.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida a partir de aprofundamento teórico de materiais bibliográficos levantados, principalmente, de: livros, documentos, revistas especializadas, artigos científicos, dissertações, teses e base eletrônica de dados. Essa escolha de procedimento investigativo foi amparada nas vantagens elencadas por Monteiro (2013), são elas:

[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de se conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (MONTEIRO, 2013, p.48).

O intuito da investigação foi reunir aportes teóricos e resultados de estudos para auxiliar na reflexão do nosso objeto de estudo particular – o mercado de trabalho brasileiro, a partir do método materialista histórico-dialético, mencionado anteriormente. Para tanto, realizamos um levantamento e uma revisão bibliográfica sobre o tema para que seja possível refletir e analisar a realidade investigada.

Longe dos modelos matemáticos e do simples “encontro” de curvas de oferta e demanda, a compreensão do mercado de trabalho requer um contexto e uma história. Assim, para análise do mercado de trabalho, é preciso a referência a que grupo, que tipo de trabalho, qual nação, qual o histórico e como esta se insere no atual no cenário geopolítico (OLIVEIRA, 2007, p. 10-11).

Para essa revisão de literatura, o objetivo foi levantar informações sobre os principais conceitos e categorias que norteiam a pesquisa. Já identificamos diversos autores que tratam, de forma distinta, sobre o mercado de trabalho, sendo as principais correntes de interpretação: clássica, neoclássica, keynesiana e marxista. Entendemos o mercado de trabalho como sendo uma abstração do valor e, portanto, daremos atenção especial às teses de autores que abarcam essa interpretação.

Para o aprofundamento teórico de maior envergadura, foi realizado um esforço para situar o objeto de estudo – o mercado de trabalho brasileiro, no âmbito do movimento mais amplo de produção e reprodução do modo de produção capitalista à luz da crítica marxista sendo, dessa forma, necessário a revisão dos textos de Karl Marx e outros autores que embasam a crítica marxista de especial relevo hoje, como: Issak Iljic Rubin e Anselm Jappe. Especialmente no tocante à centralidade da reflexão da teoria do valor e da dinâmica do capital, em torno do trabalho abstrato.

Para a reflexão da crise do capital e as particularidades da produção e reprodução do capital, em sua fase mundializada e os impactos sobre o trabalho, embasamo-nos nas obras dos autores: Ernest Mandel, Robert Brenner, Florestan Fernandes e José Paulo Netto. Destacamos a necessidade de compreensão das especificidades da categoria capitalismo dependente e, para tanto, recorreremos às

obras dos autores Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. Para a identificação e análise dos principais elementos típicos da formação social e econômica brasileira, que conformaram a força de trabalho no Brasil e a constituição do mercado de trabalho, recorreremos aos seguintes autores: João Manuel Cardoso de Mello, Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Alexandre de Freitas Barbosa, Fernando Novaes e Artur Bispo dos Santos Neto.

Para a discussão do contexto da fase mundializada do capital, recorreu-se, também, aos estudos de François Chesnais e David Harvey. Foi realizada revisão de literatura sobre as formas de trabalho conformadas a partir de 1980, com a crise do capital, a partir dos estudos de Jorge Mattoso, Márcio Pochmann, Adalberto Moreira Cardoso, Antônio David Cattani, Nadya Araujo Guimarães, Marta Arretche, Claudio Dedecca, Reinaldo Gonçalves, entre outros.

A abordagem do presente estudo buscou analisar e problematizar a apropriação dos elementos da formação social e econômica brasileira, referentes à formação do trabalho livre e da constituição do mercado de trabalho, como aportes para a generalização do trabalho abstrato na sociedade. Para tanto, a discussão abarca a financeirização do capital e a crise de realização do valor e, ainda, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva no Brasil. Aspectos fundamentais para o entendimento das caracterizações principais do trabalho no Brasil, em especial, a partir da década de 1980: informalidade, precarização e flexibilização das relações.

A apreciação dos elementos histórico-concretos, do mercado de trabalho, foi realizada com a definição do elenco de variáveis que serão apreciadas de modo longitudinal, tendo como fonte órgãos oficiais de produção de indicadores socioeconômicos a esse respeito. Envolveu, portanto, coleta de dados primários, provenientes de levantamentos e pesquisas sobre trabalho e mercado de trabalho nos sites oficiais das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada – IPEA, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, (realizada pelo IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS, Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (realizada pela Fundação Seade e DIEESE), Cadastro Geral de Empregos – CAGED (realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social), Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência

Social). Esses dados são relevantes para a investigação, pois possibilitará a identificação das inflexões e reiteraões das tendências históricas.

Isso posto, esta pesquisa qualitativa é de base documental, reunindo uma triangulação de dados, que inclui dados primários e secundários. Os dados quantitativos foram considerados como parte do movimento investigativo, ainda que subordinada. Além dos estudos teóricos de maior abstração, foram analisados materiais oficiais, de fonte primária, disponibilizados em sites oficiais e materiais bibliográficos de fonte secundária (artigos, livros, dissertações e teses) relativamente ao tema.

A pesquisa está organizada em 3 capítulos, com 4 seções cada. O primeiro capítulo trata das manifestações fenomênicas do mercado de trabalho, no Brasil atual; das categorias analíticas principais e duas leis gerais do movimento do capital; da apreciação da categoria formação social e econômica brasileira; e da discussão da relação entre padrão de produção do valor nos ciclos capitalistas e o tipo de trabalho demandado e sua regulação – reviravoltas no trabalho.

O segundo capítulo apresenta os traços particulares, do Brasil, que conferem um “lugar” de dependência periférica, em relação às economias capitalistas centrais; as características principais do trabalho, no país, em fase de economia agrária-exportadora e decadência do trabalho escravo até 1929; o período desenvolvimentista, entre os anos 1930 e 1979; e as inflexões, no Brasil, a partir dos anos 1980 – fase de redemocratização, crise de realização do valor, neoliberalismo e esgotamento do período desenvolvimentista.

O terceiro capítulo faz uma análise acerca de algumas variáveis do mercado de trabalho, no Brasil, no período entre 1980 e 2018, abarcando uma organização analítica em 3 decênios (1980-1989; 1990-1999; 2000-2009) e um octênio (2010-2018), possibilitando, assim, a apreensão entre as particularidades das conjunturas, no Brasil, e o ciclo da acumulação capitalista. As principais fontes de dados consultadas, na investigação, foram: a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD Contínua, o Boletim de Mercado de Trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Como principais resultados, apontamos alguns elementos permanecidos nos decênios e octênio pesquisados: profunda crise econômica; alto endividamento externo; aumento do desemprego e informalidade estruturais; intensificação da

flexibilização das relações de trabalho; queda nas taxas de fertilidade e aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, com ganhos inferiores aos dos homens, mesmo possuindo maior escolaridade; declínio do setor da indústria (desindustrialização) e crescimento dos setores de serviços e comércio (sem aumento dos ganhos para os trabalhadores). Outros elementos marcantes, nessa a quadra histórica pesquisada: intensificação das contrarreformas do Estado brasileiro, da reestruturação produtiva e neoliberalismo do capital (regime da acumulação flexível); abertura ao fluxo de comércio e capitais internacionais; alto volume de privatizações de empresas públicas; transferência de execução de funções públicas para esfera privada; crescimento do trabalho por conta própria, do emprego sem carteira assinada e das organizações do terceiro setor; e crescimento da automação do trabalho.

Ressaltamos, ainda, que, mesmo nos períodos com moderado crescimento econômico, execução de políticas redistributivas e *boom* de *commodities*, como no período entre 2004 a 2014, não houve rompimento com a desestruturação do mercado de trabalho e a estrutural concentração de renda. Houve, ainda, o crescimento dos empregos formais em fases específicas, sendo acompanhado do crescimento do trabalho informal, tendo as taxas de informalidade mais elevadas.

Os dados mais atuais, entre 2010-2018, sobre a composição da força de trabalho mais atingida pela desocupação no Brasil, apontam para a população mais jovem (entre 14 e 17 anos), ensino médio incompleto, não brancos (legado da escravidão). Persiste a inserção subalternizada das mulheres no mercado de trabalho, pois, apesar de possuírem mais escolaridade que os homens, ganham menores salários. Também foram verificados aspectos de gradual processo de envelhecimento da força de trabalho e trajetória de elevação da escolaridade, sinalizando que a precarização não atinge apenas os trabalhos informais e de baixa qualificação, apesar da redução dos ganhos atingir a totalidade da força de trabalho disponível.

As reformas aprovadas no governo Temer – Lei da Terceirização e Reforma Trabalhista, além da proposição da Reforma da Previdência (atualmente em tramitação), materializam a: retração das garantias do Estado, a intensificação da fragilização dos vínculos de trabalho, reforça as negociações individuais que, em conjunto, impactam negativamente na organização e resistência dos trabalhadores.

A pesquisa buscou demonstrar a relação entre as alterações, no mercado de trabalho, e o padrão de desenvolvimento capitalista, chegando na consideração de que o Brasil – país que se conformou de forma dependente e periférica –, a partir de 1980, é atingido pela crise de realização do valor, movimento característico do capitalismo que, nos estudos de Marx, é explicado pela Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro. Como desdobramento, há aumento do desemprego e a criação dos postos caracterizados pela precarização e flexibilização das relações e, nesse quadro, soma-se a apropriação dos elementos históricos principais da formação social e econômica brasileira, que intensificam a superexploração do trabalho e o rebaixamento do valor da força de trabalho que, nessa quadra histórica, estende-se aos dias atuais, constituindo-se, a partir dos estudos de Marx, como “influências contra-arrestantes” ou “movimento de contratendência do capital”.

Em síntese, a fase pesquisada marca o esgotamento do período desenvolvimentista no Brasil – 1930 a 1979 –, intensificada pela execução de um projeto societário, que perseguiu a retração do Estado na regulação do trabalho e a flexibilização das relações. Não houve redução das desigualdades, nem da concentração de renda, pelo contrário, houve a intensificação das contradições existentes e o reforço dos elementos particulares da formação social e econômica.

1 AS DETERMINAÇÕES DO VALOR E A CRISE NO METABOLISMO DO CAPITAL: REFERÊNCIAS PARA INVESTIGAR O TRABALHO NA ATUALIDADE

O ponto de partida dessa exposição da pesquisa emerge nas manifestações fenomênicas principais do mercado de trabalho, no Brasil, na atualidade que apresentam, como principais características: o desemprego, a informalização e a flexibilização das relações de trabalho.

A proposta da organização, deste capítulo, foi partir dos dados fenomênicos do mercado de trabalho na contemporaneidade para, em seguida, retomar as categorias analíticas e leis gerais do movimento capitalista que aproxima e explica as manifestações, incorporando, assim, o próprio método da pesquisa: materialismo histórico-dialético.

No item seguinte, apresentamos categorias analíticas principais para problematizar a referência concernente à dinâmica do metabolismo do capital, seus ciclos de desenvolvimento e crises. Para a elaboração desse quadro analítico, a investigação tomou como parâmetro “O Capital”, de Karl Marx – mais especificamente o Livro I (capítulos 1 a 23) e Livro III (capítulos 8 a 14) – sendo que, paralelamente, consultamos as obras de autores relevantes para o estudo e diálogo com a obra supracitada: Anselm Jappe e Issak Rubin.

Como a dinâmica da acumulação de capital se realiza num processo de desenvolvimento desigual, definimos, como estratégica, a apreciação da formação social e econômica brasileira, em seu particular modo de experimentar a universalidade capitalista. Nessa direção, o terceiro item trata de outra importante categoria analítica: a formação social e econômica brasileira.

A quarta seção deste capítulo apresenta a relação entre os ciclos capitalistas e o padrão de produção de valor, que implica na modificação do tipo de trabalho demandado e sua regulação.

Em conjunto, essas ênfases do capítulo tornarão inteligível o argumento de que a investigação sobre as mudanças do mercado de trabalho, em sua relação direta com a particularidade nacional, no contexto dos principais ciclos da acumulação capitalista e os respectivos desdobramentos desencadeados sobre o trabalho.

1.1 Mercado de trabalho capitalista na formação social brasileira: mediações para a investigação das transformações recentes

Nesta seção preocupamos em delimitar a formação social específica brasileira, a partir da década de 1980, evidenciando as tendências históricas do trabalho, no Brasil. Destacamos, ao longo da seção, as unidades de análise da realidade social, que são: *trabalho, mercado de trabalho, emprego e desemprego, desemprego tecnológico, informalidade e flexibilização das relações de trabalho*.

Por meio dos estudos feitos, verificamos que, na década de 1980, é iniciada a interrogação mais contundente do papel do mercado de trabalho, principalmente, nos países industrializados. Isso surge após a evidenciação de que, nos tempos de crescimento econômico positivo, ele não foi acompanhado do crescimento dos postos de trabalho. Para Marques (2000, p.134), era uma situação nova e inexplicável, questionava-se: “[...] como compreender o problema do desemprego, cujos contornos sociais são cada vez mais visíveis nas estruturas sociais, nos estilos de vida e nos valores?”.

De acordo com a autora, independente da resposta para a questão, deverá ser ultrapassada a análise do mercado de trabalho em si. Por meio de uma proposta original das abordagens mais recentes sobre a quantidade e a qualidade do emprego, a qual consiste na negação do caráter a-histórico e irrealista dos modelos “puros” e “universais”.

A pesquisadora contrapõe-se a esses modelos que consideram o mercado de trabalho como auto regulável e uno, além de rechaçar as visões sobre a harmonia do mercado para o funcionamento do conjunto da economia. De maneira oposta, as perspectivas das “novas formas de trabalho”, que emergiram após os anos 1990, têm revelado profundas alterações no emprego.

A abordagem neoclássica do mercado de trabalho, presente nos anos 1960 e 1970, definia-o como “[...] o lugar de confronto entre a oferta e a procura de trabalho, com comportamentos independentes, permitindo assim definir uma taxa de salário e um nível de emprego de equilíbrio” (MARQUES, 2000, p. 138). As principais características dessa abordagem neoclássica, conforme a estudiosa, podem ser

sumariadas em: 1) concebe o mercado de trabalho como qualquer outro mercado, seguindo as mesmas regras de um *modelo de equilíbrio concorrencial*; 2) difunde o *fetichismo* de que o indivíduo é dotado de racionalidade econômica que lhe permite optar pelo tempo de trabalho e de lazer; 3) argumenta a independência entre oferta e procura de trabalho, já que o mercado é homogêneo e uno, de modo que a igualdade de oportunidades dos indivíduos é a tônica.

Nessa direção, o desemprego é uma opção do indivíduo, é voluntário, pois é resultante de decisão racional entre o tempo de trabalho, ou o tempo de qualificação para o trabalho, e o de lazer, não pressupondo nenhuma disparidade provocada pela forma capitalista do trabalho no mercado.

A visão neoclássica (Keynes) discorda dessa concepção liberal. A explicação para o aumento do desemprego involuntário é explicada a partir da crescente insuficiência e da inadequação da formação e da força-de-trabalho, diante das necessidades das empresas, o que exigiria ação planejada para aproximar as necessidades do mercado e o perfil da força de trabalho, redundando naquilo que mencionamos, antes, como *capital humano*. A partir de 1970, diante da recente reestruturação do ciclo sistêmico da acumulação, a adoção de medidas que tinha como objetivo, supostamente, aumentar a qualificação de jovens e de desempregados de longa duração (MARQUES, 2000).

A perspectiva neoclássica coexiste à marxista do desemprego e do funcionamento do mercado de trabalho. A definição do mercado de trabalho, para a abordagem marxista, é completamente diferente a do modelo concorrencial. Nela, as barreiras à mobilidade do trabalhador ocorrem num contexto de relação de dominação, opondo capital e trabalho. Nessa direção, a mobilidade é sempre forçada, dado que o trabalhador encontra-se em situação constrangedora de ter de vender sua força de trabalho em prol da sua sobrevivência (MARQUES, 2000). Sendo assim,

Nesta conceptualização do mercado de trabalho, a força de trabalho encontra-se no centro, definida como um conjunto de capacidades psíquicas e físicas que o trabalhador põe à disposição do empregador durante um período de tempo previsto pelo contrato de trabalho. O empregador terá todo o interesse em mobilizar esta força produtiva na satisfação das suas necessidades, bem como em conferir-lhe a maior mobilidade possível para facilitar todas as adaptações necessárias à mudança de ritmo e da natureza da produção. O trabalhador, em oposição, aceitando um salário, preço da privação da sua liberdade por um certo período, tentará controlar a utilização que fez da sua pessoa ao longo do

processo produtivo. O salário corresponde, então, ao custo da capacidade de reprodução, satisfazendo necessidades elementares do trabalhador e de sua família (MARQUES, 2000, p. 140).

Ainda na perspectiva marxista, a característica principal do mercado de trabalho é o “[...] princípio de determinação da oferta de trabalho (do lado das empresas) sobre a procura (do lado dos trabalhadores)” (MARQUES, 2000, p. 140). Nessa direção, podemos afirmar que “[...] os trabalhadores não têm autonomia e o funcionamento do mercado resulta exclusivamente da determinação das estruturas” (MARQUES, 2000, p. 140).

Desse modo, o desemprego é inevitável e necessário à reprodução do capital. O exército industrial de reserva, ou a superpopulação relativa, é necessário para o funcionamento cíclico da economia capitalista, possibilitando, nos momentos de crise, a manutenção das taxas de lucro a partir da pressão nos salários, diante de uma oferta disponível da força de trabalho.

Na esteira marxista, Mello e Novais (1998, p. 604) destacam que “[...] são as formas de organização capitalista que determinam a hierarquia do trabalho” (p. 604).

E, ainda:

Às posições objetivamente superiores e inferiores, corresponde uma estrutura de remunerações, as quais, por sua vez, dão acesso à posse da riqueza e à aquisição de bens e serviços de consumo. Por outro lado, é a *maquinaria capitalista* e não a sagacidade deste ou daquele empresário que revoluciona permanentemente os padrões de consumo e a estrutura de necessidades. Esta revolução permanente é, ao mesmo tempo, um *processo de diferenciação e generalização do consumo*. O valor do progresso, progresso do país ou progresso individual, é, pois, incorporado de maneira puramente mecânica: o mimetismo, pelos “inferiores”, dos padrões de consumo e estilos de vida dos “superiores”. A carreira desabalada pela ascensão social é, antes de tudo, uma corrida de miseráveis, pobres, remediados e ricos pela “atualização” dos padrões de consumo em permanente transformação (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 604).

Nesse movimento irradiante da mercadoria, subjaz a ideia de progresso de estilos de consumo e de vida, a qual oculta os pressupostos econômicos, sociais e morais em que assentam as relações sociais capitalistas e uma forma reificada de consciência, que é peculiar às relações sociais galvanizadas pela centralidade da troca (MELLO; NOVAIS, 1998). Por outro lado, isso faz com que a periferia capitalista possa consumir sem produzir; sentir-se moderno mesmo que vivendo numa sociedade atrasada. Nessa direção, observamos que “[...] a penetração dos

valores capitalistas não parece, portanto, ter encontrado obstáculos difíceis de serem transpostos” (MELLO; NOVAIS, p. 5-6).

Isso é relevante para a pesquisa, porque possibilita flagrar a motivação social em torno do trabalho na forma emprego, para o conjunto da classe expropriada dos meios de produção da sua subsistência. Todavia, verificamos que a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro indica que esses parâmetros não generalizaram, mostrando que a força motivadora é para o trabalho e, não, necessariamente, o emprego, pois, a dominação abstrata institui a exploração e o estranhamento.

O estudo de Barbosa (2008) destaca elementos importantes para a compreensão disso, ao situar as dificuldades para a formação do mercado de trabalho urbano-industrial, que dependeu da reciclagem de formas pré-capitalistas, permeada por diversidades regionais e um papel ativo do Estado em todas as etapas, colocando por terra as chamadas *forças do mercado*.

Outro ponto de extrema relevância do estudo de Barbosa (2008) foi que a organização do Estado, em relação à manutenção da reprodução do modo de produção capitalista, é um aspecto que aparece nas diferentes fases do desenvolvimento do país. Na verdade, na fase em que o país se industrializa, o Estado já é uma instituição sistêmica fundamental para a produção de mercadorias. A partir dos anos 1940, o financiamento público é uma exigência fundamental para o barateamento dos gastos do empresariado e a regulação (ou desregulação) das bases de exploração do trabalho, um coadjuvante nada desprezível.

Para muitos estudos, o trabalho, tipicamente capitalista no Brasil, não é compreensível sem a alusão à escravidão e a sua herança desdobrada no próprio sistema de trabalho livre.

Segundo Mello e Novais (1998), mesmo nos anos 1970, com o crescimento econômico rápido, devido a ampliação da estrutura urbana industrial, as relações entre as classes sociais guardavam semelhanças, apenas, formais com as dos países desenvolvidos.

No Brasil, eram elevadíssimas as desigualdades relativas à renda e à riqueza, além de manter larga incidência de trabalho informal, demonstrando que *mais capitalismo* não levou à ampliação do emprego para a grande maioria da população disponível e em condições de trabalhar. O autoritarismo plutocrático (poder exercido pelo grupo mais rico), ao longo do processo de industrialização, reforçou fatores

rompidos pelas experiências originárias de capitalismo, como a concentração da terra em favor da reforma agrária.

[...] na base da sociedade urbana está o *trabalho subalterno*, rotineiro, mecânico. Falamos dos pobres, de dois terços dos trabalhadores da indústria, tanto do rés da fábrica como do escritório, da esmagadora maioria dos trabalhadores nos serviços, dos “barnabés” do serviço público. Todos, sujeitos a uma alta rotatividade no emprego – a exceção, é claro, dos funcionários do governo (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 623).

Porém, isso só é possível de ser percebido caso os estudos sobre emprego ou desemprego avancem para além: dos parâmetros de referência de dados estatísticos, das descrições etnográficas, dos registros de vivência do desemprego e suas representações. De modo que seja possível entender que o desemprego não é, simplesmente, estar desocupado ou privado de emprego.

O desemprego é, também, ser reconhecido como tal, poder reivindicar de forma legítima um emprego, fazer parte de uma categoria social. “A categoria do desempregado pressupõe uma condição objetiva, a privação de um emprego, uma condição subjetiva, a vivência do desemprego, e uma condição estatutária definida por um enquadramento institucional” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 149).

Deste modo, o desemprego é uma forma de não-trabalho que evidencia as insuficiências dos sistemas de apoio aos desempregados, ao mesmo tempo que incita a intervenção do Estado para criar um sistema de seguro contra desemprego. Este não-trabalho, categoria autônoma e bem distinta face à doença ou à invalidez, possui uma dinâmica própria, funcionando como uma peça da própria engrenagem do mercado de trabalho. Os processos que transformam os excedentes de mão-de-obra em desempregados são específicos de cada país e de cada época histórica (MARQUES, 2000, p. 150).

Marques (2000) defende que os conceitos de emprego e desemprego são construções sociais, com fronteiras difíceis de serem identificadas na experiência brasileira, sobretudo, com as transformações recentes do trabalho no capitalismo.

Quanto mais desenvolvido for o capitalismo, maior será a disponibilização de indivíduos para o trabalho e, contraditoriamente, maiores serão os limites de sua incorporação ao mercado formal como emprego. De acordo com Cattani (1999), o desemprego que emerge das transformações tecnológicas recentes é de caráter tecnológico, uma vez que a inovação tecnológica pode levar à redução do emprego, pois representa a racionalização dos processos produtivos e o aumento da

produtividade do trabalho sem que haja, entretanto, incremento de demanda do trabalho.

A possibilidade da existência do desemprego tecnológico foi destacada, inicialmente, pelo economista inglês David Ricardo, na sua obra “Princípios de economia política e tributação”, publicado no contexto da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra. Nesse livro, o autor discorreu que a incorporação de máquinas, nos processos produtivos, poderia poupar a força de trabalho, concluindo que a opinião da classe trabalhadora de que “[...] o emprego da maquinaria é frequentemente prejudicial aos seus interesses não emana de preconceitos ou erros, mas está de acordo com os princípios corretos da Economia Política” (CATTANI, 1999, p. 51). Daí em diante, o desemprego tecnológico teve repetição em cada ciclo do capital que ampliava a produtividade.

Nesse sentido, de um ponto de vista microeconômico, sempre que houver crescimento sistemático da produtividade do trabalho superior ao do produto face à incorporação de algum tipo de inovação, estar-se-á diante de um processo de racionalização produtiva poupador de mão-de-obra, uma vez que se produzirá mais com um menor número de trabalhadores empregados, sendo suposta constante a extensão da jornada de trabalho (CATTANI, 1999, p. 52).

A racionalização produtiva e o aumento da produtividade do trabalho, a partir da incorporação de inovações, tanto de natureza organizacional, quanto de natureza tecnológica, exigem efeitos compensatórios em relação aos impactos da tecnologia sobre o emprego. Isso ocorre quando a tecnologia associa-se à criação de novos produtos, serviços e mercados, ou seja, a novas frentes de expansão de emprego. O crescimento da produtividade do trabalho pode ocasionar a redução dos custos e, caso a redução implique em barateamento dos preços das mercadorias, terá efeitos positivos sobre o crescimento da demanda. Na mesma seara, o crescimento da produtividade do trabalho poderá ser repassado para os salários, o que levará a um aumento do poder de compra dos trabalhadores (CATTANI, 1999).

A mudança tecnológica afeta, também, a estrutura setorial do emprego, já que o ritmo da incorporação da tecnologia e o crescimento da produtividade do trabalho apresentam diferenças inter-setoriais. Nesse sentido, é que houve a tendência histórica de redução da participação dos setores da agricultura e da indústria do emprego total e, como consequência, a elevação da participação do setor terciário

no emprego (CATTANI, 1999). Em outras palavras, o crescimento capitalista avança na direção da diminuição dos postos de emprego da agricultura e da fábrica.

Outro aspecto importante, entre a mudança tecnológica e o emprego, é a composição da estrutura organizacional e o perfil da força de trabalho. Nas economias capitalistas, desde os anos 1970, a transição da eletromecânica para a microeletrônica atinge, de forma diversa, os vários segmentos da força de trabalho, quando há introdução das inovações tecnológicas.

Nesse sentido, constata-se que os trabalhadores menos qualificados ou com qualificações que estejam passando por um rápido processo de obsolescência são muito mais atingidos em termos de perda de postos de trabalho. Assim, empregos que envolvam atividades rotineiras, repetitivas e com baixos requisitos de escolaridade são mais afetados negativamente pelo processo de introdução de inovações de base microeletrônica, o qual exige, dos trabalhadores, maior capacidade de abstração, de comunicação, e de conhecimentos básicos, tornando seus postos de trabalho menos estreitos e sua especialização menos rígida (CATTANI, 1999, p. 54).

Por outro lado, os estudos sobre o trabalho indicam que, ao lado do desemprego tecnológico, reiteram-se formas históricas do subdesenvolvimento, ou seja, o trabalho informal. O termo é constituído como um dos mais polêmicos da literatura, tendo sido explicitado, pela primeira vez, no início da década de 1970, em um estudo realizado pela OIT sobre a economia do Quênia. A partir desse período, o conceito de informalidade sofreu inúmeras modificações, levando o seu uso a apresentar distintos significados e interpretações (AMARAL *et al*, 2004).

O estudo realizado no Quênia pela OIT, no âmbito do Programa Mundial de Emprego, explicou que a informalidade seria resultante de um excedente de força de trabalho do mercado formal de trabalho, produzido pelo movimento migratório dos indivíduos das zonas rurais para as cidades, típico do movimento de expropriação dos meios de produção para a reprodução da vida. O aumento da região urbana seria desproporcional à capacidade de absorção, nos segmentos modernos, que decorrem do processo de industrialização do pós-guerra. Com a ausência dos mecanismos institucionais que garantissem uma renda mínima, a única alternativa de sobrevivência, para a população não absorvida, foi a ocupação em atividades que eram características pela baixa produtividade, sem a relação jurídica de assalariamento e sem proteção social (AMARAL *et al*, 2004).

Na metade da década de 1970, o termo informalidade foi aprimorado para envolver o “[...] conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente

capitalistas, caracterizadas em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho” (AMARAL *et alli*, 2004, p. 213, grifos do autor). Nessa concepção, a informalidade associa-se às atividades autônomas, que são conhecidas como trabalho por conta própria ou auto emprego, e à pequena produção ou à produção familiar agrícola.

A tendência histórica do processo de expansão urbano-industrial do capitalismo, nos países dependentes, mencionada anteriormente, tendeu a não ser compreendida como parte da dinâmica do mercado de trabalho. Mas, sim, como mercado de produtos e serviços, o que provocou muitas distorções analíticas (AMARAL *et alli*, 2004).

Tal fato tem importância, pois, parte significativa do mercado trabalho brasileiro, no final da década de 1970, mantinha altos índices de informalidade, variando, até hoje, entre 40% ou 55% da força de trabalho. Os próprios estudos a respeito do trabalho informal, até recentemente, destinavam-se à reflexão sobre a pobreza, demonstrando que, para as *lentes* científicas, o emprego era trabalho fundamentalmente.

Entretanto, depois dos anos 1980, a partir da experiência da reestruturação produtiva dos países capitalistas centrais, a informalidade ganha força nos tradicionais mercados capitalistas, contrastando com o passado expansionista do chamado *Estado de Bem Estar Social*, do pós-guerra.

Nesse contexto, houve a ampliação dos empregos assalariados nos setores público e privado, a ponto de ter sido cunhada a variável de pleno emprego. Entretanto, a extinção de postos de emprego, pela modernização tecnológica e pelo definhamento da proteção social, a partir de 1970, abriu-se espaço para o surgimento de atividades laborais que não estavam regulamentadas pelas legislações vigentes.

Com isso, o termo informalidade passou a caracterizar “[...] *atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas, com relação às normas e regras instituídas pela sociedade*” (AMARAL *et alli*, 2004, p. 214). Desse modo, o trabalhador informal passou a ser visto como parte da estrutura produtiva através do mercado de trabalho informal, pois, integra a dimensão da economia, que é subterrânea ou não registrada.

Segundo Amaral *et all* (2004), a partir do início dos anos 1980, o trabalho informal, que já era parte do hibridismo do mercado de trabalho brasileiro, encontra-

se em alta expansão, decorrente do processo de desestruturação do emprego e do modelo de organização produtiva, com fortes evidências de precarização do emprego.

O emprego precarizado era expresso em trabalho do tipo: ilegal, clandestino, não registrado, por conta própria, sem contribuição previdenciária. Associadamente, confirmam os autores que o processo de mundialização e de reestruturação produtiva, na América Latina, levou: à diminuição relativa do emprego industrial, à expansão do emprego terciário, à ampliação do trabalho informal e do trabalho não regulamentado e ao crescimento das taxas de desemprego.

Conforme Mello e Novaes (1998), a trajetória da economia brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, foi na direção de promover um ajuste fiscal externo, que significou estagnar a economia e aumentar a inflação. Na década de 1980, a sociedade fez resistências ao aprofundamento do ajuste. Contudo, foi notório, nessa década, o enriquecimento das grandes empresas, dos bancos e dos ricos. Apesar do enriquecimento, foi medíocre o desempenho da economia e houve, também, imensas dificuldades sociais.

A partir de 1990, esse processo neoliberal atingiu seu ápice com a “ditadura” dos mercados financeiros internacionais, exigindo austeridade (venda de patrimônio público para pagar dívidas). Assistimos à imobilização crescente do Estado, com altas taxas de juros e elevadas dívidas. Segundo Mello e Novais (1998), há um “[...] prolongamento do Estado nascido da ‘Revolução de 64’, essencialmente plutocrático, primeiro autoritário, depois liberal, porém sempre plutocrático” (p. 651).

A mundialização traz à tona estas questões: a inversão das frágeis bases de reprodução da ordem social; o acirramento da concorrência; a competição selvagem passa a transformar todos os tipos de violência num recurso cotidiano para a sobrevivência.

Pochmann (2002), ao discorrer a respeito desse período, destaca uma crescente ampliação do desemprego e da precarização, em relação ao padrão de uso e à remuneração da força de trabalho. Essas são uma das principais características do mercado de trabalho no Brasil pós 1980.

A insuficiência e inadequação das políticas públicas voltadas para a expansão do emprego e para a garantia adequada de renda aos empregados de salário de base contribuem para maior desregulação ao funcionamento do mercado de trabalho e fragilização dos trabalhadores. O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de sobrevivência digna parte crescente da oferta de mão-de-obra, que tende a se situar, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto¹⁷, de ocupações autônomas e demais formas precárias de subemprego (desemprego disfarçado) (POCHMANN, 2002, p. 147).

Além disso, observa que predomina, nos estudos, a indicação de uma flexibilização ainda maior dos contratos de trabalho e, ainda, as reduções dos custos da força de trabalho. Essas seriam medidas que orientariam para a transformação dos postos de trabalho sem registro, assim como, para uma maior abertura de novos empregos regulares, com menor custo e maior facilidade de demissão¹⁸.

Essas forças dinâmicas dão maior musculatura à baixa qualidade das relações de trabalho, no Brasil, que, historicamente, foram marcadas pela: informalidade, rotatividade e autoritarismo. Os novos condicionantes, a partir da segunda metade da década de 1980, reiteram a tendência estrutural desde os anos 1950.

Nessa direção, Pochmann (2001) discorre sobre os benefícios acerca da rotatividade no trabalho para o empregador: rápido ajuste do nível de emprego ao ritmo das atividades da empresa; realização de processo contínuo de seleção dos empregados, sem a utilização dos programas internos de qualificação e treinamento de mão-de-obra; e a manutenção de relações autoritárias e de maior controle do

¹⁷ “Por desemprego aberto, entende-se toda a pessoa que procura insistentemente por uma ocupação, encontra-se disponível à exercê-la imediatamente e não realiza qualquer atividade laboral superior a duas horas na semana de realização de pesquisa” (POCHMANN, 2013, p. 30).

¹⁸ Esse quadro tem aumentado e é importante ressaltar algo sobre a Lei da Terceirização - Lei Nº 13.429, sancionada pelo presidente Michel Temer, na data de 31 de março de 2017. Essa regulamentação possibilita que as empresas possam contratar trabalhadores terceirizados para exercerem cargos em atividades-fim. Em entrevista para a Carta Capital, realizada em 2015, Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo (USP), especializado em sociologia do trabalho, discorreu sobre o então Projeto de Lei 4330 (que dispunha sobre a Lei da Terceirização). Para ele, a “Lei da terceirização é a maior derrota popular desde o golpe de 64” e, ao traçar um cenário para os anos seguintes, destaca a possibilidade de salários 30% mais baixos para 18 milhões de pessoas e, até 2020, forte decadência na arrecadação federal, afetando o consumo e os programas de distribuição de renda. Ressalta a elevação do desemprego e desvinculação de lucros do aumento das vendas. Para Ruy Braga o Projeto de Lei, que facilita a terceirização de trabalhadores, completa o desmonte dos direitos trabalhistas, já iniciado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990. Ao ser questionado sobre o perfil do trabalhador que deve ser terceirizado, ele destaca que o público que se inseriu no mercado de trabalho, nos últimos 12 anos, é composto por 63% de mulheres; 70% de não brancos e jovens e avanço de contratados com idade entre 18 e 25 anos. Afirma, ainda, que eles serão os mais afetados (BRAGA, 2015). Essa legislação será melhor trabalhada no capítulo 3.

trabalho pelo empregador. “Diante da enorme facilidade em romper com o contrato de trabalho, patrões e empregados apresentam um relacionamento pouco transparente e marcado pela desconfiança” (POCHMANN, 2001, p. 150).

De acordo com o pesquisador, desde então, predomina, no país, a disputa pelas teses a respeito da necessidade de maior flexibilização dos contratos de trabalho, que teria como consequência a redução do custo da força de trabalho. Para ele, uma desregulação do mercado de trabalho leva ao crescimento da precarização dos empregos existentes e não garante a ampliação das vagas. Como o mercado de trabalho está subordinado à dinâmica macroeconômica, que está com baixo dinamismo, o resultado não pode ser satisfatório para os trabalhadores.

Oliveira (2013b) alude o tema da informalidade e das péssimas relações de trabalho do mercado brasileiro. Para isso, utiliza a figura do *ornitorrinco* para fazer uma metáfora sobre o Brasil urbanizado, que reproduz uma das sociedades capitalistas mais desiguais, sendo as determinações dessa contradição a combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho, com a dependência à dinâmica sistêmica externa.

Os condicionantes estruturais, mencionados, privam o *ornitorrinco* do momento ético-político, por conta da combinação da aceleração da estrutura material de produção e de propriedade dos fundos de acumulação. Sem a possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e não havendo possibilidade de avançar, estando condenado a se submeter à voragem da financeirização, espécie de “buraco negro”, “O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. Vivam Marx e Darwin: a periferia os uniu” (OLIVEIRA, 2013b, p. 150).

Essa metáfora serve para pensar como os limites da política podem vir a corrigir o mercado de trabalho, diante das exigências estruturais do valor, ou seja, a voracidade com que a informalidade do trabalho se estrutura como uma condição paradoxal da modernização do capitalismo. Ao cabo, evidencia-se que nunca foi tão necessário pensar sobre o desemprego.

Na década de 1990, no Brasil, são constatadas as maiores taxas de desemprego da história do país, fato que se soma com a expansão do setor terciário (micro e pequenas empresas). Nesse período, há crescimento do número de autônomos que trabalham para as empresas “[...] informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais – muito impulsionada pelo

processo generalizado de terceirização que redefiniu, nos anos 1990, relações de trabalho e atividades” (AMARAL *et al*, 2004, p. 215).

Para os autores, esse conjuntura, trata-se de uma “nova informalidade” que se expressa na criação de novos produtos e atividades econômicas, assim como, na redefinição de algumas já existentes.

Portanto, a “nova informalidade” se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da “velha informalidade” que são por eles redefinidas. Por fim, pode-se considerar o conceito de informalidade a partir da junção dos dois critérios: ilegalidade e/ou atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas. Nesse caso, ela abarcaria tanto as atividades e formas de produção **não** tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho **não** registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada). Assim, nessa terceira definição, a informalidade se identifica com todas as formas e relações de trabalho não-fordistas, também identificadas como precárias. Em contraste, as atividades fordistas (formalidade) se caracterizam estritamente pela presença do assalariamento regulamentado (AMARAL *et al*, 2004, p. 215, grifos do autor).

Nessa situação, também, não faz sentido a ideia do setor informal, devido a consideração da segunda opção, para a definição do termo, pois, o trabalhador informal está inserido no aparelho produtivo, tanto através dos mercados de produtos e serviços; quanto pelo do mercado formal de trabalho. A peculiaridade é que são trabalhadores desempregados e com inserção precária no mercado de trabalho, ou seja, não possuem proteção social e trabalhista através do Estado (AMARAL *et al*, 2004).

Os autores estão chamando atenção para o fato de estar em curso o desenvolvimento de uma discussão conceitual da informalidade, destacando que se assevera, ao mesmo tempo, o seu esvaziamento conceitual e analítico. O conceito estaria sendo substituído por novas formas de exploração capitalista, sustentadas pela individualização, tendo seu valor ideológico amparado pelo binômio empregabilidade/empreendedorismo.

Dessa forma, de acordo com Amaral *et al* (2004), a escolha das referências analíticas depende do objetivo de cada investigação, uma vez que, cada uma delas, explicarão questões teóricas e problemas distintos de pesquisa. Possuem, portanto, recortes distintos do mercado de trabalho, apesar de reunirem as atividades econômicas e as relações de trabalho tidas como sendo as mais precárias. Por isso,

o perfil dos ocupados, na informalidade, acaba sendo o mesmo, independentemente do tipo de conceituação que se adote à participação: das mulheres, dos negros e dos ocupados, com menos idade e grau de escolaridade. Esse perfil é maior na informalidade do que na formalidade.

Essa realidade, por si só, já é suficiente para indicar que os ocupados na informalidade se defrontam com condições de trabalho mais precárias do que os ocupados na formalidade, na qual a presença dos homens, dos brancos e das pessoas com mais idade e maior grau de escolaridade é maior do que na informalidade (AMARAL *et alli*, 2004, p. 225).

Destarte, o uso do conceito de informalidade exige delimitações empíricas precisas, já que, as distintas definições possíveis, abarcam diferentes dimensões do mercado de trabalho, categorias e segmentos sociais ocupados (AMARAL *et alli*, 2004).

Por isso, talvez, seja importante abraçar a sinalização de Oliveira (2013a), quando destaca que é necessário lidar com a dimensão do terciário no Brasil, que apresentou um crescimento exponencial. Sendo assim, com a absorção crescente da força de trabalho, em termos absolutos e em termos relativos, integra o modo de acumulação urbano da expansão do sistema capitalista no Brasil. “Não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia” (AMARAL *et alli*, 2004, p. 55). Trata-se do crescimento de um setor – o de serviços, em geral, “*que não é contraditório com a forma de acumulação, que não é obstáculo à expansão global da economia, que não é consumidor de excedente*” (p. 57). A fundamentação dessa interpretação é com base:

Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se reproduzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma “acumulação primitiva”. Isso quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial dos pós-anos 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infra-estrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse: antes da década de 1920, com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos, sem nenhuma preparação para uma industrialização rápida e intensa (OLIVEIRA, 2013a, p. 55).

O processo de crescimento das cidades brasileiras e as necessidades da acumulação impõem um crescimento horizontal dos serviços. Esse modo de

acumulação global da expansão do capitalismo, no país pós 1930, é fruto da desigualdade do desenvolvimento capitalista que, na famosa expressão de Trotsky, é desigual e combinada¹⁹ (OLIVEIRA, 2013a).

Esta pesquisa abarca tanto a dimensão diacrônica, quanto a sincrônica, posto que buscaremos delimitar as mudanças recentes na configuração do trabalho, ao mesmo tempo, evidenciaremos as linhas de continuidade com a história do trabalho capitalista no país. Nesse diapasão, será importante distinguir (e compreender a especificidade) o trabalho não regulamentado juridicamente, que é abordado com variadas nomenclaturas - trabalho informal, ocupação atípica, ocupação não organizada, subemprego, trabalho diferenciado, trabalho não padronizado, desemprego disfarçado, trabalho subterrâneo, atividade não fordista, ocupação sem remuneração.

Por outro ângulo, será importante compreender o trabalho regular, conhecido como emprego ou trabalho formal. Em conjunto, abordaremos o trabalho como, nas palavras de Pochmann (2002, p. 40), “[...] uma variável subordinada do processo de acumulação de capital”.

Tendo todos esses objetivos, torna-se fundamental que tratemos, também: do capitalismo mundializado, da financeirização da economia e da recente reestruturação produtiva, que reconfigura, regressivamente, essa subordinação.

O entendimento a esse respeito só tem sentido se jogar luz sobre a finalização do período virtuoso de crescimento capitalista, denominado por Mandel (1982), de “onda longa expansiva” ou os “30 anos gloriosos”, que foi seguido de forte crise das economias capitalistas mundiais.

De acordo com Mattoso (1995), desde meados dos anos 1960, o ciclo ascendente de mais de 25 anos, da economia norte-americana, dava mostras de enfraquecimento. O crescimento econômico europeu e japonês, nesses anos, apontou para os limites da expansão norte-americana do pós-guerra. Crescimento esse que estava pautado no dinamismo dos mercados internos, na difusão de bens

¹⁹ A autora faz referência à tese de León Trotsky sobre a “Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado”, presente em sua “Teoria da revolução permanente”. Trotsky detalha a possibilidade de ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países que se revela, especialmente, nos países periféricos do sistema mundial. Portanto, é possível a existência de um setor muito moderno da economia de forma combinada com um setor muito atrasado.

duráveis e no rápido progresso técnico, o que, em conjunto, universalizaram o sistema do capital.

A crise da economia capitalista, nas últimas décadas do século XX, teve características distintas da crise da década de 1930. Na primeira grande crise do século XX, a saída pôde ser articulada pela ascendente hegemonia norte-americana no pós Segunda Guerra Mundial, levando à consolidação de um padrão tecnológico e produtivo (MATTOSO, 1995).

Tal situação, por um lado, favoreceu a maior intensificação da concorrência internacional, a busca de melhores padrões de competitividade e elevação da produtividade e, por outro, criou as condições para a emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo. No entanto, na ausência de um novo padrão de desenvolvimento, onde se articulem novas relações sociais, salariais e de consumo com o novo padrão tecnológico e produtivo, e de uma nova ordem internacional, libera-se um rastro ampliado de desestruturação e incertezas (MATTOSO, 1995, p. 54).

A expansão do padrão de desenvolvimento norte-americano e a internacionalização da produção do pós-guerra, com o fordismo, foi possível, por um lado, a recuperação japonesa e europeia e, por outro lado, gestou-se uma nova crise. Essa crise emergiu, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, caracterizada pela: instabilidade financeira, queda da produtividade, acirramento da concorrência internacional, propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos (MATTOSO, 1995).

Segundo Harvey (1992), as inovações tecnológicas e organizacionais, apresentadas por Ford²⁰, eram meras extensões de tendências bem-estabelecidas, anteriormente, como, por exemplo, a forma corporativa de organização dos negócios (já aperfeiçoada pelas estradas de ferro, ao longo do século XIX). O processo de racionalização de controle do trabalho teve influência dos princípios propostos pela

²⁰ “Henry Ford (1863-1947) foi empresário norte-americano e fundador da Ford Motor Company, sendo o pioneiro na implantação da linha de montagem em série na fabricação de automóveis” (FRAZÃO, 2017a, p. 1). A data inicial simbólica do fordismo deve, por certo, ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan. Mas, o modo de implantação do fordismo foi muito mais complicado do que isso (HARVEY, 1992, p. 121). O modo de estabelecimento do fordismo constitui uma história longa e complicada de quase meio século, que dependeu de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais. Muitas dessas escolhas políticas como respostas às tendências da crise do capitalismo, particularmente nos anos 1930. Para disseminar o fordismo na Europa, foi necessário realizar alterações nas relações de classe que se iniciou na década de 1930 e teve seus resultados nos anos 1950 (HARVEY, 1992).

administração de Taylor²¹, “[...] que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas” (HARVEY, 1992, p. 121). Essa decomposição do processo de trabalho seguia padrões rigorosos de tempo e de estudo do movimento.

A separação entre gerência, concepção, controle e execução, já estava sendo utilizada em fase avançada nas indústrias. A particularidade trazida por Ford, distingue o fordismo do taylorismo, é, portanto, um reconhecimento explícito da relação entre produção de massa e consumo de massa, ou seja, ele mostra uma visão de um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho (HARVEY, 1992). Ela transformava, ao mesmo tempo, a reprodução social amalgamando-a absolutamente ao consumo capitalista, o que aprofundou a mediação social das relações de troca.

Os fracos mecanismos de intervenção estatal foram uma importante barreira que se enfrentou para a disseminação do fordismo, sendo necessário conceber um novo modelo de regulamentação, que atendesse aos requisitos da produção fordista. A solução, apontada por Keynes, era a adoção de um conjunto de estratégias administrativas e de regulamentações estatais que fossem capazes de estabilizar o capitalismo e, ainda, evitassem as repressões. Para Harvey (1992), é necessário compreender esse contexto confuso que ocorreu as tentativas distintas dos países para organizar os arranjos políticos, institucionais e sociais, que “[...] pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução” (HARVEY, 1992, p. 124).

O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão do pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico [...] Os padrões de vida se elevaram [...] O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 1992, p. 125).

²¹ Frederick Taylor (1856-1915) foi um engenheiro mecânico norte-americano. Considerado o pai da Administração Científica do trabalho, desenvolveu uma nova concepção de administração. Para a eliminação da prática da restrição da produção, ele propôs medir a máxima precisão possível (cientificamente) dos tempos necessários para a realização dos movimentos realizados pelos trabalhadores em cada processo produtivo (FRAZÃO, 2017b).

O crescimento do período pós-guerra dependeu dos compromissos e dos reposicionamentos dos principais sujeitos envolvidos, como: o Estado, o capital corporativo e a organização do trabalho. A tentativa de controle dos ciclos econômicos abarcava a combinação, por parte do Estado, de políticas fiscais e monetárias, dirigidas para as áreas de investimento público, de consumo de massa e de complemento ao salário com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, entre outros (HARVEY, 1992).

Sobre esse período, o autor destaca que os benefícios do fordismo não abarcaram a todos, a exemplo das negociações dos salários fordistas, que eram direcionados a certos setores econômicos e a certos países “[...] em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa”. Outros setores da economia “[...] dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego” (HARVEY, 1992, p. 132).

Devem-se acrescentar a isso todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional afluyente que decidira colaborar com o capital internacional (HARVEY, 1992, p. 133).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu a difusão de um padrão sistêmico de integração social, perfeitamente plausível ao expansionismo capitalista, sendo questionado, apenas, com a crise de 1970 e com o avanço das políticas neoliberais. O autor destaca, ainda, que, de um lado, houve o rompimento dos compromissos das políticas macroeconômicas com o pleno emprego e de homogeneização social do pós-guerra, causados pela desordem monetária internacional e pela crise dos Estados nacionais (POCHMANN, 2002).

Nessa direção, torna-se referência teórica, na literatura especializada, a tese da defesa de um mercado de trabalho desregulado e flexível para a geração de empregos e a integração social. Nas duas últimas décadas, são identificados vários tipos de ocupações precárias, mas essas novas formas de uso e remuneração “[...] parecem apontar para uma maior diferenciação no rendimento dos ocupados e para

a ampliação da pobreza, implicando um processo de exclusão, muito mais que de integração social” (POCHMANN, 2002, p. 12).

Para tanto, foi decisivo o chamado Consenso de Washington²², o qual instituiu um conjunto de medidas neoliberais, inicialmente, implementadas pelos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, nos anos 1980 e, posteriormente, no governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra. Na América Latina, como se sabe, a experiência piloto foi no Chile, a partir da Ditadura de Pinochet, em 1973. Mais tarde, nos anos 1990, na Argentina, no México e no Brasil.

Pochmann (2002) sumariza que as principais consequências desse acordo internacional, da reestruturação capitalista, foram os ganhos de produtividade e competitividade, acompanhada pela redução do emprego. Reforçando o que foi explorado antes, postos tradicionais são eliminados devido aos investimentos em novas tecnologias. Além disso, os empregos que permanecem, ou os que são criados, acabam sendo afetados pela incessante busca por maior produtividade e competitividade.

O declínio do trabalho na produção e a expansão da participação relativa das ocupações no setor de serviços seguem com maior intensidade uma tendência iniciada com a segunda revolução industrial e tecnológica. No entanto, sob a forma da *modernização conservadora*, são ainda mais intensas as modificações na natureza, no significado e no conteúdo do trabalho, além das alterações nas relações de trabalho (POCHMANN, 2002, p. 37).

Para os fins desta pesquisa, é importante destacar a indicação de que, nos últimos cinquenta anos, como sentencia Pochmann (2002), houve dois movimentos distintos, em relação ao mercado de trabalho nos países da América Latina, percorridos nos dois próximos parágrafos.

O primeiro movimento foi observado após as três décadas do fim da Segunda Guerra Mundial, com a predominância da expansão do emprego assalariado regular, ainda que em um quadro geral de heterogeneidade, pois, parte significativa da População Economicamente Ativa – PEA permaneceu vinculada ao subemprego (trabalho informal). Enquanto os países capitalistas centrais puderam conseguir benefícios dos altos salários do período fordista, praticamente, todos os países

²² Conjunto de políticas implementadas nos Estados Unidos e na Inglaterra e, na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. As recomendações estavam alicerçadas na austeridade fiscal, privatização e liberalização de mercado. Foram implementadas de maneira excessiva e, muito rapidamente, excluindo outras políticas que se faziam necessárias (VICENTE, 2009).

latino-americanos tiveram, como característica, a ausência de políticas econômicas e sociais que estivessem voltadas para o enfrentamento da falta de emprego.

Essa situação, talvez, sinaliza, para a pesquisa, que o modo como o capitalismo é feito envolve uma expansão, absolutamente, negativa para a condição humana, com especial perversidade nos países com desenvolvimento tardio, periférico e dependente.

O segundo movimento, mencionado pelo autor, inicia-se na década de 1970 e estende-se até os dias atuais. A característica, predominante, desse movimento é a maior precarização do mercado de trabalho. Observa-se que, a partir dessa década, sistemicamente, o capitalismo apresenta reduzida capacidade de gerar novos empregos regulares. Com isso, há: a ampliação da destruição de ocupações formais; a diminuição do poder de compra dos salários; e a ampliação da subutilização da força de trabalho (POCHMANN, 2002).

A estagnação das economias acompanhada de altas taxas de inflação e dos impactos perversos dos planos de ajustamento econômico conduzidos em vários países levaram à desaceleração no ritmo da expansão do emprego regular e elevação das taxas de desemprego. O crescimento de ocupações sem registro formal e não-assalariadas, em pequenas empresas, deu maior amplitude aos segmentos econômicos pouco organizados e à precarização do mercado de trabalho, simbolizando um quadro recente de piora no padrão de uso e remuneração da força de trabalho (POCHMANN, 2002, p. 52).

O núcleo essencial do fordismo se manteve, ao menos, até a primeira metade da década de 1970, sendo modificado com a recessão, iniciada no ano de 1973. A incapacidade do fordismo/keynesianismo de contenção das contradições inerentes do capitalismo ficou mais evidente entre os anos de 1965 e 1973, pois “[...] havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho” (HARVEY, 1992, p. 135).

Nesse período, a crise mundial foi intensificada, com a decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de aumentar os preços do petróleo. Como resultado, inicia-se um processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (HARVEY, 1992).

A consequência foi um período de reestruturação econômica e de reajuste social e político, nas décadas de 1970 e 1980.

[...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 1992, p. 140).

Reiteramos, mais uma vez, trata-se de processo denominado, por Harvey (1992), de acumulação flexível que, nas suas palavras:

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992, p. 140).

O autor elucida que o mercado de trabalho passou por radical reestruturação, imprimindo regimes e contratos de trabalho mais flexíveis diante, principalmente, da retração do poder sindical e da oferta excedente da força de trabalho.

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo (HARVEY, 1992, p. 145).

A especificidade não reside no surgimento dessas formas de trabalho (trabalho doméstico, artesanal, familiar, infantil), haja vista que já existiam, em períodos anteriores, especialmente na parte periférica do mundo. A particularidade está no fato de serem centrais para a reprodução capitalista, em fase de crise estrutural, visível a partir de 1980, como vimos insistindo em demarcar nesta pesquisa.

Apesar de ser uma nova fase da acumulação capitalista, há muitos sinais de continuidade, ao invés de, apenas, ruptura, com a era fordista/taylorista. Segundo Rodrigues (2011), de maneira geral, os teóricos estudiosos dos impactos da

reestruturação produtiva, sob a gerência da força de trabalho, concordam que tais inovações tecnológicas imprimam alguma modificação em relação à organização do trabalho. Entretanto, identifica-se, pelo menos, duas formas de interpretar as modificações: a primeira, aponta uma ruptura radical entre fordismo e toyotismo; e, a segunda, afirma o contrário, ou seja, que há mais linhas de continuidade do que de ruptura entre o fordismo e o toyotismo (RODRIGUES, 2011).

Nessa direção de apreciar as contradições da modernização capitalista das últimas décadas, Mattoso (1995) é um estudioso de renome na área. Esse autor destaca que houve um favorecimento para a intensa reestruturação econômica e produtiva da economia mundial, comandado por países avançados e com predomínio do capital reestruturado, “[...] subsumido no movimento mais geral de gestão e realização da riqueza sob dominância financeira” (MATTOSO, 1995, p. 57). A modernização apontou para um padrão tecnológico que assumiria um caráter desigual, conforme as diferentes regiões, países, empresas e indivíduos. Desigualdade que, também, expressar-se-ia na forma e na intensidade que recairia sobre os trabalhadores.

Para esta tese, é importante apreciar a observação do autor sobre os padrões de regulação macroeconômica dos países, e na divisão internacional do trabalho. A reestruturação do capital levou à regulação macroeconômica a ser, cada vez mais, dependente da coordenação das principais economias do mundo, sendo que a própria coordenação, também, vem enfrentando crescentes dificuldades (MATTOSO, 1995).

De acordo com Nobre (2017), esse novo ciclo do capital envolve um modo de organizar a produção, o trabalho e a política, com desdobramentos sobre o perfil estrutural e conjuntural do mercado de trabalho. Esse entendimento leva esta pesquisa a compreender o capitalismo em ciclos demarcados, em geral, por processos tecnológicos inovadores e crises de realização do mais valor. Por isso mesmo, situamos que as diferentes fases do capitalismo correspondem a diferentes *modelos de desenvolvimento* que são compostos por *regime de acumulação* e *modo de regulação*.

O *regime de acumulação*, refere-se à transformação conjunta e compatível das normas de produção, distribuição e uso que, a partir de princípios gerais da organização do trabalho e do uso das técnicas, garantem à acumulação capitalista. O *modo de regulação* abarca o conjunto das normas (incorporadas ou explícitas),

instituições, mecanismos de compensação, dispositivos de informação que ajustam, permanentemente, as antecipações e os comportamentos individuais à lógica do conjunto do regime de acumulação (estrutura sócio institucional).

O *modelo de desenvolvimento* incorpora um paradigma tecnológico, enquanto princípios de organização do trabalho e uso de técnicas, e um paradigma político-econômico, baseado no aparato e nos mecanismos institucionais, políticas macroeconômicas, diferentes formas de produção, distribuição e acumulação do capital (NOBRE, 2017).

O fracasso das políticas macroeconômicas neoliberais, nos países periféricos, juntamente com o processo de reestruturação econômica dos países capitalistas centrais, no decorrer da década de 1980, levou à ampliação da marginalização (crescimento acelerado e desigual das cidades, a partir da década de 1950) (MATTOSO, 1995).

Mattoso (1995) observa o início da década de 1990 como um marco, em decorrência do fim do longo ciclo de crescimento da economia mundial. Segundo ele, torna-se mais nítido o caráter das políticas neoliberais, identificado com a modernização conservadora²³. O pesquisador discorre que as transformações tecnológicas, conforme o novo padrão de produção industrial, têm, na automação²⁴ integrada flexível, um dos principais elementos.

Os processos industriais, do velho paradigma tecnológico, são revolucionados por uma nova capacidade de programação do processo de automação. Com a automação integrada flexível, verifica-se uma profunda alteração na organização e nos processos de trabalho, que incorporaram características de flexibilidade e polivalência (que executa diferentes tarefas), em contraposição à organização do trabalho taylorista/fordista.

²³ Este termo refere-se a revoluções burguesas “vindas de cima”, tecidas pelas elites dominantes, ou seja, pela via prussiana.

²⁴ A automação refere-se a mudança na produção, sendo o sentido fundamental o processo industrial como sistemas completos e integrados, desde a introdução da matéria-prima até ao acabamento no produto final. Portanto, a automação gera necessidade de profundas mudanças no processo de produção, ou seja, a automação tem como desdobramento a transformação de toda a produção. Outro aspecto da automação é o aparecimento de novos produtos. A automação poder ser definida como “[...] toda operação contínua e integrada de um sistema racionalizado de produção que utiliza equipamentos eletrônicos, ou de outro tipo, para regular e coordenar a qualidade e a quantidade da produção” (SOARES, 1998, p. 1). Cabe ressaltar que os avanços da microeletrônica possibilitaram o barateamento dos custos de processamento das informações, propiciando o aparecimento de quatro tipos de inovação: os robôs, as máquinas-ferramenta com controle numérico, os microcomputadores e os equipamentos CAD-CAM (CAD-Computer Aided Design e CAM-Computer Aided Manufacturing) (SOARES, 1998).

[...] estas mudanças alterariam o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, criando novas mas restritas relações de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os *anos dourados* do pós-guerra. Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho (MATTOSO, 1995, p. 70).

De modo geral, tem sido possível perceber, nos estudos consultados para esta tese, que a mudança tecnológica, do novo ciclo capitalista, tem consequências mais devastadoras sobre: a qualidade das relações de trabalho e as oportunidades de promoção de emprego pelo sistema.

A reviravolta concernente ao *trabalho socialmente necessário*, dinamiza a rentabilidade e a aplicação de maior capital constante, no processo produtivo, (investimento em tecnologia) amplifica as exigências de inversão de recursos, que são processos favoráveis a maior concentração de capitais, como vimos na *lei geral da acumulação capitalista*.

Nesse flanco de análise, Chesnais (1996) trará diversas contribuições a respeito da mundialização do capital, que achamos, por ora, importante trazê-las. O autor supracitado, mostra que a mundialização do capital abarca as novas formas de centralização dos gigantescos capitais financeiros, são eles: fundos mútuos e fundos de pensão. Esses capitais são os que ditam o estilo da acumulação, ou seja, são eles que controlam as novas tendências do mercado de trabalho.

O estudioso destaca, ainda, que é, na produção, que a riqueza é criada. Entretanto, é a esfera financeira que comanda a sua repartição e a sua destinação, fazendo *jorrar rios* de recursos sedentos por mais valor, em curto prazo, o que se torna possível com a desregulamentação e a precarização do trabalho.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros. Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical (CHESNAIS, 1996, p. 16-17).

O superexcedente, no nível das famílias e das empresas, como a poupança e o lucro não-distribuído, dirigiu-se para o mercado financeiro, visando a aplicação em papéis²⁵. O mercado financeiro transformou-se em ativo competidor dos fundos para a acumulação. “A aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta na alocação dos recursos. [...] Em poucas palavras, um mecanismo circular que proporcionou o ‘descolamento’ das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte de acumulação para a segunda” (OLIVEIRA, 2013a, p. 102).

Ao colocar a questão “[...] em que sentido caminhou o sistema, na sua reposição?”, Oliveira (2013a, p. 105) confirma a maior monopolização do capital e a perversa exploração do trabalho, o que significa ser o impacto no mercado de trabalho:

A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é “resolvida” pelo aprofundamento da exploração do trabalho. A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos da acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva que esteriliza parcialmente os incrementos da própria poupança; um crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita da produção é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro. O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento (OLIVEIRA, 2013a, p. 105-106).

Nessa direção, a colocação de Marx, na lei geral de acumulação capitalista, tem mostrado sua extrema atualidade: uma considerável ampliação na oferta da força de trabalho, em contraposição, a uma intensificação nos níveis da exploração da classe trabalhadora (MARX, 2013).

O impacto da ofensiva do capital, sobre a classe trabalhadora, intensifica as condições degradantes de vida e de trabalho nos diversos setores - formais e informais - da economia. Essa realidade está presente em todas as economias capitalistas, embora, seja relevante ressaltar que, na periferia, as manifestações adquirem contornos mais dramáticos, pois, não há um histórico de enfrentamento das desigualdades sociais.

²⁵ Refere-se às aplicações em aquisições de títulos públicos.

Segundo Oliveira (2013b), a combinação da terceira revolução industrial, com o movimento de mundialização do capital, faz com que a produtividade do trabalho dê um salto em direção à plenitude do trabalho abstrato. O crescimento da produtividade do trabalho é a luta para encurtar a distância entre duas grandezas: o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. “[...] trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago [...] fundem-se mais-valia absoluta e relativa” (OLIVEIRA, 2013b, p. 135).

Acrescenta, ainda, uma assertiva, que é fundamental para esta tese, qual seja: “[...] o ornitorrinco perdeu a capacidade de escolha, de ‘seleção’, e por isso é uma evolução truncada: como sugere a literatura da economia da tecnologia, o progresso técnico é incremental” (OLIVEIRA, 2013b, p. 138).

Do ponto de vista da acumulação capitalista, destaca-se que os países capitalistas, subnacionais e periféricos, primeiro, podem, apenas, copiar o descartável. Entretanto, não podem copiar a matriz da unidade técnico-científica. Segunda a acumulação realizada, em termos de *cópia do descartável*, também entra em obsolescência programada.

Diferentemente do desgaste natural dos produtos, que é um processo natural, a obsolescência programada refere-se ao processo realizado pela indústria através do qual o produto é planejado para parar de funcionar ou, ainda, tornar-se obsoleto em um curto período de tempo. De acordo com Araújo (*et alli*, 2012), a fase atual do capitalismo, caracterizada pelo intenso progresso científico e tecnológico, revela-se em um tempo histórico com a presença de maior desperdício para a humanidade. “Longe de expressar uma aleatoriedade, de fato, a ciência e as tecnologias são usadas com o objetivo de impulsionar a obsolescência programada de mercadorias e assegurar a lucratividade em menor escala temporal” (ARAÚJO *et alli*, 2012, p. 2).

A concorrência e a força dominadora do *tempo de trabalho, socialmente necessário*, exigem investimento além do limite das condições internas da acumulação, reiterando os mecanismos de dependência financeira externa.

A contradição é agudizada porque a mundialização introduz um aumento da produtividade do trabalho, sem a acumulação de capital, através da combinação da acumulação molecular-digital, com o uso da força de trabalho. Na periferia, o efeito

desse aumento da produtividade do trabalho – trabalho abstrato virtual– é devastador, sentencia Oliveira (2013b).

Para ilustrar a pertinência dessa interpretação, verificamos que, nos anos 1990, no Brasil, como reflexo da desestruturação do mercado de trabalho, em cada dez ocupações geradas entre 1989 e 1998, apenas duas eram assalariadas. Sendo assim, oito não-assalariadas e, ainda: cinco, por conta própria, e três por ocupações sem remunerações.

As ocupações sem remuneração apresentam a taxa de variação média anual de 5%. Os trabalhadores, por conta própria, eram 3%; já os empregadores, 0,8%; e os assalariados 0,48% (POCHMANN, 2002).

A partir da década de 1990, o desemprego teve a taxa nacional crescente, com poucos e breves períodos de desaceleração do desemprego (1993-1994 e 2001-2002). A partir do ano de 2004, a taxa nacional de desemprego foi decrescente, ainda, que em 2009 tenha voltado a aumentar, porém, em 2010, voltou a decrescer. Entre os anos 1970 e 2000, no Brasil, houve um aumento de desemprego de 23,4 vezes, equivalendo ao crescimento médio anual de 357 mil novos desempregados no país (POCHMANN, 2013).

Uma pesquisa de Pochmann (2013), acerca das características dos desempregados, abordou: o perfil etário, cor/raça, sexo, escolaridade, rendimento médio familiar e distribuição por região do país. Destaca-se que o perfil dos trabalhadores desempregados modificou-se durante as últimas quatro décadas.

Sobre o perfil etário, a evolução do desemprego, no Brasil, impacta os segmentos mais jovens da força de trabalho.

Considerando-se a faixa etária de até 24 anos de idade, verifica-se que na década de 1980 ela chegou a responder por 68,4% do total da quantidade de pessoas desempregadas. Atualmente, a força de trabalho com até 24 anos representa 46,4% do total do desemprego (POCHMANN, 2013, p. 35).

A evolução do desemprego significou a incorporação e o esvaziamento de distintos segmentos etários. Houve gradual elevação de desempregados entre 25 e 54 anos, que, em 1980, representava 27% do desemprego nacional e, em 2010, representou 49,9%. (POCHMANN, 2013)

Ocorreu o contrário para o segmento etário de até 13 anos e de 70 anos ou mais, pois, em 1980, correspondiam juntos por 11% e, em 2010, eram de 1%. “Em síntese, a redução do desemprego nas faixas etárias mais precoces com a simultânea elevação relativa nos segmentos etários intermediários tende a expressar a transição do desemprego conjuntural para o estrutural” (POCHMANN, 2013, p. 36), ou seja, o drama social vem sendo aprofundado, significativamente.

Conforme Pochmann (2013), a relação entre a evolução do desemprego e a cor mostra que: a ampliação do desemprego, no Brasil, foi acompanhada de maior presença da população não branca. Em 1980, eram 49,3% de não brancos, no total de desempregados e, em 2010, era de 58%.

A relação entre desemprego e sexo evidencia a existência entre elevações simultâneas da evolução do desemprego e da presença do sexo feminino, na parcela dos brasileiros sem trabalho. “Quando o desemprego era relativamente contido, ainda na década de 1970, mais de oito a cada grupo de dez brasileiros desempregados eram do sexo masculino” (POCHMANN, 2013, p. 37).

No Brasil, a partir da década de 1980, com a elevação do desemprego, ocorre maior presença do sexo feminino. “Atualmente, mais de 58% do total dos desempregados pertencem ao sexo feminino, enquanto em 1970 respondia por somente 18% do total” (POCHMANN, 2013, p. 37).

Sobre a relação entre a evolução do desemprego e a escolaridade, o pesquisador mencionado chama atenção para o crescimento dos trabalhadores de maior escolaridade, e a diminuição dos trabalhadores de menos anos de estudos. “Até o início dos anos de 1990, os trabalhadores com no máximo quatro anos de estudo dominavam o contingente de desempregados no país” (POCHMANN, 2013, p. 38).

Após os anos 1990, há a generalização do desemprego, e os trabalhadores, com menor escolaridade, deixaram de dominar o conjunto de trabalhadores. “Atualmente, os brasileiros com até 4 anos de estudos representam 16,3% do total do desemprego nacional, enquanto em 1970 respondiam por 74,2% dos brasileiros sem trabalho” (POCHMANN, 2013, p. 38).

Quanto ao rendimento médio familiar *per capita* dos brasileiros desempregados, há um predomínio dos situados na base da pirâmide social. “Entre 1970 e 2010, os trabalhadores com rendimento médio familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo mensal predominaram no conjunto dos desempregados”

(POCHMANN, 2013, p. 39). A trajetória dos trabalhadores desempregados, com renda média familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo mensal, não foi linear, pois, decresceu 28,7% entre 1970 e 2000, passando de 84,6% para 59,6%. Nos anos 2000, voltou a crescer 29,3%, representando 4/5 do total dos brasileiros sem trabalho (POCHMANN, 2013, p. 38).

Da distribuição do desemprego por grandes regiões do país, há a predominância do território com maior população. “No ano 2010, por exemplo, 75% de todo o desemprego nacional encontrava-se concentrado nas regiões Sudeste e Nordeste, enquanto em 1980 aproximava-se dos 78%” (POCHMANN, 2013, p. 40).

A pesquisa de Pochmann (2013, p. 40) aponta, ainda, que “[...] nos anos de 1980 e 2000, somente a região Sudeste respondeu por praticamente a metade do desemprego nacional” e que “[...] a região Norte foi a de menor contribuição para o desemprego nacional, pelo menos até os anos de 1980, quando perdeu posição relativa para a região Centro Oeste”

De acordo com o estudioso (2013), o crescimento inédito do desemprego, no Brasil, a partir de 1990, foi impulsionado pela adoção de políticas econômicas e sociais de corte neoliberal. Em termos nacionais, o estoque de desempregados foi multiplicado por 3,7 vezes, o que significou a existência de mais de 11 milhões de brasileiros sem trabalho no ano de 2000.

Todavia, para nós, não foram, apenas, políticas neoliberais que aprofundaram sua condição negativa para a humanidade (ainda que elas sejam parte dos fatores decisivos). Acreditamos que as exigências estruturais para a realização do valor, têm, também, sua importante contribuição.

A reestruturação do capital levou à acentuação: do processo de fragmentação e insegurança do trabalho, do desmonte das funções sociais do Estado e da ampliação da desigualdade social.

Este processo, no entanto, extrapola o mundo do trabalho e tende a afetar diretamente o cerne das sociedades e a ameaçar as suas bases existenciais, que até recentemente tinham no trabalho o eixo nuclear da solidariedade e sociabilidade. Trata-se de uma verdadeira síndrome da insegurança, relacionada à perda de uma perspectiva clara de futuro e de crescente degradação das condições de vida e de trabalho, que nas condições atuais tem gerado um novo nacionalismo, ainda menos dirigido aos estrangeiros do exterior e mais aos *estrangeiros* no interior de suas nações, mas cujo potencial de barbárie já assistimos no século XX (MATTOSO, 1995, p. 109-110).

Ao focalizar as exigências estruturais, por trás dessas manifestações descritivas, Mattoso (1995, p.110) afirma que “ [...] diferentes formas de insegurança no trabalho refletem sob diferentes prismas um mesmo problema: a liberação de tempo de trabalho em escala social em meio à ofensiva do capital reestruturado”.

Os reflexos dessa insegurança são: desemprego, trabalho parcial ou com tempo determinado, salários limitados ao tempo de trabalho individual (meritocracia) e a debilidade dos sindicatos. Lembra, ainda, que tanto Smith, quanto Marx - com visões distintas -, analisaram o que é o grande paradoxo genético da sociedade capitalista: “[...] a possibilidade do trabalho produzir cada vez mais riquezas em um tempo sempre menor” (MATTOSO, 1995, p. 110).

A questão de fundo recolocada pela transformação do padrão produtivo e tecnológico continua sem resposta: se o sistema capitalista, revigorado pela reestruturação do capital sob a *modernização conservadora*, potencia sua capacidade de produzir um número cada vez maior de novos e velhos bens e serviços (com maior ou menor qualidade, *customizados* ou *standardizados*, produzidos de maneira mais ou menos flexível) com uma quantidade cada vez menor de trabalho humano em meio a mudanças que, no limite, afetam a própria lógica capitalista, como as sociedades poderão redefinir este trabalho e o seu lugar na vida dos indivíduos e das sociedades, rearranjar a sua distribuição e a maneira de produzir e de consumir, reduzir e dividir sua duração, repartir a riqueza e a renda produzidas de maneira mais solidária e equitativa? Alguns autores como KURZ consideram que a constituição de um tal projeto não seria apenas difícil, mas impossível, seja na construção de um novo projeto de civilização e de uma nova sociedade (com a miríade de formas de apropriação e organização da vida social) ou em medidas estruturantes e de controle que a sociedade adote “pra não ser aniquilada pela ação do mercado auto-regulável (MATTOSO, 1995, p. 115-116).

Esses aportes teóricos de problematização conformam um marco de referência inicial para o estudo da lei do valor, sob o mercado de trabalho brasileiro. Além disso, identificam as características descritivas das novas formas de trabalho, que permanecem enquanto tendência histórica, e as que sofreram inflexão pós anos 1980, no Brasil. Em conjunto, esses são dados fenomênicos do mercado de trabalho atual, no Brasil, em que algumas das características mais visíveis são: o desemprego, a informalidade e a flexibilização das relações de trabalho.

1.2 Valor e dinâmica imanente do capital

Ao centralizar o valor no sócio metabolismo do capital, acreditamos ser possível entender o mercado de trabalho para além de sua expressão fenomênica de dada *oferta e demanda*, ou de uma relação entre possuidores iguais de mercadorias diferentes (força de trabalho e capital). Associadamente, considerando também, a análise de duas leis gerais do movimento do capital: a lei geral da acumulação capitalista e a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Marx considera a categoria valor como chave para entendimento da sociedade capitalista, isto é, para compreender, historicamente, o modo de produção específico. Isso significa dizer que a teoria de Marx está vertebrada em torno do valor, pois é para explicá-lo que o pensador desenvolve suas análises voltadas às relações sociais e econômicas, que caracterizam, especificamente, a sociedade mercantil capitalista.

No primeiro capítulo de “O Capital”, Marx situa que a mercadoria e seus dois fatores intrínsecos – valor de uso e valor – sustentam a produção da riqueza, na sociedade capitalista, que aparece como “[...] uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 113). Destarte, sinaliza que a investigação da sociedade mercantil deva iniciar pela própria mercadoria, muito embora seja ela a conclusão de sua pesquisa de mais de duas décadas.

É imperioso, para essa exposição, recuperar os seus argumentos, brevemente. A mercadoria é uma coisa que satisfaz às necessidades dos homens e, nessa direção, a utilidade de uma coisa qualquer significa que essa coisa possui um valor de uso. Porém, a utilidade dessa coisa não pode “flutuar no ar”, devendo, assim, ser condicionada pelas propriedades do “corpo da mercadoria”. Esse valor de uso só se efetiva no uso ou no consumo e formam o conteúdo da riqueza. A sociedade capitalista representa, ao mesmo tempo, “[...] os suportes materiais do valor de troca” (MARX, 2013, p. 114), na medida em que a marca dessa sociedade é esse intercâmbio generalizado de coisas úteis.

Segundo Marx (2013), inicialmente, o valor de troca aparece como relação quantitativa, uma vez que os valores de uso são trocados por tipos diferentes de valores de uso, numa relação que se altera no tempo e no espaço. Razão pela qual

o valor de troca parece ser algo acidental e relativo. Daí, seu esforço em exemplificar com duas mercadorias distintas, o trigo e o ferro, destacando que, independente da relação de troca que se estabeleça entre estas mercadorias distintas, será sempre representada por uma equação que tem a especificidade de igualar uma quantidade de trigo a uma outra quantidade qualquer de ferro. Essa equação mostra que existe: algo em comum, de mesma grandeza, entre duas coisas diferentes. “Ambas são, portanto, iguais a uma terceira que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca tem, portanto, de ser redutível a essa terceira” (MARX, 2013, p. 115).

O que existe em comum, nessas mercadorias distintas, não é uma propriedade natural. Entretanto, a abstração de seus valores de uso é o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. “Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada” (MARX, 2013, p. 115). Por isso, Marx (2013) ressalta que como valores de uso as mercadorias são de diferentes qualidades; e como valores de troca podem ser apenas de quantidades diferentes, podendo ser abstraído qualquer átomo de valor de uso. Se abstrairmos o valor de uso das mercadorias, restará, apenas, uma propriedade – “[...] a de serem produtos do trabalho” (p. 116).

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também a diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallert*] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi dispendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias (MARX, 2013, p. 116).

Ou seja, um valor de uso só possui valor porque nele está materializado trabalho humano abstrato. E a forma pela qual se mede a grandeza desse valor é “por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’ ”, ou seja, “[...] da quantidade de trabalho nele contida” (p. 116). Sendo a quantidade de trabalho medida pelo seu tempo de duração; e sendo o tempo de trabalho o padrão de medida, em frações determinadas de tempo, por exemplo, a hora e o dia.

O trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (MARX, 2013, p. 117).

Portanto, a quantidade de trabalho, socialmente necessário, ou ainda, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso, determinará a grandeza do seu valor. Ao que temos é que mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuirão a mesma grandeza de valor.

No que concerne a grandeza de valor de uma mercadoria, é importante destacar que essa permanece constante, caso permaneça igualmente constante ao tempo de trabalho para a sua produção. Entretanto, o tempo de trabalho requerido para a sua produção alterara-se, de acordo com a mudança na força produtiva do trabalho. Essa força produtiva do trabalho, por sua vez, será determinada conforme diversas circunstâncias como, por exemplo: a destreza dos trabalhadores; o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; a forma de organização da produção; os tipos dos meios de produção; as condições naturais (MARX, 2013).

Na esteira de Marx, Anselm Jappe (2006) destaca que a forma valor (em que a moeda é sua forma acabada) é simples. Porém, há mais de dois mil anos, o espírito humano esforça-se para conhecer seu segredo, tendo sido possível, somente, na era do modo de produção capitalista, por meio da expressão social, que assumiu-se nas relações sociais de produção de riquezas. Isso levou Marx denominar a mercadoria como a “célula germinal” de toda a sociedade burguesa. A mercadoria é considerada, por ele, elementar não por pressuposto e, sim, por encerrar os traços essenciais do modo de produção capitalista.

O intercâmbio de mercadorias é possível, porque a substância, que é comum a todas elas, é o trabalho que as criou; o trabalho é o elemento comum e idêntico, nas diferentes mercadorias. Mais, ainda, como o trabalho gera valor e é medido pela sua duração, o que é comum às mercadorias é à respectiva quantidade de tempo de

trabalho de produção. Ou seja, o valor de uma mercadoria corresponde à quantidade de tempo de trabalho necessário para produzi-la. “O trabalho que compõe o valor não conta portanto senão como puro dispêndio de tempo de trabalho, sem consideração pela forma específica em que o tempo foi despendido” (MARX, 2013, p. 27). Essa forma de trabalho, Marx nomeou-a como trabalho abstrato. Enquanto o tempo empregado para produzir um determinado produto, ele chamou de “tempo de trabalho socialmente necessário”.

Para o teórico, se a produtividade do trabalho for alterada, o valor das mercadorias também será alterado. O trabalho abstrato e o valor criado por ele, não possuem nada de material e de concreto; são abstrações sociais (JAPPE, 2006).

O valor que cria não tem existência empírica, antes existe apenas na cabeça dos homens que vivem numa sociedade em que os bens tomam habitualmente a forma mercadoria. É somente o valor enquanto “substância comum” das mercadorias que as torna susceptíveis. Porém, esta substância comum, ou seja, o tempo de trabalho abstracto, é uma abstracção que não pode manifestar-se, adquirir uma forma sensível, senão de modo indirecto: nas relações de uma dada mercadoria com outras mercadorias [...] O ser-valor de uma mercadoria encontra portanto a sua forma na *forma natural*, no valor de uso, de uma outra mercadoria (JAPPE, 2006, p. 29).

Essa dinâmica expõe que a mercadoria contém uma contradição que vem à luz na relação de troca com outra mercadoria; o seu valor de uso e o seu valor (ou seja, a existência da mercadoria enquanto representação de uma determinada quantidade de trabalho abstrato), não existem de forma pacífica, uma ao lado da outra e, sim, existem numa relação de conflito. Afinal, a mercadoria é a unidade de duas determinações de uma mesma coisa, sendo que essas determinações não são simplesmente diferentes – e, sim, uma exclui a outra. Haja vista que “[...] o valor de uso é o contrário do valor, o trabalho concreto é o contrário do trabalho abstrato, o trabalho privado é o contrário do trabalho social” (JAPPE, 2006, p. 36). Dessa forma, a mercadoria possui um conflito, que é perpétuo e dinâmico, ainda que todas as mercadorias constituam-se de alguma forma de trabalho.

Nessa direção, Jappe (2006), a partir de Marx, traz-nos que o trabalho abstrato não é um pressuposto, ao contrário, ele existe somente no capitalismo sendo a sua principal característica, o trabalho abstrato, que é o trabalho contido na mercadoria.

Detalhando melhor a categoria trabalho abstrato, o autor destaca que ela é uma abstração que torna-se realidade, uma vez que, se todas as mercadorias devem ser trocadas entre si, entendemos que o trabalho contido nelas, também, deve ser, imediatamente, trocado. E, só pode ser imediatamente trocável, se for igual em todas as mercadorias (ou seja, se for o mesmo trabalho): o trabalho contido em uma mercadoria deverá ser igual ao trabalho contido em todas as outras mercadorias. “Na medida em que se representam no valor, todos os trabalhos valem somente enquanto “dispêndios da força humana de trabalho. O respectivo conteúdo concreto é apagado; os trabalhos equivalem-se todos entre si”²⁶ (JAPPE, 2006, p. 39).

Rubin (1987) esclarece que a partir da divisão social do trabalho, todos os produtores de mercadorias são vinculados num sistema unificado, denominado economia nacional – espécie de organismo produtivo, em que as partes se relacionam e condicionam mutuamente. Esse vínculo é criado através da troca, no mercado, em que as mercadorias dos produtores isolados aparecem de forma despersonalizada. As conexões entre as empresas individuais (e autônomas) ocorrem através da comparação do valor dos bens. No mercado, os produtores das mercadorias não aparecem como pessoas e, sim, como proprietários de coisas, ou seja, de mercadorias. A interação e a influência da atividade de realizar trabalho dos produtores individuais de mercadorias, acontece através das coisas, isto é, através dos produtos do trabalho de cada um, no momento da troca, que ocorre no mercado.

Rubin (1987) destaca que por “coisas” entende-se produtos do trabalho, conforme Marx. Além disso, pontua que qualificar o conceito de “coisa” é indispensável, diante da análise de “coisas” no mercado, vinculadas à atividade produtiva humana. “A circulação de coisas, na medida que estas adquirem

²⁶ “O valor dos diferentes trabalhos representa-se numa forma material, o valor de troca, que nas condições mais evoluídas toma a forma de uma quantidade determinada de dinheiro. O dinheiro representa algo de abstrato – o valor, e representa-o enquanto algo de abstrato. Uma soma de dinheiro pode representar qualquer valor de uso, qualquer trabalho concreto. Onde a circulação de bens for mediada pelo dinheiro, a abstração tornou-se algo bastante real. Podemos então falar de uma “abstracção real” (JAPPE, 2006, p. 39). O dinheiro serve para mediar a troca de mercadorias, ao que temos que nas sociedades pré-capitalistas apenas uma minoria dos produtos que toma a forma de mercadoria, então, temos a fórmula de circulação simples de Mercadoria M–D–M (Mercadoria–Dinheiro–Mercadoria). Já na sociedade mercantil desenvolvida, Marx resume a fórmula de circulação como: D–M–D (Dinheiro–Mercadoria–Dinheiro). E, mais, o essencial nessa operação refere-se ao fato de que vai do dinheiro ao dinheiro e que, para ter sentido para os que dela participam, a soma do dinheiro que surge no final deve ser maior do que a soma inicial. Portanto, a fórmula D–M–D só existe sob a forma “dinheiro–mercadoria–mais dinheiro”, ou seja: D–M–D’. Assim, o autor afirma que a conversão da fórmula M–D–M na fórmula D–M–D’ encerra em si toda a essência do capitalismo (JAPPE, 2006).

propriedades sociais específicas, de valor e dinheiro, não só expressa relações de produção entre os homens, mas a cria” (RUBIN, 1987, p. 25). Isso é central para entender a subordinação do mercado de trabalho ao metabolismo do capital e, portanto, sua subsunção à relação entre coisas, portanto, a sua imanente desumanização.

Ainda que o produtor seja livre para produzir o que desejar em sua empresa, ao levar esse produto final no mercado, não será livre para determinar as proporções da troca, devendo submeter-se às condições do mercado (RUBIN, 1987). Isso significa que, já no processo de produção, o produtor se vê forçado a adaptar a sua atividade às condições desejadas pelo mercado. A dependência do produtor, em relação ao mercado, significa “[...] que sua atividade produtiva depende da atividade produtiva de todos os membros da sociedade” (RUBIN, 1987, p. 23).

A coisa adquire características sociais específicas, numa economia mercantil (por exemplo, as propriedades de valor, o dinheiro, o capital, etc.), graças às quais a coisa não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre as coisas (RUBIN, 1987, p. 24).

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem (MARX, 2013, p. 149).

Ao mesmo tempo, isso realiza-se como totalidade, é “[...] tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana, quanto um processo que se desenvolve através de relações específicas, histórico-econômicas, de produção” (RUBIN, 1987, p. 27). Na sociedade capitalista, dissemelhantemente de outras formações sociais, os diferentes elementos da produção, quais sejam os meios de produção, força de trabalho e a terra, pertencem a três diferentes classes sociais, são elas: capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras. Constituem-se, portanto, de uma forma social particular. “Os meios de produção aparecem como capital, o trabalho como trabalho assalariado, a terra como objeto de compra e venda” (RUBIN, 1987, p. 32).

Há, dessa forma, na sociedade capitalista, a independência entre os elementos técnicos de produção, já que pertencem a sujeitos econômicos separados - capitalista, trabalhador assalariado e proprietário de terra-, não existindo relações

permanentes e diretas entre eles, pois, os três são possuidores de mercadorias e são, formalmente, independentes um do outro. “As relações de produção diretas entre eles ainda têm de ser estabelecidas na forma que é usual aos possuidores de mercadorias, a saber, na forma de *compra e venda*” (RUBIN, 1987, p. 33). Isso torna o trabalho capitalista uma aventura e, ao mesmo tempo, uma espécie de aprisionamento, na percepção de Rubin (1987) acerca do pensamento de Marx.

Outra concepção importante é elucidada, ao lembrar que, na sociedade mercantil capitalista, os indivíduos isolados relacionam-se entre si através das relações de produção e não como membros da sociedade, “[...] não como pessoas que ocupam um lugar no processo social de produção, mas como proprietários de coisas determinadas” (RUBIN, 1987, p. 34).

A coisa, mercadoria, desempenha a função técnica, no processo de produção material (possui valor de uso), e, também, desempenha a função social de vinculação entre as pessoas. Com isso, observamos que, na sociedade mercantil capitalista, as pessoas mantêm relações de produção diretas, enquanto proprietárias de mercadorias (de coisas). Por essa razão, as coisas passam a adquirir características sociais particulares. Como resultado, ao invés de “[...] relações sociais diretas entre indivíduos que trabalham” (RUBIN, 1987, p. 35), como se estabelece numa sociedade com a economia organizada, temos “[...] relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas” (p. 35).

A relação básica entre os produtores individuais de mercadorias, que realizam troca dos produtos do seu trabalho, “[...] confere aos produtores a propriedade específica de intercambialidade que parece então ser uma propriedade natural dos produtos: a particular ‘forma de valor’” (RUBIN, 1987, p. 45-46).

Rubin (1987) transfigura a assertiva liberal da *mão invisível* do mercado como força coesiva, defendendo que a lei do valor é a lei de *equilíbrio* da economia mercantil.

O aumento da produtividade do trabalho expressa-se numa diminuição da quantidade de trabalho concreto que é dispendida de fato, em média, na produção. Como resultado disto (devido ao duplo caráter do trabalho, como trabalho concreto e trabalho abstrato), a quantidade de trabalho considerado como “social” ou “abstrato”, isto é, como parte do trabalho total, homogêneo, da sociedade, diminui. O aumento da produtividade do trabalho modifica a quantidade de trabalho abstrato necessária para a produção. Provoca uma modificação no valor dos produtos do trabalho. Uma modificação do valor dos produtos afeta, por sua vez, a distribuição do trabalho social entre os diversos ramos de produção (RUBIN, 1987, p. 82).

Na forma social do intercâmbio generalizado – que Marx chamou de *uma coleção de mercadorias* - é, precisamente, através dos valores das mercadorias (atividades de produtores independentes) que se chega à unidade produtiva, ou seja, à economia social, assim como, às inter-relações e condicionamentos mútuos do trabalho dos indivíduos na sociedade. “O valor é a correia de transmissão do movimento dos processos de trabalho de uma parte a outra da sociedade, tornando essa sociedade um todo em funcionamento” (RUBIN, 1987, p. 98).

Os estudos de Rubin (1987) auxiliaram esta pesquisa a entender que o “segredo” da expressão valor – “a *igualdade e equiparação do valor de todos os trabalhos*, enquanto são e pelo fato de serem todos eles trabalho humano em geral”, só pode existir a partir da fase “[...] em que a *ideia da igualdade humana* já possuísse a firmeza de um preconceito popular.” Para que isso acontecesse, era necessária a configuração da atual sociedade, “[...] em que a *forma-mercadoria* é a forma geral assumida pelos produtos do trabalho” (RUBIN, 1987, p. 102).

Só é possível entender a natureza do valor, como descreve Marx, numa sociedade em que a crença no *fetichismo* da igualdade entre as pessoas, adquiriu a força de um preconceito popular. Rubin afirma que a teoria do valor esclarece a sociedade de produtores mercantis em coesão “[...] a relação de produção básica que une produtores mercantis autônomos. Esta relação é básica porque gera a economia social (o objeto da Economia Política) como uma totalidade indiscutível, embora flexível” (RUBIN, 1987, p. 104).

Na economia mercantil, o trabalho de um produtor isolado não possui força de dinâmica social, pois trata-se do trabalho na forma concreta e ele não entra, diretamente, na economia social. O trabalho torna-se social, somente, ao adquirir a forma de trabalho socialmente igualado. Dito de outra forma, o trabalho torna-se social ao adquirir a propriedade de ser igual: torna-se social, se for igual, e a igualação do trabalho realiza-se através da igualação das coisas (RUBIN, 1987).

A sociedade visível como aglomeração de intercâmbio generalizado é explicada pelo papel do processo de troca, na economia mercantil – igualador dos produtos do trabalho, enquanto valores.

A discussão dessas categorias analíticas foi necessária para esta tese, dado que observamos as mudanças do padrão de produção de valor, nos ciclos

capitalistas, e seu impacto no trabalho, o que, nas últimas décadas, reconfiguraram o trabalho e as regulações jurídico-políticas que o embasam. Por isso, consideramos relevante para a análise do trabalho, no Brasil, considerar o valor da força de trabalho, que é uma mercadoria, como os demais processos de reprodução social subsumidos como mercadorias, no curso da expansão capitalista (da generalização do trabalho abstrato).

As formas de trabalho, no Brasil, no período pós-década de 1980, são caracterizadas, principalmente, pela precarização, informalidade e flexibilização das relações de trabalho, são resultantes do processo de realização do valor e intensificados pela *mundialização do capital*, com forte processo de *financeirização*.

A gênese da *mundialização do capital* é o próprio capital, na medida em que a expansão do capital é uma condição sistêmica. Encontramos, no Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 2010), a indicação de que a burguesia busca a conquista da terra inteira, pressionada pela necessidade de mercados mais extensos para escoar seus produtos, angariar matérias-primas e encontrar trabalho barato. O ciclo contemporâneo da mundialização tem suas raízes nesse fundamento imanente do sistema do capital.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam a ser nos dias de hoje. São suplantadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas: essas indústrias não empregam mais matérias-primas locais provenientes das mais longínquas regiões, e seus produtos acabados não são mais consumidos somente *in loco*, mas em todas as partes do mundo, ao mesmo tempo. As antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar as novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos países e dos climas mais remotos. A auto-suficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações. Isso vale tanto para as produções materiais quanto para as intelectuais (MARX; ENGELS, 2010, p. 29-30).

Quanto à *financeirização*, trata-se da etapa do regime de acumulação mundial que se abre a partir de 1990, cujo traço específico e diferenciador é a financeirização do capital industrial e a constituição de sua dominação por organizações financeiras não bancárias. O termo financeirização abarca a subordinação do capital industrial, a critérios próprios de valorizações da esfera financeira, como a própria dominância daquele pelo capital dessa última esfera (CHESNAIS, 1996).

Para entender isso, é preciso recompor o argumento de Marx, de que o aumento da produtividade do trabalho expressa-se na diminuição do tempo de trabalho dispendido na produção, levando a quantidade de trabalho social, ou abstrato, da sociedade, a aumentar, de modo que a busca pela valorização do valor leva ao aumento da produtividade do trabalho, ele, por sua vez, modifica o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, repercutindo-se sobre: o preço da força de trabalho; o quantitativo de emprego; e a qualidade das relações de trabalho.

Essa busca desenfreada pelo intercâmbio de mercadorias, transfigura o trabalho, por meio dessa desumanização, ao generalizar tudo à condição de mercadoria. Sem a forma capitalista, mostra Marx, o trabalho é condição humana, porque o trabalho é:

[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo do trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 255-256).

Assim, como se sabe, a atividade laboral exige o esforço dos órgãos que trabalham e a vontade orientada a um fim. Então, “[...] os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 256). O processo de trabalho é, portanto, atividade orientada a um fim: a produção de valores de uso.

No processo de trabalho, a atividade do homem, com auxílio dos meios, realiza a transformação do objeto de trabalho, a partir de uma finalidade anteriormente definida. Nessa discussão acerca do processo de trabalho e de valorização, Marx sinaliza sobre a categoria Formação Social e Econômica, que será discutida no item 1.1.2. Ele menciona que “A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas

têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2013, p. 257).

Desse modo, o processo é terminado no produto, que é um valor de uso, isto é “[...] material natural adaptado às necessidades humanas (MARX, 2013, p. 258). Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele é objetivado, e o objeto está trabalhado” (MARX, 2013, p. 258). Mas, isso seria dessa forma caso desconsiderássemos todo o processo de valorização, como mencionado anteriormente.

Outro aspecto relevante é que um valor de uso possui funções (posições) distintas, no processo de trabalho, podendo aparecer como: matéria-prima, meio de trabalho ou produto final. A modificação da função do valor de uso levará, também, à modificação da determinação do valor de uso. Essa natureza universal do processo de trabalho não é alterada pelo fato do trabalhador realizá-la para o capitalista, pois, a transformação do modo de produção, através da subordinação do trabalho ao capital, ocorre posteriormente (MARX, 2013).

No processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos: o trabalho pertence ao capitalista, já que ele controla a consecução do trabalho; e o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador (produtor direto) (MARX, 2013).

Por se constituir em processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho é revelador de dois fenômenos:

O trabalhador labora sob controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria (MARX, 2013, p. 262).

O produto que pertence ao capitalista é um valor de uso, que deverá ser também uma mercadoria, um valor, um mais-valor. A mercadoria é uma unidade de

valor de uso e valor, conforme já mencionado e, portanto, “[...] seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor” (MARX, 2013, p. 263).

O processo de produção, como processo de formação de valor, parte do suposto da determinação do valor da mercadoria pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, ou seja, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção – tempo de trabalho socialmente necessário. Para o valor, é indiferente o valor de uso particular de um determinado produto, tendo que possui algum valor de uso. O tempo de trabalho utilizado, nessa seara, não pode ultrapassar o tempo necessário de trabalho sob as condições sociais dadas para a produção. Assim, “[...] não se trata mais, aqui, da qualidade, do caráter e do conteúdo específicos do trabalho, mas apenas de sua quantidade” (MARX, 2013, p. 266). Nesse sentido,

O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fios ou botas, é apenas uma *conditio sine qua non* [condição indispensável], já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais-valor do que aquele que ela mesma possui. Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem abrir mão do outro (MARX, 2013, p. 270).

A formação de valor e a valorização, conforme Marx, são duas faces da mesma moeda, no capitalismo. Afinal,

[...] se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, Ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização (MARX, 2013, p. 270).

O processo de valorização repõe o argumento a respeito da contradição entre as coisas úteis e o intercâmbio de mercadorias. Na forma social capitalista, “O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de

trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 273).

O trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo [...] Pelo contrário, é pelo mero acréscimo de novo valor que ele conserva o valor anterior. Mas como a adição de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores anteriores incorporados no produto são dois resultados completamente distintos que o trabalhador atinge ao mesmo tempo, durante o qual ele trabalha, no entanto, uma única vez, conclui-se que essa duplicidade do resultado só pode ser explicada pela duplicidade de seu próprio trabalho. Um lado do trabalho tem de criar valor ao mesmo tempo que seu outro lado tem de conservar ou transferir valor (MARX, 2013, p. 277).

A forma antiga do valor de uso desaparece, reaparecendo uma nova forma. O trabalhador “[...] adiciona valor ao material por meio de seu trabalho, não como trabalho de fiação ou de carpintaria, mas como trabalho abstrato, trabalho social em geral” (MARX, 2013, p. 278). Ou seja, “[...] é por sua qualidade abstrata, geral, como dispêndio de força humana de trabalho, que o trabalho do fiandeiro adiciona um valor novo aos valores do algodão e dos fusos” (p. 278).

Marx (2013) destaca que o máximo de perda de valor suportado, no processo de trabalho, é limitado pelo valor, originalmente ingressado no processo de trabalho, ou seja, pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção, contido em todas as mercadorias consumidas produtivamente.

O que é consumido, nos meios de produção, é o valor de uso, sendo através desse consumo que o trabalho cria valores, conservando seu valor (e não consumido ou reproduzido), pois, o valor de uso original desaparece para se incorporar em outro valor de uso. Assim, “[...] o valor dos meios de produção reaparece, assim, no valor do produto, porém não se pode dizer que ele seja reproduzido. O que é reproduzido é o novo valor de uso, no qual reaparece o antigo valor de troca” (MARX, 2013, p. 285).

Acerca disso, Marx (2013) afirma que com o fator subjetivo do processo de trabalho ocorre algo distinto, uma vez que o trabalho – atividade humana orientada a um fim – transfere ao produto o valor dos meios de produção, conservando novo valor (valor adicional). O autor exemplifica, com uma situação de interrupção do processo de produção, no instante em que o trabalhador produziu o equivalente do valor da sua força de trabalho. Nesse caso, esse novo valor apenas repõe o dinheiro investido pelo capitalista, na compra da força de trabalho.

O processo de trabalho, entretanto, estende-se para além do tempo necessário para reproduzir, no objeto, o equivalente do valor da força de trabalho. “[...] por meio da ação da força de trabalho, não apenas seu próprio valor se reproduz, mas também se produz um valor excedente. Esse mais-valor constitui o excedente do valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto” (MARX, 2013, p. 286). Se esses elementos formadores do produto são os meios de produção e a força de trabalho, temos que “[...] o excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos formadores é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente desembolsado” (p. 286).

Nesse raciocínio, poder-se-ia dizer que quanto mais capital destinado à valorização, maiores as possibilidades de ocupação para os trabalhadores. Marx (2013) menciona que a *sorte dos trabalhadores* é mais complexa e, por isso, explica que o capital se desdobra em capital constante e capital variável, sendo que os investimentos de capital constante não ampliam postos de trabalho. O referido autor, denomina de capital constante a parte do capital convertida em meios de produção, ou seja, em matérias-primas, matérias auxiliares, maquinário e tecnologia, cuja grandeza de valor não sofre alteração durante o processo de produção. Já o que é por ele denominado de capital variável, é a parte do capital voltada para os gastos com a força de trabalho, que provoca modificações no processo de produção, portanto:

Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável (MARX, 2013, p. 286).

Nessa direção, reiteramos, mais uma vez, que Marx (2013) considera que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho nela contido, sendo essa quantidade é socialmente determinada, enquanto a alteração do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, exerce efeito retroativo sobre a antiga mercadoria, já que o valor é mensurado pelo trabalho necessário para a sua produção, sob as condições sociais presentes.

Assim como uma mudança no valor dos meios de produção, mesmo que ocorrendo posteriormente à atuação destes últimos no processo, não altera seu caráter como capital constante, tampouco uma mudança na proporção entre capital constante e variável afeta as respectivas funções dessas duas formas de capital. As condições técnicas do processo de trabalho podem ser revolucionadas de modo que, por exemplo, se antes dez trabalhadores, usando dez ferramentas de baixo valor, trabalhavam uma quantidade relativamente pequena de matéria-prima, agora apenas um trabalhador, usando uma máquina mais cara, trabalha uma quantidade de matéria-prima cem vezes maior. Nesse caso, tem-se um grande aumento de capital constante, isto é, da quantidade de valor dos meios de produção empregados, e uma grande diminuição da parte variável do capital, investida na força de trabalho. Tal mudança, no entanto, altera apenas a relação quantitativa entre o capital constante e o variável, ou a proporção em que o capital total se decompõe em seus componentes constante e variável, mas não afeta em nada a diferença entre os dois (MARX, 2013, p. 287-288).

Por meio da explicação da taxa do mais-valor, Marx (2013) trata do grau de exploração da força de trabalho, destacando que “[...] a valorização do valor de capital [*Kapitalwert*] adiantado C, apresenta-se, de início, como excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção” (MARX, 2013, p. 289). O capital (C) decompõe-se em duas partes: uma quantia de dinheiro, que é gasta com meios de produção (c); e uma quantia gasta com força de trabalho (v). Portanto, originalmente $C = c + v$, sendo “C” capital, “c” meios de produção e “v” força de trabalho. Ao final do processo de produção, devido ao valor dos elementos consumidos, C transforma-se em C’, e a fórmula transforma-se em $C' = (c + v) = m$, sendo que o valor do capital constante reaparece no produto.

O mais-valor é consequência da mudança de valor de “v”, ou seja, a parte do capital transformada em força de trabalho. A mudança do valor e suas condições de mudança é obscurecida pelo seguinte fato: “[...] em consequência do crescimento de seu componente variável tem-se também um crescimento do capital total adiantado” (MARX, 2013, p. 290).

Observamos, assim, que numa parte do processo de trabalho, o trabalhador produz, apenas, o valor referente a sua força de trabalho, ou seja, o valor dos meios necessários para a sua própria subsistência; não de forma direta, mas na forma de uma mercadoria particular. Essa parte da jornada de trabalho em que ocorre essa reprodução, Marx chama de “tempo de trabalho necessário” e chama de “trabalho necessário”, o trabalho que é despendido durante esse tempo. Destaca, ainda, ser “[...] necessário ao trabalhador, porquanto é independente da forma social de seu

trabalho, e é necessário ao capital e seu mundo, porquanto a existência contínua do trabalhador forma sua base” (MARX, 2013, p. 293).

No período seguinte do processo de trabalho (segundo período), o trabalhador trabalha além do necessário, custa trabalho e dispêndio de trabalho para o trabalhador. Porém, não cria-se valor para o próprio trabalhado, gerando mais-valor para o capitalista. Marx denomina a parte da jornada de trabalho de “tempo de trabalho excedente”; já o trabalho despendido de “mais-trabalho”. É importante entender o valor como coágulo de tempo de trabalho, trabalho objetivado; e entender o mais-valor como coágulo de tempo de trabalho excedente, mais-trabalho objetivado (MARX, 2013). Nessa lógica, acrescenta que:

Como, por um lado, o valor do capital variável é igual ao valor da força de trabalho por ele comprada, e o valor dessa força de trabalho determina a parte necessária da jornada de trabalho, enquanto o mais-valor, por outro lado, é determinado pela parte excedente da jornada de trabalho, concluímos que o mais-valor está para o capital variável como o mais-trabalho está para o trabalho necessário [...] A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista [...] De modo que o trabalhador trabalha metade da jornada para si e a outra metade para o capitalista (MARX, 2013, p. 294).

Isso posto, Marx (2013) preocupa-se em dizer que o capitalista transforma dinheiro em capital, como uma condição imanente, de valor que gera valor, como força sistêmica. Menciona, ainda: a soma do trabalho necessário e do mais trabalho constitui a grandeza absoluta do seu tempo de trabalho, que é a jornada de trabalho. Sobre a jornada de trabalho, o autor dedica um longo capítulo, no Livro I da obra “O Capital”, como brevemente retratamos em seguida.

Marx (2013) parte do pressuposto de que a compra e a venda da força de trabalho pelo seu valor, como de qualquer outra mercadoria, são determinados pelo tempo de trabalho necessário a sua produção. Sendo assim, se “[...] a produção dos meios de subsistência médios diários do trabalhador requer 6 horas de trabalho, então ele tem de trabalhar 6 horas por dia para produzir diariamente sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido em sua venda” (MARX, 2013, p. 305). Entretanto, ainda não está dada a grandeza da jornada de trabalho, sendo ela uma grandeza variável e não constante. Além do mais, a jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo prolongar-se acima de um certo limite. O limite da força de trabalho, por sua vez, conforme Marx (2013, p. 306) traz que:

Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações. Desse modo, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações (MARX, 2013, p. 306).

Acrescenta, ainda, que:

O capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antitomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. E assim a regulação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora (MARX, 2013, p. 309).

Nessa análise, Marx (2013) destaca que o mais trabalho não é uma invenção do capital, uma vez que em qualquer lugar que houver uma parte da sociedade detentora dos meios de produção, o trabalhador, seja ele livre ou não, deverá adicionar, ao tempo de trabalho necessário: a sua auto conservação e um tempo de trabalho excedente. Dessa forma, produzirá os meios de subsistência para os donos dos meios de produção.

A produção capitalista - produção de mais-valor- produz, ao prolongar a jornada de trabalho, a debilitação da força humana de trabalho, assim como, o esgotamento da própria força de trabalho. Com isso, uma jornada de trabalho normal pode até ser de interesse do próprio capital, dependendo das condições históricas.

O pesquisador salienta, ainda, a respeito das leis, conforme ele, elas são ardilosas do mercado e não dependem da boa ou má vontade do capitalista

individual, pois “[...] a livre-concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (p. 343).

Posto isso, supõe que o valor da força de trabalho, ou a “parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução ou conservação da força de trabalho” (MARX, 2013, p. 375) como grandeza constante. Destaca, também, que o capital variável é a expressão monetária do valor total das forças de trabalho empregadas pelo capitalista. Logo, a grandeza do capital variável está na razão direta do número de trabalhadores empregados. A partir disso, o autor endossa que o valor de uma força média de trabalho é constante e, mais, que os trabalhadores empregados pelo capitalista são trabalhadores médios²⁷.

A investigação, perseguindo as categorias marxistas principais, evidencia que Marx (2013), de fato, destaca que a massa do mais-valor, produzida pelo trabalhador individual, é determinada pela taxa de mais-valor e, para essa explicação, mostra três leis, são elas:

1. primeira lei- a massa do valor produzido é determinada pela relação entre o número das forças de trabalho exploradas pelo capitalista e o grau de exploração da força de trabalho individual;
2. segunda lei- a produção de uma determinada massa de mais-valor, “a diminuição de um fator pode ser compensada pelo aumento do outro”. Nesse caso, supõe-se, então, que se o capital variável diminui, poderá haver compensação através do aumento proporcional de exploração da força de trabalho. No tocante, Marx (2013) adverte que o aumento da taxa de mais-valor, ou do prolongamento da jornada de trabalho, possui limites que são insuperáveis. Ressalta, também, que o valor total da produção diária de um trabalhador é sempre menor que o valor incorporado em 24 horas de trabalho, aspecto de suma importância para a consideração da tendência do capital de redução máxima do número de trabalhadores empregados;
3. terceira lei- resultante da massa de mais-valor produzida pela taxa de mais-valor e pelo capital variável adiantado. O autor elucida a relação direta entre capital variável e a massa do valor e mais-valor produzidos. A massa de valor e mais-valor produzida por um capitalista dependerá da

²⁷ Em casos excepcionais, o mais-valor produzido não aumenta na mesma proporção do número dos trabalhadores explorados, mas então tampouco o valor da força de trabalho permanece constante (MARX, 2013, p. 376).

massa que ele colocará em movimento, haja vista a existência de limitação da jornada de trabalho.

Ora, sabe-se que o capitalista divide seu capital e duas partes. Uma ele aplica em meios de produção, e essa é a parte constante de seu capital. A outra parte ele investe em força viva de trabalho, e essa parte constitui seu capital variável. Num mesmo modo de produção, ocorre em diferentes ramos da produção uma divisão diferente entre as partes constante e variável do capital. No interior do mesmo ramo de produção, essa proporção varia conforme a modificação da base técnica e da combinação social do processo de produção. Mas independente do modo como um dado capital venha a se decompor em suas partes constante e variável, seja a proporção da última para a primeira de 1 por 2, 1 por 10 ou 1 por x, a lei que acabamos de formular não é afetada em nada, pois, de acordo com a análise anterior, o valor do capital constante reaparece no valor do produto, porém não integra o novo produto de valor criado (MARX, 2013, p. 378).

Outras sinalizações abordadas, na obra, mostram que o capital desenvolve-se para, de fato, assumir o comando sobre o trabalho (força de trabalho em atividade). O capitalista (capital personificado) é responsável pela relação coercitiva com a classe trabalhadora, que executa mais trabalho do que lhe é exigido, por conta de suas necessidades vitais. Portanto, é um trabalho diretamente compulsório (MARX, 2013).

Até esse ponto, verificamos que Marx (2013) trata da parte da jornada de trabalho equivalente ao valor da força de trabalho paga pelo capital (tempo de trabalho necessário / capital adiantado), que é uma grandeza constante. O teórico acrescenta que, se o tempo de trabalho necessário é constante, a jornada de trabalho total é variável. Acrescenta, ainda, que o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho, pode ser reduzido. Considerando a duração da jornada de trabalho, “[...] o prolongamento do mais-trabalho tem de resultar da redução do tempo de trabalho necessário, em vez de, ao contrário, a redução do tempo de trabalho necessário resultar do prolongamento do mais-trabalho (MARX, 2013, p. 389).

Assim, enquanto na produção de mais-valor, na forma até aqui considerada, o modo de produção foi pressuposto como dado, para a produção de mais-valor por meio da transformação do trabalho necessário em mais-trabalho é absolutamente insuficiente que o capital se apodere do processo de trabalho tal como ele foi historicamente herdado ou tal como ele já existe, limitando-se a prolongar a sua duração. Para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção. O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo (MARX, 2013, p. 390).

Através do aperfeiçoamento, o capitalista apropria-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho, comparado com os demais capitalistas do mesmo ramo de produção. Esse capitalista realiza, individualmente, o que é realizado em larga escala pelo capital na produção do mais-valor relativo. “Por outro lado, esse mais-valor adicional desaparece assim que o novo modo de produção se universaliza e apaga-se a diferença entre valor individual das mercadorias barateadas e seu valor social” (MARX, 2013, p. 393). Temos que “[...] o processo inteiro só afeta a taxa geral do mais-valor se o aumento da força produtiva do trabalho afetar os diferentes ramos da produção e, portanto, baratear as mercadorias” (p. 393). Mercadorias essas que integram aos meios básicos de subsistência sendo, portanto, elementos constitutivos do valor da força de trabalho.

A economia do trabalho, oriunda do desenvolvimento da sua força produtiva, não objetiva a redução da jornada de trabalho e, sim, a redução do tempo de trabalho necessário para produzir determinada quantidade de mercadorias. Esse desenvolvimento da força produtiva do trabalho, busca diminuir, encurtar, a parte da jornada de trabalho correspondente ao tempo que o trabalhador tem para trabalhar para si mesmo (tempo de trabalho necessário / capital adiantado); em detrimento do prolongamento da parte da jornada de trabalho, que ele trabalha gratuitamente para o capitalista (trabalho excedente / trabalho não pago / mais trabalho / mais-valor) (MARX, 2013).

No início da produção capitalista, supõe-se o aumento do processo de trabalho, fornecendo produtos (mercadorias) numa escala maior que anteriormente. O ponto de partida da produção capitalista é a “[...] atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar [...] para a produção do mesmo

tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista” (MARX, 2013, p. 397). Nessa direção, inicialmente, a manufatura²⁸ pouco se diferencia da indústria artesanal da corporação, exceto pelo número maior de trabalhadores ocupados.

Conforme explicitado anteriormente, a massa do mais-valor, produzida por um determinado capital, equivale ao mais-valor gerado por um trabalhador individual, multiplicado pelo número de trabalhadores ocupados. Podem ocorrer modificações individuais dentro de certos limites sem que ocorram modificações na composição da massa do mais-valor. Isso porque “o trabalho objetivado em valor é trabalho de qualidade social média e, portanto, a exteriorização de uma força de trabalho média” (MARX, 2013, p. 397). Seguindo essa reflexão, temos que “[...] uma grandeza média só existe como média de diferentes grandezas individuais da mesma espécie” (p. 397).

Os possíveis desvios individuais são compensados uns pelos outros e desaparecem, ao considerarmos um número maior de trabalhadores. Entretanto, é necessário que haja um mínimo de eficiência no trabalho. O autor aborda, também, que a produção capitalista encontra meios para efetivação da necessária eficiência, uma prática destacada, na produção capitalista, e que relaciona-se com a busca pela eficiência no trabalho, é a cooperação, que é uma exigência produtiva, é “[...] a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, ao mesmo processo de produção” (MARX, 2013, p. 400).

Essa atividade pode ser realizada em processos de produção diferentes, desde que possuam conexão, não se tratando de mero aumento da força produtiva individual e, sim, de uma força produtiva criada que deve ser uma força de massas. Observamos que a cooperação, no modo de ser do capital, leva ao encurtamento, diminuição do tempo de trabalho necessário para a fabricação do produto total.

²⁸ Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII (MARX, 2013, p. 411).

Sem considerar a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa força conjunta, o simples contato social provoca, na maior parte dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais [*animal spirits*] que elevam o rendimento dos trabalhadores individuais, fazendo com que uma dúzia de indivíduos forneça, numa jornada de trabalho simultânea de 144 horas, um produto total muito maior que o de doze trabalhadores isolados, cada um deles trabalhando 12 horas, ou que o de um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. A razão disso está em que o homem é, por natureza, se não um animal político, como diz Aristóteles, em todo caso um animal social (MARX, 2013, p. 401).

Essa cooperação dos trabalhadores é um efeito do capital que os emprega, ou seja, as conexões de suas funções e a unidade com a produção, reside no capital, logo, fora deles. Por isso, a conexão existente entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores “idealmente”, isto é, “como plano preconcebido”, praticamente, como “autoridade do capitalista” (MARX, 2013, p. 407).

Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, o capitalista transfere a função de supervisão (direta e contínua) dos trabalhadores a um tipo particular de assalariado: dirigentes, gerentes, suboficiais (supervisor assalariado). A cooperação é a forma básica do modo de produção capitalista, sendo sua configuração simples, aparecendo ao lado de suas formas mais desenvolvidas (MARX, 2013).

Assim como a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, também a própria cooperação aparece como uma forma específica do processo de produção capitalista, contraposta ao processo de produção de trabalhadores autônomos e isolados, ou mesmo de pequenos mestres. É a primeira alteração que o processo de trabalho efetivo experimenta em sua subsunção ao capital. Tal alteração ocorre natural e espontaneamente. Seu pressuposto, a ocupação simultânea de um número maior de trabalhadores assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista, que por sua vez coincide com a existência do próprio capital. Se, portanto o modo de produção capitalista se apresenta, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se apresenta, por outro lado, como um método empregado pelo capital para explorá-lo de maneira mais lucrativa, por meio do aumento de sua força produtiva (MARX, 2013, p. 410).

Conforme Marx (2013), a divisão do trabalho manufatureiro é criação específica do modo de produção capitalista, já a cooperação é fundada na divisão do trabalho, assumindo a forma clássica da manufatura. A manufatura surge de dois modos: na reunião de trabalhadores de diversos ofícios autônomos, numa mesma oficina; e sob comando do mesmo capitalista (cooperação simples). Neste caso, os

produtos passam pelas diferentes mãos até a fase final da produção; e, de forma oposta, na união de trabalhadores (artesãos) com o mesmo tipo de produto, reunidos na mesma oficina e pelo mesmo capitalista. Sendo assim, a manufatura introduz a divisão do trabalho no processo de produção ou, ainda, desenvolve a divisão do trabalho já existente; e combina ofícios que eram, até então, separados. Independente do ponto de partida da manufatura, a finalidade é a mesma: “[...] um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 2013, p. 413).

Nessa direção, Marx (2013) acentua a relação entre a divisão do trabalho, na manufatura; e a divisão do trabalho, na sociedade, sendo essa relação constitutiva da base geral de toda a produção de mercadorias. A base da divisão do trabalho, mediada pela troca de mercadorias, é a separação entre cidade e campo, sendo que a história econômica da sociedade pode ser resumida no movimento dessa antítese.

Uma distinção entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão do trabalho, na sociedade em que, no primeiro, o trabalhador parcial não produz mercadoria, supondo a autoridade do capitalista sobre os homens que se constituem como engrenagens de um mecanismo a que ele pertence; e, no segundo, o trabalhador vende força de trabalho e produz mercadoria, confrontando produtores autônomos de mercadorias, reconhecendo a concorrência como autoridade.

Desse modo, desenvolve-se uma organização do trabalho social, que submete-se a uma autoridade - concorrência, coerção - excluindo, ou desenvolvendo de forma mínima, parcial, a divisão do trabalho, na oficina. Um aspecto relevante (MARX, 2013) é que um número maior de trabalhadores submetidos ao comando do mesmo capitalista, é ponto de partida da cooperação e da manufatura. Todavia, é a divisão manufatureira do trabalho que traz a necessidade técnica do aumento dos trabalhadores empregados. “Enquanto a cooperação simples deixa praticamente intocado o modo de trabalho dos indivíduos, a manufatura o revoluciona desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes” (p. 434).

A divisão manufatureira do trabalho cria uma determinada organização do trabalho social, além disso, desenvolve uma nova força produtiva social do trabalho. Ela é uma forma particular de produção de mais-valor ou de aumento da valorização do capital ou de riqueza social, são as novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. “[...] aparece, por um lado como progresso histórico e momento

necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade”. E “[...] como meio para uma exploração civilizada e refinada” (MARX, 2013, p. 438).

O produto da divisão manufatureira do trabalho levou à produção das máquinas que suprimiram a atividade artesanal como “[...] princípio regulador da produção social” (MARX, 2013, p. 443). Isso ganha expressão ao discorrer sobre a maquinaria²⁹ e a grande indústria, quando Marx (2013) trata do trabalho infantil e do trabalho feminino³⁰ e, ainda, das primeiras legislações fabris que, em conjunto, mostram a supremacia do capital na dinâmica social voltada para a produção do mais-valor.

Posto isso, o teórico diferencia a manufatura da maquinaria. Enquanto, na manufatura, a revolução no modo de produção é iniciada com a força de trabalho; na maquinaria (na grande indústria), inicia-se como meio de trabalho, tendo o objetivo de baratear as mercadorias e diminuir o tempo de trabalho necessário, aumentando o tempo de trabalho não pago, sendo, dessa forma, um meio de produzir mais-valor³¹.

Isso pode ser cotejado no período da manufatura, quando se desenvolve os primeiros elementos científicos e técnicos da grande indústria. Nas palavras de Marx, “na manufatura, portanto, vemos a base técnica imediata da grande indústria”

²⁹ “Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e, por fim, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho [...] se examinarmos mais detalhadamente a máquina-ferramenta, ou máquina de trabalho propriamente dita, nela reencontramos, no fim das contas, ainda que frequentemente sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas usados pelo artesão e pelo trabalhador da manufatura, porém não como ferramentas do homem, mas ferramentas de um mecanismo ou mecânicas (MARX, 2013, p. 446-447).

³⁰ “À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista na maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade (MARX, 2013, p. 468).

³¹ Marx (2013) trata do efeito retroativo do sistema fabril sobre a manufatura e o trabalho domiciliar. Diferente do período da manufatura, a divisão do trabalho imposta pela maquinaria, sempre que possível, utilizará o trabalho feminino, infantil e dos trabalhadores não qualificados que abarca a produção em larga escala (independente do emprego da maquinaria) e, também, a chama indústria familiar. Importante frisar que esta indústria familiar moderna se difere da indústria domiciliar antiga (artesanato urbano e economia camponesa independente). A indústria familiar moderna se converteu, nas palavras de Marx (p. 533), em “departamento externo da fábrica, da manufatura ou da grande loja”. Além dos trabalhadores fabris, manufatureiros e artesãos, o capital movimenta através dos fios invisíveis, esse exército: dos trabalhadores domiciliados.

(2013, p. 456). A máquina da Revolução Industrial³² levou a substituição do trabalhador que maneja uma ferramenta por um mecanismo que opera diversas ferramentas de uma só vez. O número de máquinas passou a ser movido, simultaneamente, e de forma crescente. Como desdobramento, a distinção entre a cooperação de várias máquinas, de mesmo tipo do sistema de maquinaria. Dessa forma, a máquina passa a executar os movimentos necessários para processar a matéria-prima, não precisando do auxílio do homem, apenas de sua assistência. Tem-se, assim, um sistema automático de maquinaria, a maquinaria, por sua vez, não cria valor; por outro lado, ela possui valor e o transfere ao produto, constituindo-se num componente desse produto.

A maquinaria entra por inteira no processo de trabalho, contudo entra, parcialmente, no processo de valorização (MARX, 2013). A produtividade da maquinaria³³ é, inversamente, proporcional à grandeza da parcela do valor que ela transfere ao produto, pois “[...] quanto mais tempo ela funciona, maior é a massa de produtos sobre a qual se reparte o valor por ela adicionado, e menor é a parcela de valor que ela adiciona à mercadoria individual” (MARX, 2013, p. 476).

A maquinaria produz mais-valor, relativo ao desvalorizar, de forma direta à força de trabalho e, também de forma indireta, através do barateamento das mercadorias que entram em sua reprodução. Cabe ressaltar que, “[...] o mais-valor provém unicamente da parcela variável do capital”, sendo que “[...] a massa do mais-valor é determinada por dois fatores: a taxa do mais-valor e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados” (p. 479).

³² Cabe ressaltar que a revolução no modo de produção industrial e agrícola levou a revolução nas condições mais gerais do processo de produção social, como nos meios de comunicação e de transporte (MARX, 2013, p. 457).

³³ “A subordinação técnica do trabalhador ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho, constituído de indivíduos de ambos os sexos e pertencentes às mais diversas faixas etárias, criam uma disciplina de quartel, que evolui até formar um regime fabril completo, no qual se desenvolve plenamente o já mencionado trabalho de supervisão e, portanto, a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e capatazes, em soldados rasos da indústria e suboficiais industriais” (MARX, 2013, p. 496).

Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto (MARX, 2013, p. 480).

O prolongamento da jornada de trabalho, provocado pela maquinaria, desenvolve o fenômeno da intensificação do trabalho que terá como desdobramento a revolta da classe trabalhadora contra o Estado, no intuito de reduzir essa jornada. Quando ocorre a diminuição da jornada de trabalho, a máquina é convertida “[...] no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo” (MARX, 2013, p. 484).

A diminuição da jornada de trabalho, por sua vez, ocorrerá de duas maneiras: aceleração da velocidade das máquinas; e ampliação da escala da maquinaria³⁴. Associadamente, a maquinaria desloca trabalhadores nos ramos de atividade em que é introduzida, podendo, por isso, gerar aumento de ocupações em outros ramos do trabalho. Esse efeito, entretanto, não tem nada em comum com a teoria da compensação, sobretudo porque isso ocorre de modo desigual e anárquico, além de não haver controle sobre o avanço tecnológico e a economia de força de trabalho que provoca.

Paralelamente, vimos, na investigação, que os tipos de trabalho merecem atenção que, diretamente se fazem como trabalho produtivo, mesmo que ao fim não sejam de um produtor individual direto, que Marx está ocupado, mas das transformações em um produto social, ou seja, num “produto comum de um trabalhador coletivo” (p. 577). Assim, a ampliação do caráter produtivo do processo de trabalho é acompanhada da ampliação do trabalho produtivo e, também, do seu portador: o trabalhador produtivo.

³⁴ Cabe ressaltar sobre a luta do trabalhador contra a maquinaria foi iniciada com a própria relação capitalista, ou seja, no período manufatureiro, sendo, a partir da introdução das máquinas, que o trabalhador luta contra o meio de trabalho (modo material de existência do capital). A exemplo, durante o século XVII, houve revoltas dos trabalhadores, na Europa, uma máquina de tecer fitas e galões. Diversas outras revoltas ocorreram nas décadas seguintes contra a maquinaria e a destruição massinha de máquinas teve o nome de ludismo (MARX, 2013).

O conceito de trabalho produtivo se estreitará na medida em que a produção capitalista não é produção de mercadorias; é produção de mais-valor. Portanto, “[...] só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou que serve à autovalorização do capital” (MARX, 2013, p. 578).

Por outro lado, o valor da força de trabalho não é definido pelo que se produz. A variação da grandeza do preço da força de trabalho e do mais-valor, tem importância, sendo que o valor da força de trabalho “[...] é determinado pelo valor dos meios habitualmente necessários à subsistência do trabalhador médio” (MARX, 2013, p. 587). A massa dos meios de subsistência é dada, em certa época de determinada sociedade, devendo ser tratada como grandeza constante, podendo variar o valor dessa massa. Há, ainda, dois fatores que determinam o valor da força de trabalho: os custos de seu desenvolvimento (que se alteram com o modo de produção); e a sua diferença *natural* (masculina ou feminina, madura ou imatura).

Nessa direção, buscamos compreender melhor o pensamento de Marx (2013) sobre a transformação do valor (preço) da força de trabalho em salário. Na sociedade burguesa, o salário do trabalhador é entendido como o preço do trabalho, tratado como valor do trabalho³⁵. Entretanto, o autor ressalta que o valor de uma mercadoria é a forma objetivada do trabalho social, que foi gasto para a sua produção, sendo a grandeza de seu valor medida pela grandeza do trabalho nela contido. “No mercado, o que se contrapõe diretamente ao possuidor de dinheiro não é, na realidade, o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho” (p. 607).

O teórico destaca, ainda, que na expressão “valor do trabalho”, o conceito de valor se apaga e converte-se em seu contrário. Nessa direção, é de extrema importância a transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma salário, pois essa manifestação possibilita dar invisibilidade à efetiva relação e, ainda, alude ao fetiche da liberdade dos contratantes no mercado.

³⁵ Marx destaca que esse equívoco, em relação à consideração do “valor do trabalho”, em detrimento do “valor da força de trabalho, era cometido pela economia política clássica e sobre isto destaca: “Portanto, o que ela chama de valor do trabalho (*value of labour*) é, na verdade, o valor da força de trabalho, que existe na personalidade do trabalhador e é tão diferente de sua função, o trabalho, quanto uma máquina de suas operações. Ocupada com a diferença entre os preços de mercado do trabalho e seu assim chamado valor, com a relação entre esse valor e a taxa de lucro, e entre ele e os valores-mercadoria produzidos mediante o trabalho etc., a economia política nunca descobriu que o curso da análise não só tinha evoluído dos preços do trabalho no mercado a seu valor presumido, mas chegara a dissolver novamente esse mesmo valor do trabalho no valor da força de trabalho” [...] o valor do trabalho é apenas uma expressão irracional para o valor da força de trabalho (MARX, 2013, p. 609).

O salário assume formas variadas, a exemplo do salário por tempo e salário por peça. Considerando que a venda da força de trabalho ocorre por determinados períodos de tempo, o salário por tempo pode expressar a forma direta do valor diário, semanal, ou de outras unidades de tempo. Nessa situação, a soma de dinheiro recebida pelo trabalhador é o salário nominal, podendo representar um preço diferente de acordo com a extensão da jornada de trabalho, existindo métodos para diminuir o preço do trabalho sem rebaixar o valor nominal do salário (diário ou semanal), mas também “[...] quanto mais longa é a jornada de trabalho num ramo da indústria, mais baixo é o salário” (MARX, 2013, p. 618).

A outra forma de salário é o salário por peça, que é uma forma modificada do salário por tempo que, por sua vez, é forma modificada do valor ou do preço da força de trabalho (MARX, 2013). No salário por peça, a qualidade do trabalho é controlada pelo produto, pois ele tem de possuir uma qualidade média para apagar, de forma integral, o preço de cada peça e “[...] sob esse aspecto, o salário por peça se torna a fonte mais fértil de descontos salariais e de fraudes capitalistas” (p. 623). Proporcionando, ao capitalista, uma medida determinada para a intensidade do trabalho, pois, é a forma-salário que controla a qualidade e a intensidade do trabalho, tornando supérflua parte da supervisão do trabalho. Sendo assim, é a forma de salário a mais adequada ao modo de produção capitalista.

Contudo, a diversidade nacional dos salários não é pequena, sendo as variações na grandeza de valor da força de trabalho provenientes do preço e do volume das necessidades vitais; dos custos da educação do trabalhador; do papel do trabalho feminino e do trabalho infantil; da produtividade do trabalho, assim como, de sua grandeza (extensiva e intensiva). Sendo que a intensidade média do trabalho varia em cada país: “[...] as diferentes quantidades de mercadorias do mesmo tipo, produzidas em diferentes países no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes” (MARX, 2013, p. 632). Assim, “[...] o valor relativo do dinheiro será, portanto, menor na nação com modo de produção capitalista mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvida”³⁶ (p. 632).

³⁶ “J. W. Cowell, membro da Comissão Fabril de 1833, após uma metódica investigação da indústria de fiação, concluiu que ‘na Inglaterra, os salários são geralmente mais baixos para o fabricante do que no continente europeu, ainda que para o trabalhador possam ser mais altos’ (MARX, 2013, p. 633).

Chegamos, nesse ponto, na discussão do processo de acumulação do capital, enquanto reprodução simples (que significa continuidade, no processo de produção) e no processo de produção ampliada (transformação de mais-valor em capital). Para Marx (2013), o “[...] processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução”; sendo que “[...] as condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução” (p. 641).

A continuidade do processo de produção - a reprodução simples-, acaba por converter todo capital em capital acumulado ou mais-valor capitalizado. Conforme discutido anteriormente, para que haja transformação de dinheiro em capital, não basta a produção de valor e a circulação de mercadorias, sendo necessária a separação e o confronto entre o possuidor dos meios de produção e subsistência e o possuidor da força de trabalho. Essa separação é o ponto de partida do processo de produção capitalista, entretanto, esse ponto de partida é sempre produzido através da continuidade do processo, ou seja, da reprodução simples, e “[...] perpetuando-se como resultado próprio da produção capitalista” (p. 645).

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e de fruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está alienado dele [*ihm selbst entfremdet*], apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. Sendo processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que comprem pessoas, em meios de produção que se utilizam dos produtores. Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como o capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sine qua non* da produção capitalista (MARX, 2013, p. 646).

Dessa forma, a produção capitalista, considerada como processo de reprodução, não produz, apenas, mercadorias, mais-valor. Mas, sim, produz e

reproduz a separação entre capitalista e trabalhador assalariado, que é a própria relação capitalista³⁷ (MARX, 2013).

Agora, sobre o processo de produção capitalista ampliado (transformação de mais-valor em capital), o autor sinaliza que, além de examinar o surgimento do mais-valor do capital (já realizado aqui), torna-se necessário ver de que forma o capital surge do mais-valor, sendo que:

[...] a aplicação de mais-valor como capital ou a reconversão de mais-valor em capital é a própria acumulação de capital [...] O valor do capital foi originalmente adiantado na forma de dinheiro; já o mais-valor, ao contrário, existe desde o início como valor de uma parte determinada do produto bruto. Se este é vendido, convertido em dinheiro, o valor do capital readquire sua forma primitiva, mas o mais-valor transforma seu modo originário de existência. A partir desse momento, porém, tanto o valor do capital como o mais-valor são quantias de dinheiro, e sua reconversão em capital se efetua exatamente do mesmo modo. O capitalista aplica tanto um como o outro na aquisição de mercadorias que o capacitem a recomençar a fabricação de seu artigo e, desta vez, numa escala ampliada. Mas, para adquirir essas mercadorias, é preciso que ele as encontre prontas no mercado (MARX, 2013, p. 656).

Para que haja acumulação, segundo Marx (2013), é necessário a transformação de uma parte do mais-produto em capital, só sendo possível transformar em capital o que é utilizável no processo de trabalho (os meios de produção e os meios de subsistência). Em suma, para o autor, “o mais-valor só pode ser convertido em capital porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital” (p. 656).

Para que esses componentes funcionem, é necessário que haja uma quantidade adicional de trabalho, sendo essa questão já solucionada pela produção capitalista, ao reproduzir a classe trabalhadora como classe dependente do salário, ou seja, “[...] como classe cujo salário habitual basta não somente para garantir sua conservação, mas também sua multiplicação” (MARX, 2013, p. 657).

Para que o mais-valor se transforme em capital, deve haver incorporação dessas forças de trabalho suplementares. “A acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva. O ciclo da reprodução simples se modifica e se transforma [...] perfazendo uma espiral” (p. 657).

³⁷ Marx (2013) destaca que o consumo individual do trabalhador é improdutivo para ele próprio, já que, apenas, reproduz o indivíduo necessitado. Entretanto, é produtivo para o capitalista e para o Estado, pois, reproduz a força produtora de riqueza.

A compra e a venda da força de trabalho são a forma (aparência) com que se organiza a produção de riquezas na sociedade capitalista; e a troca que o capitalista realiza de uma parte do trabalho objetivado alheio, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio, é o conteúdo, ou seja, a sua essência.

Nesse diapasão, é possível compreender os *fiões invisíveis* que ligam o *que se vê como o que se é*, conseqüentemente, percebe-se que a reprodução simples cede lugar à reprodução ampliada, à acumulação, sendo que “[...] na primeira, o capitalista dissipa o mais-valor inteiro; na segunda, ele dá provas de sua virtude burguesa consumindo apenas uma parte e transformando o resto em dinheiro” (MARX, 2013, p. 661). Portanto, o mais-valor (ou mais-produto) não é, exclusivamente, fundo de consumo do capitalista, muito menos nem fundo de acumulação; ele é os dois, ao mesmo tempo: uma parte é consumida pelo capitalista, como renda, e a outra parte é aplicada como capital, ou é acumulada, e quem opera essa divisão é o próprio capitalista (proprietário do mais-valor).

Notadamente, ao incorporar os dois elementos que formam originalmente a riqueza - força de trabalho e terra-, o capital adquire força expansiva, permitindo-lhe estender a acumulação. Além disso, a acumulação, ainda, depende do grau de produtividade do trabalho social, conforme mencionamos anteriormente (MARX, 2013).

Esses fatores da produção social são abordados por Marx (2013), ao traçar a lei geral da acumulação, em que evidencia a dinâmica do desenvolvimento capitalista, que aludimos brevemente algumas páginas atrás. Sinaliza que, para a acumulação, é fundamental o investimento de recursos como capital, que aparecem na mão do capitalista como composição de capital desmembrada em dois sentidos: aspecto do valor (proporção do capital repartido em capital constante, ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho – soma dos salários) e aspecto da matéria, que é a forma de funcionamento no processo de produção (capital dividido em meios de produção e força viva de trabalho). A primeira, denomina de composição do valor; e a segunda, denomina de composição técnica do capital, existindo estreita relação entre as duas.

Em termos simples, parece que para que haja crescimento do capital, é necessário que haja crescimento do componente variável, ou seja, crescimento da força de trabalho. “Uma parte do mais-valor transformado em capital adicional tem de se reconverter sempre em capital variável ou fundo adicional de trabalho” (MARX,

2013, p. 689). Pode ocorrer, em determinados períodos, a absorção do crescimento da força de trabalho e da demanda dos trabalhadores pelas necessidades do capital, tendo como resultado o aumento dos salários. Entretanto, essas circunstâncias “[...] mais ou menos favoráveis” não alteram o caráter fundamental da produção do capital.

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de trabalho, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 2013, p. 690).

Existe uma relação de dependência entre o aumento do capital e o aumento dos assalariados, gerado pelo processo de acumulação. Os assalariados “[...] convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, têm de perpetuar sua relação de dependência para com seu produto, personificado no capitalista” (MARX, 2013, p. 692).

Nessas condições de acumulação, consideradas *favoráveis aos trabalhadores* (grifos nossos), a relação de subordinação dos trabalhadores, em relação ao capital, é tolerável. “Do próprio mais-produto crescente desses súditos [...] refluí para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de modo que podem ampliar o âmbito de seus desfrutes” (MARX, 2013, p. 694-695). Entretanto, assim como as melhorias nos vestuários e na alimentação não eliminam a relação de dependência e exploração de um escravo, também não eliminam as relações de dependência e exploração do assalariado. Com isso, o aumento do preço do trabalho, decorrente da acumulação do capital, significa que

[...] o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-las menos constringentes [...]. A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital (MARX, 2013, p. 695).

O que condiciona o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago, por parte do trabalhador, é o salário. Sendo que “[...] o aumento dos salários denota, no melhor dos casos, apenas a diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de executar” (MARX, 2013, p. 695). Notamos, ainda, na pesquisa, que “tal diminuição jamais pode alcançar o ponto em que ameace o próprio sistema” (p. 695-696). Dessa forma, “[...] a grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário” (p. 696).

De acordo com Marx (2013), a lei da produção capitalista é resultante da relação entre capital, acumulação e taxa dos salários. Ou seja, relação entre trabalho não pago (transformado em capital) e trabalho adicional (que coloca em movimento o capital adicional). Sendo assim, é uma relação entre duas grandezas dependentes.

Nessa direção, Marx (2013, p. 697) ressalta:

Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior (MARX, 2013, p. 697).

Na sua origem, a acumulação do capital aparecia como ampliação quantitativa, realizando-se “[...] numa contínua alteração qualitativa de sua composição, num acréscimo constante de seu componente constante à custa de seu componente variável” (MARX, 2013, p. 704). Contudo, com o avanço da acumulação, são modificadas as proporções entre a parte constante e a parte variável do capital. “Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total, em vez de [...] crescer na mesma proporção dele” (p. 704-705). O investimento de capital, tendencialmente, amplia-se, no quesito

capital constante, com o aperfeiçoamento do maquinário e outras tecnologias, poupadores, relativamente, de trabalho vivo.

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (MARX, 2013, p. 705).

Marx (2013), até esse ponto, está hipoteticamente considerando como pressuposto que o “[...] acréscimo ou decréscimo do capital variável corresponde exatamente ao acréscimo ou decréscimo do número de trabalhadores ocupados” (MARX, 2013, p. 710). Entretanto, explica seguidamente que:

Exercendo comando de um número igual ou até decrescente de trabalhadores, o capital variável cresce, no entanto, se o trabalhador individual fornece mais trabalho e, com isso, aumenta seu salário, ainda que o preço do trabalho se mantenha igual ou caia, só que num ritmo mais lento do que o do aumento da massa de trabalho. O crescimento do capital variável torna-se, então, o índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados (MARX, 2013, p. 711).

E, ainda:

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital (MARX, 2013, p. 715).

Esses aportes foram fundamentais para as reflexões na pesquisa, sendo importante mencionar que ocorre, concomitantemente, à lei da queda tendencial da taxa de lucro³⁸, como um movimento imanente do sistema, em razão de suas contradições internas.

Verificamos que Marx destaca, em linhas gerais, que o crescimento gradual do capital constante possui, como resultado, uma *queda gradual na taxa de lucro*, sendo que a taxa do mais-valor, mantém-se constante (grau de exploração do

³⁸ “O lucro não é outra coisa senão o mais-valor calculado sobre o capital social, e a massa do lucro, sua grandeza absoluta, é, portanto, socialmente considerada, igual à grandeza absoluta do mais-valor” (MARX, 2017, p. 255).

trabalho pelo capital). Essa relação constitui-se, em lei do modo de produção capitalista, que “[...] conforme este se desenvolve, opera-se uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante e, assim, em proporção ao capital total mobilizado” (MARX, 2017, p. 250). Nas palavras do teórico:

A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro. Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza (MARX, 20017, p. 251, grifos do autor).

Para Marx (2017, p. 251), “[...] esta lei constitui o mistério de toda a economia política desde Adam Smith e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas tentativas de lhe dar uma solução”. Destaca, ainda, que a taxa de mais-valor, que se expressa na taxa de lucro, variará de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, sendo que, quanto mais capacitada tecnologicamente for a economia, menor será a taxa geral de lucro.

A partir dessa pontuação, entendemos, portanto, que Marx (2017) compreende a dinâmica capitalista como desigual, no mundo, estando os países em diferentes estágios de desenvolvimento capitalista. Sendo assim, a taxa de mais-valor – como um dos fatores da taxa de lucro - pode ser maior no país com jornada de trabalho normal mais curta. Isso ocorre mesmo que haja a tendência de aumento da parte de capital destinada aos meios de trabalho, em detrimento relativamente do trabalho vivo, que tende a diminuir.

[...] na medida em que diminui relativamente o capital variável, isto é, na medida em que se desenvolve a força produtiva social do trabalho, uma massa maior de capital total é necessária para pôr em movimento a mesma quantidade de fora de trabalho e absorver a mesma massa de mais-trabalho. Por isso, na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista, desenvolve-se a possibilidade de uma população trabalhadora relativamente supranumerária, não porque a força produtiva do trabalho social *diminui*, mas porque *aumenta*, isto é, não por uma desproporção absoluta entre trabalho e meios de existência ou meios para a produção desses meios de existência, mas por uns desproporção decorrente da exploração capitalista do trabalho, da desproporção entre o crescimento progressivo do capital e sua necessidade relativamente decrescente de uma população cada vez maior (MARX, 2017, p. 260).

O desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, expressa-se na tendência da queda progressiva da taxa de lucro e, também, no aumento constante da massa absoluta do mais-valor (ou do lucro apropriado). Assim, “[...] em geral, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos” (MARX, 2017, p. 261). Nessa direção, “[...] quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, uma quantidade cada vez maior de capital é requerida para ocupar a mesma força de trabalho e, mais ainda, para ocupar uma força de trabalho crescente” (p. 261). O que gera uma superpopulação relativa – fenômeno importante para o objeto desta tese, tendo em vista o acirramento do desemprego das formas atípicas de trabalho, nos últimos trinta anos.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, para Marx (2017), em razão da enorme massa de capital fixo (maquinaria) que entra no processo social de produção, a dificuldade que, antes era de explicar a queda da taxa de lucro crescentemente, passa a ser a dificuldade de identificar as razões dessa queda não ser maior e mais rápida.

Para essa explicação, ele sinaliza as *influências contra-arrestantes*, que tencionam a ação da lei geral, de modo que a queda da taxa de lucro é uma tendência que pode ser revertida por meio de: aumento do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; disciplinamento imposto pelo desemprego e a ampliação da superpopulação relativa; além de fatores exógenos do comércio exterior.

Por esses achados da pesquisa, em sua dimensão teórica, consideramos ser possível problematizar o mercado de trabalho capitalista, entendendo o âmago por detrás da relação entre *demanda e oferta* de livres contratantes. Questionamos: “o quê é o mercado de trabalho?” Qualquer resposta para essa indagação, depende da abordagem teórica de referência. De imediato, entendemos que, a partir do marco teórico marxiano, o mercado não é um local (território físico) para que as relações de compra e venda se realizem, mas, sim, uma abstração coesiva da sociedade das relações de troca.

A concepção que predomina, nos estudos meramente descritivos de mercado de trabalho, é de um “‘lugar’ (eventualmente abstrato) onde o conjunto de ofertas e de demandas de emprego se confronta e as quantidades oferecidas e demandadas se ajustam em função do preço, isto é, dos salários no mercado de trabalho” (OLIVEIRA; PICININI, 2011, p. 1519).

De acordo com Oliveira; Picicini (2011), o mercado de trabalho pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas teóricas: liberal (*mão invisível*), marxista (relações de poder e exploração), neoclássica (qualificação) e keynesiana³⁹ (interferência do Estado).

Em relação à interpretação liberal sobre o mercado de trabalho, ela é orientada pelas análises de Adam Smith que, no final do século XVIII, considerou o funcionamento do mercado de trabalho como sendo igual aos demais mercados. Defendendo que os comportamentos das empresas e dos indivíduos visam à maximização do bem-estar, em que a demanda de emprego depende do nível de salário, do montante de capital variável investido. Nesse sentido, o trabalho é considerado um produto da relação entre os trabalhadores vendedores e os empregadores compradores (OLIVEIRA; PICININI, 2011).

Adam Smith sustentou que a riqueza de uma nação depende da disposição da quantidade e da qualidade de trabalho que ela possa dispor. A partir do final do século XVIII, começa a expor suas ideias sobre uma economia regida pela “mão invisível do mercado”, sendo tal ilação completada por estudos posteriores de outros economistas clássicos. Na primeira metade do século XIX, com as intensas modificações em curso na sociedade, decorrentes da Revolução Industrial, David Ricardo considerou o trabalho já como mercadoria. Entretanto, o trabalho e a força-de-trabalho teriam um preço natural, pois, dependeriam de hábitos e costumes dos povos a que se referem (VIEIRA, 2012).

Numa perspectiva distinta, como mostramos atrás, conforme Marx, a força de trabalho é uma mercadoria e a sua aplicação, na produção de riquezas, envolve a exploração e o estranhamento dos trabalhadores sobre o processo e o produto do trabalho. A propriedade dos meios de produção, somada ao desenvolvimento tecnológico, possibilita ao capitalista a manutenção de uma parcela de trabalhadores sem trabalho (desempregados), sendo essa uma dinâmica estrutural sistêmica.

³⁹ Refere-se a John Maynard Keynes, que foi um importante economista inglês do século XX. Suas ideias chocaram-se com o pensamento neoclássico, ao levantar questões fundamentais para a reforma do capitalismo, ainda que muito limitada para solucionar a anarquia sistêmica. Defendeu a intervenção estatal para minimizar as instabilidades do mercado. Sua obra mais importante foi Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicada em 1936 (BARRETO, 2009).

O disciplinamento, inerente a essa condição, leva a existência da superpopulação relativa⁴⁰ rebaixar os níveis de salários. Nesse marco teórico, o mercado de trabalho caracteriza-se pela desigualdade, na distribuição de recursos entre capitalistas (detentores dos meios de produção) e trabalhadores (que vendem a força de trabalho - mercadoria), em condição de desvantagem e conflito, tendo em vista a generalização do trabalho abstrato como dominação.

Marx associa o mercado de trabalho e o sociometabolismo do modo de produção capitalista implacavelmente, destacando a transformação constante do processo de trabalho, a partir das transformações tecnológicas, visando o mais-valor (OLIVEIRA; PICININI, 2011), além fundamentalmente da dominação da vida humana, o que torna o mercado de trabalho uma referência central, na vida do indivíduo, concretizando a abstração que envolve a *civilização* das relações de troca.

A perspectiva neoclássica, que surge no final do século XIX, reitera a visão de que o nível do emprego é resultante do confronto entre oferta e demanda, sendo o salário a variável que possibilita o equilíbrio entre necessidades do capital e força de trabalho disponível. Nesse sentido, a formação é entendida como investimento em “capital humano”, sendo a rentabilidade função dos custos de estudo e também da perspectiva de renda ligada à diferença de qualificação (OLIVEIRA; PICININI, 2011).

Nessa direção, a oferta de trabalho relaciona-se às questões de produtividade individual, a exemplo da decisão sobre o investimento em capital humano que determinará a ocupação do trabalhador e o acesso ao lazer. A problemática estrutural dos postos de trabalho, é transfigurada em escolha individual do trabalhador para se transformar em mercadoria vendável no mercado. Essa vertente situa que a reprodução social no capitalismo envolve a *liberdade* do trabalhador para escolher entre as inúmeras possibilidades disponíveis no mercado de trabalho

⁴⁰ Reiteramos, mais uma vez, que a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (EIR) diz respeito à parcela da população trabalhadora que não está empregada pelo capital. De acordo com Marx (2013), a formação do exército industrial de reserva relaciona-se diretamente com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, está diretamente ligada à tendência de aumento da composição orgânica do capital. Significa que uma determinada quantia de capital empregará, cada vez menos, força de trabalho e essa parcela da população trabalhadora, que fica supérflua em relação ao capital, é denominada exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. E, ainda, “mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta” (MARX, 2013, p. 707). Marx acrescenta que “[...] produzir uma população excedente relativa, isto é, excedente em relação à necessidade média de valorização do capital, é uma condição vital da indústria moderna” (p. 709).

(OLIVEIRA; PICININI, 2011). A sorte do trabalhador seria traçada por suas escolhas individuais, o que cria a sinergia abstrata de dependência da força de trabalho às necessidades dinâmicas e efêmeras do capital.

As contradições sociais, inerentes a essa realidade e *fetichismo* da liberdade de mercado, atingiram expressão, na crise do capital de 1929 e no final da primeira metade do século XX, quando ganha destaque a perspectiva keynesiana de mercado de trabalho, que defende a assertiva: a demanda de trabalho pelas empresas não é determinada pelos salários e, sim, pelo seu volume de produção que, por sua vez, se liga ao nível de demanda que a empresa vai atender.

“As quantidades de força de trabalho demanda são definidas fora do equilíbrio do modelo de mercado de trabalho defendido pelos neoclássicos [...] o nível de oferta de emprego pode ser inferior à disponibilidade de mão de obra, configurando uma situação de desemprego” (OLIVEIRA; PICININI, 2011, p. 1522).

Por ora, basta que situemos o entendimento do mercado de trabalho como uma abstração da realização do valor, que domina, concretamente, a vida social. Dadas as transformações recentes, a pesquisa o considera a especificidade da crise estrutural mundial do capital, a partir do final dos anos 1960, como um desdobramento da dificuldade de realização do valor, que acarretarão em mudanças no tipo de trabalho demandado.

A queda da taxa de lucro, e os desdobramentos de uma crise longa, não são de fácil análise. Tonelo (2015, p.1) destaca que “[...] agarrar um fenômeno como a crise capitalista em suas determinações essenciais é parte de um movimento teórico que ainda está por se desenvolver”. As dificuldades de crescimento econômico, desde os anos de 1970 – em patamares assemelhados aos anos do Pós-Segunda Guerra Mundial- e a crise financeira de 2008, reacenderam o debate do tema da crise.

O intuito original da obra *O Capital* era a investigação do fenômeno das crises, revisitando cinco temas: capital, renda da terra, trabalho assalariado, Estado e comércio exterior. A incompletude desse plano original de Marx mostra “Desse modo, a complexidade do tema das crises deve partir de que mesmo o seu maior investigador não conseguiu sistematizar a complexidade do fenômeno, deixando valiosas (mas não completas) indicações das principais tendências e contra tendências que envolvem o tema” (TONELO, 2015, p. 1). A crise é um fenômeno

dinâmico e apreendê-la significa “[...] apreender um conjunto de determinações do movimento do capital em circunstâncias especiais” (TONELO, 2015, p. 1).

O ponto de vista do autor, a partir da proposta de Marx, é encontrar o momento predominante, denominado por *übergrifendes Moment*, relacionando tendências e contratendências fundamentais em um processo de crise internacional de larga escala, a partir de leis e tendências fundamentais que regem esse processo. As pistas marcadas pelo estudioso vão na direção de considerar as abordagens do século XX sobre “as teorias das crises em Marx”, sinalizando os principais aspectos que compõem uma sistematização da teoria das crises, mostrando que são quatro momentos fundamentais: crise na esfera da realização de mercadorias (superprodução); crise na esfera da dinamização dos capitais acumulados (sobreacumulação); crise na esfera das finanças (crise financeira); crise na esfera produtiva (crise social-produtiva).

A crise da superprodução é o choque direto entre a produção capitalista e a capacidade da sociedade de consumir essas mercadorias, ou seja, realizar essa produção. A crise de sobreacumulação envolve o excesso de capitais que não são possíveis de serem empregados nem na esfera financeira, nem no sistema produtivo, tornando-se improdutivos e podendo se desvalorizar rapidamente. Essas duas crises, ligam-se através da tendência de redução da parte variável do capital (trabalho). Dessa forma, a superprodução e a sobreacumulação “[...] se determinam, reciprocamente, inseparáveis, mas, ao mesmo tempo, são extremos que mutuamente se excluem e se opõem, polos da mesma expressão da contradição capitalista” (TONELO, 2015, p. 4).

Para o pesquisador, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é chave para entender, mais profundamente, as duas primeiras crises mencionadas e, ainda, a ligar com a terceira. No livro III Marx (2017, p. 252), há que:

A queda da taxa de lucro expressa, pois, a proporção decrescente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado, razão pela qual é independente de toda e qualquer distribuição desse mais-valor entre diversas categorias.

Isso significa que o *calcanhar de aquiles* desse sistema social não é a distribuição de renda (ampliação da renda do trabalho). Nesse sentido, também é necessário apreciar outro elemento: a concorrência, fundamental para a discussão

da crise financeira⁴¹, pois, acarreta aos rebaixamentos salariais e aumenta a competitividade entre os trabalhadores.

A última crise mencionada, é considerada a crise mais agressiva do sistema capitalista, já que se refere a um terceiro nível de crise (engloba a superprodução e/ou a sobreacumulação) e, ainda, “[...] afeta combinadamente o sistema bancário e industrial, pois devora completamente uma soma importante de capitais que inviabilizam as ‘manobras financeiras’, a redistribuição da crise em outros setores, distribuição e queima de capitais e inclusive os elementos de coordenação para a resposta” (TONELO, 2015, p. 7).

A crise social-produtiva, de acordo com estudioso, ocorre na etapa do processo de produção, que envolve os meios de produção (com instrumentos de produção e objetos de produção) e a força de trabalho, sendo uma das formas mais clássicas da crise capitalista. Envolve, também, a escala micro, a exemplo da paralisia de uma fábrica, através de longa greve e suas consequências, até a esfera macro de crise econômica, podendo levar às ocupações de fábricas, expropriação e “perda incorrigível” para as intenções de lucro do capital e suas personificações. “Refletir sobre esse ‘desvio’ do processo produtivo nada mais é que reconhecer que um dos polos responsáveis por essa etapa, a saber, o capital variável ou a classe trabalhadora, tem capacidade subjetiva de resistir, modificar ou mesmo paralisar esse processo de produção” (TONELO, 2015, p. 9).

Do ponto de vista da presente pesquisa, questionamos sobre a possibilidade da classe trabalhadora modificar, ou paralisar, o processo de produção, conforme assinalado por Tonelo (2015). A nosso ver, as ações dos trabalhadores, como sujeitos, limitam-se à reprodução do capital, mesmo quando têm saldos *positivos* de lutas por melhores salários e por condições de trabalho.

A especificidade da crise de realização do valor, instaurada nas sociedades capitalistas nos anos recentes, tem sido entendida como uma crise estrutural, dado

⁴¹ “Apenas na virada do século XX, o marxista alemão Rudolf Hilferding foi um dos pioneiros em oferecer uma teorização sobre a categoria de capital financeiro (finanz kapital): em sua análise, o capital financeiro simbolizava o crescimento vertiginoso do capital bancário e sua fusão com o capital industrial. Essa síntese, em nosso entender, não estava em contraposição ao livro terceiro de O Capital de Marx, mas em realidade é o desenvolvimento mais acabado das principais tendências que lá se apresentavam. Acompanhando esse movimento, consagram a análise do capital financeiro e, particularmente, do sentido de época dado a essa fase, chamada de imperialismo, os nomes de Lênin e Rosa Luxemburgo (e com um desenvolvimento mais amplo e ligado aos distintos fenômenos dos anos 1920 e 1930, também por Leon Trotski, que viveu até 1940)” (TONELO, 2015, p. 6-7).

que “[...] o capitalismo se desenvolveu de tal forma que ocasionou uma crise do valor, ou seja, a se tornar progressivamente incapaz de produzir aquilo que é sua razão de ser” (BARRETO, 2016, p. 1). Com isso, a necessidade de crescimento do capital é a responsável por sua própria decadência.

O objetivo do capitalismo é elevar o mais-valor, que provém da reconfiguração permanente do modo de produzir. Porém, isso impõe contradições sistêmicas. Essa elevação de produtividade tenciona a lógica do próprio capital, porque quando aumenta, de maneira generalizada, o nível de produtividade, é possível produzir mais coisas no mesmo período de tempo e “se isso acontece, significa dizer que o valor das mercadorias está diminuindo. Se o tempo de trabalho diminui, o valor por unidade também diminui” (BARRETO, 2016, p. 1).

A lei geral da acumulação capitalista aponta que não é recente a “[...] transformação constante de uma parte da população trabalhadora em força de trabalho desempregada ou semiempregada” (MARX, 2013, p. 708). Então, pensando em nossa realidade, questionamentos: de que modo as mudanças recentes do capital, para lidar com a sua crise impactam, historicamente, o heterogêneo e perverso mercado de trabalho, no Brasil?

Para responder a essa pergunta, a partir da pesquisa, a particularidade reside na generalização do trabalho abstrato como desdobramento da crise de realização do valor. A partir da apropriação de elementos típicos da formação social e econômica brasileira, que relacionam-se com a força de trabalho livre e a constituição do mercado de trabalho, recolocados como marcas do trabalho, no Brasil, na atual quadra histórica, a partir da informalidade, da precarização e da flexibilização das relações de trabalho.

Mais do que “[...] produzir uma população excedente relativa, isto é, excedente em relação à necessidade média de realização do capital” como “[...] condição vital da indústria moderna” (MARX, 2013, p. 709), o atual estágio do modo de produção capitalista, identificado nas economias capitalistas a partir da década de 1980, cria a demanda para o trabalho generalizado, envolvendo, também, formas cujas características são: a informalidade, a precarização e a flexibilização das relações.

Todavia, essas características decorrem dos novos movimentos do capital em crise, e se acoplam às velhas tradições de dominação que, a nosso ver, precisam

ser analisadas à luz da formação social e econômica brasileira, vejamos isso na seção a seguir.

1.3 A formação social e econômica como particularidade e totalidade social

De imediato, é preciso dizer que esta pesquisa estabeleceu importante interface com Sereni (2013) sobre a categoria formação social e econômica. O referido autor analisa a categoria a partir das obras de Marx – e, também, de Lênin –, considerando ser a mesma fundamental na dialética materialista histórica. Trata-se de categoria basilar da unidade e da totalidade da vida social, em suas diversas esferas – econômica, social, política e cultural. Portanto, ele pondera que é a síntese da relação entre a estrutura e a superestrutura, no processo histórico.

Segundo o autor, é chave, nessa compreensão, o balanço acerca do plano mediato político e o teórico da noção de revolução, porque permite tratar a especificidade do tempo social histórico, a passagem de uma formação econômica e social para outra. Discussão desafiante para o socialismo, concebido como “[...] *fase de passagem* do capitalismo ao comunismo e como primeira fase do próprio comunismo ou, ao contrário, como *formação econômico-social relativamente autônoma*” (SERENI, 2013, p. 299). Ao contrário de uma classificação estática, o pesquisador menciona que Marx elaborou e empregou uma concepção dinâmica do *devenir* social e que ele deve ser empregado na análise da formação social.

O termo *Ökonomische Gesellschaftsformation*, significa, literalmente, “formação econômica da sociedade”; porém, é, frequentemente, traduzido como “formação econômico-social”. Esse termo ganha destaque, pela primeira vez, nas obras de Marx, na Contribuição à Crítica da Economia Política, em 1859. Porém, antes desse trabalho, o conceito encontra-se na primeira elaboração da concepção materialista da história em A Ideologia Alemã, de 1846.

No tocante, Sereni (2013) salienta que a categoria pode ser apropriada no volume I, da obra mencionada. Nesse volume, contém rápida passagem da história mundial e a periodização, nele, está fundamentada por intermédio dos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de propriedade. Dito de outra forma, do modo de produção que caracteriza as diferentes épocas.

Para o autor, em a A Ideologia Alemã, não há o termo *Ökonomische Gesellschaftsformation*, em seu lugar está somente *Gesellschaftsformation*, que é, literalmente, “forma de sociedade” ou “forma social”, que reaparecerá no Grundrisse e em outros escritos entre 1846 e 1857 (SERENI, 2013).

No Grundrisse, redigido em 1858, Marx adota “formação da sociedade” ou “social”, ao invés de “forma de sociedade”. O novo termo de “formação da sociedade” ou “social”, *Gesellschaftsformation*, em 1859, será encontrado na obra Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política, mesma obra em que também será empregada a expressão completa de “formação econômica da sociedade” (SERENI, 2013).

Ao seguir as pistas deixadas por Sereni (2013), a pesquisa evidencia que o conceito completo aparece, mais tarde, no prefácio (de 1867) de O Capital:

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas (MARX, 2013, p. 80).

No Grundrisse aparece, por exemplo, na referência “[...] as formações sociais cujo fundamento é constituído pela propriedade comunal já dissolvida [...]” (MARX, 2011, p. 757). Além disso, encontra-se em outras duas passagens da Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política, em que o termo *Ökonomische Gesellschaftsformation*, é utilizado, pela primeira vez, como já descrito anteriormente, quando Marx afirma que:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis por que a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (MARX, 2008, p. 50).

Sereni (2013) ressalta que não há contradição entre os dois termos utilizados. Com *Gesellschaftsformation*, a ênfase é no processo de formação da sociedade, com tradução para “formação da sociedade”. No outro, a ênfase está no resultado, ou seja, o fato final do processo, sendo a tradução “formação social”. O uso das duas acepções, em Marx, é entendida nas reflexões de Sereni num sentido dinâmico e não estático. “[...] como um *processo*, em suma, e não como a substância (por assim dizer) de uma época ou de uma fase histórica em si mesma imóvel e acabada” (SERENI, 2013, p. 304).

A suposição de que esse seria o valor atribuído, por Marx, à adoção do novo termo *Gesellschaftsformation* (formação social), em detrimento de *Gesellschaftsform* (forma de sociedade), é confirmada, segundo ele, pelo próprio Marx nos rascunhos de sua carta à Vera Zasulich⁴², de 1881:

A história da decadência das comunidades primitivas (seria um erro colocadas todas na mesma linha; como nas formações geológicas, no que diz respeito às formações históricas há toda uma série de tipos primários, secundários e terciários etc.) está ainda por fazer (MARX, 2005, p. 111).
A formação arcaica ou primária de nosso mundo contém em si, uma série de camadas de diversas idades, na qual uma está sobreposta à outra; da mesma maneira, a formação arcaica sociedade nos revela uma série de tipos diferentes <que formam entre elas uma série ascendente>, marcando épocas progressivas. A comuna rural russa pertence ao tipo mais recente dessa cadeia. O lavrador possui agora a propriedade privada da casa que habita e do quintal que forma o complemento. Eis aí o primeiro elemento dissolvente da forma arcaica, desconhecida aos tipos antigos <e que pode servir de transição da forma arcaica à...> (MARX, 2005, p. 118).

O mais importante, nesse segundo rascunho, é que “[...] no marco de uma determinada formação social – distinguem-se agora diversas e sucessivas épocas históricas, qualificadas como ‘progressivas’” e, ainda ressalta o autor, “[...] caracterizada cada uma (como os estratos sucessivos de uma formação geológica dada, desde o mais antigo até o mais recente) por uma série *ascendente* de ‘tipos’, todos compreendidos naquela mesma formação” (SERENI, 2013, p. 305).

⁴² Sereni refere-se a três rascunhos preparados por Marx como resposta a Vera Zasulich. Em fevereiro de 1881, em nome de seus companheiros e fazendo parte do grupo “Libertação do Trabalho”, Vera Zasulich enviou carta a Marx solicitando opinião sobre as perspectivas históricas da Rússia e, mais precisamente, sobre o destino da comunidade de aldeia russa. O texto original, em francês dos três rascunhos e, ainda um quarto texto, que coincide com o da carta de resposta que Vera Zasulich enviou em março de 1881. Os fragmentos de frase, assim como as palavras que nas citações de Sereni (2013) estão postas entre parênteses agudos (<>) são as mesmas que foram sublinhadas pelo próprio Marx em seu rascunho (SERENI, 2013, p. 305).

Segundo o autor, a confrontação desses dois fragmentos, assim como a analogia com a série ascendente dos estratos geológicos, confirma que a qualificação de progressivas não deve ser interpretada com juízo de positividade ou negatividade, muito menos como uma linha de sucessão única e obrigatória das diversas formações sociais.

O estudioso mostra, ainda, que, para as estratificações geológicas, uma sucessão ascendente e progressiva, possui um sentido de processo com fases que levam, desde a idade mais antiga até a atual. Nessa mesma direção, “[...] a sucessão *real* das diferentes formações sociais ou épocas históricas (como efetivo) deslocamento entre os estratos geológicos) pode e deve, em cada caso, ser sempre verificada só exclusivamente *pela prova dos fatos*” (SERENI, 2013, p. 306).

Marx, ao tratar da transição de uma formação social para outra, escreve:

Como <a mais recente e a> última fase da formação <arcaica> primitiva da sociedade, a comuna agrícola [...] é, ao mesmo tempo, fase de transição [(*phase de transition*)] à formação secundária, portanto, representa a transição da sociedade baseada na propriedade comum para a sociedade baseada na propriedade privada. Está claro que a formação secundária compreende toda a série das sociedades baseadas na escravidão. Mas quer isso dizer que a trajetória história da comuna agrícola deve fatalmente [(*fatalement*)] conduzir a este resultado? De jeito nenhum. Seu dualismo inato admite uma alternativa: ou seu elemento coletivo, ou este prevalecerá sobre o primeiro. Tudo vai depender do [...] [ambiente] histórico onde esteja estabelecida (MARX, 2005, p. 121).

No terceiro rascunho, descrito logo acima, Marx rechaça, novamente, conforme sublinha Sereni, toda a interpretação de uma linha de sucessão única e obrigatória das diversas formações sociais e épocas históricas.

[...] Marx afirma explicitamente que a tese por ele defendida em *O Capital* sobre a inevitável expropriação dos lavradores na Europa ocidental é válida e somente pode ser válida no marco de uma formação baseada na propriedade *privada*, na que apresenta a passagem da propriedade privada *fundada sobre o trabalho pessoal* à propriedade privada capitalista, *fundada na exploração do trabalho alheio* pelo assalariamento. Mas esta tese, continua Marx, não pode por si dizer nada no que concerne à perspectiva e alternativas abertas a outra e *diferente formação social*, fundada na propriedade *comum*, cujo “caminho histórico” não está de modo algum “fatalmente” (*fatalement*) destinada a culminar com o triunfo de uma formação baseada na propriedade privada *capitalista*, senão que pode, ao invés, também – “tudo vai depender do [...] [ambiente] histórico onde esteja estabelecida – desenvolver-se o *outro* elemento de seu “dualismo inato”, o comunitário, com a passagem a *outra* formação, baseada também está na propriedade *comum* (SERENI, 2013, p. 307).

Para o pesquisador, Marx ressalta se tratar dos traços característicos mais evidentes e universais; e que as épocas da história da sociedade são pouco demarcadas por limites abstratamente rigorosos, da mesma forma que as épocas da história da terra. Por isso, o autor insiste em mostrar que, também, na obra *O Capital*, Marx recorre às comparações geológicas e as paleontológicas para fazer referência às formações econômico-sociais desaparecidas:

A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações econômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 2013, p. 257).

Essa atenção minuciosa de Sereni, orienta-nos na revisão dos escritos de Marx, no que concerne à categoria formação social, levando-o a destacar importantes elaborações de Gramsci. Para o pensador italiano, os termos adotados por Marx e Engels para a designação de “estrutura” e “superestrutura”, assim como outros termos similares merecem aprofundamento. As considerações de Gramsci, referem-se às comparações geológicas e paleontológicas de Marx e Engels sobre a formação social.

Sereni (2013) encontra, nessa observação de Gramsci, condição para dizer que Marx insiste em caracterizar a formação social “[...] como um processo e a consequente impossibilidade de demarcar as formações sociais entre si com limites abstratamente rigorosos” (p. 310). Essa incidência assume importância sobre a caracterização de toda formação social como processo, tendo rebatimento no debate geral, no plano teórico, “[...] pela contraposição de leituras e interpretações anti-historicistas e anti-humanistas de Marx, tais como as de Althusser, de Balibar e de outros” (p. 310), em contraposição às de Lênin, de Antônio Labriola ou de Gramsci, conclui o autor. De acordo com Sereni (2013), a explicação sobre o adjetivo incluído, na caracterização “econômica”, no termo “formação econômico-social merece atenção, correspondendo, na elaboração de Marx, à periodização do fundamento jurídico “relações ou formas de propriedade”, na Ideologia Alemã, que atribuiu sentido econômico-produtivo de “relações de produção”.

A designação de “formação econômico-social”, utilizado por Marx e Lênin, expressa um conjunto particular que atribui ao sistema de relações de produção, à

estrutura econômica, na caracterização da formação dada. Vale lembrar, ainda, que na escola hegeliana o termo “forma” já era utilizado para designar a estrutura íntima; estando, portanto, aberta a possibilidade para a passagem da expressão “forma de sociedades” ou “forma econômica da sociedade” para “formação econômica-social”. Nas obras de Marx, as referências diretas a este conceito – de formação econômica-social são, ao menos, quarenta, o que serve para ilustrar aquela inferência (SERENI, 2013).

Para situar o sentido político desses esclarecimentos teóricos, Sereni (2013) aborda que a maioria dos marxistas, da II Internacional, havia *falseado* a noção marxiana de formação econômica-social, o que levou Lênin a restaurar, na obra *Quem são os amigos do povo?*, de 1894. A pesquisa esclarece com Sereni, que Lênin situa o termo no cerne do que havia sido atribuído por Marx, como expressão de uma categoria fundamental do materialismo histórico. “[...] esta categoria expressa a *unidade* (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômico, social, política e cultural da vida de uma sociedade”. Expressa, além disso, “[...] *na continuidade* e ao mesmo tempo *na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico*” (p. 315). Em síntese, alerta para as incongruências de se reduzir a noção marxiana de “formação econômico-social” a de “modo de produção” ou a de “base econômica” ou outras noções assemelhadas.

Não está claro, ao contrário, que um termo como “formação social (ou da sociedade)” (*Gesellschaftsformation*) longe de estar confinado à esfera econômica representa a *totalidade* da vida social, na *unidade* de todas as esferas, na *continuidade* e, ao mesmo tempo, na *descontinuidade* de seu desenvolvimento histórico? (SERENI, 2013, p. 316).

Para Sereni (2013, p. 316), “[...] esta incidência total, sociológica e *historiográfica* (e não simplesmente *econômica*) da noção de “formação social”, está confirmada por outra afirmação que Marx faz, sobre a formação social burguesa, já destacado aqui, quando escreve que “[...] com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana” (MARX, 2008, p. 50).

Diante desses achados da pesquisa, a partir das reflexões de Sereni, esquadrimos nossas referências de investigação, com a conceituação de “formação econômico-social”, na acepção de Marx, pois, auxilia-nos no entendimento: da singularidade do modo de produção capitalista na produção do

valor; do desenvolvimento desigual; das particularidades dos principais ciclos da acumulação capitalista; e dos impactos de cada ciclo sobre o trabalho.

1.4 Os tempos históricos, os ciclos de acumulação capitalista e a crise

Situamos cinco principais ciclos da expansão mundializada capitalista, sendo eles, nos períodos de final do século XVIII até a crise de 1847; de 1847 até o início dos anos 1890; 1890 até 1945; de 1945 até final dos anos 1960; e do final de 1960 até a fase em que nos encontramos.

Os primeiros quatro ciclos são delimitados por Mandel (1982). Para esse autor, são as revoluções tecnológicas que possibilitam distinguir os períodos que possuem uma duração média de cinquenta anos. Cada um desses períodos, divide-se em duas ondas – a primeira expansionista; e a segunda de estagnação—. A onda expansionista, deve-se ao impulso proveniente da revolução tecnológica; e a de estagnação, refere-se quando o impulso se esgota. Nesse sentido, o revolucionamento da técnica possui papel fundamental⁴³.

Os quatro períodos adotados por Mandel (1982), possuem características específicas. O primeiro ciclo, entre o final do século XVIII e a crise de 1847,

⁴³ Paul Singer (in MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio, 1982), ainda que reconhecendo a relevância e a atualidade da obra de Mandel “O capitalismo tardio”, realiza algumas críticas ao texto. Uma delas refere-se à importância que Mandel deu às revoluções tecnológicas para as mudanças dos ciclos de expansão mundializada do capital. Para Singer, Mandel desconsidera que as revoluções tecnológicas não consistem somente nas mudanças dos processos de produção de bens, mas também na criação de novos bens e serviços de consumo, estando claro esse aspecto na fase expansionista iniciada no pós Segunda Guerra, a partir de 1945, sendo possível identificar, na seguinte passagem colocada por Singer: “Na realidade, a onda longa com tonalidade expansionista, que se inicia com a Segunda Guerra Mundial nos EUA e após o término da mesma nos demais países industrializados, se deve muito mais aos efeitos da segunda revolução tecnológica do que aos da terceira, cuja essência (segundo Mandel) consiste no desenvolvimento da energia nuclear e da automação. O que dominou a dinâmica do período 1945/67 não foi nem uma nem outra dessas inovações tecnológicas, mas a grande expansão das indústrias produtoras de bens duráveis de consumo (sobretudo do automóvel), de produtos petroquímicos, insumos industriais para a agricultura, de meios transporte (navios, aviões) e de armamentos, além do grande crescimento da aviação comercial, da mecanização da construção civil etc.(SINGER, Paul. in MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio, 1982. p. XIX-XX). Desta forma, Singer (1982) sinaliza que a percepção de Mandel sobre a longa prosperidade do Pós-Segunda Guerra se constitui em onda longa com tonalidade expansionista está correta, entretanto, considera equivocada a apreciação da tecnologia para seu esgotamento, haja vista que alguns ramos da indústria apenas tiveram alguma automação (como a agricultura) com outras que passaram por alguma mecanização. E, ainda, no momento em que Mandel publicou esta obra, em 1972, o microprocessador, base da microeletrônica, tinha acabado de ser inventado, portanto, fase do início da automação.

caracteriza-se pela difusão da máquina a vapor (fabricação artesanal ou manufatureira), sendo a onda de expansão da própria revolução industrial. O segundo ciclo, entre a crise de 1847 e o início da década de 1890, foi caracterizado pela generalização da máquina a vapor (fabricação mecânica), sendo a onda longa da primeira revolução tecnológica. O terceiro ciclo, entre início de 1890 e 1945 (Segunda Guerra), caracterizou-se pela generalização de motores elétricos e foi a onda longa da segunda revolução tecnológica. O quarto ciclo, iniciado em 1945 até final dos anos 1960, teve como principal característica a generalização das máquinas, através da eletrônica e introdução da energia nuclear, sendo a longa expansiva da terceira revolução tecnológica. Esse quarto ciclo é denominado, por Mandel (1982), de “capitalismo tardio”, sendo a continuidade do desenvolvimento da fase “clássica” do imperialismo, trabalhado por Lênin.

A quinta fase da expansão capitalista, inicia-se a partir do final dos anos 1960, com desdobramentos até os dias atuais. Como a obra de Mandel foi publicada nos anos 1982, cabe-nos recorrer, também, a outros autores para que a análise desse ciclo abarque a atualidade e, dessa forma, auxilie-nos no entendimento dos impactos no trabalho, recentemente.

A expansão mundial capitalista, a partir da Segunda Guerra Mundial e com a liberação do comércio internacional nos anos 1980, apontou novos contornos à história dos ciclos e, para melhor conhecer esse período, esta pesquisa toma como base as obras dos autores como Ernest Mandel e Robert Brenner, além de interfaces com Florestan Fernandes e José Paulo Netto.

De acordo com Mandel (1982), os esquemas de reprodução apreendidos por Marx têm como objetivo explicar como um sistema econômico, baseado na anarquia de mercado – liberdade entre contratantes e forte concorrência de capitais - não resulta num caos permanente e com constantes interrupções do processo social e econômico da produção. Ao invés disso, em seu conjunto, funciona “normalmente”, com abalos, evidentemente, em formas de crises econômicas que Marx identificou como pipocada a cada 7 ou 10 anos. Indaga Mandel (1982, p.16):

Como é possível a um sistema baseado no valor de troca, que só funciona no interesse do lucro e considera irrelevantes os valores de uso específicos das mercadorias que produz, assegurar, apesar disso, os elementos materiais do processo de reprodução, que são determinados precisamente por seu valor de usos específicos? Como consegue tal sistema, pelo menos por algum tempo, superar “espontaneamente” a antinomia entre valor de

troca e valor de uso? A função dos esquemas de reprodução é, por isso, a de provar que *é possível a simples existência* do modo de produção capitalista.

De acordo com Mandel (1982), Marx estrutura seu argumento sobre as crises, enfatizando o descompasso entre os processos produtivos em busca do valor. Cita o universo de produção dos meios de produção - Departamento I; e aquele que produz bens de consumo – Departamento II.

A produção de mercadorias e de emprego de força e trabalho, nesses departamentos, não coordenada, de modo que a produção de máquinas, por exemplo, pode não encontrar absorção de seus produtos no Departamento II, responsável pelos bens de consumo. Portanto, o desenvolvimento global do capitalismo não se subordina à noção de equilíbrio. Por isso, o desenvolvimento corresponde “[...] a uma unidade dialética de períodos de equilíbrio e períodos de desequilíbrio, cada um desses elementos dando origem à sua própria negação” (p. 17). E, ainda, em razão daquelas características da dinâmica da acumulação, mencionadas anteriormente no capítulo, “[...] cada período de equilíbrio conduz inevitavelmente a um desequilíbrio, que por sua vez, após certo tempo, torna possível um novo e provisório equilíbrio” (p. 17).

Dessa forma, as leis de movimento do capitalismo conduzem a desequilíbrios constantes, já que, por exemplo, o aumento, na composição orgânica do capital, determina crescimento mais rápido no Departamento I, do que no Departamento II. E mais, as rupturas de equilíbrio - compreendido como desenvolvimento irregular do modo de produção capitalista -, são características da essência do capital, já que este baseia-se na concorrência – existência de muitos capitais em disputa por valor (MANDEL, 1982).

A discussão que apresentamos, no início do capítulo, podemos ver bem desdobrada na obra de Mandel (1982), destacando que a teoria marxista do valor está sustentada na consideração de que “[...] a massa total de mais-valia é igual à massa total de *trabalho social excedente*” (p. 68). Em outras palavras, “[...] a massa total de mais-valia é determinada pela diferença entre o número total de homens-hora de trabalho e o montante total de trabalho necessário” (p. 68).

Essas determinações tendenciais modeladas no tempo levam a ondas de maior aquecimento e outras de descenso, promovendo diferentes ciclos capitalistas.

O andamento cíclico do modo de produção capitalista ocasionado pela concorrência manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias, e conseqüentemente da produção de mais-valia. Corresponde a isso um movimento cíclico adicional de expansão e contração na realização de mais-valia e na acumulação de capital. Em termos de ritmo, volume e proporções, a realização de mais-valia e a acumulação de capital não são inteiramente idênticas entre si, e tampouco são iguais à produção de mais-valia; as discrepâncias entre esta última e a realização, e entre a realização da mais-valia e a acumulação de capital, proporcionam a explicação das crises capitalistas de superprodução. O fato de que tais discrepâncias não possam de maneira alguma ser atribuídas ao acaso, mas derivem das leis internas do modo de produção capitalista, é a razão para a inevitabilidade das oscilações conjunturais do capitalismo (MANDEL, 1982, p. 75).

Em sua obra, Mandel (1982) caracteriza os movimentos ascendente e descendente da acumulação de capital, no decorrer do ciclo econômico, da seguinte forma: no período de oscilação ascendente, há o acréscimo na massa e na taxa de lucros, bem como no aumento do volume e ritmo da acumulação; no período subsequente de depressão, de crise, há o declínio da massa e da taxa de lucro e, também, do volume e do ritmo da acumulação. “O ciclo econômico consiste, assim, na *aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação*” (p. 75).

A acumulação de capital é acelerada na fase de oscilação ascendente e, ao atingir determinado ponto, torna-se difícil garantir a valorização da massa total de capital acumulado desdobrando-se em uma crise de superacumulação. “A idéia de superacumulação refere uma situação em que uma parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma *taxa de lucros* inadequada, e, em proporção crescente apenas a uma taxa declinante de juros” (MANDEL, 1982, p. 76).

Ao entrar em crise e depressão, o capital é desvalorizado e, parcialmente, destruído. Nesse período, ocorre subinvestimento, nas palavras de Mandel (1982, p. 76): “[...] investe-se menos capital que o montante apto a se expandir ao nível dado de produção de mais-valia e à taxa média de lucros dada (em ascensão)”.

Para Marx, os ciclos e as crises correspondem ao tempo para a renovação do capital fixo e, assim, a atividade de investimento dos empréstimos acaba por viabilizar o principal estímulo para o novo movimento ascendente do ciclo. O que, no tempo de Marx, repetia-se como ciclo a cada 7 ou 10 anos. Esse processo de queda e ascensão da economia, provoca a renovação do capital fixo que, em espiral, eleva-se de tecnologia, provocando novos desdobramentos históricos.

Mandel (1982, p. 83) explica que, internacionalmente, a história do capitalismo “[...] aparece, assim, não apenas como uma sucessão de movimentos

cíclicos a cada 7 ou 10 anos, mas também como uma sucessão de períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos, dos quais até agora temos experiência de quatro”. São os quatro períodos a que nos referimos, no início deste item 1.2, e que reafirmamos aqui: entre o final do século XVIII e a crise de 1847; entre a crise de 1847 e o início da década de 1890; entre início de 1890 e 1945 (Segunda Guerra); de 1945 até final dos anos 1960. Sendo necessário incluir, ainda, a quadra histórica aberta a partir dos anos 1970, que não pôde ser analisada pelo autor nessa obra.

Cada um desses ciclos pode ser subdividido em duas partes, incluindo uma fase inicial, com a revolução tecnológica e a criação de locais de produção, caracterizada pela ampliação das taxas de lucro, aceleração da acumulação e do crescimento, expansão do capital, anteriormente ocioso, e desvalorização acelerada do capital, que antes era investido no Departamento I. Na segunda fase, ocorre a transformação da tecnologia produtiva, já estando em funcionamento os novos locais de produção outrora requerido, sendo necessário os meios de produção desses novos locais produtivos, adotados em todos os ramos da indústria e da economia (universalmente). Nessa direção, é dissolvida a força que determinou a expansão da acumulação do capital no Departamento I e, como consequência, há o declínio dos lucros, de modo que a acumulação e o crescimento econômico se desaceleram (MANDEL, 1982).

É evidente que essas “ondas longas” não se manifestem de maneira mecânica, mas operam através da articulação dos “ciclos clássicos”. Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente nas fases da longa onda, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A “onda longa” é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas, e jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações (MANDEL, 1982, p. 85).

Todavia, para Mandel (1982), a luta de classes concorre também para a distribuição do valor criado entre capital e trabalho, assim como, para determinar a taxa de mais-valia. Esse entendimento envolve, primeiro, em situação favorável para a relação de forças políticas e sociais, uma vez que a classe operária pode encontrar êxito, na incorporação de novas necessidades; e, segundo, se a relação de forças políticas e sociais for desvantajosa para a classe operária, o capital

encontra êxito para reduzir o valor da força de trabalho, através das destruições de conquistas históricas e sociais pelos operários.

A importância, aqui, recai no fato da categoria “valor da mercadoria força de trabalho”, assumir pleno significado sem contradizer a determinação dos salários, do que Mandel (1982) chama de “relação de forças dos combatentes”, mencionado no parágrafo anterior. Em curto prazo, os salários flutuam em torno do valor da força de trabalho, correspondendo a um padrão de vida médio; e, a longo prazo, o valor da mercadoria, força de trabalho, pode aumentar, caso o proletariado incorpore novas necessidades aos padrões de vida, no processo de luta de classes, ou diminuir, no caso de êxito da burguesia, em eliminar as necessidades anteriormente consideradas.

Por outro lado, entretanto, se o capital conseguir enfraquecer decisivamente ou mesmo esmagar os sindicatos e todas as outras organizações da classe operária – inclusive sua organização política; se tiver êxito em atomizar e intimidar o proletariado em tal medida que qualquer forma de defesa coletiva se torne impossível, e os trabalhadores sejam novamente relegados ao ponto de onde haviam partido -, em outras palavras, se tiver êxito em recriar a situação “ideal”, do ponto de vista do capital, da concorrência generalizada de operário contra operário, torna-se perfeitamente possível: 1) utilizar a pressão do desemprego para ocasionar uma redução considerável nos salários reais; 2) impedir o retorno dos salários a seu nível anterior mesmo na fase de oscilação ascendente que sucede a uma crise, isto é, reduzir a longo prazo o valor da mercadoria força de trabalho; 3) forçar o preço da mercadoria força de trabalho até um nível abaixo desse valor já diminuído, por meio de manipulações, deduções e fraudes de todo tipo; 4) conseguir simultaneamente uma expansão considerável na intensidade social média do trabalho e mesmo tentar, em termos tendenciais, o prolongamento da jornada de trabalho. O resultado de todas essas modificações só pode ser um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia (MANDEL, 1982, p. 110-111).

Na última parte da citação acima, Mandel sinaliza que “o resultado de todas essas modificações só pode ser um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia”. Essa afirmação torna-se relevante para esta pesquisa, pois pensamos o quinto ciclo da expansão capitalista, iniciado a partir do final da década de 1960, ainda em curso, mas não analisado por Mandel na referida obra de 1982. O que estamos chamando a atenção é para o fato de que, na atual fase do capitalismo, essas modificações foram implementadas, sem, entretanto, terem sucesso, ou seja, a implementação dessas medidas pelo capital não garantiu “um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia”, levando a consideração de que esse novo ciclo de expansão capitalista possui, como característica não uma ‘crise de superprodução’,

mas uma ‘crise de realização do valor’ sendo, portanto, a especificidade da crise do capital, na atualidade. Essa discussão será retomada mais adiante, estamos, aqui, apenas sinalizando o debate.

Mandel (1982) centra sua análise no que denominou de “Capitalismo tardio”, precisamente o ciclo de expansão capitalista, compreendido entre 1945 (pós Segunda Guerra) e 1966 – fase da Terceira Revolução Tecnológica no âmbito do Imperialismo. Destaca que a reprodução do exército industrial de reserva nos E.U.A., no Pós-Segunda Guerra, e a combinação de taxas crescentes de mais-valia e salários, em ascensão na Europa Ocidental e Japão, tornou-se possível devido à expansão da produtividade, considerável e de longo prazo, na produtividade do trabalho. “Em outras palavras, correspondeu a um ‘Grande Salto’ na produção de mais-valia relativa” (p. 125).

No estágio da livre concorrência, a principal fonte de reprodução ampliada de capital era o desenvolvimento desigual e combinado de distintas regiões. Nas primeiras fases desse período, a indústria operou na produção de bens de consumo e na produção de têxteis. No primeiro século, após a Revolução Industrial, a composição orgânica do capital era maior no Departamento II, do que no Departamento I. No início da era imperialista, ocorreram duas mudanças simultâneas e combinadas: a troca de produção mecânica de motores a vapor pela produção mecânica de motores elétricos no Departamento I, havendo transformação na produção de mercadorias nesse Departamento. Esses dois processos determinaram grande aumento na composição orgânica de capital constante fixo. Um outro aspecto, refere-se à progressiva introdução da máquina à vapor, no período entre 1847 e 1873, aliada à construção de ferrovias, absorvendo muito capital. Toda essa transferência de capital, consolidou o predomínio do Departamento I sob o Departamento II (MANDEL, 1982).

Para Mandel (1982), historicamente, essa mudança de operação do modo de produção capitalista explica a transição do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopolista. A segunda revolução tecnológica, entre 1893 e 1914, gerou uma acumulação acelerada de capital, para a qual contaram com alterações externas na condição de existência do capital, como a separação da Rússia Soviética do mercado mundial capitalista. O capital excedente, nesse cenário, passou a ingressar no Departamento II, com um novo setor de bens de consumo – os bens de consumo duráveis, que correspondia à produção automobilística e de

aparelhos elétricos (aspiradores de pó, rádios, máquinas de costura elétricas, entre outros equipamentos). Nesse contexto, o apresentado provocou mudanças:

1) No sentido de um aumento imediato na taxa de mais-valia (fascismo, economia de guerra); 2) no sentido de uma valorização imediata do capital excedente através do rearmamento; 3) no sentido de uma nova tentativa em diminuir o custo do capital constante, isto é, de renovada penetração em escala maciça do capital na produção de matérias-primas (minerais e agrícolas) [...] 4) no sentido de uma redução radical na participação dos custos salariais no preço de custo das mercadorias, conjugada a experimentos nos campos da semi-automação e da automação (MANDEL, 1982, p. 133).

Nessa ciranda, quando a taxa de lucro se eleva novamente, ela está apta para que haja nova elevação de capital, através da utilização do capital acumulado e não valorizado entre, por exemplo, os anos de 1929 e 1939. Como resultado, há a passagem para a terceira “onda longa com tonalidade expansionista”, entre 1945 e 1965 (MANDEL, 1982). “O capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados (p. 133-134).

Assim, no capitalismo tardio ocorre “crescente igualização da produtividade média do trabalho”, levando a que, primeiro, as diferenças regionais, ou internacionais, deixem de representar a principal fonte para a busca por superlucros; e, segundo, leva para a pressão permanente para a aceleração da inovação tecnológica. Significa que “[...] os traços básicos do capitalismo tardio já podem ser derivados das leis de movimento do capital” (MANDEL, 1982, p. 135).

Morfologicamente, para Mandel (1982), as 10 características principais da terceira revolução tecnológica, dominante nesse período, expressam-se em: aceleração do aumento da composição orgânica do capital (deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto); transferência de força de trabalho viva para as funções de preparação e supervisão; mudança na proporção entre as duas funções da mercadoria força de trabalho nas empresas (a força de trabalho cria e preserva o valor); mudança na proporção entre a criação de mais-valor, na empresa e na apropriação de mais-valor gerado, e outras empresas; mudança na proporção entre custos de produção e gasto com a compra de novas máquinas (estrutura do capital fixo); diminuição do período de produção, devido à produção contínua e aceleração do trabalho; aceleração da inovação tecnológica e aumento dos custos de pesquisa e desenvolvimento; vida útil mais curta do capital fixo; composição orgânica do

capital mais alta, levando ao aumento na participação do capital constante no valor médio da mercadoria; e, por fim, a junção dessas características intensifica todas as contradições do modo de produção capitalista – contradição entre socialização crescente do trabalho e apropriação privada ou, em outras palavras, a contradição entre a produção de valores de uso e a realização de valores de troca.

Cabe o ressaltado sobre a Quarta Revolução Industrial, também conhecida como Indústria 4.0, tendo esse termo surgido em 2011, na Alemanha. A tendência desse modelo industrial baseia-se na digitalização e na automação do ambiente de manufatura. O fundamento da Indústria 4.0 é a conexão de máquinas, sistemas e ativos das empresas para a criação de redes inteligentes e controle dos módulos de produção de forma autônoma. É a combinação dos avanços tecnológicos recentes e de sistemas de produção inteligentes e automatizados, ligando mundo real e virtual. Existem 6 princípios para a implementação da Indústria 4.0, sendo eles: capacidade de operação em tempo real; virtualização; descentralização; orientação de serviços; modularidade (produção de acordo com a demanda, permitindo alterar as tarefas das máquinas facilmente); interoperabilidade (capacidade dos sistemas cyber-físicos).

O Brasil apresenta ritmo inferior de substituição das linhas tradicionais com pessoas por linhas de automação, em relação aos países como Alemanha, E.U.A e Japão. Salientamos, ainda: muitas empresas, no Brasil, estão entrando na Terceira Revolução Industrial (SAKURAI; ZUCHI, 2019). Muitos são os impactos dos avanços tecnológicos em relação a força de trabalho como, por exemplo, a diminuição da demanda por trabalhadores aumentando, assim, a taxa de desemprego. Salientamos, porém, que a análise dos impactos causados pelos avanços tecnológicos foge do objeto de análise desta tese.

Mandel (1982) destaca que uma das características fundamentais do capitalismo tardio é a redução do tempo de rotação do capital fixo. A origem dessa diminuição está relacionada à aceleração da inovação tecnológica, sendo a mesma resultante da realocação do capital industrial (investido na atividade direta de produção e nas esferas pré-produtivas – Pesquisa e Desenvolvimento). Sobre essa discussão, afirma:

A redução do tempo de rotação do capital fixo apresenta caráter dúplice. Por um lado, constitui a soma da substituição acelerada de antigas plantas por outras completamente novas, isto é, um processo da obsolescência

acelerada do capital fixo. Ao mesmo tempo, representa a transição da prática de manutenção periódica da planta existente, que só é fundamentalmente renovada a cada dez anos, para a prática moderna de manutenções gerais, que implicam a introdução de inovações tecnológicas *em emergência*, algumas vezes importantes (MANDEL, 1982, p. 158, grifo do autor).

A redução do tempo de rotação do capital fixo, provoca uma dupla contradição: há um aumento no período de preparação e experimentação para os processos de produção e no tempo para a produção das plantas; as plantas produtivas da terceira revolução tecnológica exigem investimentos de capitais superiores às que foram requeridas na primeira e na segunda revolução tecnológica. Com isso, há aumento do ritmo e da diminuição do tempo para a reprodução do capital fixo (MANDEL, 1982). Nesse ponto, o autor chama atenção para a particularidade, no capitalismo tardio, da pressão para amortização planejada ou da planificação do investimento.

Em relação à economia global, Mandel (1982) discorre acerca da impossibilidade de *controle* dos meios disponíveis de produção, assim como, do capital acumulado e dos recursos econômicos, pois:

Em última análise, a lei do valor em sua forma capitalista – os esforços do capital para obter pelo menos o lucro médio, e a busca de superlucros para além dessa média – determina nesse caso o afluxo e a vazão de capital, e em consequência o afluxo e a vazão dos recursos econômicos e meios de produção, de um ramo para outro ou de uma empresa para outra (MANDEL, 1982, p. 164).

Dessa forma, no capitalismo tardio, a programação econômica pode, apenas, “coordenar as perspectivas de produção autônoma das companhias” sendo, portanto, bloqueadas por elementos de incerteza: são baseadas em planos de investimentos que são apenas projeções; e distintas unidades de capital são coordenadas num contexto de diferentes interesses. Como desdobramento, o planejamento dos custos implica em planejar os custos salariais e este planejamento dos custos dos salários “[...] pressupõe a libertação do preço da mercadoria força de trabalho das flutuações da procura e da oferta no chamado mercado de trabalho” (MANDEL, 1982, p. 167).

A redução do tempo de rotação do capital fixo, conforme já sinalizado, relaciona-se à aceleração da inovação da tecnologia (expressão do valor), sendo a

aceleração, pressuposta da aplicação da ciência à produção⁴⁴. A partir dos anos 1940 – terceira revolução tecnológica, “[...] todas as ciências foram forçadas a se colocar a serviço do capital”, em que “a invenção torna-se um ramo dos negócios”.

Para isso, o expansionismo capitalista foi fundamental, na visão de Mandel (1982), que situou o avanço dos limites geográficos pelo capital, destacando como o papel instrumental da produção em massa com baixo custo; e a remoção pelo Estado dos “obstáculos” por meio da força política e militar.

A relação entre a expansão nacional e internacional do capital, em última instância, expressa o desenvolvimento desigual e combinado, inerente ao modo de produção capitalista. “O capital tem a tendência inata de combinar a expansão internacional com a formação e a consolidação de mercados nacionais” (p. 219), isso redundou na concentração internacional, transformada em centralização internacional.

O protagonismo do Estado para a garantia das condições de produção e reprodução do capital, abordado Mandel (1982), é interpretado como cumprimento das funções de: criar as condições gerais de produção; reprimir as ameaças das classes dominadas (ou frações destas classes); e integrar as classes dominadas garantindo, assim, a ideologia da classe dominante. Nessa direção, temos que:

Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos *gerais e técnicos* do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc.); providenciar os pré-requisitos *gerais e sociais* do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis à produção econômica. [...] O Estado burguês é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa. Mas é também uma negação desse último, pois o Estado burguês clássico da época da ascensão vitoriosa do capital industrial era um “Estado fraco” por excelência (MANDEL, 1982, p. 334-335, grifos do autor).

A partir disso, o capitalismo monopolista altera, objetivamente e subjetivamente, a atitude da burguesia, em relação ao Estado, e também a função realizada pelo mesmo. No que concerne a essa reconfiguração das funções do

⁴⁴ No âmbito da produção capitalista de mercadorias, o crescimento regular no volume de pesquisa resultou, inevitavelmente, em especialização e “autonomização”. De início, a pesquisa e o desenvolvimento tornaram-se um ramo à parte, dentro da divisão do trabalho das grandes companhias. Mais tarde, teve condições de assumir a forma de uma empresa independente; surgiram então os laboratórios de pesquisa operados por particulares, que vendiam suas descobertas e inventos ao prelo mais alto. [...] Como qualquer outro negócio, também a “pesquisa” tem um único objetivo no capitalismo: maximizar os lucros para a empresa (MANDEL, 1982, p. 177).

Estado, no capitalismo tardio, verifica-se uma tendência em aumentar o planejamento econômico e de socializar os custos (riscos), tornando-se inevitável e necessária a hipertrofia do Estado, a partir de então (MANDEL, 1982).

Isso posto, o autor chega a consideração de que as tentativas de regulação privada e estatal da economia são explicadas pelas leis de desenvolvimento do capital. Sinaliza que, apesar da exploração ser inerente a todas as formações sociais e modos de produção que se baseiam na divisão de classes, a especificidade da exploração capitalista deve-se à “[...] universalização da produção de mercadorias – o que, *socialmente*, envolve a transformação da força de trabalho em mercadoria e dos meios de produção em capital (MANDEL, 1982, p. 369). Por isso, o capitalismo tardio constitui-se como nova fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista, prevalecendo a lei do valor universalizada; apresenta um modelo que regula a distribuição dos recursos econômicos nos setores na economia, garantindo que a distribuição corresponda à estrutura da demanda.

Para Netto⁴⁵ (2007), a reconfiguração do Estado merece atenção destacada na fase monopólica da expansão capitalista. Por isso, elucida as principais características histórico-sociais dessa fase.

O capitalismo, a partir do final do século XIX, faz a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (ou capitalismo dos monopólios) no estágio imperialista, sendo que o período do imperialismo clássico situa-se entre 1890 e 1940. “O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2007, p. 19).

Segundo Netto (2007), semelhantemente a Mandel, a fase monopólica capitalista altera, de forma significativa, toda a dinâmica da sociedade burguesa, potencializando às contradições fundamentais do capitalismo já presentes na era concorrencial, recombina-as com novas contradições e antagonismos.

⁴⁵ Na obra “Capitalismo monopolista e Serviço Social”, José Paulo Netto buscou delinear as condições históricas e sociais da emergência do Serviço Social, portanto, o objetivo desta análise “[...] a emergência do Serviço Social como profissão no âmbito da ordem burguesa na idade do monopólio” oferecendo, nesta direção, “[...] uma contribuição ao estudo da gênese histórica do Serviço Social” (NETTO, 2007, p. 13-14). A primeira parte do livro contém a análise que nos interessa: a fase dos monopólios - fase do desenvolvimento capitalista.

Com efeito, o ingresso no capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. Donde, simultaneamente, a contínua reafirmação das suas tendências e regularidades imanentes (as suas “leis” de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as “leis” particulares do estágio imperialista) (NETTO, 2007, p. 20).

Salienta, ainda, “[...] a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (NETTO, 2007, p. 20). Nessa organização, o papel econômico e financeiro do sistema bancário e creditício, é redimensionado, comportando diferentes níveis e formas. Dentre os principais fenômenos introduzidos pela organização monopólica na organização da economia, estão: o crescimento dos preços das mercadorias e serviços; as tendências de taxas de lucro, mais altas nos setores monopolizados; a elevação da taxa de acumulação, acentuando a tendência decrescente da taxa média de lucro e a tendência ao subconsumo; a concentração de investimentos nos setores com maior concorrência; a introdução de novas tecnologias, levando à diminuição do trabalho “vivo”; o aumento dos custos de venda, ocasionando diminuição dos lucros adicionais dos monopólios e o aumento do contingente de consumidores improdutivos (NETTO, 2007). Nesse sentido, a fase monopólica se traveste de uma verdadeira bomba relógio de contradições, tendo como esquadro o aprofundamento da expressão da dinâmica do valor, no conjunto da vida social, com maior expropriação social e mercantilização, paulatinamente generalizada.

De fato, a economia transforma-se:

De uma parte, a tendência à equalização das taxas de lucro, objetivada no estágio concorrencial do capitalismo, é revertida em favor dos grupos monopolistas (que extraem seus superlucros também a partir de uma dedução da mais-valia de outros grupos capitalistas). De outra, o próprio processo de acumulação é alterado: ela tende a elevar-se, em razão da centralização que o monopólio opera; adicionalmente os grupos monopolistas inclinam-se mais a investimentos no exterior dos seus próprios limites (guiando-se pela taxa de lucro marginal) que no seu mesmo âmbito. Ademais, a economia de trabalho “vivo”, que estimula a inovação tecnológica, subordina-se diretamente à depreciação do capital fixo existente – donde um traço específico da idade do monopólio é de fundamental importância para a compreensão global do capitalismo monopolista: “o monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva” (NETTO, 2007, p. 21).

Esses desdobramentos do *estágio superior* do capitalismo são sublinhados por Netto (2007), à luz das obras de Marx, Lênin e Mandel, acrescentando outros dois elementos da monopolização, quais sejam: dificuldade de valorização do montante de capital acumulado; e *parasitismo* que se instaura na vida social. Esse *parasitismo* - natureza parasitária da burguesia - deve ser tomado por dois ângulos: pela proeminência de uma oligarquia financeira; e pela separação entre propriedade e gestão dos grupos monopolistas.

Em relação ao mercado mundial, apoiado nos pensadores mencionados, o pesquisador afirma que a monopolização realiza um rearranjo na divisão internacional capitalista do trabalho. A fase monopólica “[...] conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados” (NETTO, 2007, p, 24), levando consequentemente à fragilização da política,

No entanto, o quadro de contradições faz com que a maximização dos lucros, através do controle dos mercados, seja problemática, pois, através dos próprios mecanismos que deflagra, acaba sendo vítima dos “[...] constrangimentos inerentes à acumulação e à valorização capitalistas” (NETTO, 2007, p. 24). Dessa forma, demandam-se mecanismos de intervenção extra econômicos, provocando a refuncionalização do Estado.

Para Netto (2007), até a fase monopólica da expansão capitalista, o Estado tinha como atuação garantir as condições externas da produção capitalista, realizando intervenções emergenciais, esporádicas e pontuais. Na era dos monopólios, além dessa preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção do Estado passa a incidir na dinâmica econômica “‘desde dentro’ e de forma contínua e sistemática” (p. 25). Ou seja, a semelhança de Mandel, afirma Netto (2007) que, no capitalismo monopolista há imbricação entre as funções políticas e econômicas do Estado.

As funções econômicas do Estado ocorrem de forma direta, indireta e também de forma estratégica. As funções econômicas diretas envolvem a inserção como *empresa* nos setores básicos não rentáveis (fornecedores dos monopólios de energia e matérias-primas fundamentais) e auxílio às empresas capitalistas em situação de dificuldades (socialização das perdas). As funções econômicas indiretas, relacionam-se às compras do Estado aos grupos monopolistas, possibilitando que

os capitais excedentes se valorizem; além de subsídios indiretos, investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, entre outros. Em relação às funções estratégicas, temos o direcionamento do desenvolvimento, com destaque para os investimentos e objetivos dos planos e projetos. Em conjunto, estas funções levam o Estado a atuar como “administrador dos ciclos de crise” (NETTO, 2007), o que parece ser uma face importante na quadra histórica em análise, nesta pesquisa.

Nesses termos, “[...] o Estado foi capturado pela lógica do capitalismo monopolista” (NETTO, 2007, p. 26) e isso não ocorre apenas na modalidade de intervenção estatal (antes esporádica e agora contínua); mas, também, nas estruturas que viabilizam a própria intervenção no sistema de poder político, pois, os centros de decisão ganham autonomia, se comparado às instâncias de representação legitimadas. Entre essas condições, o autor inclui a garantia da conservação física da força de trabalho e, nesse sentido, diferente da fase concorrencial, na era monopólica “[...] a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*” (NETTO, 2007, p. 26, grifo do autor).

O início da fase do capitalismo monopolista, realizou-se, de forma paralela a um salto, na organização das lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores, inclusive, é o contexto de aparecimento de partidos operários de massas, assim, “[...] o coroamento da conquista da cidadania, sobre a qual doutrinou linearmente Marshall, acompanha, nos seus laços decisivos, o surgimento da idade do monopólio” (NETTO, 2007, p. 27).

O Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2007, p. 27).

Para Fernandes (2005), as particularidades dessa fase expansionista nos países dependentes, como o Brasil, merecem atenção particular. O autor traça importante distinção entre o quadro histórico do capitalismo monopolista, em escala mundial daquele que é engendrado na realidade latino-americana, acentuando as dificuldades das nações periféricas dependentes de absorverem o padrão de

desenvolvimento econômico do capitalismo monopolista dos países centrais do sistema.

Segundo o estudioso mencionado, acompanhando a visão de Marx sobre o desenvolvimento desigual, o capitalismo não possui um único padrão histórico, abarcando vários padrões distintos de desenvolvimento que correspondem aos vários tipos de capitalismo que sucederam (ou que ocorreram, de forma simultânea) no transcorrer da história. Por isso, apresenta uma morfologia do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sustentada em três fases, sendo que em nenhuma dessas fases houve repetição do desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas.

As três fases do desenvolvimento capitalista brasileiro são: “a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista” (FERNANDES, 2005, p. 263). Nessa direção, diz ele:

A fase de eclosão do mercado capitalista moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial. Sua delimitação pode ir, *grosso modo*, da Abertura dos Portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tomando-se, como ponto de referência, as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista). A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, *grosso modo*, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX. A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista) (FERNANDES, 2005, p. 263-264).

As transformações da economia, da estrutura urbana e das tecnologias das sociedades hegemônicas conduziram a formas destrutivas de utilização de recursos naturais (matérias-primas), extraídos dos países da periferia capitalista. Como esses países participavam da divisão internacional do trabalho, como fornecedores de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento capitalista, na era monopólica, foram incorporadas à estrutura, funcionamento e crescimento dos países capitalistas centrais. “Daí resultou uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno” (FERNANDES, 2005, p. 296).

A especificidade brasileira da relação, com a expansão capitalista na fase monopólica, consubstanciou-se numa forma dependente e subdesenvolvida da economia e da sociedade, em sentido geral. Numa primeira tendência, especialmente até o início da Segunda Guerra Mundial, surgem as grandes corporações, no Brasil, explorando diversos objetivos especulativos (energia elétrica; serviços públicos; exportação de produtos agrícolas, carnes, minérios; bens de consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis; entre outros). Dando maior visibilidade ao padrão de desenvolvimento do capitalismo competitivo dependente. A segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista ocorre na década de 1950, e aí a economia brasileira não intensificará, apenas, o crescimento do capitalismo monopolista externo; incorporar-se-á a esse crescimento. Constitui-se, portanto, num pólo dinâmico, porém, assentado, na periferia, e reprodutor da relação de subordinação e dependência à dinâmica hegemônica do sistema (FERNANDES, 2005).

Fernandes apresenta derivações daqueles elencos observados por Netto (2007) e Mandel (1982), enfatizando que a transição para o capitalismo monopolista envolveu alterações, extremamente profundas, em termos de: ampliação dos mecanismos de mercado, organização do mercado financeiro, acentuação da produção industrial, aplicação de incentivos para privilegiar a política industrial e à exportação, além de proeminência do poder dos extratos da classe dominante mais influentes e do próprio Estado. Assim, no Brasil, nas palavras do autor:

A decisão “interna” cristaliza-se aos poucos, depois da Revolução de 1930; fixa-se de maneira vacilante, a princípio, em favor do *impulso externo* como a “única solução” no fim da década de 1950, e, por fim, quando surge a oportunidade crucial (o que se dá só de 1964 em diante), ela se converte no principal dínamo político de todo o processo. A distância entre o governo Kubitschek e o regime instaurado a partir de 1964 parece muito curta. Contudo, é preciso atentar para os dois movimentos concomitantes, que a dominação burguesa restaurada teve meios para realizar: 1º) iniciativa privada interna e Estado conseguem, na verdade, “amar-se” autodefensivamente para enfrentar a aludida transição, que teria de transcorrer, inevitavelmente, como um processo de conquista econômica externa; 2º) ambos ganham segurança suficiente para revolucionar o espaço econômico interno, com liberdade de ação quase total, podendo implementar medidas estratégicas de política econômica e medidas econômicas instrumentais (FERNANDES, 2005, p. 303).

Ponto essencial na análise, do pesquisador, é demonstrar que “[...]um desenvolvimento capitalista provocado na periferia pelas economias centrais e,

portanto, extensa e profundamente induzido, graduado, por fora” (FERNANDES, 2005, p. 313). Essa heteronômica se faz associando padrões sociais, uma vez que se verifica a adaptação e a coexistência com variadas formas econômicas. Não são eliminadas, ainda que sejam discrepantes em termos de desenvolvimento histórico, devido à funcionalidade que apresentam para o padrão de desenvolvimento periférico em questão. Com isso, esse padrão de desenvolvimento capitalista abarca a coexistência e a convivência de formas econômicas modernas de capitalismo, com outras antigas e arcaicas, inclusive da fase colonial e neocolonial, que constituíram-se outrora em “fontes de acumulação originária de capital”.

O capitalismo monopolista, no entanto, cria fortes pressões sobre a organização, funcionamento e desenvolvimento das economias capitalistas periféricas dependentes, em decorrência de que “[...] seu espaço econômico estratégico não está nessas economias, mas nas economias capitalistas centrais” (FERNANDES, 2005, p. 316). Acerca do capitalismo monopolista:

[...] o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e “envenenado”. Não se voltando contra a dupla articulação, ele mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo em que agrava o subdesenvolvimento relativo (malgrado os efeitos de demonstração em contrário). Além disso, como também desencadeia pressões fortes no sentido de crescer aceleradamente com “recursos internos”, infunde novas distorções estruturais e dinâmicas no processo de acumulação capitalista. Isso se revela particularmente grave em duas esferas: 1º) as fortes compressões conjunturais dos salários dos trabalhadores; 2º) desinflatores e outras técnicas de transferência de renda que amparam, sistematicamente, os que podem “fazer poupança”, isto é, todos aqueles que estão fora e acima da economia popular (FERNANDES, 2005, p. 318).

Essas discrepâncias, para Fernandes (2005), introduzem novos elementos à estrutura de classes do capitalismo, sendo que:

[...] enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si. A dependência e o subdesenvolvimento não eliminam esse fato. Apenas introduzem elementos novos na formação e na manifestação de tais processos, que se ajustam, assim, à natureza do capitalismo dependente e subdesenvolvido, o qual tende a introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre os seus efeitos (FERNANDES, 2005, p. 323).

Nesse sentido, observamos que as implicações, desse processo do desenvolvimento do capitalismo monopolista, ampliam e aprofundam as já existentes desigualdades econômicas, sociais e políticas. Um aspecto que merece

destaque é o aumento do fluxo de populações do campo para as grandes cidades e metrópoles, sobretudo, se sublinhamos esse efeito no ciclo de substituição das importações, no Brasil, no estágio dos monopólios.

Na época mencionada, houve rápida urbanização da vida social e da constituição da *população excedente*, que migrou para as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse processo é socialmente mais contrastante, por conta da resistência às reformas sociais, como a reforma agrária, paralelamente à universalização das relações de mercado no campo, deixando evidente, segundo Fernandes (2005), as implicações dessa fase capitalista para a sociedade brasileira, como um todo e para o campo, em particular. Voltaremos a isso no próximo capítulo. Por enquanto, é importante indagar em que consiste a quinta fase de expansão capitalista, que esta pesquisa considera como àquela fase iniciada no final da década de 1960, e que está aberta ainda nos dias de hoje.

No tocante, Brenner (2003) sugere que tomemos como marco a expansão americana dos anos 1990, realizando, para tanto, um resgate da longa fase de estagnação da economia mundial entre 1973 e 1995, seguido do “boom” do primeiro quarto de século do Pós- Segunda Guerra Mundial.

Para o estudo da evolução da economia americana, nesse pós-guerra, o autor parte da consideração do contexto de desenvolvimento da economia capitalista mundial. Essa consideração nos interessa, pois, indica que o desenvolvimento amplo do capital gestará as condições do novo padrão de regulação do trabalho, que é o tema desta pesquisa.

Brenner (2003) aponta um extenso período de crescimento lento, iniciado por volta de 1973, e, ainda que a economia dos Estados Unidos tenha desfrutado de um poderoso “boom”, a partir da segunda metade dos anos 1990, boa parte da economia mundial sofreu declínio. Os mesmos mecanismos que causaram expansão econômica, devido aos altos preços das ações, também causaram declínio quando os preços baixaram – “boom”, a partir da segunda metade da década de 1990 e queda da lucratividade entre 1997 e 2000.

O *crash* e a recessão começaram pelas empresas de internet, passando para as fábricas de equipamentos, operadoras de telecomunicações e, depois, para as fábricas de componentes da indústria de equipamentos de telecomunicações. A crise das telecomunicações, e da alta tecnologia, desdobrou-se no contexto amplo

da economia americana que, por sua vez, contraiu-se fortemente por excesso de capacidade da indústria manufatureira internacional (BRENNER, 2003).

Privada do impulso do “efeito riqueza” da rápida subida das ações, a economia real foi empurrada para baixo pelo imenso excedente de fábricas, equipamentos e *software* produzidos durante o *boom* de investimentos estimulado pela bolha, cujo resultado de modo algum poderia ser lucrativo. As telecomunicações tinham respondido por uma fatia tão desproporcional do crescimento da capitalização de mercado e da acumulação de capital que se estendeu por toda a economia nos últimos anos da expansão, e por essa razão os efeitos do colapso do setor forma imensos [...] Em meados de 2002, as ações de telecomunicações perderam 95% do seu valor, do que resultou o desaparecimento de aproximadamente US\$2,5 trilhões da capitalização de mercado (BRENNER, 2003, p. 25).

Com a rápida queda das importações americanas, houve perda de força das economias do Japão, Europa e Leste Asiático, assim como, os países da América Latina entraram em nova crise. Para tentar conter a queda da economia americana, entre os anos de 2000 e 2001, houve a redução drástica das taxas de juros (barateamento dos empréstimos), obtendo, apenas, o que o pesquisador chamou de um sucesso superficial. O crédito barato disponível, possibilitou aumento do acesso das famílias aos empréstimos anuais, em especial, através do refinanciamento de hipotecas (BRENNER, 2003).

Como desdobramentos desse processo, sinaliza o desmoronamento do crescimento das exportações, declínio do crescimento não-residencial, aumento recorde dos empréstimos pelas famílias e corporações, aumento dos déficits comercial e de contracorrente, queda do dólar, queda dos preços das ações, sucessão de escândalos contábeis (falsificação dos balanços das grandes corporações).

A nosso ver, o autor apresenta dados relevantes para mostrar como, a partir do fim dos anos 1960 (ou a partir dos anos de 1970, como aproximativamente também pode-se dizer), o sistema do capital passa a regatear o aumento dos lucros, sobretudo, quando comparamos com os trinta anos anteriores.

Por isso, interessamo-nos pelos dados com que o autor avalia as perspectivas futuras da economia dos Estados Unidos, partindo do próprio longo declínio, ressaltando que a revitalização da economia americana, em torno de 1993, ocorre na contra mão de uma estagnação econômica, em escala mundial que perdurava há, pelo menos, duas décadas (desde o início dos anos 1970).

Brenner (2003) ressalta, ainda, a capacidade das economias capitalistas avançadas de realização e sustentação de altas taxas de lucro, no Pós-Segunda Guerra mundial. Destaca que o dinamismo econômico da economia do pós-guerra foi sustentado pelas economias de países com desenvolvimento mais tardio, como a Alemanha, Japão, França e Itália. Estes países “[...] tiveram a capacidade de lidar com as pressões crescentes dos custos, e portanto a capacidade de sustentar uma alta lucratividade e competitividade internacional” (p. 51).

Ocorre, então, o desenvolvimento desigual como resultado do crescimento do comércio e da divisão mundial do trabalho, que não permaneceu favorável, em relação aos efeitos econômicos. A partir da década de 1960, Japão e Alemanha conseguiram impor preços mais baixos no mercado mundial e manteve suas antigas taxas de lucro. Em contrapartida, os produtos americanos tiveram crescimento de preços mais lentos e, entre 1971 e 1973, o dólar americano desvalorizou-se gravemente, enquanto o marco e o iene tiveram valorização. Nos Estados Unidos e nas principais economias capitalistas, o declínio da lucratividade concentrou-se no setor de manufaturados, tocando, relativamente de leve, o setor de não-manufaturados⁴⁶. Cabe destacar a pressão ocasionada pela alta dos preços dos manufaturados, no mercado internacional, ela levou à queda das taxas de lucro da economia privada. Outro destaque destina-se aos salários dos trabalhadores do setor de não-manufaturados, que não sofreu queda. Entre os anos 1965 e 1973, a taxa de lucro das empresas privadas dos Estados Unidos caiu cerca de 30% e 20%, no conjunto dos países do G-7.

A descrição fenomênica desse quadro por Brenner (2003) é muito interessante, porque demonstra os limites da recomposição da lucratividade, corroborando com o argumento sobre a profundidade da crise do capital, elemento crucial para esta tese.

Para o autor, a queda da lucratividade, na economia americana, não foi causada por esgotamento da tecnologia, nem por aumento do poder dos trabalhadores. Há de se considerar que, no setor de manufaturados, localizou-se a

⁴⁶ Robert Brenner (2003), no decorrer de sua obra, sinaliza os efeitos do movimento do capital no setor de manufaturados e no setor não-manufaturados. O setor de manufaturados é composto por bens “comerciáveis” e que ela chama a atenção serem vulneráveis à concorrência internacional. O setor de não-manufaturados é composto por bens “não-comerciáveis”, ou seja, o setor de serviços (comércio, atacadista, varejista, empresas financeiras e de seguros), mais o setor industrial de não-manufaturados (construção, mineração e serviços de utilidade pública e de transporte), que estão, portanto, protegidos da concorrência internacional.

maior parte do declínio da lucratividade, o crescimento da produtividade acelerou durante os anos que a lucratividade caiu. Os E.U.A e outras economias do G-7 tiveram aceleração do crescimento da produtividade da década de 1960 e início de 1970. Destaca, ainda, que “[...] a redução no crescimento da produtividade deveria ser compreendida muito mais como um resultado do que como uma causa do longo declínio” (BRENNER, 2003, p. 64). A lucratividade não foi estabelecida nas economias dos E.U.A, Alemanha, Japão e economias do G-7, antes da década de 1990.

Fabricantes, por todo o mundo capitalista, defendiam sua competitividade e taxas de lucro, produzindo a custos mais baixos, com produtores situados em países em desenvolvimento (Leste Asiático, México e Brasil), conseguiram aumentar as exportações para ingressar em reduzidas linhas de exportações. Isso foi feito a partir de combinação de salários baixos; instalações e equipamentos avançados; e enormes empréstimos de grandes bancos internacionais aos governos. Como desdobramento, acontece uma superacumulação no setor de manufatureiros e lucratividade no setor não-manufaturados das economias do G-7. “Como consequência, a produção não-manufatureira, o estoque de capital e o crescimento da mão-de-obra se mantiveram ou aumentaram” (BRENNER, 2003, p. 75). Dessa forma, no final da década de 1970, o setor manufatureiro, em escala mundial, e o programa keynesiano estavam num impasse.

A partir do final dos anos 1970, com os governos Reagan e Thatcher, as políticas monetaristas produziram aperto do crédito e uma austeridade sem precedentes⁴⁷. A mudança tinha intenção de elevar a lucratividade, diminuindo o emprego e redistribuindo as rendas diretamente para o capital, através da redução de impostos para as empresas e dos gastos com serviços sociais. O excesso de capacidade e de produção no setor manufatureiro internacional, manifestou-se no início da década de 1980, com intenso desemprego no setor (BRENNER, 2003).

Como resposta ao impasse do setor manufatureiro internacional, no final dos anos 1970, houve busca para facilitar o ingresso nas atividades financeiras. Esse fenômeno ocorreu nos governos de todas as economias capitalistas avançadas, manifestando-se como um deslocamento das contradições de natureza sistêmica.

⁴⁷ Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente nos EUA e na Inglaterra, lideraram a imposição do deslocamento neoliberal à crise de realização do valor iniciada, nos anos de 1980-1990. Reagan no período de 1981-1989 e Thatcher entre 1979 e 1990.

Para tanto, iniciaram-se o combate contra inflação e o processo abrangente de desregulamentação financeira. Como consequência, foram geradas sucessivas crises financeiras.

A partir de inícios da década de 1980, imensas bolhas financeiras incharam por todas as economias capitalistas avançadas, em especial nos mercados de ações, nas fusões e aquisições e nos imóveis comerciais, com a demanda especulativa elevando o valor dos ativos e com os investidores efetuando suas compras na expectativa de que, havendo subido no passado, os valores dos ativos continuariam a subir no futuro. Mas o resultado foi principalmente a escalada sem precedentes do endividamento das empresas não-financeiras, que gastaram centenas de bilhões de dólares emprestados em aquisições alavancadas e na recompra de suas próprias ações, e uma cada vez maior fragilidade financeira dos bancos, que em grande parte financiou as ondas especulativas (BRENNER, 2003, p. 87).

A isso já se referia Luxemburgo (2010), afirmando que o crédito age de forma diversa na formação das crises não constituindo-se, somente, em um meio técnico de fornecer capitais alheios ao capitalista, sendo um estimulante para o emprego e um meio para especulações arriscadas. Não leva, apenas, ao agravamento da crise como também facilita a formação e a extensão, transformando toda forma de troca em mecanismos complexos e artificiais, provocando, assim, perturbações nesse mecanismo, ao menor pretexto. Como resultado, o crédito acaba sendo um meio poderoso de formação de crises e não um meio de supressão delas. Nas palavras de Luxemburgo,

A função específica do crédito consiste, de fato – para falar de um modo geral – em eliminar o resto de fixidez de todas as relações capitalistas, em introduzir por parte a maior elasticidade possível, e em tornar todas as forças capitalistas extensíveis, relativas e sensíveis ao mais alto grau. É evidente que com isso ele só facilita e agrava as crises, que outra coisa não são senão o choque periódico das forças contraditórias da economia capitalista (LUXEMBURGO, 2010, p. 31).

Ao que a autora acrescenta, o crédito nos leva a uma outra questão, que é o fato de apresentar-se como um meio de adaptação do sistema capitalista “na supressão ou atenuação de uma de suas contradições e na liberdade de movimento assim facultada, num ponto qualquer, à forças encadeadas (LUXEMBURGO, 2010, p. 31)”. Ao que conclui, é o próprio crédito o meio de agravar os antagonismos da economia capitalista.

Agrava o antagonismo entre o *modo de produção* e o *modo de troca*, estendendo a produção ao extremo e paralisando a troca ao menor pretexto. Agrava o antagonismo entre o *modo de produção* e o *modo de apropriação*, separando a produção da propriedade, transformando o capital empregado na produção em capital social, mas transformando também uma parte do lucro, sob a forma de juros do capital, em simples título de propriedade. Reunindo, em poucas mãos, pela expropriação de muitos pequenos capitalistas, imensas forças produtivas, agrava o antagonismo entre as relações de *propriedade* e as relações de *produção*. Enfim, tornando necessária a intervenção do Estado na produção (sociedades por ações), agrava o antagonismo entre o caráter social da produção e a *propriedade* capitalista *privada* (LUXEMBURGO, 2010, p. 32, grifos da autora).

Essa instabilidade, aprofundada pelo *fetiche* do crédito, marca o período, sendo que no início de 1990 há nova recessão que traz um novo impasse, pois, eram necessários novos déficits americanos para catalisar nova ascensão cíclica doméstica e internacional. Isso porque o aumento dos déficits públicos americanos havia sido indispensável para retirar a economia mundial do declínio internacional, do início da década de 1970, e para manter o crescimento entre as recessões (BRENNER, 2003).

Após 1980, no entanto, a indústria do setor de manufaturados americanos passou a ter enormes vantagens de custo, melhorando sua competitividade e aumentando o crescimento das exportações. Assim, a taxa de lucro dos manufaturados americanos levou à recuperação econômica dos E.U.A. Entretanto, os efeitos na economia mundial foram mais ambíguos. A produtividade da força de trabalho do setor manufatureiro cresceu 3,5% (média anual) entre 1979 e 1985 (acima da média do longo *boom* do pós-guerra). Entretanto, Brenner (2003, p. 107) ressalta que “[...] esse processo paradoxal acabou se mostrando insustentável. A economia americana experimentava sua pior crise desde a depressão dos anos 1930, e isso implicou em esvaziamento radical do setor”.

O retorno do movimento de toda a economia pela lucratividade do setor de manufaturados ocorreu a partir da lenta recuperação da recessão em 1990/1991. Vale insistir nessa fenômenica exposta por Brenner e notar que, em 1993, o setor começa a experimentar um crescimento e a economia, como um todo, expande-se com ele. Destaca o autor:

O setor de não-manufaturados não sofrera nada remotamente parecido ao vertiginoso declínio na produtividade que se abatera sobre o setor de manufaturados ao final das décadas de 1960 e 1970. Na verdade, durante a década de 1970, a economia fora do setor de manufaturados parece ter

beneficiado de modo significativo dos esforços dos fabricantes de abrirem caminho para longe de seus problemas de lucratividade investindo e expandindo-se. Nos ciclos econômicos entre 1969 e 1979, a taxa de lucro no setor de não-manufaturados ficou, em média, apenas cerca de 10% abaixo de seu nível dos períodos de negócio de entre 1959 e 1969 – ao passo que a taxa de lucro no setor de manufaturados ficou em média 39% abaixo desse nível – e o crescimento do estoque de capital do setor de não-manufaturados não apresentou nenhuma queda palpável. Em contrapartida, a crise do setor de manufaturados do início da década de 1980 e o único reflorescimento hesitante do investimento e da produção nos manufaturados durante a segunda metade da década – com a resultante diminuição da demanda desse setor – parecem haver conferido ao setor de não-manufaturados um significativo prejuízo (BRENNER, 2003, p. 128).

O retorno da produtividade fora do setor de manufaturados, só retornou em 1996, sendo que o retorno mais rápido do crescimento da economia abriu caminho para a ascensão paralela do setor financeiro. Quando a indústria americana de manufaturados entrou em profunda depressão, no início dos anos 1980, houve importante realocação de capital para a atividade financeira. Essa virada havia sido retardada, no decorrer dos anos 1970, pelas políticas macroeconômicas inflacionárias para reativar o setor de manufaturados. Agora, facilitadas pelas alterações administrativas dos governos, objetivando “[...] derrubar a barreiras até o momento existentes confinando as instituições financeiras a esferas de funcionamento limitadas e geográficas” (BRENNER, 2003, p. 131).

Entre 1975 e 1990, a proporção do total de investimento privado em instalações e equipamentos destinado às empresas financeiras, de seguros e de imóveis dobrou de cerca de 12-13% para de 25-6%; entre 1982 e 1990, quase um quarto de todo investimento privado empregado em instalações e equipamentos deu-se nas empresas financeiras, de seguros e de imóveis (BRENNER, 2003, p. 131).

Não pode, claro, haver dúvida de que durante a década de 1980 os muito ricos tornaram-se muito mais ricos e o fizeram em grande parte por meio das atividades de concessão de empréstimos e de especulação. Por outro lado, quase ninguém enriqueceu. Do crescimento total na renda familiar ocorrido entre 1977 e 1989, o estrato superior de 1% de todas as famílias por renda assegurou não menos de 70%, enquanto os seguintes 9% de famílias asseguraram praticamente todo o restante. Cabe ainda enfatizar que aqueles que prosperaram nesta década em geral o fizeram por meio só de espetaculares redistribuições de renda para longe dos trabalhadores por meio de políticos, mas também de fenomenais ordenhas nas próprias empresas e instituições financeiras – as quais foram, em resultado, com frequência deixadas em condição desesperadora (BRENNER, 2003, p. 138).

Nesse movimento sinuoso, pouco espaçado dos episódios de desaquecimento, vemos que, nos anos 1990, houve uma melhora significativa das condições das empresas americanas. Passa a haver uma simbiose, nas palavras de

Brenner (2003), entre os setores manufaturados, não-manufaturados e o financeiro. Nessa relação, o pesquisador apresenta a seguinte questão: “uma economia americana recém-reavivada carregaria o resto do mundo a um novo *boom* duradouro, ou seria ela própria puxada para baixo pela continuada fraqueza do sistema produtivo?” (BRENNER, 2003, p. 144).

Um importante destaque sobre os poucos sinais da economia mundial, ao longo da década de 1990, foi que o crescimento das economias capitalistas avançadas entre 1990 e 1995, foi significativamente mais lento, se comparados com qualquer outro período desde 1950, como mencionamos.

A expansão da economia americana entre 1990 e 1995 foi mais lenta do que em 1970 e 1980. O crescimento começa, mais uma vez, a ser retomado no final de 1995, porém, suas bases começam a ser corroídas e transformadas. Em 1996, houve o término da elevação das taxas de lucros do setor de manufaturados americanos e, em 1998, ocorre o esgotamento das exportações e competitividade. Ao mesmo tempo, o mercado de ações, dos EUA, entrou na maior recessão da história e, ainda, o crescimento do endividamento particular e corporativo. Em 1998, a crise do Leste Asiático transformou-se em crise mundial.

Fiori (2001) ressalta que, entre os anos 1970 e 1990, acelera-se a economia do leste asiático, que representou um deslocamento do eixo econômico, do eixo dinâmico da acumulação capitalista. A primeira economia capitalista a crescer, após a Segunda Guerra Mundial, foi o Japão. Após, houve um crescimento acelerado da Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura – os Tigres Asiáticos –, enquanto o mundo entrava em crise, em meados dos anos 1970. Nas décadas 1980 e 1990, o crescimento econômico foi da Malásia, das Filipinas, da Tailândia e da Indonésia. E, por fim, o crescimento foi da China, a partir dos anos 1980. Para muitos, estava surgindo um novo centro hegemônico e dinamizador da economia capitalista mundial, que substituiria a Europa e os E.U.A.

Entretanto, na segunda metade da década de 1990, uma crise financeira mundial derrubou as economias asiáticas, exceto a China e a Índia. Ainda há uma discussão das razões desse processo de crise, iniciado na Tailândia em 1997, que atingiu todo o bloco econômico asiático e quase todas as economias emergentes do mundo.

A crise asiática, além de ser uma crise das finanças, desreguladas e globais, é resultante do processo de dolarização da economia mundial – “processo que

acompanha a redefinição das relações de poder mundiais dos Estados Unidos, a partir de 1980 e, sobretudo, depois de 1990, com os seus antigos aliados e suas zonas de proteção econômica e militar durante a Guerra Fria” (FIORI, 2001, p. 1).

Nos termos de Brenner (2013), esse é o início da *bolha*, sendo que, nesse contexto, o mercado de ações inicia sua alta; enquanto as taxas de lucro do setor de manufaturados entram em queda, o valor das ações se elevam, devido às aquisições de ações pelas empresas. O crédito passa a ser facilmente disponível, apesar de possibilitar um caminho para que as empresas não-financeiras se engajassem numa manipulação financeira. A única parte do mundo que desfrutou de crescimento econômico dinâmico durante 1985 a 1995 foi o Leste Asiático, com expansão poderosa da indústria de manufaturados. Outro país que recuperou seu crescimento, a partir da segunda metade da década de 1995, foi o Japão.

Em 1998, a economia americana retoma as condições de forte recessão da primeira metade dos anos 1980. As taxas de lucro das indústrias de manufaturados caíram em 1998 e 1999 – impacto da alta do dólar e da forte concorrência internacional, intensificada pela crise do Leste Asiático. Entre 1998 e 2000, a economia teve um dinamismo, devido ao impulso no crescimento do consumo e investimento, por conta da prosperidade da *bolha* do mercado de ações. Nas palavras de Brenner:

A histórica escalada dos preços das ações concedeu tanto às famílias quanto às empresas um fácil acesso inaudito a fundos. Os enormes aumentos no papel do valor das empresas e da riqueza das famílias propiciaram vastos aumentos na aparente garantia colateral de ambos. Essa inflada garantia colateral proporcionou, por sua vez, a base para a maior farra de deseconomia na história americana, tanto das empresas como das pessoas físicas, e que foi provida, sem muitas perguntas, por emprestadores dispostos. Entrementes, as empresas precisando de capital também podiam garanti-lo de uma forma barata e incomum, simplesmente emitindo ações a preços superinflados a investidores cada vez mais entusiasmados. As resultantes explosões de investimento e de consumo atravessaram a economia americana, e a internacional, como se lançadas de um canhão (BRENNER, 2003, p. 254).

Nessa direção, para responder às demandas por empréstimos das empresas e das pessoas físicas, as instituições financeiras aumentaram suas próprias tomadas de empréstimos. Por outro lado, o aumento na tomada de empréstimos por pessoas físicas, somado ao aumento do declínio da poupança das famílias americanas, possibilitou uma ampliação significativa do consumo pessoal, o que

auxiliou para a expansão e à sustentação do *boom*; enquanto a lucratividade, a competitividade e as exportações do setor de manufaturados caíam.

O setor de não-manufaturados foi o maior beneficiário das condições dos anos da bolha do valor das ações, “[...] beneficiou-se da demanda aumentada emanando de um setor de manufaturados em rápido crescimento de 1993 em diante” (BRENNER, 2003, p. 268).

Sobre o *boom* americano e a recuperação internacional, o autor pontua:

O crescimento explosivo da demanda americana, vigorosamente subsidiado pelo delírio dos mercados de valores, não só ajudou a acelerar a expansão econômica dos Estados Unidos depois do final de 1995, sustentando-a quase sozinho entre o fim de 1997 e a primeira metade de 2000, como também, ao mesmo tempo, guiou a economia internacional na direção de um *boom* de curta duração entre 1995 e 1997, capacitando-a, em seguida – em especial a região do Leste Asiático – a içar-se para fora do sério declínio de 1997-98 (BRENNER, 2003, p. 270).

Houve crescente participação dos investidores estrangeiros, o que ampliou o *boom* dos ativos americanos, encorajando compromissos ainda maiores. Entretanto, nesse dinamismo da economia americana, no final dos anos 1990, nas palavras de Brenner (2003, p. 277), “[...] não se encaixava”, pois entre 1997 e 2000 houve queda de 20% na taxa de lucro do setor de manufatureiro, assim como, queda de 10% na taxa de lucro do setor corporativo de não-manufaturados. A particularidade foi a ocorrência dessas quedas, numa fase de poderoso *boom* americano, que se fortaleciam; enquanto a lucratividade caía.

Para essa reflexão, o estudioso elucida o padrão incomum de crescimento da produção e dos preços, no decorrer da década de 1990: o crescimento das compras brutas domésticas aumentou constantemente, alcançando pico em 1998-2000, sendo que o crescimento da produção do setor corporativo não-financeiro seguiu, aproximadamente, o mesmo padrão. Entretanto, o aumento dos preços dos produtos do setor não-financeiro foi extremamente baixo. Isso significa que até 1997, a lucratividade da economia corporativa não-financeira e da economia privada, fortaleceu-se. Porém, a partir de 1998, o setor corporativo não-financeiro não conseguiu impedir a queda da taxa de lucro.

Para Brenner (2003), o *boom* de cinco anos – entre 1995 e 2000⁴⁸, não se equipara à longa expansão dos vinte e cinco anos da era pós-guerra – entre 1948 e 1973. Não justifica, porém, que o desempenho entre 1995 e 2000 possa ser considerado uma *Nova Economia americana*. O que houve, nesse período, foi a conquista de um dinamismo econômico, especialmente se comparado com as décadas de 1970 e 1980, que foram anos de desaquecimento. Em outras palavras, uma alta lucratividade possibilitou um crescimento mais rápido dos investimentos, permitindo um desenvolvimento e uma adoção mais rápida de nova tecnologia e, portanto, aumento mais rápido da produtividade; o que não possibilitou, entretanto, uma maior acumulação de capital com uma base sustentável, “[...] porque não podiam em si possibilitar, e na verdade não possibilitaram, a conquista de um aumento sustentável na lucratividade” (BRENNER, 2003, p. 308).

A partir dos anos 2000, a economia americana desenvolvia-se da forma esperada pelas autoridades, estimulando uma nova virada cíclica, ascendente por parte da economia mundial, especialmente o Leste da Ásia e a Europa Ocidental. Apesar desse cenário, iniciou-se um declínio no mercado de valores, atingindo os maiores nomes no setor de tecnologia de informação.

A partir de 2001, o crescimento salarial, os níveis de emprego e os empréstimos por pessoas físicas correram o risco de despencarem, diante do colapso do principal motor do sistema: o investimento corporativo “[...] preparado pelo inchar da bolha no preço das sanções e sua implosão” (BENNER, 2003, p. 321). As empresas também tiveram declínios e as tomadas de empréstimos desaceleraram.

O excesso de capacidade, legado da economia da bolha – junto com as reduções nos gastos e nas tomadas de empréstimo por empresas e por pessoas físicas derivadas da inversão do efeito de prosperidade -, criou, em um bem curto espaço de tempo, uma poderosa pressão para baixo na economia como um todo. Isso, em especial porque, pesadamente concentrado na indústria de manufaturados, embora não confinado a ela,

⁴⁸ “Por duas décadas depois de 1973 a economia americana permaneceu atolada em uma estagnação sempre pior: o longo declínio. De fato, durante a primeira metade da década de 1990, o desempenho da economia foi inferior ao de qualquer outro período de cinco anos durante a época pós-guerra. Após 1993, contudo, começou a revitalizar-se, em especial com base na recuperação da competitividade internacional, das exportações e da lucratividade no há muito sonolento setor manufatureiro, e adentrou um importante *boom*. Para evitar retornar à estagnação e estender o longo declínio ainda mais, o curso que a economia americana precisa conseguinte negociar é um que, falando de maneira geral, a devolvesse à trilha que vinha perseguindo até 1995-1997, ponto em que a subida do dólar e a crise do Leste Asiático a obrigaram a depender de novo para a sua vitalidade do efeito de prosperidade da bolha do mercado de valores” (BRENNER, 2003, p. 335).

faz-se sentir conta um pano de fundo de um já existente excesso de capacidade e de produção no setor manufatureiro internacional, que vem de modo sério exacerbando-se. Esse excesso começou a manifestar-se mais uma vez – e sempre com mais força – nos Estados Unidos desde a época em que o dólar começou a subir em 1995 (BRENNER, 2003, p. 331).

Entre 2000 e 2001, a queda dos manufaturados correspondeu a 80% do declínio. Uma densa recessão alcançou novamente o *Tio Sam*. “O grau de seriedade do declínio por vir parece depender do dinamismo subjacente possuído pela economia dos Estados Unidos e pela economia internacional com a qual está inextricavelmente conectada” (BRENNER, 2003, p. 334). O autor, ainda, ressalta o perigo de que o novo declínio representasse a continuidade da crise internacional de 1997-1998, “[...] temporariamente adiada pela última fase da escalada no mercado de valores americanos mas nunca por completo resolvida” (p. 351).

O esclarecimento do movimento de expansão capitalista dos países centrais hegemônicos, em que nessa fase atual a análise norte-americana é fundamental, auxilia-nos a entender a dinâmica mundializada, em especial quando olhamos mais de perto o centro hegemônico do sistema.

Uma análise mais atual da economia internacional, de acordo com Brenner (1998), aponta que, exceto E.U.A e Europa, 50% do mundo vive um descenso econômico mais severo que qualquer outro ocorrido desde 1930⁴⁹. “Fora dos Estados Unidos e da Europa, as ações caíram em quase todos os lugares de 50 a 75% entre julho de 1997 e julho de 1998, e os patrimônios líquidos dos mercados emergentes caíram mais 33% só em agosto e setembro (BRENNER, 1998, p. 1).

A resposta para a indagação das causas da crescente turbulência econômica internacional não era enfrentada até pouco tempo, segundo Brenner (1998), por ausência de disposição para reconhecer a existência de um problema realmente sério com a economia dos E.U.A. Os dados abaixo demonstram esse contexto:

Durante os últimos 25 anos, o crescimento anual médio da produtividade do trabalho nos Estados Unidos – Produto Interno Bruto (PIB) por hora – foi menos de 1% ao ano, ou seja, bem menos da metade da média do século anterior. Ao longo destes mesmos 25 anos, entre 1973 e 1998, o aumento

⁴⁹ “Na Indonésia, a fome já virou um fato do dia-a-dia; na Rússia, onde a expectativa de vida já declinou cinco anos os padrões de vida foram reduzidos em 50% ou mais; no leste asiático, milhões estão sendo dispensados dos empregos e lançados na pobreza. Na América Latina, que apenas recentemente começou a se recuperar da desastrosa “década perdida” dos anos 80, os mesmos efeitos começaram a se manifestar com crescente intensidade. Para piorar a situação, a economia dos Estados Unidos, que fôra o principal motor do nascente ciclo ascendente internacional, está com sérios problemas” (BRENNER, 1998, p. 1).

salarial real foi menor do que em qualquer momento da história dos Estados Unidos desde a Guerra Civil, incluindo-se a Grande Depressão. Em 1997, o salário real por hora de operários da produção (sem a inclusão dos benefícios) estava no mesmo nível de 1965 (BRENNER, 1998, p. 2).

Um elemento muito importante que sinalizou a situação delicada do desenvolvimento econômico norte-americano, foi sua fase de ciclo ascendente dos anos 1990 – que entrou numa “Nova Era”, demonstrando supostamente a superioridade do “modelo anglo-saxônico” – sobre os demais países, tendo a performance econômica pior que outro qualquer ciclo ascendente do pós-guerra. Não obstante, houve uma relevante ruptura no Consenso de Washington (BRENNER, 1998).

O autor supracitado chama atenção para análises de economistas que defendem a relação entre a crise internacional e a desregulamentação dos movimentos de capital de curto prazo (origem da crise). Ainda que reconhecendo as análises dos economistas como sendo parciais e superficiais, defende que não devem ser ignoradas pela esquerda, por apresentar elementos corretos, a exemplo do caráter, claramente imperialista, das condições de empréstimo impostas pelo FMI no leste asiático. Sobre o argumento consensual da esquerda, destaca:

O que poderia ser chamado de argumento consensual da esquerda seria mais ou menos o seguinte: a tendência central a que vimos assistindo, especialmente desde o final dos anos 70, é a dominação crescente do capital financeiro. A lógica das políticas neoliberais tem sido, pois, de garantir, proteger e expandir o campo de obtenção de lucro para o capital financeiro e as multinacionais. Porém, as políticas necessárias para garantir os interesses do capital financeiro foram implementadas às expensas das bases da economia, em geral, e da classe trabalhadora, em particular (BRENNER, 1998, p. 5).

Especificando melhor o argumento acima de Brenner (1998), os E.U.A, com o intuito de proteger os rendimentos dos empréstimos contra os estragos da inflação, implementaram políticas macroeconômicas restritivas – contenção do crédito e equilíbrio orçamentário –, entretanto, essas políticas, causaram lento crescimento e alto desemprego a partir do final dos anos 1970. Um segundo elemento, houve a redução das barreiras à mobilidade do capital, o que permitiu entradas e saídas rápidas dos mercados, dificultando, ainda mais, a implementação de políticas de crescimento e de combate ao desemprego. Um terceiro elemento, a liberação dos mercados de capital (rápida entrada e saída) levou a dificuldade de sustentação de

processo de desenvolvimento econômico de longo prazo, em especial, nos países periféricos e de desenvolvimento tardio.

Para colocar o argumento mais cruamente: a ascensão do capital financeiro e do neoliberalismo deve ser vista muito mais como consequência do que causa da crise econômica internacional — mesmo que eles a tenham exacerbado significativamente. A crise, por sua vez, tem suas raízes profundas numa crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional [...] o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970 (BRENNER, 1998, p. 6).

Aos argumentos da citação acima, Brenner (1998) acrescenta que, a guinada para o neoliberalismo — a partir do final de 1970 —, inicia, após a incapacidade das políticas keynesianas de restaurar a lucratividade para a acumulação capitalista. Destaca, ainda, que a primeira lógica das políticas de restrição de crédito e equilíbrio orçamentário do programa neoliberal foi promover a recuperação da lucratividade do sistema, através de duas maneiras: aumento do desemprego para enfraquecer o trabalho e reduzir o crescimento dos salários; e forçar um rearranjo das empresas com custos elevados e lucros baixos deixando, assim, apenas as que possuem custos baixos e lucros altos no controle dos mercados e, como resultado, elevando a taxa média de lucro.

Para o autor, ainda que a ascensão do capital financeiro e do neoliberalismo devam ser entendidas mais como consequências do que causas da estagnação e instabilidade econômica de longa duração, a adoção do programa neoliberal foi fundamental para os problemas de lucratividade e estagnação de longa duração da crise atua (anos 1990). Para ele, as causas da estagnação de longa duração da crise atual

[...] estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional [...] Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo — e sua incapacidade de recuperação — a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração ao longo do último quartel de século. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento (BRENNER, 1998, p. 7).

Nos anos 1990, ocorreu o rompimento definitivo com o Keynesianismo, constituindo condição decisiva para uma turbulência econômica e levando a economia internacional de uma estagnação de longa duração para uma crise intensa. “A lucratividade menor, decorrente do excesso de capacidade e de produção, vinha obviamente reduzindo a acumulação de capital – daí o crescimento menor da demanda de investimento desde 1973” (BRENNER, 1988, p. 8).

A economia norte-americana se recuperou na primeira metade dos anos 1990 (apesar de ser a pior desde o pós-guerra, conforme já sinalizado); enquanto o Japão e a Alemanha tiveram dificuldades para a exportação, vivenciando as maiores crises desde o pós-guerra. Além disso, o “socorro” ao Japão teve consequências como, por exemplo, a crise asiática (BRENNER, 1998).

A partir de 1996, o leste asiático entrou em depressão. O Japão, procurando sair da crise, buscou aumentar as exportações e o foco de sua exportação só poderia ser os E.U.A, economia que crescia e expandia seu mercado interno. Entretanto,

A continuação deste dinamismo foi, pois, imediatamente posta em dúvida, em consequência da ascensão recente do dólar, que inevitavelmente acompanhou o sucesso econômico dos Estados Unidos. Quando, no decorrer da primeira metade de 1998, ajudadas pelo dólar alto, as importações começaram a invadir os Estados Unidos e, no mesmo período, prejudicadas pelo dólar alto, as exportações dos Estados Unidos cessaram de crescer devido à contração dos mercados asiáticos, os lucros industriais dos Estados Unidos tinham de cair e o boom dos Estados Unidos tinha de acabar. Foi o fim do boom do setor fabril dos Estados Unidos (BRENNER, 1998, p. 11).

Brenner (1998) sinaliza uma preocupante questão: diante do esgotamento da expansão da economia dos Estados Unidos, e com a invasão mundial de exportações industriais, é difícil identificar o que poderá ser feito para neutralizar a grave recessão mundial.

Isso posto, cabe a reflexão de que as economias capitalistas centrais têm apresentado o mais lento crescimento econômico, desde a Segunda Guerra Mundial, que soma-se a maior expansão financeira da história. Assim, algumas questões devem ser ressaltadas: a crise atual do capital é uma crise de sua própria realização (conforme já discutido no capítulo 1); os países dependentes e periféricos terão impactos ainda mais devastadores; e os impactos recaem fortemente sobre os trabalhadores. Esses pormenores serão melhor discutidos nas seções seguintes.

2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA E A UNIVERSALIDADE SISTÊMICA

Para expor nossa investigação acerca do mercado de trabalho, dividimos a exposição em quatro seções. Princípios por discorrer sobre os principais traços do Brasil, que conferem a ele um “lugar” de dependência e de conformação periférica, em relação aos países de economia central, na divisão internacional do trabalho.

A segunda seção apresenta as características principais do trabalho no país até 1929, situando as especificidades da fase da economia agrária exportadora e da decadência do regime escravo. Em conjunto, busca-se apresentar as bases para a constituição de um mercado de trabalho urbano e a transição para a força de trabalho livre, elementos relevantes para o início do processo de industrialização e de urbanização no país.

A terceira seção expõe os desdobramentos do ciclo de substituição das importações, que ficou conhecido como período desenvolvimentista, entre os anos de 1930 e 1979, acentuando a morfologia da consolidação do mercado de trabalho urbano e o engendramento da força de trabalho livre.

Ao fim do capítulo, apresentamos possíveis inflexões nesse quadro a partir dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos a partir de 1980, abarcando os processos principais da redemocratização, a crise de realização do valor (enquanto especificidade da crise estrutural do capital, na atual fase da acumulação capitalista), o neoliberalismo e a derrocada das políticas de Estado desenvolvimentistas, que orientaram a quadra histórica anterior.

2.1 Elementos sobre o “lugar” de dependência e periferia do Brasil no modo de produção capitalista: as contribuições de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes

O Brasil – e demais países da América Latina – inserem-se no mundo capitalista em estruturas definidas e consolidadas, engendrando, por isso, uma

experiência social dotada de particularidades e singularidades. Compreender isso, mostrou-se fundamental a esta pesquisa para que possamos, então, apurar o contexto específico de país retardatário, evitando o risco de análises eurocêntricas anacrônicas, perante à realidade concreta.

Para tratar da especificidade do Brasil, na divisão internacional do trabalho, e a estrutura de poder que a envolve, recorreremos ao pensamento de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.

De imediato, é fundamental alertar que a dependência latino-americana, segundo Marini (2011), costuma ser apreendida reproduzindo-se em dois desvios que, em geral, também envolvem os pesquisadores marxistas, basicamente: “[...] a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome da realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (MARINI, 2011, p. 131).

Esses desvios se expressam, a partir da comparação entre as peculiaridades latino-americanas e as regiões de capitalismo clássico, que, não raras vezes, levam à ilação da insuficiência, ou deformação das primeiras. Nessa direção, não é acidental a noção de “pré-capitalismo”, nos estudos sobre a América Latina. O estudioso acrescenta:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2011, p. 132).

Marini (2011) enfatiza o duplo sentido presente nessa reflexão, ao destacar que “[...] o estudo das formas sociais mais desenvolvidas lança luz sobre as formas mais embrionárias (ou, para dizê-lo com Marx, ‘a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco’)” (MARINI, 2011, p. 133). Acrescenta, também, que o desenvolvimento insuficiente de uma determinada sociedade, torna compreensível sua forma mais complexa, integrando e subordinando esse elemento.

Por outro lado, ao considerar a integração no mercado mundial, Marini (2011) salienta que os países latino-americanos envolvem-se, de forma estreita, com a expansão comercial do século XVI do capitalismo nascente, portanto, em

consonância histórica com a dinâmica do capitalismo mundial. Num primeiro momento, as colônias latino-americanas contribuem com o aumento do fluxo de mercadorias e com a expansão dos meios de pagamento, “[...] ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria” (MARINI, 2011, p. 134). Destaca que:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. E, outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2011, p. 134-135).

É claro que a situação de colônia é distinta da situação de dependência de um Estado nacional republicano, ainda que haja continuidade entre ambas. No entanto, é preciso enfatizar a importância da colônia para a acumulação primitiva de capital, demonstrando que os países dependentes foram fundamentais para a criação da grande indústria moderna. Se a industrialização europeia tivesse recorrido, apenas à simples produção agrícola, não teria a elevada especialização produtiva da grande indústria. Esse processo de industrialização dos países europeus, que contou com os países dependentes, aprofundou a divisão internacional do trabalho, especializando os países industriais como produtores mundiais de manufaturas (MARINI, 2011).

Ainda assim, a função dos países latino-americanos não se reduz a isso – suporte na criação da grande indústria moderna – mas, também atuou na oferta mundial de alimentos e no mercado de matérias-primas industriais (que cresce em função do desenvolvimento industrial).

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança quantitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse o caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção (MARINI, 2011, p. 138).

A inserção dos países latino-americanos na economia capitalista mundial viabiliza uma exigência específica dos países industrializados, que é capturar a modernização de mais valor, por meio da produção de mais valor relativo, entendido como forma de exploração do trabalho assalariado pela transformação das condições técnicas de produção, resultando na desvalorização real da força de trabalho.

Ao mesmo tempo, Marini (2011) pondera que o mais valor relativo não pode ser confundido com produtividade, pois, “[...] a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho” (MARINI, p. 139). Sendo assim, abarca a relação entre o tempo de trabalho excedente (produção de mais valor pelo operário) e o tempo de trabalho necessário (reprodução do valor da força de trabalho do operário e que equivale ao seu salário).

Nesse sentido, a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que encontrou grande impulso histórico com a extração de mais valor relativo. Uma das funções da América Latina, na divisão da América Latina, foi garantir oferta mundial de alimentos – prover alimentos para a classe operária e para a população urbana dos países industrializados, sendo o auge no alto do século XIX. Essa oferta reduziu o valor real da força de trabalho nos países industriais mencionados, possibilitando taxas de mais valor relativo, cada vez mais elevadas.

Então, não se trata de uma insuficiência ou deformidade da sociabilidade latino-americana, mas, primordialmente de uma dinâmica de conexão e poder no

âmbito do sistema do capital, com a hegemonia dos países que primeiro realizaram suas revoluções burguesas.

A análise dialética de Marini (2011), sublinha ainda a contradição presente no processo, uma vez que o aumento mundial de demandas por alimentos e matérias-primas é acompanhado da queda dos preços desses produtos. Significa que a América Latina contribui para a superação dos obstáculos impostos pelo caráter contraditório, que a expansão capitalista cria.

O aumento da oferta mundial de alimentos e de matérias-primas é acompanhado pela queda dos preços desses produtos. Como o aumento da massa de valor produzida é a necessidade primeira do capital, Marini (2011) observará que o capitalista recorre a uma maior exploração da força de trabalho, através do aumento da intensidade (mais-valia relativa) ou também através do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e, ainda, combinando as duas possibilidades. Além disso, há um terceiro procedimento, que reduz o consumo do operário além do seu limite normal, “[...] o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2011, p. 148). É um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente.

Esses três mecanismos - intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário para que o operário reponha sua força de trabalho - configura um modo de produção, que é fundado na maior exploração do trabalhador.

[...] importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho) (MARINI, 2011, p. 150).

Nesse sentido, importante considerar, segundo Marini (2001), que o modo de produção capitalista supõe apropriação direta, não apenas dos produtos de trabalhos, mas, também, da força de trabalho. Por isso, diz ele, a escravidão, como

modo de trabalho, adapta-se mais ao capital, do que a servidão. Não por acaso, a escravidão tenha sido utilizada nas colônias, por exemplo, do México, do Peru e do Brasil, com as plantações de cana de açúcar.

A força de trabalho escrava, entretanto, não era totalmente elástica, como menciona o autor, de modo que, a partir da segunda metade do século XIX, o regime de trabalho escravo passa a se constituir em obstáculo para o rebaixamento da remuneração do trabalhador. Dessa forma, o trabalho escravo, diferente do trabalho assalariado, é incompatível com a superexploração do trabalho⁵⁰.

O desenvolvimento de um sistema misto entre servidão⁵¹ e trabalho assalariado, para o atendimento da economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais o Brasil chega ao modo típico da economia capitalista. Porém, com as devidas particularidades, os países latino-americanos criam seu próprio modo de circulação, não podendo ser igual ao que foi engendrado pelo capitalismo industrial. Há a necessidade de recorrer a “elementos simples e combináveis entre si, mas não iguais” (MARINI, 2011, p. 154): “[...] compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial” (MARINI, 2011, p. 154).

Se a essência da dependência latino-americana situa-se na contribuição para a acumulação de capital, baseada na capacidade produtiva do trabalho que, na América Latina, viabilizou-se de fato por meio da acumulação baseada na

⁵⁰ “No Brasil da segunda metade do século [19], quando se iniciava o auge do café, o fato de que o tráfico de escravos tenha sido suprimido em 1850 fez a mão de obra escrava tão pouco atrativa para os proprietários de terras do Sul que estes preferiam apelar para o regime assalariado, mediante a imigração europeia, além de favorecer uma política no sentido de suprimir a escravidão. Recordemos que uma parte importante da população escrava encontrava-se na decadente zona açucareira do Nordeste e que o desenvolvimento do capitalismo agrário no Sul impunha sua libertação, a fim de constituir um mercado livre de trabalho. A criação desse mercado, com a lei da abolição da escravatura em 1888, que culminava uma série de medidas graduais nessa direção (como a condição de homem-livre assegurada aos filhos de escravos etc.), constitui um fenômeno dos mais interessantes; por um lado, definia-se como uma medida extremamente radical, que liquidava com as bases da sociedade imperial (a monarquia sobreviverá pouco mais que um ano à lei de 1888) e chegava inclusive a negar qualquer tipo de indenização aos antigos proprietários de escravos; por outra parte, buscava compensar o impacto de seu, por meio de medidas destinadas a atar o trabalhador à terra (a inclusão de um artigo no código civil que vinculava à pessoa as dívidas contraídas; o sistema de “barracão”, verdadeiro monopólio do comércio de bens de consumo exercido pelo latifundiário no interior da fazenda etc.) e da outorga de créditos generosos aos proprietários afetados (MARINI, 2011, p.152-153).

⁵¹ “A servidão apresenta, para o capitalista, o inconveniente de que não lhe permite dirigir diretamente a produção, além de colocar sempre a possibilidade, ainda que teórica, de que o produtor imediato se emancipe da dependência em que o coloca o capitalista (MARINI, 2011, p. 153).

superexploração da força de trabalho. Ao atender as exigências da circulação capitalista para os países industriais, a produção na América Latina não se volta para capacidade interna de consumo.

Argentina, México e Brasil, segundo Marini (2011), não desencadearam um desenvolvimento baseado numa verdadeira economia industrial, no sentido de possibilitar uma mudança significativa no desenvolvimento econômico desses países. Ainda que tivesse sido significativo o desenvolvimento industrial empreendido, a economia continuou subordinada à produção de bens primários que constituíam o centro vital do processo de acumulação. A industrialização dos países latino-americanos não cria sua própria demanda, como ocorre nas economias clássicas; seu nascimento está subordinado ao atendimento de uma demanda pré-existente: as exigências do mercado dos países capitalistas avançados. Por isso, o continente se constitui em *bases industriais periféricas* (MARINI, 2011).

Essa condição desenrola forte vulnerabilidade, provocadora de crise permanente e dependência da importação de capital estrangeiro, através de financiamento de investimento direto na indústria. As facilidades dos países da América Latina de recorrer à importação de capital, deve-se a nova configuração da economia internacional capitalista no pós-Segunda Guerra Mundial, pois, a concentração de capital, em escala mundial, leva às grandes corporações a investirem no exterior, no âmbito do fordismo expansionista.

Para isso concorre o fato de que, enquanto durou a desorganização da economia mundial, desenvolveram-se bases industriais periféricas, que ofereciam – graças à superexploração do trabalho – possibilidades atrativas de lucro. Mas será o único fato, e talvez seja o mais decisivo. No curso do mesmo período, verifica-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser aplicados no setor secundário dos países periféricos; surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que tivesse, sido amortizados totalmente (MARINI, 2011, p. 166-167).

A industrialização dos países latino-americanos responde a uma nova fase da divisão internacional do trabalho, “[...] cujo marcos são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial” (MARINI, 2011, p. 167). A

siderurgia é um bom exemplo, no Brasil, pois exportava aço; enquanto os países dos centros imperialistas produziam computadores, indústria eletrônica -em geral- e exploração de novas fontes de energia, tendo o monopólio da tecnologia correspondente.

Nessa estrutura produtiva dos países dependentes – com maior exploração dos trabalhadores –, foi possível a intensificação do ritmo do trabalho, elevação da produtividade e sustentação da tendência de remuneração inferior a seu valor real. Prevalecendo um fosso entre o nível de vida dos trabalhadores e os setores responsáveis pela alta circulação (MARINI, 2011).

Conforme Marini (2011), o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho e, a seu ver, essa é a chave de entendimento da dinâmica capitalista no continente. Isso não é uma régua equalizadora, mas uma tendência que incide de maneira distinta nos diferentes países latino-americanos. Todavia, acentua que a economia exportadora é a marca da transição para a economia capitalista nacional no continente, ao se configurar a economia tipicamente industrial.

Somente quando se converte em verdadeiro centro produtor de capital (que se constitui em setor industrial), “[...] é que se manifestam plenamente nela suas leis de desenvolvimento, as quais representam sempre uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto” (MARINI, 2011, p. 176). Assim, o autor demonstra,

[...] primeiro, que a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador; e, segundo, que as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada (MARINI, 2011, p. 181).

Essa diversidade, no entanto, está subsumida e integrada na lei geral da acumulação capitalista, perfilando especificidades quanto ao aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração da força de trabalho. Nessa direção,

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que implica produzir mais no mesmo tempo e com um mesmo gasto de força de trabalho, reduz a quantidade de trabalho incorporada ao produto individual e rebaixa o seu valor, afetando negativamente a mais-valia. A maior exploração do trabalhador oferece duas alternativas: aumentar o tempo de trabalho excedente (modificando ou não a jornada de trabalho), ou, sem alterar a jornada e o tempo de trabalho, elevar a intensidade do trabalho; em ambos os casos, aumenta a massa de valor e a mais-valia produzidas, mas no

último (que se diferencia do aumento de produtividade porque, ainda que se produza mais no mesmo tempo, isso acarreta um maior gasto de força de trabalho), desde que o novo grau de intensidade se generalize, cai o valor individual das mercadorias e, em circunstâncias iguais, diminui a mais-valia (MARINI, 2011, p. 182).

No entanto, a superexploração do trabalho não corresponde aos modos primitivos de acumulação de capital, sendo inerente a essa e, ainda, cresce de acordo com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho; considerar o contrário seria defender que a medida que o capitalismo vai se aproximando do “seu modelo puro” vai se convertendo em sistema que realiza, cada vez menos, exploração, o que é um despropósito teórico-analítico. De acordo com o grau de desenvolvimento das economias nacionais, assim como dos setores que a compõem, as incidências das formas de exploração e suas configurações modificam a forma de incidência das leis de movimento do sistema.

Com base nisso, o autor defende que a teoria marxista da dependência determine “[...] a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente” (MARINI, 2011, p. 184). Para isso, é necessário o estudo amplo das leis de desenvolvimento do sistema capitalista para que seja possível a definição dos graus intermediários que essas leis especificarão.

Esses aportes teórico-históricos jogam luzes sobre a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, o que auxiliou a pesquisa a pensar as determinações das relações capitalistas no país, por meio dessa condição de *dependência periférica*. Afinal, desse campo de visão, é possível observar as relações entre as classes sociais no país, apurando as correlações de forças entre as mesmas, assim como, a dinâmica das possibilidades de participação política. Em adição, fornece os elementos fundantes para o entendimento: da formação da força de trabalho livre, da constituição e da evolução do mercado de trabalho urbano. Sendo eles motivadores desta investigação. Para tanto, recorreremos à obra de Florestan Fernandes “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”, por considerar que apresenta, com riqueza de detalhes e análise crítica, tais elementos.

Para avançar nessa direção, consultamos a obra de Fernandes (2005), que, de imediato, esclareceu-nos sobre a originalidade do país, diante da experiência dos países capitalistas centrais – identificados na fórmula de experiência capitalista clássica –, inexistindo entre nós a forma social feudal e os tensionamentos do burgo.

De modo que o burguês, no Brasil, já surge como entidade especializada (agente artesanal ou negociante). Determinar a forma em que se processou a absorção de determinado padrão estrutural e dinâmico que organizou a economia, a sociedade e a cultura é, para Fernandes, fundamental à crítica teórica. Afinal, é nessa determinação que se gestam as condições de aparecimento do burguês e da realização da revolução burguesa, no Brasil.

Ao considerar a revolução burguesa como o conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, políticas e psicoculturais realizadas na fase em que o desenvolvimento capitalista atinge o auge da sua evolução industrial, Fernandes demarca a existência de um ponto de partida e um de chegada da experiência histórica. Todavia, ressaltando a dificuldade de delimitação do momento em que esta revolução alcança um patamar de plena maturidade, ou seja, um *momento histórico irreversível* – que seria a consolidação do poder burguês e, portanto, da dominação burguesa. Destaca que o fim do Império, no Brasil, e o início da República contém os germes desse poder/dominação, havendo uma transição de grande relevo, sob hegemonia oligárquica, com recomposição das estruturas de poder.

Outras burguesias, conforme o autor, forjaram instituições próprias de poder e só usaram o Estado para arranjos específicos e mais complicados. A burguesia brasileira, ao contrário: primeiro, *girou em torno* do Estado, fazendo unificação no plano político; somente após, converteu a dominação socioeconômica. Por isso, como desdobramento, a burguesia mantém polarizações com as diversas estruturas, envolvendo as políticas, as econômicas e as sociais.

A experiência burguesa nacional não nasce, essencialmente, urbana, sendo boa parte da burguesia brasileira oriunda do mundo provinciano, com *essência rural*. Nas palavras de Fernandes (2005):

[...] o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica -, e, quer vivesse na cidade ou no campo, sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (como e enquanto tal, ou seja, antes de fundir-se e perder-se principalmente no setor comercial e financeiro da burguesia). Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político (FERNANDES, 2005, p. 241).

Ainda assim, para o pesquisador, a burguesia brasileira possuía “espírito modernizador”, tendendo a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e com as condições imediatas econômicas, sendo que o processo de industrialização, no Brasil, até a década de 1930, faz parte da evolução interna no capitalismo competitivo sistêmico (importação e exportação montados sob a economia neocolonial). Dessa forma, havia acordo entre as frações das classes dominantes para a manutenção da dimensão autocrática da dominação burguesa, fato que não eliminava a existência de conflitos com a oligarquia.

Essas diferenças se expressavam como “oposição dentro da ordem” e “a partir de cima”. A ascensão burguesa se expressa como uma renovação oligárquica, que precisava se renovar para fortalecer, pois, não dispunha de base material e política para manter sua hegemonia.

Isso significa que, para Fernandes (2005), havia pouca distinção entre a burguesia e a aristocracia agrária no Brasil, de modo que a prática comercial do engenho, fazenda e estância pré-capitalista levou a aristocracia agrária para o cerne da transformação capitalista. Sendo “graças a esse giro que velhas estruturas de poder se viram restauradas” (FERNANDES, 2005, p. 246) e, nesse sentido, “se fundiram o ‘velho’ e o ‘novo’, a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no ‘mundo de negócios’ e as elites dos imigrantes com seus descendentes” (FERNANDES, 2005, p. 247).

Essa lógica estará presente na economia e na política, convertendo-se, nas palavras do autor “no pião da transição para o ‘Brasil moderno’”. Por isso, no seu entendimento,

[...] o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente (FERNANDES, 2005, p. 251).

A revolução burguesa, ainda que difícil, sob o capitalismo dependente, é necessária para o desenvolvimento capitalista e para a consolidação da própria dominação burguesa. O relativo grau de avanço e as potencialidades econômicas

capitalistas no Brasil, constituíram-se em possibilidades percebidas e aproveitadas pela burguesia que, por sua vez, associou-se ao imperialismo, usufruindo das seguintes vantagens: estabelecimento de associação com o capitalismo financeiro internacional; repressão (através da violência ou intimidação) de qualquer tipo de ameaça operária ou popular de subversão à ordem; e transformação do Estado em instrumento preponderante do poder da burguesia (FERNANDES, 2005).

Essas indicações teórico-analíticas foram fundamentais para esta pesquisa, isso porque possibilitou ver que a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro não seria superada com o aprofundamento do capitalismo, que se fez historicamente de forma dependente. Mas, essa era a ideologia das análises cepalinas, de que os aspectos de dependência e de subdesenvolvimento seriam estágios possíveis de serem superados graças à autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista. O que foi ignorado, nesta análise, é que a expansão capitalista dos países dependentes e periféricos estava, nas palavras do autor, “[...] fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial” (FERNANDES, 2005, p. 338-339).

Para os estudos do trabalho, em particular, pudemos ver que com uma análise que não distinga as especificidades do desenvolvimento capitalista periférico e dependente, perde-se de vista que, além dessas regiões “absorverem” e “repetirem” as estruturas e as dinâmicas essenciais que caracterizam a economia mercantil (produção de mais-valor) dos “casos clássicos”, há a presença de superposição de diferenças fundamentais, oriundas do processo de dependência. Portanto:

Só assim se pode colocar em evidência *como* e *porque* a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história. Aí, a Revolução Burguesa combina – nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos o referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia (FERNANDES, 2005, p. 340).

Essa interpretação da revolução burguesa foi muito oportuna à pesquisa, pois possibilitou compreender a regressividade estrutural do mercado de trabalho do

país. Afinal, as Revoluções Burguesas da região dependente e subdesenvolvida da periferia são “retardatárias”, adquirindo conotação especial, pois há de se considerar que a luta da burguesia não abarca, apenas, a consolidação de vantagens e privilégios de classe; ao mesmo tempo, luta por sua própria sobrevivência e, também, do capitalismo. Fato que traz um elemento político ao seu comportamento de classe, que não é típico do capitalismo nas fases de maturação econômica na Europa e Estados Unidos.

A compatibilização de revolução nacional com o capitalismo dependente e subdesenvolvimento é parte dos contrastes sociais na região. Por isso, um problema crucial para as classes burguesas é a integração nacional de uma economia capitalista em condições distintas sob condições e efeitos à uma dupla articulação: desenvolvimento desigual e dominação imperialista externa. Assim, a dominação burguesa se faz como autocracia burguesa, que visa assegurar sua dominação para criar a base política para a continuidade do desenvolvimento capitalista. Desdobrando um despotismo burguês, com clara separação entre sociedade civil e nação, pois

[...] as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da *sociedade civil* (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simultaneamente, que elas tendem a reduzir a *nação* a um ente abstrato (ou a uma *ficção legal* útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida” [...] Ela se impõe como ponto de partida e de chegada de qualquer mudança social relevante; e se ergue como uma barreira diante da qual se destroçam (pelo menos por enquanto) todas as tentativas de oposição às concepções burguesas vigentes do que deve ser a “ordem legal” de uma sociedade competitiva (FERNANDES, 2005, p. 352).

A sordidez das limitações dos direitos trabalhistas e do próprio direito ao emprego para o conjunto da população socialmente expropriada, é expressão do despotismo que enlaça a dinamização do capitalismo industrial a partir de 1930 e 1950. Esse padrão resulta das três funções centrais da forma de dominação burguesa: preservar e fortalecer as condições econômicas, socioculturais e políticas que possibilitam sua manutenção e renovação; ampliar e aprofundar a incorporação da economia brasileira, no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas; e preservar o controle (diretos e indiretos) do Estado pelas classes burguesas.

Nessa direção, Fernandes (2005) defende que o Estado que se consolida nos países dependentes e periféricos no capitalismo monopolista é um Estado nacional sincrético: possui aspectos que lembram um Estado representativo, democrático e pluralista; mas, possui aspectos de expressão de uma perfeita oligarquia objetivando-se em termos paternalistas, tradicionais, autoritários e modernos. É, portanto, um autêntico Estado autocrático e oligárquico que garante às classes burguesas “[...] não só os fundamentos da existência e da persistência da dominação e do poder burgueses” (FERNANDES, 2005, p. 408), mas, também, algo que é de extrema importância, que é “[...] o espaço político de que elas carecem para poder intervir, deliberada e organizadamente, em função de suas potencialidades relativas, no curso histórico da Revolução Burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 408).

Isso posto, Fernandes (2005) salienta que o que esteve, historicamente em curso, ao longo do século XX, não levou à democracia burguesa, e sim, à consolidação da autocracia burguesa, com o intuito de “[...] criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2005, p. 421).

O capitalismo monopolista ao eclodir nas economias periféricas, não se constitui em uma força que destrói as estruturas econômicas arcaicas ali constituídas, dimensionando o que deve ser preservado e forjando suas próprias estruturas. “Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o ‘moderno’, o ‘antigo’ e o ‘arcaico’, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar” (FERNANDES, 2005, p. 314).

Esse “capitalismo possível” na periferia, dependente do desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas, constitui e reproduz um mercado de trabalho heterogêneo e segmentado em empregos e em ocupações informais, sem cobertura de regulação pública. A autocracia burguesa no Brasil tem o seu mercado de trabalho típico, estrategicamente funcional a sua dominação. Vejamos alguns traços históricos e tendências contemporâneas.

2.2 A economia agroexportadora escravista e a transição para a força de trabalho livre: heranças para a configuração do mercado de trabalho nacional

Como mencionado antes, as formações coloniais americanas como integrantes da reprodução do sistema capitalista, a partir do século XVI, engendrou formas típicas de trabalho, entre elas, a baseada no regime escravista que, ao mesmo tempo, alimentou a expansão mercantil do capitalismo europeu. Isso significa que partimos do suposto de que a colonização do Brasil e o sistema de escravidão compõem um processo amplo e complexo de produção e reprodução do capital. Essas questões serão tratadas a seguir.

Mello (1998) acrescenta nas considerações expostas antes, ao destacar que o nascimento do capitalismo, na América Latina, relaciona-se com o surgimento das economias exportadoras organizadas com o trabalho assalariado (conforme discutido no item anterior), tornando-se relevante o reconhecimento de que a colonização integra o processo mais amplo da reprodução capitalista. Ou seja, ele também considera a história da América Latina como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Vale insistir no argumento:

A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital. Dever-se-iam estabelecer, portanto, mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser, mecanismos de exploração que permitissem: 1) produzisse a economia colonial um excedente que se transformava em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional; 2) a criação de mercados coloniais à produção metropolitana; e 3) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia metropolitana (MELLO, 1998, p. 39).

No final do século XIX, inaugura-se uma nova etapa do desenvolvimento da América Latina, a partir da constituição das “economias primário-exportadoras”. As exportações representariam o único crescimento autônomo da renda e, por isso, o setor externo constitui-se como o centro de dinamização da economia local. Esse é um modo de “crescimento para fora”, que aponta para as economias latino-americanas com o “modelo primário-exportador”.

O formato de crescimento mencionado corresponde a uma estrutura produtiva que caracteriza-se pela especialização dos setores externo (fonte de dinamismo) e pelo setor interno dele dependente (cuja integração ocorre pela indústria, agricultura

mercantil de alimentos e matérias-primas, e pelas atividades de subsistência). Essa visão era difundida desde os anos 1960 pela CEPAL, alcançando variados interpretes dos destinos nacionais. Contudo, Mello (1998) chama atenção para o fato de não haver, nas análises cepalinas, questionamentos em relação à natureza capitalista ou pré-capitalista das economias exportadoras (MELLO, 1998).

Pergunto: nesta perspectiva, onde residiria a **differentia specifica** entre a economia primário-exportadora e a economia colonial? Indiscutivelmente, no modo de inserção das economias nacionais latino-americanas na **nova divisão internacional do trabalho que se vai estruturando a partir da Revolução Industrial**. Antes, colônia, produtora de metais preciosos e produtos agrícolas coloniais, porque assim o determinavam os interesses da burguesia mercantil metropolitana, e sujeita a mecanismos compulsórios de comércio, quer dizer, ao monopólio de comércio metropolitano. Depois, Estado-Nação produzindo alimentos e matérias-primas para os países industriais, economia refexa porque atrelada aos tempos e contratempos da demanda externa (MELLO, 1998, p. 30, grifos do autor).

Por isso, avança o autor, torna-se necessário rejeitar o formalismo proposto pelo paradigma cepalino, que diagnostica o Brasil com duas e não com uma economia primário-exportadora: a apoiada no trabalho escravo; e a organizada com o trabalho assalariado.

Para Mello (1998), o fato de, ao tempo, não haver trabalho assalariado no Brasil colônia, é explicativo, contraditoriamente, do vínculo do escravismo com o sistema capitalista em que repousa. Há, formalmente, capitalismo, pois, a escravidão é introduzida pelo capital; e o capital comercial invadiu a ordem da produção.

[...] há, formalmente, capitalismo porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial (MELLO, 1998, p. 44).

Essa interpretação, nesses termos, não desacorda as postulações de Marini e Fernandes, anteriormente mencionadas. Com acentuações diferenciadas, estão empenhados em demonstrar os fios invisíveis entre as práticas socioeconômicas e as políticas com o sistema capitalista. A pesquisa evidenciou, também, que quebrar o argumento cepalino passa por entender a inexistência de um modelo rígido, formal

e único de desenvolvimento capitalista, assim como, que a inserção dependente e periférica na divisão internacional do trabalho é parte do todo social.

Não obstante, para o aprofundamento e expansão do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, houve a necessidade de superar o regime de trabalho escravista em favor do trabalho livre – no sentido de viabilizar as possibilidades de extração de mais-valor.

Kowarick (1994) destaca que uma condição necessária para o surgimento do capitalismo urbano-industrial típico, é a geração de lucros através da confecção de bens para o mercado, a partir da apropriação privada dos meios e instrumentos de produção. Mas, para que se concretize, os processos de produção devem estar articulados de forma que se crie excedentes mediante uma modalidade específica de subjugação do trabalhador – o trabalhador deve ser livre e socialmente expropriado de bens.

Dessa forma, o trabalhador tem como única alternativa a submissão ao capital, por isso, é necessário que “[...] haja a reprodução ampliada de uma relação social de produção baseada na exploração da força de trabalho” (KOWARICK, 1994, p. 11).

Nesse sentido, se considerarmos o tempo de regime escravista, podemos deduzir com facilidade que a formação de um mercado de força de trabalho livre, no Brasil, foi um percurso histórico longo e tortuoso. Kowarick (1994), por exemplo, aborda um tempo de transição, estudando a constituição do mercado de trabalho de força de trabalho livre no Brasil, no contexto histórico de dominação de trabalho escravo até a sua extinção, no século XIX. Situa que a escravidão começa a perder suas fontes de reprodução a partir de 1850, quando há o término do tráfico de escravos, ou sua ilegalidade oficial, tendo à sombra, a crescente pressão social e política para isso.

A transição ensejou muitos conflitos e resistência, sendo destacado por Kowarick (1994, p.13), uma perene indagação sobre “[...] como a imobilidade do cativo poderia ser substituída pela utilização de livres num país onde a maioria não havia ingressado nas fileiras do trabalho disciplinado e regular? ”. Relata que, paulatinamente, cada província encontrou soluções próprias. Por exemplo, São Paulo, analisado na obra, utilizou a força de trabalho escrava até as vésperas da Lei Áurea e, após a abolição, a grande propriedade cafeeira importou trabalhadores estrangeiros (Itália, Espanha, Portugal e Japão).

Para nossa pesquisa, foi fundamental compreender essa fase histórica para, então, evidenciar marcas sociais continuadas, como herança. Kowarick afirma que o trabalho escravo mostrou-se inviável, não tanto pela ausência de uma população expropriada, mas para impedir que o contingente de indivíduos pobres utilizasse sua liberdade para reproduzir-se de forma autônoma. O objetivo era de transformar em mercadoria para a empresa colonial. Assim, o trabalho escravo tornava-se mais vantajoso. A escravidão africana tornou-se um poderoso fator de acumulação primitiva (KOWARICK, 1994).

Assim, o escravismo das Américas – do qual o Brasil constitui caso exemplar – é expressão colonial do capitalismo europeu em expansão: como modalidade de exploração do trabalho engrenada plena e unicamente ao processo de acumulação primitiva, o trabalho cativo torna-se elemento de fundamental importância na trajetória que leva ao avanço do capitalismo europeu (KOWARICK, 1994, p. 22-23).

Barbosa (2008) destaca que o Brasil colônia possuiu, entre 1531 e 1855, cerca de 4 milhões de escravos, se incluirmos os escravos nascidos no país, o número chega a 12 milhões. O tráfico funcionava como crédito, pois assegurava a rentabilidade do negócio organizado pelos europeus. “Terra e trabalho não funcionavam aqui como variáveis independentes, já que eram acionados pelas forças motrizes do capitalismo concorrencial” (BARBOSA, 2008, p. 36). A relação com o mercado internacional era necessária e fundamentada, todavia, não era a única responsável pela manutenção do escravismo.

No regime escravista existia oferta de trabalho elástica a ponto de exceder, fato que seria impossível num mercado de trabalho *strictu sensu*, ou seja, a existência de demanda sem a criação de desemprego. Nessa direção, Barbosa (2008) coloca a questão da dificuldade de compatibilizar a existência dessa oferta elástica de trabalho, inserida na produção de mercadorias (de valor de troca), com a inexistência da possibilidade de geração de mais-valor relativo, de fluxo de renda e de uma ética para o trabalho.

O comércio de escravos impossibilitava a conformação de um mercado de trabalho, mas gerava valor apropriado pela rede mundial de comércio em expansão e até por um capital comercial local de gestação. Daí o aparente paradoxo de uma produção estruturada na mão-de-obra escrava, mas voltada para um mercado mundial com base no trabalho livre, que Marx definira como uma “anomalia [...] O mercado de trabalho estava ausente, não cumprindo as suas funções básicas – de poder de compra revigorado com a elevação da renda real gerada pela maior produtividade, de acordo com a abordagem clássica; ou de reservatório de mão-de-obra sempre excedente para o capital, comprimindo os custos do trabalho, segundo a interpretação marxista – que somente se podem manifestar, ao menos teoricamente, no quadro de uma economia capitalista onde a força de trabalho se transformou em mercadoria, a partir da generalização do trabalho assalariado. Esses dois enfoques distintos apontam para uma intuição semelhante, antevista por alguns intérpretes da realidade brasileira (BARBOSA, 2008, p. 52).

Ressalte-se, mais uma vez, que o trabalho escravo contrariava de maneira inexorável a própria dinâmica de funcionamento do capitalismo. A partir do momento que o dispêndio com a aquisição de mão-de-obra não fazia parte do capital variável, não se gerava um estímulo pelo rebaixamento dos custos de trabalho por meio do aperfeiçoamento tecnológico e da racionalização da produção, sob pena de desvalorização dos ativos (propriedade escrava) e de questionamento da própria ordem patrimonial (BARBOSA, 2008, p. 62).

Em relação ao tipo de sociedade gerada a partir das relações de produção que estiveram ancoradas no trabalho escravo, Barbosa (2008) descreve que os verdadeiros excluídos na sociedade escravista eram os sem escravos, pois, esses não tinham acesso à terra, ao capital e nem ao *status* que se obtinha de ambas as possibilidades. Tratava-se de “[...] uma sociedade de classes, dividida entre proprietários de escravos e os não-donos de sua força de trabalho” (BARBOSA, 2008, p. 66).

As estratégias econômicas, empreendidas por ambos os lados, levaram a vários padrões de relações sociais entre senhores e escravos. Como proprietários e escravos não se constituíam como vendedores e compradores de força de trabalho, era inviabilizada a construção de “estratégias racionais de mercado”; por isso, considera Barbosa (2008) que não se conformou um espaço público de manifestação dos interesses dos grupos sociais; aos proprietários de escravos, não interessava aumentar a oferta potencial de força de trabalho; a mercadoria não aparece fetichizada e, sim, como produto alienado do trabalho; o custo da reprodução da força de trabalho escrava era determinada por características fisiológicas, não contando com interferências políticas; e os escravos não se aproveitavam de possíveis condições favoráveis de demanda.

Sobre esse aspecto, Oliveira (2013a) ressalta que o escravismo passa a constituir, em verdade, um entrave para a industrialização, devido ao elevado custo da reprodução do escravo. Então, a industrialização significará a tentativa de acabar com o custo da reprodução do escravo, que era um bem de produção, pois era propriedade dos dominantes.

Para Barbosa (2008), a ausência de um sistema de mercado era um entrave para a expansão interna do capitalismo, uma vez que quando a medida de uma economia capitalista se fortalece, passa a exigir uma crescente possibilidade de compras de meios de produção e de prestações de trabalho no mercado.

Nessa direção, a reprodução da força de trabalho surge como uma preocupação, pois no escravismo as unidades produtivas estão condenadas à produção extenuante de excedente, apropriado pela esfera comercial. “Trata-se de uma organização contra o trabalho, ou seja, contra a possibilidade de intensificar a produção” (BARBOSA, 2008, p. 54). Ou seja, enquanto na formação social capitalista cria-se uma superpopulação relativa, na formação social escravista há tendência de diminuição absoluta da população escrava, o que impõe obstáculos a sua expansão, “[...] já que todo aumento de produção decorre da elevação do número de trabalhadores” (BARBOSA, 2008, p. 55).

Em suma, após 1880, o regime de trabalho escravo se mostra estreito para realizar uma acumulação que demandava, de forma crescente, um mercado de trabalho volumoso e fluido. Nesse processo de transição para o trabalho livre, existe uma condição prévia no que tange ao acesso à terra. A partir do início da crise do sistema escravocrata, torna-se necessário impedir que os homens livres tenham acesso à propriedade da terra. Dessa forma, cria-se uma lei que torna a compra a única forma de alienação das terras públicas (acesso às áreas devolutas). Com esse intuito, foi promulgada a Lei de Terras, de 1850, que restringia a aquisição de terras devolutas através da compra. Todos os estudiosos que consultamos na pesquisa são felizes em perceber que, não por coincidência, a Lei de Terras é promulgada no mesmo período do fim do tráfico negreiro (KOWARICK, 1994). Dessa forma, expropriar os meios de produção, ou as terras comuns, era uma das condições de limitar a autonomia dos indivíduos, induzindo à procura por trabalho livre.

Barbosa (2008) destaca que de forma paralela ao mundo do trabalho escravo, forma-se uma “massa amorfa e inorgânica de homens livres”, “a massa popular”, “os

desclassificados, inúteis e inadaptados”, que eram indivíduos não inseridos no núcleo da economia.

Nessa pesquisa, pudemos conhecer uma interpretação muito interessante de Pochmann (2002), que sugere, hipoteticamente, a possibilidade desses desgarrados serem os *ancestrais* dos trabalhadores informais de *viração*, que tocam a vida pulando de uma atividade desqualificada para outra nos serviços das cidades, como agregados, distantes do núcleo da economia.

No campo, o homem livre e pobre geralmente possuía tão pouca liberdade quanto o escravo, talvez sendo mais bem definido como não-escravo. Enquanto agregado, atuava como fornecedor de força de trabalho, remunerada pelo consumo doméstico, e não pelo mercado. Preenchia assim as funções do escravo, ainda que juridicamente se diferenciasssem [...] Funcionava, enfim, como um trabalhador quase-expropriado que não fora integrado à produção mercantil, tornando-se dispensável, ou seja, agente não-econômico em essência. E aí se encontra o paradoxo do trabalho na economia colonial: o escravo, não-livre por excelência, era o agente econômico básico, enquanto os que possuíam “liberdade” – ou seja, não eram propriedade de ninguém – transformavam-se em não-agentes econômicos (BARBOSA, 2008, p. 84-85).

No período colonial, o “pertencimento à pobreza” caracterizava-se pelo ato de implorar pela caridade, sendo o assistencialismo voltado, exclusivamente, para os incapacitados para o trabalho. Os demais eram considerados “vagabundos” ou “preguiçosos” e o eram por escolha e não devido a estrutura produtiva e social. Nesse contexto, a ação do Estado, era a de disciplinamento para o trabalho (BARBOSA, 2008).

Num longo processo, desenvolvido até o século XIX, foram criadas as condições para o “salto do capitalismo” no Brasil, desembocando em duas linhas orientadoras,

[...] uma que convergia o “senhor agrário” em marginal e depois o transformava em sujeito das transações econômicas e outra que aproveitava da autonomização política e da criação, ao menos potencial, de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais. Esse processo guardava, na prática, uma íntima relação, pois gestavam-se simultaneamente o “Estado imperial” e uma “classe senhorial”, diferenciando-se esta do antigo plantador escravista (BARBOSA, 2008, p. 43).

Na formação social na colônia, o comando do escravismo era por senhores de terras e só, lentamente, isso foi alterado. Porém, ele envolvia um sistema de domínio e de exploração do trabalho que, a partir de certo ponto histórico, transformar-se-á

num entrave para o pleno desenvolvimento das formas capitalistas de produção. Isso pode ser visto no fato de que, no final do século XVIII, a população residente no Brasil era de quase 3 milhões, sendo quase a metade formada por livres e libertos. Todavia, como também aludiu Barbosa (2008) sobre os agregados, o traço comum dos libertos era a “desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora” (KOWARICK, 1994, p. 27).

Eram *desclassificados* porque como na noção de agregados, a ordem escravocrata impediu que surgissem alternativas que fixassem produtivamente essa crescente massa de indivíduos, boa parte dessa população vivia sem nenhum contato com a produção agroexportadora. Havia, ainda, mendigos e vagabundos, indivíduos sem local fixo de moradia. Como os demais eram indivíduos de várias matizes e origens sociais, sendo comumente tratados como “vadios”, assim, “Montado o regime escravo, este só poderia gerar a exclusão daqueles que, sendo livres, não conseguiam ser senhores” (KOWARICK, 1994, p. 28).

O sistema colonial agroexportador, com força de trabalho cativa, impediu uma produção que se voltasse para o mercado interno. Isso foi preponderante mesmo após o fim do Pacto Colonial, a Proclamação da Independência e a produção cafeeira, com a formação, aos poucos, de um sistema econômico mais diversificado, mas que, ainda, era estruturado no binômio senhor-escravo (KOWARICK, 1994).

A violência que era prática dominante nas fazendas, também era constante no cotidiano da população livre. “Destituído de sentido econômico e social, o homem livre praticava a violência como forma de virtude” (KOWARICK, 1994, p. 30). Nesse sentido, a violência ganhava significação ao ser elemento necessário para a expansão e, ainda, para manutenção da grande propriedade.

O fenômeno da “vadiagem” não foi específico dos países que foram colônias, tendo sido constante nos países europeus nos séculos XV e XVI, devido a expropriação camponesa e as dificuldades de reprodução social nas cidades.

Após a independência, o Brasil passa a negociar com as grandes potências as condições para a sua soberania nacional. Os contingenciamentos inerentes a esse processo de domínio e de dependência, expõem a fragilidade econômica e instabilidade política, ao passo em que o café emerge positivamente nas trocas internacionais, redesenhando o cenário produtivo, criando as bases materiais para o reposicionamento do país no sistema do capital. Como se sabe, o centro de

dinamismo deixa de ser a economia açucareira do nordeste e passa a ser a economia cafeeira no centro-sul.

Apesar das transformações, o trabalho compulsório continuou como modalidade de exploração dominante nas regiões de plantio de café após 1850 (KOWARICK, 1994).

Em verdade, a independência, no Brasil, não rompeu com a estrutura colonial, já que entre 1822 e 1889, a economia brasileira continuou primária exportadora, ou seja, essencialmente agrícola e baseada em poucos produtos. O patrimonialismo como trágica herança do período colonial permaneceu como marco institucional no país durante o Império (GONÇALVES, 2013).

A economia cafeeira reproduziu o trabalho escravo até às vésperas da Abolição. Os fazendeiros temiam perder vantagens econômicas com a superação desse regime de trabalho e não estavam abertos a criar condições sociais atrativas ao trabalho livre. Ainda que o trabalho escravo fosse menos produtivo do que a força de trabalho livre, dois elementos entravavam à superação dele. Primeiro, porque para o ingresso no trabalho disciplinado e regular nas grandes plantações, seria necessário ofertar vantagens materiais aos livres para que trocassem a *vida marginal* pelo trabalho organizado. Segundo, a ordem escravocrata contaminou as relações de trabalho desde o início da colonização, de modo que os senhores encaravam os livres e pobres como um segmento passível de ser tratado como na condição cativa de existência. O trato dos senhores, em relação aos escravos, influenciava a percepção dos livres, em relação ao trabalho disciplinado (KOWARICK, 1994).

Todavia, a condição de agregado limitava a autonomia do indivíduo, livres deviam lealdade aos potentados, haja vista os parâmetros de subalternidade que norteavam as relações no espectro do cativo. Nessa direção, os livres e libertos nacionais são marginalizados desde os tempos coloniais sendo, frequentemente, transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, considerados pelos senhores, como “corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho” (KOWARICK, 1994, p. 43).

Com a escravidão materialmente condenada a partir de 1850, o empreendimento cafeeiro deveria encontrar uma fórmula de substituição do trabalho cativo sem, entretanto, apoiar-se da desacreditada força de trabalho nacional. A equação elaborada foi a importação de trabalhadores estrangeiros. Era mais viável

importar trabalhadores que já eram expropriados – material e culturalmente, do que subjugar trabalhadores livres e libertos. A opção do fazendeiro de café foi importar força de trabalho empobrecida da Europa, que não tinha outra alternativa a não ser vender sua força de trabalho.

De acordo com Lúcio Kowarick (1994), entre 1872 e 1881, entraram no Brasil cerca de 218 mil imigrantes e as principais nacionalidades eram: alemães (37%), portugueses (32%) e italianos (28%). Outros dados: entre 1884 e 1887, entraram no país 146 mil imigrantes, sendo que 53 mil foram para São Paulo, região que concentrava as grandes fazendas cafeeiras. Entre 1888 e 1890, vieram 304 mil imigrantes. Desse período até 1920, o Estado de São Paulo recebeu 1 milhão e 590 mil estrangeiros.

Inicia-se a chamada “parceria de endividamento”, em que o empreendimento cafeeiro adiantava os custos da passagem e o custeio inicial (KOWARICK, 1994), sendo que, paulatinamente, o Estado absorvia responsabilidades nesse processo, providenciando, portanto, a socialização dos custos da mobilidade dessa força de trabalho, a despeito do crescente número de trabalhadores livres e libertos nacionais, deixados ao léu.

Somente nesta pesquisa pudemos compreender esse processo de formação do exército ativo e inativo para o trabalho no país, na particularidade da experiência histórica nacional, que se distingue daquela estudada por Marx, na Inglaterra. A lei de terras de 1850 foi nossa lei sanguinária à semelhança do cercamento dos campos ingleses, porque forjou coletivo de força de trabalho. A violência do escravismo não foi atenuada com o acerto da dívida social, nem na República; nem no ciclo de substituição das importações, a partir de 1930, que marca, de fato, a constituição do mercado de trabalho nacional. Os negros e descendentes continuam, em sua maioria, vagando pelas cidades nas piores ocupações, relações e condições de trabalho, mesmo que incluídos, a partir dessa segunda fase, no exército industrial de reserva.

No formato da parceria com os trabalhadores estrangeiros, na agricultura do café, o lucro do investimento pressupunha a imobilização do colono. Foi criado um aparato legal para coagir os colonos a cumprirem os contratos de trabalho. A utilização da força de trabalho estrangeira foi equacionada com o intuito de levar o trabalhador ao endividamento. O sistema legal, somado ao domínio quase-senhorial, reforçava a violência necessária para essa relação que se estabelecia. “O

trabalhador estrangeiro, mais fácil e lucrativo, poderia ser transformado, por meio da imigração subsidiada, em mercadoria para o capital” (KOWARICK, 1994, p. 72).

A abundância de força de trabalho propiciada pela imigração, materialmente e culturalmente expropriada, possibilita a deterioração dos salários. E, mais ainda, cria condições de desarticulação da resistência da força de trabalho, já que acirra a concorrência entre os trabalhadores. Todavia, um passo para tornar mais fluído o mercado de trabalho foi dado em 1881, quando o governo de São Paulo passou a pagar a metade dos custos de transporte, devendo o restante ser pago pelo imigrante ao fazendeiro que o importou.

A partir de 1884, o governo começou a reembolsar integralmente os gastos que os fazendeiros tinham com o pagamento das passagens dos imigrantes. E, em 1885, passou a subsidiar diretamente o custo dos transportes (KOWARICK, 1994), como mencionamos antes.

Após 1857, a parceria cedeu lugar, no estado de São Paulo, a outras modalidades para a contratação da força de trabalho, particularmente com o salário mensal. Houve generalização do pagamento por contrato de ajuste, em que o trabalhador receberia quantia fixa por alqueire de grãos entregue ao fazendeiro. Posteriormente, houve o regime de colonato, que havia o pagamento por alqueire e o recebimento de salário mínimo fixo. Este valor era pago a cada mil pés tratados. Ao mesmo tempo, houve ainda o transporte de trabalhadores endividados oriundos, principalmente da China e da Índia (BARBOSA, 2008).

Existia, de fato, reservatório de força de trabalho não-escrava. Mas, inexistia lei que incitasse esses trabalhadores livres a serem contratados. Soma-se, ainda, “[...] a crença por parte dos fazendeiros – certamente infundada, embora componente essencial de sua ideologia – de que o elemento nacional era essencialmente “vadio” e “preguiçoso” (BARBOSA, 2008, p. 106-107).

A força de trabalho imigrante já se mostra abundante, e um aspecto importante é que “[...] a liberdade de trabalho não poderia se confundir com direitos coletivos, na acepção dos formuladores da nova política trabalhista”. Aliás, “[...] essa visão *laissez-fairiana* já estava presente na constituição de 1824” (BARBOSA, 2008, p. 137).

É interessante observar que a atuação do Estado para criar as *condições da produção*, expressa-se em 1871, pois, de forma ainda tímida, o governo da província de São Paulo realizou os primeiros financiamentos para introduzir colonos

estrangeiros, concedendo os primeiros financiamentos. Em 1881, o governo provincial passou a reembolsar 50% dos custos dos transportes dos imigrantes. E, em 1884, passou a pagar integralmente a passagem dos imigrantes (BARBOSA, 2008).

O verdadeiro sentido da imigração não estava na transferência de trabalhadores de uma sociedade para outra, mas na coisificação da pessoa, o que se evidenciava na função das companhias de navegação, “verdadeiras aliciadoras de uma forma de tráfico humano”. Seus representantes distribuíam-se nas várias cidades europeias, especialmente italianas, para “fazer carga”, ganhando em economias de escala. [...] agora a força de trabalho já pertencia ao trabalhador, mesmo que este não soubesse dos termos do contrato (BARBOSA, 2008, p. 138-139).

Os estudos na pesquisa mostram que, distintamente do desenvolvimento do capitalismo clássico, no Brasil:

[...] a abundância de força de trabalho nas regiões de demanda dinâmica não havia sido propiciada pela destruição, via expansão da capital, de um campesinato ou de um artesanato prévio, tendo dependido, antes, de expressivos “fluxos migratórios injetados do exterior”, sempre repostos com financiamento público, para que os trabalhadores pudessem adquirir mobilidade, além de comprimirem os custos do trabalho (BARBOSA, 2008, p. 140-141).

Nesse sentido, pudemos apurar que o processo de construção do mercado de trabalho no Brasil não ocorreu de forma espontânea ou linear, assim como carregou a herança da escravidão, mesmo que com características bem distintas entre as várias regiões do país. Contou, ainda, com a dura intervenção do Estado e o autoritarismo dos quase-empregadores (BARBOSA, 2008).

Chegaria-se a um futuro mercado de trabalho por meio de uma trajetória de ziguezagues em que a Abolição funcionaria apenas como marco cronológico. O passado revelaria seus estratagemas e a herança do regime escravista, com seus vários matizes, agiria como ponto de partida para o reposicionamento dos subordinados – ex-escravos, libertos, trabalhadores nacionais e novos imigrantes – em relação aos seus senhores/patrões de acordo com as várias especificidades regionais. O mercado de trabalho não surgiria de chofre, antes amargaria uma existência incompleta e fragmentada, para somente se consolidar e nacionalizar no período pós-1930 (BARBOSA, 2008, p. 89).

Curiosamente, os livres e libertos, no Brasil, não participaram do trabalho regular e disciplinado nas fazendas de café até 1888. Após esse período, só foram absorvidos em áreas em que os imigrantes não estiveram presentes. Ademais, os livres e libertos estiveram presentes na implantação de ferrovias e em atividades de

subsistências. Além disso, também tiveram participação em arregimentados nas guerras e nas sublevações, convocados para expedições militares da Colônia e do Império. Os chamados *nacionais* foram encarados como *indolentes e desqualificados* para o trabalho organizado e regular. Foram incorporados pelo processo produtivo, quando necessitou-se, mais adiante (KOWARICK, 1994).

Todavia, esse processo social impingiu uma particularidade na transição da força de trabalho livre, no Brasil: a heterogeneidade da composição da força de trabalho, incluindo a continuidade na absorção da força de trabalho estrangeira. Em São Paulo, com o início do dinamismo industrial, a partir de 1890, a força de trabalho estrangeira foi largamente utilizada (KOWARICK, 1994).

Numa primeira etapa da expansão capitalista, a massa de imigrantes, em face das necessidades do sistema produtivo, foi suficientemente volumosa para criar o exército de trabalhadores ativos e sua própria reserva. Ao arquitetar o processo imigratório, o núcleo dinâmico do capitalismo no Brasil, o café, forjou as condições para superexplorar e espoliar a força de trabalho, basicamente então constituída de braços estrangeiros. Quando, posteriormente, patamares mais desenvolvidos e diversificados do processo de acumulação exigissem a incorporação de maiores montantes de mão-de-obra e a imigração internacional não fornecesse mais a abundância de braços, como a ocorrida em épocas anteriores, os capitais agrícola e industrial lançar-se-iam em busca desse potencial deixado historicamente como reserva latente de trabalho (KOWARICK, 1994, p. 96).

O dado é alarmante, pois no início do século XX, em São Paulo, 92% dos trabalhadores na indústria eram estrangeiros, associadamente ao excedente de força de trabalho, em relação às necessidades produtivas que estavam em expansão. O trabalho feminino e infantil foi largamente utilizado nas primeiras décadas do período da industrialização brasileira. Aliás, onde não houve importação de força de trabalho estrangeira, houve utilização de força de trabalho nacional que não havia passado pelo cativeiro. Ou seja, o ex-escravo foi meticulosamente afastado das atividades produtivas.

Paulatinamente, no século XX, a proclamada questão da vadiagem nacional passou a se tornar inconsequente, quando o sistema imigratório começou a diminuir a partir de 1914. Em verdade, inicia-se uma mudança radical na ampliação do mercado de trabalho, com substituição da força de trabalho estrangeira pela nacional e, antes que esse processo se efetivasse, a força de trabalho nacional continuou tendo uma posição de inferioridade, com tarefas aviltadas e com as piores remunerações. Kowarick destaca que “[...] reproduziu-se o quadro da exclusão

social para o braço nacional, de modo especial para o negro e o mulato, que tinham estampadas na pele todas as arraigadas pechas que se concentravam na sua imprestabilidade para o trabalho” (KOWARICK, 1994, p. 115).

É preciso dizer quantas vezes necessário for: a exploração capitalista do trabalho, realizada por meio do assalariamento, não é uma equação que possa ser resolvida de forma simples. Esse processo supõe criar condições sociais de produção que levem ao domínio do capital sobre o trabalhador. É preciso, pois, expropriá-lo num duplo sentido: de um lado, produzir condições materiais que metamorfoseiem a pessoa em força de trabalho, impedindo sua reprodução autônoma e obrigando-a a se transformar em mercadoria que se vende no mercado de trabalho; de outro, é preciso condicioná-lo, no sentido de “convencê-lo” a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado em vez de escolher outra alternativa de vida. O tortuoso processo de produzir força de trabalho, geralmente impregnado de acentuada dose de violência institucional e privada, implica, assim, tanto transformações materiais, em que o acesso à terra é um ponto fundamental, como mudanças culturais e ideológicas que geram no trabalhador a “disposição” de ingressar na disciplina do processo produtivo (KOWARICK, 1996, p.104-105).

As novas demandas dos países cêntricos deu novos rumos à economia nacional, exatamente porque, agora, a requisição passava pela produção de alimentos e matérias-primas em massa pelo conjunto das periferias, porque a produção em massa gera preços baixos. Esse objetivo exige das periferias a generalização das relações mercantis, ou seja, a mercantilização das forças de trabalho e, gradativamente, de suas formas de vida social. E, só o trabalho assalariado poderia significar a ampliação dos mercados e, ao mesmo tempo, produção mercantil complementar em massa (MELLO, 1998, p. 45).

Em suma: o capitalismo industrial “propõe” a formação de uma periferia produtora, em massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, quer dizer, mediante trabalho assalariado. É desta periferia que deveriam fazer parte as economias latino-americanas, conjuntamente às demais economias pré-capitalistas (MELLO, 1998, p. 45).

Nessa percepção, Neto (2015), mostra que a subordinação da economia brasileira, relacionada aos interesses das economias europeias - e, a à luta de classe, no período histórico do Brasil da transição da força de trabalho escrava para a assalariada – precisa ser pensada no quadro da pífia produção manufatureira, já que tudo voltava-se para servir as demandas externas. A partir da segunda metade do século XIX, conforme Neto (2015, p. 200), “[...] o trabalhador não mais perceberá

imediate e diretamente o quanto comparece como objeto e mera mercadoria no processo de produção”.

Para o pesquisador, a instauração dessas relações, genuinamente capitalistas, mediadas pelo capital industrial, aprofundaria a necessidade de subordinar a consciência operária ao processo de produção, fato que não implicou no desconhecimento da possibilidade do proletariado avançar do desenvolvimento da consciência de classe.

A ideologia difundida de que a classe industrial paulistana brotou do trabalhador que soube administrar bem suas finanças não passava de mecanismo ideológico para amortecer a luta de classes. Isso em parte brota do fato de que a grande indústria no país também passou pela mediação da manufatura e das pequenas oficinas, ou seja, a existência de pequenos setores de manufatura, em que os produtos vinham ao mundo pela mediação do envolvimento de toda a família no processo produtivo. Isso servia para difundir a ideologia de que o patrão era também operário (NETO, 2015, p. 201-202).

Aqui, basta chamar atenção para a ideologia presente, que “chama” o trabalhador para uma participação mais direta no processo produtivo, assim como, difunde uma falsa ideia de que o operário possui as mesmas condições que o patrão, cabendo, portanto: ao primeiro, a busca pelas condições de um pleno desenvolvimento econômico, diante de situações consideradas “iguais” para todos-brasileiros, imigrantes e patrões. Um outro aspecto importante nesse debate, refere-se a participação ativa do Estado que, na fase analisada por Neto (2015), coube aos seus aparelhos institucionais não só o forte auxílio do financiamento da imigração, mas, também a propagação e fortalecimento da ideologia “empreendedora”.

Dessa forma, enfatizou-se “[...] o espírito laborioso de determinados homens que souberam administrar seus recursos com parcimônia” (NETO, 2015, p. 200). O autor é elucidativo quando exemplifica isso com a imagem construída de empresários “bem sucedidos” como Mauá⁵² e o imigrante Francisco Matarazzo que “[...] ascenderam socialmente graças ao espírito abnegado de grande empreendedor” (p. 200). A imagem era de que Matarazzo, por exemplo,

⁵² “Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Sousa) (1813-1889) foi um industrial e político brasileiro. Pioneiro da industrialização no Brasil, foi um símbolo dos capitalistas empreendedores brasileiros do século XIX. Foi responsável por grandes obras como um Estaleiro, a Companhia Fluminense de Transporte e a primeira estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro à Petrópolis. Investiu como sócio nas ferrovias do Recife e de Salvador que chegavam até o Rio São Francisco, entre vários outros empreendimentos” (FRAZÃO, 2018).

representava “o sonho do imigrante italiano”, que chegava ao país na suposta condição de mero vendedor de sua força de trabalho. Entretanto, o referido indivíduo procedia de classe de posses que chegou ao Brasil com recursos que possibilitaram iniciar o próprio negócio no ramo comercial⁵³.

Portanto, o imigrante que detinha condições para abrir um negócio era, precisamente, o imigrante rico (capitalista), e não o imigrante pobre (operário). Nesse contexto – gênese da indústria no Brasil –, “[...] a presença do capitalista industrial com a mesma nacionalidade do imigrante amorteceu a luta de classe e exaltou o imigrante como um indivíduo muito mais produtivo do que o trabalhador nacional” (NETO, 2015, p. 204).

De acordo com Neto (2015), a exploração do trabalho escravo e do colono possibilitou uma acumulação que transformou o fazendeiro em industrial e o banqueiro estrangeiro no principal agente do processo de industrialização. Prossegue o autor:

Assim, tanto o fazendeiro escravista quanto o fazendeiro que recorre ao trabalho do colonato não representavam um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil; pelo contrário, eles serviram como molas propulsoras do desenvolvimento inicial do capitalismo industrial brasileiro, em que a acumulação primitiva de capital, propiciada na exploração do trabalho na agricultura, irá financiar a gênese da indústria brasileira [...] O capital industrial emerge como uma extensão do capital cafeeiro, e uma fração da classe dos empresários do café passa a investir uma parte do capital excedente emanado deste setor juntamente com representantes da burguesia europeia que se deslocam para essas praças (NETO, 2015, p. 202).

A ótica de Neto (2015) sobre esse aspecto imigração foi muito fértil para a pesquisa, pois pudemos entender que a relação entre indústria e imigrante acaba por colaborar para forjar um exército de reserva que possibilita que o capital controle

⁵³ “As suas atividades industriais provêm do desenvolvimento da atividade comercial especificamente relacionada ao setor de importação e exportação de mercadorias e capitais, em que administrava recursos financeiros de terceiros [...] As atividades de remessas de dinheiro dos imigrantes para seus parentes no exterior serviam de esteio das atividades bancárias de empresários como Briccola, Puglisi, Carbone e Martinelli. A articulação desses primeiros industriais com as atividades comerciais de importação de produtos e capitais permaneceu mesmo depois que passaram a se envolver diretamente no desenvolvimento do complexo industrial brasileiro; com isso eles garantiram para si mesmos os fornecimentos de equipamentos, peças sobressalentes e combustíveis. Matarazzo, na década de 1920, ‘além de fabricar tecidos, farinha de trigo, alimentos enlatados e açúcar refinado, tinha agências de automóveis e de filmes de cinema’. Matarazzo e Pugliese Carbone estiveram envolvidos, em 1900, na formação do banco Francese ed Italiano. Com a infusão de novos capitais provenientes do Banco Commerciale Italiano, Pugliese adquiriu empresas como: moinho de farinha, fábricas de meias, refinarias de açúcar etc. Nos anos seguintes aglutinaria *holdings* locais provenientes do banco de paris et des Pays-Bas” (NETO, 2015, p. 201).

a força de trabalho existente: a força-de-trabalho nativa, caracterizada pela acusação de vadiagem e mendicância; e a força de trabalho imigrante. Juntas, forneciam as bases para o advento do trabalho assalariado. Quanto à preferência pelo trabalho do imigrante europeu, destaca que:

[...] se impôs devido à necessidade de especialização do trabalho da manufatura e da indústria, diferentemente do trabalho escravo. Se esta forma de trabalho estava basicamente centrada na força física e no mínimo de especialidade, o trabalho na manufatura e na indústria pressupunha uma habilidade que inexistia na constituição da economia agroexportadora centrada no trabalho escravo [...] A inexistência de um exército industrial de reserva na Europa atendia à necessidade do nascente processo de industrialização do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, haja vista que o capital não estava disposto a contrair despesas no processo de formação e qualificação da força de trabalho; bastava apenas importar a força de trabalho disponível na Europa (NETO, 2015, p. 206).

Neto (2015) também coaduna com a interpretação mencionada antes, de que os interesses capitalistas abarcaram a intensa exploração dos trabalhadores – antes com a modalidade do regime escravista e, depois, no trabalho assalariado-, com baixo valor da força de trabalho, no caso do assalariamento, levando a péssimas condições de vida dos trabalhadores. O valor reduzido do nível dos salários, encontrava-se no limite do estritamente necessário para a reprodução da existência dos operários e, ainda, para Neto (2015, p. 209), “[...] alguns dos traços da herança escravista perpassavam as relações de trabalho assalariado, em que tanto os adultos quanto as crianças eram submetidos à intensa jornada de trabalho”.

Isso nos levou a entender a ilação de Barbosa (2008), quando diz que a constituição de um mercado de trabalho, no Brasil, foi uma atividade complexa que exigiu a elaboração de políticas públicas relacionadas à regulação da aquisição de terra, desescravização e, de forma paulatina, a regulamentação do trabalho livre, além do incentivo à importação de força de trabalho, entre outras práticas de natureza pública e privada.

Em verdade, chama a atenção dos estudiosos do tema a presença marcante e decisiva do Estado em todas as etapas da construção do mercado de trabalho no país. As ações duram muitas e vale destacar: decretou o fim do tráfico de escravos; assegurou a desescravização de forma paulatina; financiou a imigração de força de trabalho estrangeira; enveredou na defesa do liberalismo federalista; e tomou para si a *questão social*, o que retirou a desigualdade social do confronto direto das classes,

sem eliminá-la, mas, permitindo a reprodução ampliada do capital em escala nacional (BARBOSA, 2008).

De outro modo, mostra o autor, o mercado de trabalho no país tardaria a se nacionalizar, pois, dependeria do dinamismo do capital e sua repercussão pelo território brasileiro, acompanhado de limitadas migrações regionais e da regulação parcial das relações de trabalho.

O autor acentua que os conflitos sociais também começavam a desafiar as relações entre as classes sociais e o Estado, que vai ser requerido no sentido de superar as relações privadas entre empregadores e empregados que eram limitadas para um capitalismo retardatário. Lembra o autor que, entre 1891 e 1919, havia um sistema de relações de trabalho sem intervenção formal do Estado, mas com influência da classe operária, em especial a urbana, que lutava por melhores condições de trabalho. Em 1903, ocorrem as primeiras greves e os sindicatos surgem como associações de assalariados. Em 1906, ocorre o I Congresso Operário Brasileiro e, em 1907, a aprovação da legislação que previa a sindicalização dos operários urbanos. Durante as três primeiras décadas do século XX, a intervenção do Estado, na questão social, dava-se através da repressão social, sendo que essa forma de regulação pública, repressiva, estimulava a organização operária (BARBOSA, 2008).

Em razão da condição tardia da economia de mercado, a classe operária brasileira emerge com a marca da diversidade, apresentando-se como uma “gigantesca dispersão de fragmentos da sociedade, uma diáspora de velhas e novas comunidades” (BARBOSA, 2008, p. 245). Portanto, um mercado de trabalho ainda bastante embrionário e contrastante, impressionando nos dados analisados não

[...] tanto a sua deficiente formação, mas antes o seu reduzido peso funcional na estrutura social, algo que se coaduna com a existência de uma imensa massa de subproletários. Ou seja, o rebaixamento do peso do trabalho assalariado é oriundo das formas de auto-emprego precárias, que dependem, por sua vez, do excedente estrutural de força de trabalho, do perfil e da força da demanda agregada originada no núcleo capitalista e dos mecanismos de exclusão ao acesso de ativos economicamente relevantes (BARBOSA, 2008, p. 246).

Para o autor, acontecimentos históricos relevantes a partir de 1917, como a criação da OIT e a revolução russa, influenciarão mudanças gradativas das relações políticas entre trabalhadores, industriais e o Estado, também no país. Passa a

integrar na agenda estatal a discussão dos direitos sociais coletivos, assim como nos meios de comunicação. A legislação social, para o autor, revela o fim do isolamento da classe operária brasileira, assim como a capacidade de veiculação de suas propostas. Entretanto, a legislação social avançou por categorias, segundo o *status* de cada grupo de profissionais urbano, sem adentrar a região rural, onde estava assentada a histórica estrutura de poder político e econômico (BARBOSA, 2008). De modo que a regulação do trabalho e a proteção social emergem no cenário público do país como restritas aos trabalhadores urbanos com ocupação regulada pelo Estado, os demais trabalhadores permaneceriam na condição de pré-cidadão e invisibilizados na cena social.

De acordo com Fernandes (2005), a lentidão das mudanças deita raízes no fato histórico de que uma nação se constitui numa trajetória não linear, mas por “zigzagues”. No Brasil, não foi diferente e o processo abrangeu duas fases: “1º) a ruptura da homogeneidade da ‘aristocracia agrária’; 2º) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional” (FERNANDES, 2005, p. 45). Somente,

A medida que se intensifica a expansão da grande lavoura sob as condições econômicas, sociais e políticas possibilitadas pela organização de um Estado nacional, gradualmente uma parcela em aumento crescente de “senhores rurais” é extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada no cenário econômico das cidades e no ambiente político da Corte governos provinciais. Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial (FERNANDES, 2005, p. 45).

Esses senhores rurais, nas palavras de Fernandes (2005), aburguesaram-se e desempenharam uma função que ele considera análoga à função de alguns segmentos da nobreza europeia, no período da expansão do capitalismo. Sendo os representantes mais característicos do “espírito burguês”, os negociantes a varejo e por atacado, funcionários públicos, banqueiros, empresários da indústria nascente e artesãos por conta própria. Esse autor ainda destaca, que esses estratos possuíam uma identificação superficial com o mundo moral da aristocracia agrária ou, ainda, baseavam-se em situações de lealdade pessoal ou de interesse. São esses os homens que projetaram “os toscos móveis capitalistas do velho ‘senhor rural’ no horizonte cultural da ‘burguesia’ emergente e que iriam encarnar, portanto, o ‘espírito burguês’” (FERNANDES, 2005, p. 46).

Eles se afirmam, num primeiro momento, pelo élan de “modernizador”, compondo-se assim, através de compromissos tácitos, com as elites da “aristocracia agrária”. Mais tarde, porém, evoluem para opções mais definidas e radicais, embora dissimuladas, pelas quais tentam implantar no Brasil as condições econômicas, jurídicas e políticas que são essenciais à plena instauração da ordem social competitiva. Em nenhum dos dois momentos esse “espírito burguês” exige a defesa implacável dos direitos do cidadão (FERNANDES, 2005, p. 46).

A Independência, pondera Fernandes (2005), foi a primeira revolução social ocorrida no Brasil, marco definitivo do fim da “era colonial” e de inauguração da “época da sociedade nacional”. O autor considera a Independência uma *transação política pacífica, inteligente e segura*, instaurando a formação de uma sociedade nacional, com elementos revolucionários e conservadores, sendo peculiar o descaso com direitos sociais mais equânimes na construção da nação.

O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ele adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação [...] O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 2005, p. 45).

Como referido antes, o liberalismo no país era peculiar, pois, respondia a uma clara função de mobilização de consenso de classe para dinamização econômica, mas *de costas* para a autonomia do processo de dominação interno. Tratavam-se de “requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder” (FERNANDES, 2005, p. 54). Isso dará contornos especiais ao mercado de trabalho e à proteção social pública no país, reproduzindo historicamente uma estruturação limitada.

A democracia restrita será medular na dinâmica política e social da nação, ao longo da sua história republicana. As mudanças ocorridas entre a sociedade colonial e a sociedade imperial, em primeiro lugar, na diferenciação no papel político do senhor que passa a ser senhor-cidadão, pressupondo nova dimensão de poder, cujas possibilidades de mando do senhor transcenderão os limites anteriores do seu

domínio, alcançando o poder político; paralelamente, desencadeia o surgimento de formas de socialização que transformam privilégios sociais comuns em solidariedade social e associação política; o que, em conjunto, provoca a redução do espaço social em que as garantias sociais estabelecidas de forma legal poderiam ter vigência. Esses elementos sinalizados pelo autor impõem as limitações históricas da Independência, desdobrando-se numa dominação senhorial sobre a nação o que explicaria, a nosso ver, as consequências sobre o mercado de trabalho.

A democracia é um recurso necessário para o equilíbrio e continuidade da dominação do Estado, não se constituindo-se em condição geral da sociedade. Destarte, para a construção da ordem social nacional, era necessária a extinção do estatuto colônia; ao mesmo tempo, a sociedade nacional não se constituiria sem agregar a herança colonial mencionada. Nesse contexto, a burocratização da dominação patrimonialista tradicional foi projetada para os interesses e as formas de *solidariedade dos estamentos*. Assim,

À luz desta interpretação, a dominação patrimonialista vinculava, no nível da sociedade global, os interesses e as formas de solidariedade dos estamentos senhoriais à constituição de um Estado nacional independente e à ordenação jurídico-política da nação. O desenvolvimento prévio da sociedade, sob o regime colonial, não criara, por si mesmo, uma nação. Mas dera origem a estamentos em condições econômicas, sociais e políticas de identificar o seu destino histórico com esse processo (FERNANDES, 2005, p. 76).

O desenvolvimento disso sobre a estrutura social, para Fernandes (2005), merece ser visto a partir do patrimonialismo que constituiu-se em domínio do Estado, possibilitando que os estamentos senhoriais tivessem a oportunidade de ter privilégio político e prestígio social. Assim, domínio e nação mesclaram-se de forma estrutural na sociedade brasileira. O Estado nacional independente era liberal somente nos fundamentos, pois, na prática, era instrumento de dominação patrimonialista. Portanto, da colônia para a nação, houve garantia do monopólio de poder político aos estamentos – patrimonialismo.

Nessa realidade, o Estado garantirá a eficácia da dominação política dos estamentos senhoriais, visível em dois sentidos: vai orientar-se para o fortalecimento da iniciativa privada (liberalismo econômico); e assumirá importantes encargos para a garantia da força de trabalho escrava que, naquele momento, eram relevantes para a formação de uma estrutura econômica para uma sociedade nacional. Temos,

dessa forma, os elementos que gestarão uma economia urbana nacional, que é estruturada sobre um sistema econômico agrário, escravista e dependente. Os mesmos fatores que condicionaram a transformação dos senhores rurais em aristocracia agrária, constituirão e delimitarão o mercado nacional.

A presença do trabalho escravo e sua importância histórica para a viabilidade simultânea da produção agrária e da ordem estamental, porém, condicionam e determinam evoluções inexoráveis. O trabalho livre não nasce, aqui, sob o signo de um mercado que divide e opõe, mas, ao mesmo tempo, valoriza e classifica. Surge como expressão das convenções e das regularidades imperantes na sufocante ordem social escravocrata e senhorial brasileira. Em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo (FERNANDES, 2005, p 228).

Diante dessa sagaz compreensão de Fernandes (2005) – associada às contribuições de Kowarick (1994), Oliveira (2013 a), Mello (1998), Barbosa (2008) e Neto (2015) - esperamos estarem entendidas as referências da pesquisa sobre os elementos centrais da formação social e econômica brasileira, que atravessam relações de trabalho, no país⁵⁴. Seguidamente, demonstraremos os desdobramentos desses fundamentos sobre o delineamento histórico do mercado de trabalho brasileiro.

2.3 O ciclo desenvolvimentista e a constituição do mercado de trabalho urbano (1930-1979)

Como se sabe, o desenvolvimentismo abarca um período de meio século e esse foi o contexto que, de fato, deu-se a constituição e a consolidação do mercado nacional de trabalho. O incremento urbano industrial acelerado, sob ação do Estado, foi a meta do projeto burguês desenhado sob a liderança de Getúlio Vargas, atendendo às próprias necessidades expansivas do sistema do capital, em escala mundial.

⁵⁴ Somente nessa pesquisa foi possível conhecer esses traços que vinculam a estrutura da formação social e o trabalho no Brasil. A nosso ver, esse alcance por si só é uma conquista acadêmica sem igual.

A chegada de Vargas ao poder, em 1930, é um marco fundamental de transição para a economia urbana. Não foi um período de trajetória linear, mas entrecortado por: inflexões marcantes como a ditadura do Estado Novo (1937 a 1945); o autoritarismo governamental, no período democrático de 1946 a 1950; e a ditadura civil e militar entre 1964 e 1985. Essa linha do tempo, periodizada por autoritarismos e regimes de exceção, mostra a sanha de viabilizar a dominação burguesa (com suas instituições) no país, considerando-se os limites impostos pela *heteronomia e privilégios de estamento*.

A constituição do mercado de trabalho, no país, expressa as marcas das práticas de dominação e de controle das relações de trabalho através das dinâmicas políticas e institucionais do patriarcado e do autoritarismo, que sobreviveram do escravismo e da *era de migrantes estrangeiros*, vistos anteriormente.

A economia nacional, a partir dos anos 1930, deixou de se assentar, exclusivamente, nas atividades agrícolas exportadoras e passou a ser alavancada pelo capital industrial, buscando, ao mesmo tempo, e como exigência a consolidação de um mercado interno nacional.

Baltar e Deddeca (2015a) apontam as limitações desse processo porque as necessidades de investimentos não eram atrativas para o setor privado, levando os autores a considerarem essa fase inicial do desenvolvimentismo de “industrialização restringida” (entre 1930 e 1955), marcada, sobretudo, pela regulação das relações capital-trabalho e pelo investimento do Estado em indústria de base, que pudesse fomentar manufaturados e serviços urbanos. Os anos seguintes, no entanto, são vistos como de viabilização de um bloco de investimentos, que conduziu à fase da industrialização pesada, abrindo o país ao capital internacional, por meio da fixação de filiais de indústrias estrangeiras, no quadro do expansionismo fordista.

Baltar e Deddeca (2015a) destacam a diminuição da industrialização restrita e o crescimento do investimento da indústria pesada, a partir de 1955, quando são evidenciados dois importantes movimentos: a modernização dos ramos da indústria tradicional; e a composição de uma nova estrutura industrial, com núcleo básico na mecânica, no material elétrico e comunicações, no transporte, na química e na metalurgia.

Do ponto de vista da luta de classes, entre 1934 e 1945, os sindicatos eram, marcadamente, órgãos de colaboração do Estado, fazendo parte da engenharia institucional corporativa, por onde se viabilizava a amenização dos conflitos para o

que era fundamental do atrelamento ao governo, por meio de benefícios legais. Com isso, “[...] procedera-se, na prática, a uma reinserção compulsória dos trabalhadores, via legislação, a um mundo ampliado do trabalho” (BARBOSA, 2008, p. 251).

A regulação se completaria, em 1942, com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a fixação do salário mínimo, em 1940⁵⁵.

[...] a carteira funcionava como uma certidão de nascimento cívico. Definidas as condições de acumulação – por meio dos direitos concedidos por categoria – as políticas sociais propriamente ditas reproduziriam a desigualdade do mercado de trabalho, na medida em que os trabalhadores com pisos maiores obteriam benefícios mais elevados (BARBOSA, 2008, p. 252).

Armava-se um projeto modernizador, que ancorava-se na expansão da base industrial e na diferenciação no seio da classe trabalhadora. Não se lidava, politicamente, com a contradição entre capital e trabalho, “[...] a fábrica emergia como área de controle do Estado, redefinindo-se, dessa forma, o processo de dominação” (BARBOSA, 2008, p. 252).

A informalidade do trabalho, que desde o nascedouro marcou a estrutura do trabalho livre, segundo Barbosa (2008), pela necessidade férrea do capital e pela ausência de regulação social, nos moldes conquistados em outros países – que tornaram direitos sociais o emprego e a garantia de proteção social pública para às necessidades de reprodução social do trabalhador e sua família – e que ficou conhecida como *sociedade salarial*.

Ao fim do ciclo desenvolvimentista brasileiro, as pesquisas críticas passaram a mostrar que a informalidade do trabalho não é resultado de uma incapacidade de industrialização, mas parte dela no contexto da forma social tardia e dependente, o que desembalçou nossa percepção do tema.

Como a proteção social não se propunha universalizante, o regime assalariado revelou-se restritivo, limitando a integração da reprodução do trabalho ao circuito do capital produtivo [...] a formação da classe trabalhadora assumia uma precedência marcante em relação a sua reprodução. De fato, o consumo popular destacava-se pela sua baixa

⁵⁵ Como se sabe, Santos (1987) interpretou essa estrutura de democracia restrita aos trabalhadores empregados urbanos autorizados pelo Estado de “cidadania regulada”, em consideração ao acesso às políticas sociais limitado aos trabalhadores com inserção formal no mercado de trabalho (carteira de trabalho). Esse tortuoso processo de viabilização segregada de direitos pode ser vista também no caso do salário mínimo, que foi fixado em 1940, mas, sua efetiva implantação só ocorreu em 1950, quando o valor passou a sofrer reajuste periódico (BALTAR; DEDDECA, 2015a).

relevância para a valorização do capital. Paralelamente, o assalariamento ilegal apresentava-se legítimo do ponto de vista do capital, e sem contestações sociais sérias, graças ao excedente estrutural de força de trabalho sempre renovado, tornando inclusive possível o “compartilhamento”, nos níveis mais baixos de renda, entre os segmentos de trabalhadores assalariados e os marginalizados do assalariamento (BARBOSA, 2008, p. 256).

Ao lado dessa restrição ao emprego legal, verifica-se uma forte dinâmica de transformações, envolvendo, como retratado, significativa migração das áreas rurais para as áreas urbanas, para o que foi fundamental, também, à crise cafeeira, em meados de 1929, e o investimento na industrialização a partir de 1930. A tabela 01, a seguir, traz a distribuição da população total entre as décadas de 1940 e 1980, demonstrando o crescimento dessa migração para os centros urbanos brasileiros, questão que será mais comentada adiante.

Tabela 01: Distribuição da População Total segundo local de residência e tamanho das cidades no Brasil (1940, 1960, 1970 e 1980)

Localidades	1940	1950	1960	1970	1980
Rurais	68,8	63,8	54,9	44,0	32,4
	84,0	78,9	71,2	58,9	46,4
Urbanas	16,0	21,1	28,8	41,1	53,6
até 10 mil	12,6	12,2	12,4	9,6	10,0
10-20 mil	2,6	2,9	3,9	5,3	4,0
20-50 mil	2,2	3,2	4,5	5,4	6,5
50-100 mil	2,0	2,5	2,7	3,5	4,6
100-500 mil	4,1	4,3	5,4	6,1	11,0
500 mil e mais	7,7	11,1	16,2	26,1	31,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BALTAR; DEDDECA, 2015a.

De fato, o dinamismo do capitalismo conviveu com a reprodução das desigualdades de acesso à terra, à moradia, à propriedade, à educação, à renda, à riqueza e aos serviços públicos. Assim, há abertura do “[...] leque salarial nos centros urbanos, enquanto no campo predominava uma espécie de estandarização, com algumas variações regionais, antes da emergência do agronegócio” (BARBOSA, 2008, p. 257). Encalhando o país “[...] a meio caminho entre a condição operária - sem haver superado de todo a antiga condição proletária [...] e uma possível sociedade salarial” (p. 257).

Agora, o próprio processo de acumulação de capital se internaliza com a expansão do eixo dinâmico, a partir de São Paulo e em direção ao resto do país. Pela primeira vez na história brasileira, torna-se plausível a reprodução endógena da força de trabalho e de parte do capital constante industrial. Ou, posto de outra forma, entrava em cena um novo modo de acumulação, que dependia de uma “realização parcial interna crescente”. O capital produziria a sua força de trabalho, abrindo espaço para novas formas de vinculação do exército industrial de reserva à estrutura social, com variações regionais expressivas (BARBOSA, 2008, p. 258).

Chegara-se a um patamar onde a força de trabalho se configurava enquanto mercadoria plenamente específica e desenvolvida, tornando-se o custo de sua reprodução (salário mínimo) referência para as variações de renda nos vários mercados urbanos. Por sua vez, esse novo equivalente geral travava a plena formação dos mercados de trabalho urbanos fora das áreas dinâmicas, em virtude das diferenças muito maiores de níveis de produtividade entre as regiões, produzindo dessa forma movimentos migratórios intra-regionais para a reprodução ampliada do capital (BARBOSA, 2008, p. 259).

Com o empenho, nesse desenvolvimento desigual interno, após 1930, o mercado de trabalho, no Brasil urbano, pôde nacionalizar-se, acompanhando a expansão do capital, concentrado no núcleo dinâmico e aproveitando a regulação parcial, segmentada da força de trabalho e da proletarização (BARBOSA, 2008).

Para Oliveira (2013a), os anos de 1930 marcam o fim do ciclo da hegemonia agroexportadora e o início do ciclo da produção de base urbano no Brasil, o que significa a introdução de um novo modo de acumulação e de reprodução ampliada do capital, consequentemente, de uso da força de trabalho, estimulando dadas relações de trabalho.

Segundo o estudioso acima, dois aspectos são primordiais nessa fase: a base legal de cálculo do salário mínimo, interpretado como salário de subsistência do trabalhador, ou seja, as necessidades alimentares (calorias, proteínas, para o trabalhador enfrentar certo ritmo de produção); e a intervenção do Estado na economia que teve um caráter “planificador”, já que era primordial à criação acelerada de bases para garantir a reprodução da acumulação capitalista industrial (empresarial).

Esse período, aberto a partir de 1930, de acordo com Gonçalves (2013), expõe o ritmo frenético do processo de industrialização, levando a participação da indústria de transformação no PIB tenha mais que duplicado entre 1930 e 1980. Além disso, a mudança do padrão de comércio, nesse período, demonstra uma

menor dependência, em relação às exportações de *commodities*, comparado ao período anterior.

De certo modo, a criação do mercado urbano exigiu relativo alijamento da agricultura, o que foi compensado pela possibilidade de manutenção do padrão “primitivo” das atividades agropecuárias, que se baseava numa alta taxa de exploração da força de trabalho. Em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – distanciam-se porém, de acordo Oliveira (2013 a), atrás desse modelo dual vigora uma integração dialética. A astúcia do autor é esclarecedora, especialmente quando retrata que, nesse modelo, a agricultura fornece contingentes de força de trabalho, alimentos e contribui para o processo de acumulação mundial da economia. “Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil” (OLIVEIRA, 2013a, p. 48).

Nessa direção, seguindo os ensinamentos de Marx sobre a forma social dominada pela mediação do valor, Oliveira demonstra que “[...] a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo” (OLIVEIRA, 2013a, p. 50).

Por isso mesmo, a industrialização se faz no país, acoplada ao crescimento do terciário, ou seja, com a absorção crescente da força de trabalho, em termos absolutos e em termos relativos, integrada ao modo urbano da expansão do sistema capitalista. “Não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia” (OLIVEIRA, 2013a, p. 55). Trata-se do crescimento de um setor – o de serviços em geral, “[...] *que não é contraditório* com a forma de acumulação, *que não é obstáculo* à expansão global da economia, *que não é consumidor de excedente*” (p. 57). O pesquisador menciona:

Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se reproduzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma “acumulação primitiva”. Isso quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial dos pós-anos 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infra-estrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse: antes da década de 1920, com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos, sem nenhuma preparação para uma industrialização rápida e intensa (OLIVEIRA, 2013a, p. 55).

Por isso, para ele, o processo de crescimento das cidades brasileiras pode ser entendido dentro, do que chama de um marco teórico em que as necessidades

da acumulação impõem um crescimento horizontal dos serviços. É esse o modo de acumulação global da expansão do capitalismo, no país pós 1930.

Inclusive, não houve alteração das relações básicas do sistema do ponto de vista de proprietários e não proprietários dos meios de produção; dos compradores e vendedores de força de trabalho, já que o sistema continua tendo como base e como norte a realização do lucro.

Em relação à articulação interna das forças sociais interessadas na reprodução do capital, há de se resolver sobre a substituição das classes proprietárias rurais, que estão no poder, pelas novas classes burguesas empresários-industriais; aspecto já discutido no item 2.3, a partir das análises de Florestan Fernandes. Quanto às classes trabalhadoras, em geral, não possuíam possibilidade alguma nesse processo.

Ao contrário da revolução burguesa “clássica”⁵⁶, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade. No modelo europeu, a hegemonia das classes proprietárias rurais é total e paralisa qualquer desenvolvimento das forças produtivas, pelo fato mesmo de que as economias “clássicas” não entravam em nenhum sistema que lhes fornecesse os bens de capital de que necessitavam para sua expansão: ou elas produziam tais bens de capital ou não haveria expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias. A ruptura tem que se dar, em todos os níveis e em todos os planos. Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora (OLIVEIRA, 2013a, p. 63-64).

O período do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) forçará a aceleração da acumulação capitalista, através do programa que propunha avançar

⁵⁶ Cabe diferenciar os modelos de “revolução clássica” e “via prussiana”. “O conceito de via prussiana, de Lênin, foi formulado a partir da análise do processo de modernização capitalista da Alemanha, e em contraposição ao “modelo americano”. Naquela hipótese, a grande propriedade pré-capitalista transforma-se, gradativamente, em empresa capitalista. As relações de trabalho mantêm aspectos da coerção extra-econômica que as caracterizavam e os antigos proprietários, ao garantirem a manutenção das formas econômicas em que se apoiam, conseguem manter papel proeminente no aparelho de Estado e, assim, orientar o próprio processo de modernização. O “modelo americano”, ou “clássico”, ou ainda, “democrático”, se caracteriza pela destruição da grande propriedade pré-capitalista, fracionada em pequenas propriedades camponesas. As relações capitalistas no campo nasceriam do processo de diferenciação entre os camponeses, e o desenvolvimento do capitalismo não encontra obstáculos pré-capitalistas, o que permite um rápido desenvolvimento das forças produtivas” (SANCHES, 2007, p.1).

“cinquenta anos em cinco”, por meio de um Plano de Metas. O Estado cumprirá: a finalidade de construção e melhoria da infraestrutura das rodovias; a produção de energia elétrica e a armazenagem, silos e portos. Notadamente, manter-se-á restrita e regressiva a estrutura fiscal, o que provocará déficits crescentes. Além do endividamento e ascensão inflacionária, o Estado viabilizou a associação com o capital estrangeiro para o cumprimento do programa (OLIVEIRA, 2013a).

Desse modo, Oliveira sinaliza que a estrutura central da política econômica, que levou à industrialização, foi pensada e articulada para ter a industrialização que teve. As medidas concebidas internamente pelas classes dominantes para ampliar e expandir a hegemonia destas, na economia brasileira, elencaram o crescimento por indústrias prioritárias⁵⁷.

Recorrer ao capital estrangeiro, acrescenta novas forças para o processo de acumulação e, ao mesmo tempo, coloca a longo prazo novos problemas para a continuidade dessa expansão. *Uma fuga adiante*, nesse processo, foi a incorporação de tecnologia avançada, que possibilitou queimar etapas com o avanço na produtividade. Em contrapartida, o capital estrangeiro acaba por “controlar” o processo de expansão (OLIVEIRA, 2013a).

Por outro lado, o processo de acumulação também tirou vantagens do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerão os excedentes internos. Nesse período, ocorreu intensa mobilidade social do campo para a cidade, conforme já pontuado. Porém, isso é focado, pelo autor, como necessário de ser compreendido no bojo das relações “salário real-custo de reprodução urbano da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2013a).

Mello e Novais (1998) ponderam que, nos anos de 1950, migraram para a cidade cerca de 24% da população rural; nos anos 1960 cerca de 36% e nos anos 1970 em torno de 40% da população rural. Em três décadas migraram do campo para a cidade 39 milhões de pessoas, sendo que a população total, em 1970, era de 90 milhões. Nas grandes e médias cidades, a industrialização acelerada criou novas oportunidades de investimento e de trabalho. Em relação às novas oportunidades de trabalho, os autores enfatizam que elas são de reprodução das assimetrias.

⁵⁷ Em relação aos países ou empresas internacionais que concorreram à execução do Plano de Metas, a participação inicial das empresas dos Estados Unidos era irrisória. A indústria da construção naval se montou com os capitais japoneses, holandeses e brasileiros; na siderurgia houve capitais nacionais (BNDES) e japoneses (Usiminas); na indústria automobilística houve capitais alemães Volkswagen, franceses e nacionais (OLIVEIRA, 2013a).

No capitalismo, a concorrência entre homens formalmente livres e iguais é *um processo objetivo que determina, que escolhe* os que se apropriarão das oportunidades de investimento, mais ou menos lucrativas, e se transformarão em empresários, pequenos, médios ou grandes, integrando a classe proprietária; e os que colherão tal ou qual oportunidade de trabalho, distribuindo-se pelas várias classes e estratos de não proprietários. Do mesmo modo, é a concorrência entre os capitalistas que seleciona as empresas que irão crescer ou desaparecer, ou é a concorrência entre os trabalhadores que estabelece os que marcarão passo ou avançarão na carreira. O capitalismo cria a ilusão de que oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais econômicos. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. [...] No entanto, a situação de partida é *sempre* desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias, entre os homens e as empresas (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581, grifos do autor).

Os pesquisadores revelam que, no início dos anos 1950, a desigualdade no Brasil era extraordinária. Haja vista os três tipos sociais de protagonistas da industrialização, quais sejam: o imigrante estrangeiro, o migrante rural, o negro urbano e seus descendentes.

O negro deixa de ser tratado como um pária no regime de trabalho. Acerca do desenvolvimentismo, novas regulações estimulam a absorção ampliada do indivíduo nacional como prioridade no mercado de trabalho. Porém, o ponto de partida e a trajetória serão marcadas pela herança do escravismo e do posterior abandono, quando da imigração estrangeira, comentada antes.

De acordo com esses autores, são incontáveis as mulheres que antes estavam mergulhadas na pobreza extrema do campo e, posteriormente, sob o influxo do incremento urbano industrial, tornaram-se empregadas domésticas, caixas, manicures, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, operárias, entre outras. Eram postos de trabalho de baixa qualificação média ou inseridos na esfera da informalidade.

Assim como ocorreu com as mulheres, também são incontáveis os homens que se converteram em ascensoristas, porteiros, vigias, garçons, manobristas de estacionamento, mecânicos, motoristas de táxi, até operários de fábricas. Os negros, em sua maioria, ficaram confinados ao trabalho subalterno, rotineiro, mecânico (MELLO; NOVAIS, 1998).

Com efeito, as três décadas que vão de 1950 a 1980 são anos de “uma sociedade em movimento” acelerado. Frenéticos deslocamentos de uma região para

outra dentro do território brasileiro, de um emprego para o outro, de uma fração classe para outra.

Essa dinâmica provocou a multiplicação das oportunidades de investimento para o empresariado nacional. De imediato, vimos que o sistema bancário expandiu-se e passou a financiar o consumo, principalmente de bens duráveis de consumo de valor mais elevado (automóvel, televisão, geladeira). Em segundo lugar, as indústrias tradicionais de bens de consumo (têxtil, alimentos, vestuários, calçados, bebidas, móveis) se reorganizaram para responder às demandas urbanas. A indústria de construção civil ganhou força e estruturação, a partir desse expansionismo dos fluxos humanos e de capitais. Por fim, houve forte demanda da empresa estrangeira e da empresa pública para o surgimento de pequenas e médias empresas que lhes prestassem serviços. Para tudo isso, o acesso ao crédito foi uma mediação fundamental (MELLO; NOVAIS, 1998).

Observamos, assim, que essa dinâmica de ampliação dos investimentos no setor bancário, em verdade, datada da fase de acumulação capitalista, iniciada na segunda metade da década de 1960, que priorizou investimentos na financeirização, em detrimento da retirada de excedente no setor da produção.

Segundo Mello e Novais (1998), a grande empresa privada requereu novos trabalhadores, de tipo mais racionalizado e profissionalizado. Desse modo, são mobilizadas estruturas para a formação de uma camada gerencial com engenheiros, administradores de empresas, economistas. Situação semelhante é a demandada na organização do Estado, porque:

O novo Estado que emergiu em 1930 não resultou da mera centralização de dispositivos organizacionais e institucionais preexistentes. Fez-se, sem dúvida, sob fortes impulsos de burocratização e racionalização, consubstanciados na modernização de aparelhos controlados nos cumes do Executivo Federal. Mas não se reduziu simplesmente à “desapropriação” dos instrumentos locais e regionais de poder estruturados sob o Estado Oligárquico. A centralização trouxe elementos novos, que alteraram a qualidade e a natureza do conjunto de instrumentos políticos ou de regulação e controle anteriormente vigentes. Velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se gradativamente as carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional-legal. Ao mesmo tempo, erigiu-se um novo aparelho de regulação e intervenção econômica; estruturou-se no Estado uma área social na qual passaram a ser gestadas políticas públicas de caráter nacional; finalmente, os organismos coercitivos e repressivos estatais adquiriram substância qualitativamente nova (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 593).

Todavia, a dinamização dessas condições sem excedentes próprios disponíveis levou a que uma forte crise econômica feche o período Kubitschek,

sendo esse desequilíbrio econômico um resultado do processo, que vimos comentando. O que se acelera em 1961/1963 e culmina, em 1964, com o golpe civil-militar.

A crise ocorre no nível das realizações de produção da base urbana e tem como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. O regime político, que se instaurou pelo governo militar a partir de março de 1964, teve como programa econômico restaurar o equilíbrio monetário, isto é, conter a inflação. Houve uma reforma fiscal com valorização de impostos indiretos, em detrimento da tributação direta, acentuando a regressividade, além de duro controle salarial e estruturação do mercado de capitais para mobilidade e fluidez do capital financeiro para investimentos (OLIVEIRA, 2013a).

Assim, “[...] a política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações nos custos de reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção” (OLIVEIRA, 2013a, p. 94). Além disso, a inflação correu livremente, viabilizando à realização da acumulação, num nítido processo de socialização dos custos do país industrializado com os trabalhadores.

A política econômica, pós 1964, avançou em direção à concentração mais extremada, associada ao capital monopolista e tendo, desde o início da década, o estímulo ao processo de financeirização. O Estado de exceção garantia o acobertamento da luta de classes, tornando viável a exploração da força de trabalho, de que são expressões a queda da renda do trabalho, a alta rotatividade nas empresas e o término da estabilidade no emprego, com a criação do FGTS.

As famílias de classe média, por sua vez, utilizaram as oportunidades de ascensão social abertas pela expansão da grande empresa privada ou estatal e pela ampliação da administração pública. A exigência de qualificação, na educação superior, tornou-se crescente, resultando na ampliação das instituições, das matrículas e do financiamento às entidades privadas.

De modo geral, nos anos de 1960 e de 1970, houve acentuado crescimento econômico, que impactou os níveis de emprego, conforme tabela 02, abaixo. É notável a taxa de crescimento da indústria de transformação e do emprego neste setor, além da criação de novos postos de trabalho.

Tabela 1- Taxas de crescimento do produto e do emprego industrial e elasticidade produto/emprego no Brasil

	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980
Crescimento do Produto Industrial	8,9	9,1	6,9	9,0
Crescimento do Emprego Industrial	3,9	2,0	5,2	7,9
Elasticidade Produto/Emprego	0,34	0,15	0,70	0,84

Fonte: BALTAR; DEDDECA, 2015b.

Também é fator relevante, nesse período, para pensarmos o mercado de trabalho no Brasil, a diminuição do crescimento demográfico desde a segunda metade da década de 1960, aspecto que tem relação com a diminuição da taxa de natalidade, acompanhada da redução da taxa de fecundidade.

Para ilustrar esse fato sobre a taxa de fecundidade, observamos “[...] num período de 15 anos cai de 6,2% filhos por mulher durante a idade fértil em 1960-1965 para 4,2 em 1975-1980” (BALTAR; DEDDECA, 2015a, p. 24). E sobre a taxa de mortalidade, os autores mencionam que ela “[...] continuou a diminuir, fazendo elevar a esperança de vida da população ao nascer e refletindo principalmente a queda na taxa de mortalidade infantil” (p. 24). Sinais de um movimento demográfico urbano comum a outras partes do mundo capitalista.

Entretanto, os autores apresentam uma observação importante para nossa reflexão, quando sinalizam que o crescimento engendrado reproduziu polaridades na pirâmide social, de modo que uma parcela dos trabalhadores estava na pobreza absoluta, em 1980. O impacto de baixos salários, numa economia em expansão, tem uma consequência óbvia, que é o grande poder de acumulação de capital e a multiplicação da riqueza, com lucros elevadíssimos.

A renda das frações da classe que dirige a empresa capitalista (grandes, pequenos e médios empresários), dos que estão nas altas funções do Estado, alimentarão o mercado de consumo de luxo, associadamente, ao acesso ao mercado mediano pelas frações de classe médias (MELLO; NOVAIS, 1998).

A nova classe média será integrada aos novos padrões de consumo moderno de massas, alimentação, vestuário, lazer, casa de veraneio, eletrodomésticos e automóveis. Para muitas das ocupações da nova classe média, criada pela industrialização acelerada e urbanização rápida, entre 1960 e 1980, houve mobilidade social. “O Brasil, que já chocava as nações civilizadas ao manter a

escravidão até finais do século XIX, volta a assombrar a consciência moderna ao exibir a *sociedade mais desigual do mundo*” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 633).

Convém discutir, segundo Oliveira (2013a), *até que ponto uma renda extremamente concentrada, como é o caso do Brasil em meados de 1970, é benéfica ou constitui-se em risco para a expansão capitalista*. Em outros termos, pensamos, na pesquisa, se uma renda tão concentrada gera um mercado compatível com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, capaz de viabilizar a realização do valor. Essa parece ser uma das anarquias da produção capitalista, que expõe suas contradições iminentes, em especial numa estrutura de capitalismo dependente heterônomo.

Por isso, os autores consultados na pesquisa mostram que, em verdade, a tendência à diminuição da desigualdade não causa, necessariamente, danos à acumulação e confere dinamicidade ao sistema. O fator principal da reversão, foi a organização dos trabalhadores e a legislação social de coibição dos excessos da exploração. O sistema reduziu o custo relativo de reprodução da força de trabalho, através da elevação do mais-valor relativo, com manutenção da proporção entre essas variáveis.

Assim, a elevação dos salários reais, resultante da barganha dos trabalhadores, leva à ampliação da capacidade de consumo dessas classes, passando a ser um componente estrutural da expansão do sistema capitalista (MELLO; NOVAIS, 1998). É preciso ver se a crise, que avança desde os anos de 1970 e reduziu o crescimento da economia mundial, é capaz de absorver esse *modus operandi*, tendo em vista o avanço do capital fictício, do endividamento (empresas, Estado e famílias trabalhadoras) e do neoliberalismo.

Ao realizar a análise da constituição do mercado de trabalho no Brasil, especificando sobre a flexibilidade e a regulação das experiências precárias de trabalho, Dedecca (2009) sinaliza as particularidades, oriundas de uma realidade com desenvolvimento e industrialização retardatárias, que definem e continuam a definir, características muito específicas ao desenvolvimento capitalista nacional. Há de se considerar que a regulação pública do trabalho na Europa e nos E.U.A ganha à mesa, quando o Brasil ainda iniciava a construção do mercado de trabalho.

Mais ainda, segundo o autor, o Estado nacional, ao introduzir alguma regulação sobre o contrato de trabalho, o faz de forma que reitera o caráter autocrático dessa relação de trabalho, sem garantir proteção universal aos

trabalhadores e “[...] nesse processo vai se forjando uma regulação pública pouco integrada e de baixa cobertura do mercado de trabalho” (DEDECCA, 2009, p. 134).

Segundo Dedecca (2009), após a finalização do governo Vargas, no processo de democratização e de transformações econômicas, é possível ver, com nitidez, algumas inflexões, entre elas, o fato de que 50% da população economicamente ativa brasileira (este conceito será esclarecido no capítulo 3) encontrava-se no meio urbano; em contraposição a 25% dos anos de 1930.

Mas, em especial, observa-se que esse processo favoreceu ao avanço da organização social e sindical, potencializando as pressões para democratizar a regulação do contrato de trabalho. Nesse contexto, é aberta a possibilidade de alteração da regulação pública. Essa perspectiva não se materializa, pois, o golpe civil-militar, de 1964, manteve a natureza formal da regulação pública restringida, ou seja, uma urbanidade precária (OLIVEIRA, 2013 a). Os efeitos disso, na conjuntura de crescimento econômico, foi a reprodução regressiva da distribuição de renda e a conformação de *bolsões de pobreza*.

Com o fim do governo militar, na década de 1980, abre-se caminho para uma nova fase de democratização, assim como, para os embates sobre a regulação pública hegemônica do contrato de trabalho. Nesse contexto, os sindicatos retornam a cena pública (e diversos movimentos sociais) e há aprovação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, a ditadura civil-militar entra em colapso, antecedida por forte endividamento (1973); e no contexto da crise sistêmica do capital, que abordamos anteriormente.

O ciclo desenvolvimentista de substituição das importações tornou anacrônico, na nova ordem mundial, e finda, sem generalizar, o emprego formal, sem estruturar universalmente o mercado de trabalho brasileiro.

Nos anos de 1980, a crise afetou o país e produziu alta inflação e desemprego, que, em conjunto, mostraram que *o rei estava nu*. Sendo assim, observa-se incompatibilidade estrutural da ampliação da regulação pública do contrato de trabalho, no capitalismo dependente. “Mais uma vez se avançou, do ponto de vista formal, na regulação pública do contrato de trabalho em direção a um regime hegemônico” (DEDECCA, 2009, p. 136), mas, sem reverter o quadro geral.

Os governos eleitos de forma democrática, a partir de 1989⁵⁸, adotaram políticas de liberalização comercial e financeira, impondo fortes ajustes econômicos e, ainda, justificaram o elevado desemprego como sendo consequência da regulação pública do contrato de trabalho e da baixa escolaridade da força de trabalho. A inflexão, na abordagem da informalidade, é marcante, pois, se antes ela era indicadora de subdesenvolvimento; no ciclo neoliberal do capital, ela será demonstrativa de resiliência dos trabalhadores pobres, ou motivadora do argumento para a diminuição da legislação trabalhista. Como resultado, surgem fortes pressões para a flexibilização das relações de trabalho (DEDECCA, 2009). Para o autor:

[...] ao aceitar a relevância e eficácia da política econômica conservadora, manteve a subordinação das políticas de desenvolvimento e sociais às determinações fiscais e monetárias restritivas que a caracteriza. Foi, portanto, obrigado a conduzir a política social e de trabalho nos estritos limites permitidos pela política econômica. A recente experiência brasileira evidencia que as iniciativas do governo no sentido de atuar para reduzir a assimetria presente na relação de capital-trabalho e de retomar os instrumentos de regulação pública do contrato de trabalho esbarram nas determinações da política econômica, em relação à qual exerce um papel subordinado (DEDECCA, 2009, p. 139).

Em suma, a construção do mercado de trabalho, no Brasil, foi marcada por um modelo de regulação de elevada flexibilidade das relações e do contrato de trabalho, reprodutora de forte polarização e hierarquização dos trabalhos. Como desdobramento, temos formas de subordinação do trabalho ao capital, expressas numa acentuada desigualdade social. A industrialização não generalizou o modelo de regulação hegemônica, que predominou nos países capitalistas centrais no pós-Segunda Guerra (DEDECCA, 2009). Para isso, colaborou as implicações oriundas do “lugar” que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, pois a heteronomia intensifica a exploração do trabalho e, nas palavras de Marini, “a superexploração da força de trabalho”.

Isso pode nos mostra a importância de passar em exame essas décadas de incremento urbano-industrial, dado que:

⁵⁸ Referência de eleitos até o final do período da nossa pesquisa (2018): Fernando Collor (15 de março de 1990 – 29 de dezembro de 1992); Itamar Franco (29 de dezembro de 1992 – 1 de janeiro de 1995); Fernando Henrique Cardoso (1 de janeiro de 1995 – 1 de janeiro de 2003); Luiz Inácio Lula da Silva (1 de janeiro de 2003 – 1 de janeiro de 2011); Dilma Rousseff (1 de janeiro de 2011 – 31 de agosto de 2016); e, Michel Temer (31 de agosto de 2016 – 31 de dezembro de 2018). Os presidentes Itamar Franco e Michel Temer foram eleitos como vice-presidentes e ascenderam após *impeachment* dos principais mandatários, sendo a situação de Michel Temer particular por ter se baseado em manobra política no parlamento.

Mesmo um breve balanço a respeito do período de 1930-1980 não pode deixar de afirmar que a Era Desenvolvimentista está longe de poder ser considerada a “era dourada” do desenvolvimento do Brasil. Muito pelo contrário. Não há como negar que o processo de modernização avançou aceleradamente neste período. O setor agroexportador deixou de ser o eixo estruturante da economia brasileira. De fato, formou-se uma economia industrial moderna e constituiu-se um mercado interno relativamente grande. Houve também progressos notáveis nas dimensões social, política e institucional, que começaram com os avanços na direção do sufrágio universal e a modernização da legislação trabalhista já no início dos anos 1930 (GONÇALVES, 2013, p. 47).

[...] na Era Desenvolvimentista, os avanços não impediram retrocessos, inclusive na via institucional. Vale destacar que, na maioria dos anos do período em questão, o país viveu sob regimes políticos ditatoriais ou autoritários. A Era Desenvolvimentista, via dinâmica de substituição de importações, também ficou marcada pelo protecionismo e pela ausência de reformas estruturais diretamente relacionadas à distribuição de riqueza e renda. Em consequência, ao final desse período, o país tinha uma das mais elevadas concentrações de riqueza e renda do mundo (GONÇALVES, 2013, p. 48).

Uma característica marcante do fim do desenvolvimentismo é que a industrialização, que era o principal eixo do desenvolvimento econômico, especificamente nesse setor, passa a ter diminuição acentuada das vagas de trabalho no colapso do ciclo, em concomitância com o aumento das vagas no comércio e nos serviços, como abordaremos mais adiante.

Por fim, acentuamos que os estudos realizados na pesquisa mostram que a constituição do mercado de trabalho, no Brasil, foi engendrada por meio: de burocratização patrimonialista, manifesta nos arcaísmos-modernos das instituições; de autoritarismo das relações Estado/classes sociais; de períodos largos de Estado de exceção; de atrelamento dos sindicatos à estrutura estatal; de inserção subalternizada de mulheres e negros; e de forte intervenção do Estado para garantir *as condições gerais da produção*, por meio de fundo público para o setor privado.

Esses elementos, em conjunto, fortalecem a natureza despótica das relações engendradas no país entre, de um lado, Estado e classes hegemônicas; e, de outro, classes trabalhadoras, configurando-se numa particularidade da dominação em que se expressam as relações de trabalho constituídas no Brasil.

2.4 O ciclo neoliberal, a redemocratização e o fenecimento do desenvolvimentismo no contexto da crise de realização do valor

O longo período relatado absorveu episódicos de melhora do desempenho da economia brasileira e dos ganhos dos trabalhadores. Porém, não significaram grandes transformações, nem realizaram reversão das tendências estruturais de concentração de renda e de reprodução de desigualdades no mercado de trabalho, no Brasil, tendo, em conta, a própria reprodução da dependência sistêmica.

O mais marcante, desse período, é a inflexão sobre a regulação da economia, com isso, a bancarrota dos projetos de substituição das importações na periferia sistêmica, que eram abrigados no chamado desenvolvimentismo. Associadamente, considera-se marcante, nessa periodização, a emersão da neoliberalização como orientação do novo ciclo do capital para contrarrestar a crise de realização do valor.

O intuito, nesta seção, não é esmiuçar as agendas políticas dos governos civis. Por outro lado, pretendemos demonstrar que as respostas, que foram engendradas pelos governos, em relação ao mercado de trabalho, responderam precisamente aos desdobramentos inerentes ao valor na fase específica do atual padrão de desenvolvimento capitalista, marcada pela crise de realização do valor.

Gonçalves (2013) destaca que as economias capitalistas periféricas são marcadas por especificidades, distanciando-as historicamente das economias dinâmicas do sistema mundial, sendo-lhes típicas:

- estrutura de produção heterogênea;
- acumulação de capital baseada no setor primário-exportador com destaque para o investimento na produção de *commodities*;
- presença de um sistema nacional de inovações tecnológicas débil, exigindo, para as trocas internacionais, a redução dos preços para intercâmbio no exterior (*commodities*);
- estrutura industrial concentrada;
- a geração de ocupação é caracterizada responde ao desemprego estrutural e reproduz a forte presença da informalidade;
- o padrão de comércio para exportação é sustentado na especialização em *commodities*;
- contas externas com déficits crônicos;

- a renda líquida no exterior com remessa de lucros e fuga de capitais provocando a desnacionalização do excedente;
- desestabilização macroeconômica apresenta instabilidade específica (troca, receita de exportação e dívida externa);
- Vulnerabilidade externa estrutural (crises).

Essa dinâmica coloca em vulnerabilidade a economia, de modo que as mudanças nos ciclos capitalistas levam às mudanças nas agendas dos governos que, por sua vez, levam às mudanças na regulação do trabalho. Sendo assim, em última instância, as mudanças no trabalho são os desdobramentos das mudanças dos ciclos capitalistas.

No circuito internacionalizado do intercâmbio econômico, a capacidade de importação-exportação tem grande importância, em especial para os países dependentes que comercializam produtos de baixo valor agregado e importam mercadorias ricas em processos tecnológicos, dependendo a importação da capacidade da exportação (balanço de pagamentos), por conta da disponibilidade de moeda estrangeira (dólar).

Dos produtos dominantes nas exportações brasileiras, tivemos o café como preponderante até os anos 1960, tendo forte declínio das duas décadas seguintes, passando a ser substituído por outros produtos como açúcar e algodão. Em 1980, outros produtos primários ganharam novo peso como, por exemplo, a carne e o minério, além de celulose, a soja e seus derivados. No final de 1970, que fecha o ciclo de substituição das importações que eram de incremento industrial, a soja (grão, óleo e pasta) tornou-se a principal *commoditie* exportada pelo Brasil (GONÇALVES, 2013).

Cabe destacar, no período iniciado nos anos 1980, está generalizada a dominação financeira com o elevado poder econômico e político do setor financeiro – iniciado, a partir da segunda metade da década de 1960, nas economias capitalistas centrais.

A crise brasileira, a partir de 1980, possibilitou a dominação do capital financeiro – base de riqueza, renda e poder do setor bancário-financeiro – sustentada na especulação por vantagens. Outra fração, a do capital produtivo misturou com os investimentos especulativos, convertidos na economia concreta, visando lucros derivados da atividade de produção de bens e serviços (GONÇALVES, 2013). Isso é importante, pois, como foi elucidado, há no país, nesse

contexto, a redução de vagas no setor industrial; e crescimento nos setores de comércio e de serviços. Além disso, não é desconhecido o empenho do capital financeiro por investimentos que geram reestruturação produtiva ao estilo fusões e aquisições que horizontalizam a produção em via externa e produtiva, ocasionando a eliminação de postos de trabalho.

A partir dos anos 1980, o Brasil inicia uma trajetória de forte desestabilização econômica, iniciada no governo ditatorial e dá continuidade nos governos democráticos. Nesse quadro, nas palavras de Gonçalves (2013, p. 49), “[...] a regulamentação dos dispositivos constitucionais revitalizou o processo político”, além disso, houve a “revitalização da sociedade civil organizada, com a expansão e força crescente do movimento sindical, das organizações não governamentais e dos partidos políticos”.

Nesse sentido, há expressivo conflito de classes sociais entre as décadas de 1980 e 1990 – na primeira década, por conta da redemocratização e da Constituinte, mas, na segunda fase, por conta da implantação dos instrumentos do neoliberalismo, que contrarreforma o Estado e reestruturam as relações e o mercado de trabalho. A grave recessão internacional alcança o país e a trajetória de forte instabilidade persistiu até 1994.

O período compreendido entre 1980 e 1994 foi iniciado com grave crise externa, levando o Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à moratória de dívida externa. Esse contexto só apresentou melhora a partir da fase ascendente da economia mundial, em 1993, e o Brasil, assim como outros países em situação de dívida, em 1994, realizou um acordo com os credores internacionais, sendo enquadrado nos termos de renegociação da dívida externa pública (GONÇALVES, 2013). Essa condição aprofundará a heteronomia com a subserviência aos ditames de austeridade liberal das agências multilaterais, que passam a viabilizar as novas determinações do capital para fazer frente a sua crise, com o neoliberalismo e a recomposição da produção.

Associadamente, ocorreu, na época, um grave processo de descontrole da inflação (entre 1981 e 1994), com custos crescentes de instabilidade econômica, que, para atendimento aos interesses de grupos dominantes, impôs pressões internacionais, levando, paulatinamente, à perda da legitimidade do Estado. Em conjunto, essas condições convergiram para direcionar o país a medidas

liberalizantes, sendo o auge, desse processo, o governo de Fernando Collor (1990 a 1992).

O governo Collor rompeu com o modelo desenvolvimentista, promovendo, dessa forma, a abertura comercial e definindo as bases que seriam seguidas e aprofundadas pelos governos seguintes, aprofundando a heteronomia. Tal liberalização, atingiu as esferas comercial e financeira, iniciando um processo de liberalização das importações e fluxos internacionais de capitais (GONÇALVES, 2013).

Além da alta competitividade e da falência de empresas nacionais, a liberalização provocou o aprofundamento da desigualdade de renda, a partir do Governo José Sarney (1985-1990), com trajetória de queda, favorecida pelos programas de estabilização da moeda em 1992 e 1995.

Arretche (2015) destaca que, a queda ganhou musculatura a partir da implantação dos programas de transferência condicionada de renda no Governo FHC, sendo a aceleração explicada pelo Programa Bolsa Família (PBF), a partir de 2003. Um elemento que diferencia os programas, nesses dois últimos governos citados, é o fato do primeiro governo (FHC) transferir os benefícios do Governo Federal para os municípios e; no segundo governo (Lula), a viabilização ser direta entre governo federal, Caixa Econômica Federal e usuário do programa. A população dependente do salário mínimo também teve sua renda acrescida, com os planos de estabilização (1992 e 1995), sobretudo, por conta do controle da inflação que corria diretamente os salários.

Segundo Gonçalves (2013), o impacto do rompimento, com a era desenvolvimentista, envolveu também a privatização⁵⁹ de empresas estatais, por meio do Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990, ocasionando à extinção de várias empresas que serviram durante o ciclo desenvolvimentista para forjar as bases da industrialização e os serviços acoplados.

O processo de privatização inicia-se no Governo Collor, todavia, dá um salto no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nos Governos Lula, Dilma e Temer a continuidade da estratégia privatizante ganha vida, por meio dos

⁵⁹ “A privatização atingiu, principalmente, os setores siderúrgico, petroquímico e telefonia. No governo Collor (1991-1992), foram privatizadas 18 empresas, como a Usiminas, Acesita, Cosinor e CST. No Governo Otamar Franco (1993-1994), foram privatizadas outras 11 empresas estatais (Cosipa, CSN, Embraer etc.) (GONÇALVES, 2013, p. 51).

mecanismos de concessão e exploração de serviços de utilidade pública pelo setor privado, diretamente ou através da parceria público-privada.

Além do expropriação de patrimônio público, essa neoliberalização extingue postos de trabalhos nos aparelhos do Estado, que eram ocupações com estabilidade nas relações de trabalho, colaborando com a desqualificação do emprego e o desemprego.

No tocante ao trabalho, pontuamos, na pesquisa, que as alterações nos setores de atividade produtiva, a partir da década de 1980, com maior incidência na década de 1990, provoca queda de vagas no setor da indústria e, em contraposição, aumento de vagas em outros dois setores, como o de serviços e o de comércio.

Ao longo dos anos 1990, o confronto com o movimento sindical será uma tática bastante clara, tendo em vista promover as mudanças neoliberais e, sobretudo, disciplinar a força de trabalho, distinguindo os sindicatos por meio de repressão e pesadas multas por greves.

No entanto, no primeiro governo Lula (2003 a 2006), destacam-se importantes elementos de continuidade com a política do segundo mandato de FHC, apesar de existirem distinções como a alteração nos processos de privatizações -na era FHC, havia maior ímpeto pelas privatizações das empresas públicas - e o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um marco importante do segundo mandato de Lula (2007 a 2010) foi o investimento no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (BALTAR, 2010).

A economia brasileira, no ciclo neoliberal do capital, apresentou-se como fortemente envolvida com a desindustrialização e dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; aumento da vulnerabilidade externa; maior concentração de capital; e dominação financeira da política e economia. Um dos fatores importantes que contribuiu para os processos de desindustrialização e de dessubstituição de importações foi a liberalização comercial, diferentemente do período anterior do ciclo desenvolvimentista, nesse período, reduziu-se a reserva de mercado para a indústria nacional (GONÇALVES, 2013).

Esses processos envolveram maior crescimento de empresas do setor primário da economia e perda de competitividade nos manufaturados. Outros dois processos simultâneos, na economia brasileira, ganharam proeminência como a concentração e a desnacionalização: “[...] a participação das empresas estrangeiras

no núcleo central do capitalismo brasileiro cresceu de 17,6% em 2002 para 19,6% em 2010” (GONÇALVES, 2013, p. 106). A mudança do padrão de comércio significa maior dependência em relação às exportações, foi o oposto do movimento do período desenvolvimentista, conforme já sinalizado no item anterior.

O processo de concentração de capital viabilizado, nesse período, é fortemente pronunciado no sistema financeiro, tendo os ativos aumentado de 56,8%, em 2002, para 68%, em 2010. Ao considerar os três grandes bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDS), o processo de concentração é ainda maior: os ativos subiram de 29,5%, em 2002, para 47,8%, em 2009/2010 (GONÇALVES, 2013).

Com efeito, o Governo Lula fortaleceu a dominação financeira, que é uma característica já sinalizada nesta pesquisa, no período a partir de 1980. Como ilustração, Gonçalves (2013) pondera que a taxa média de rentabilidade (lucro/patrimônio líquido) dos 50 maiores bancos foi superior à das 500 maiores empresas, no período entre 2002/2010. Para fins de comparação, nesse mesmo período, a taxa média de rentabilidade das maiores empresas foi de 11%, e dos bancos foi de 17,5%.

Esses elementos levaram Gonçalves (2013) a denominar esse governo de “Nacional Desenvolvimentismo às Avessas”, por apresentar características contrárias ao Nacional-Desenvolvimentismo: projeto político-ideológico de desenvolvimento econômico assentado no trinômio “industrialização substitutiva de importações / intervencionismo estatal / nacionalismo”. O autor destaca, ainda, que os méritos não devem ser desprezados, sinalizando que:

[...] os méritos do Governo Lula não devem ser desprezados. É bem verdade que os méritos não compensam os deméritos. Daí a discussão sobre a herança nefasta deste governo, que transcende temas referentes à economia e abarca questões políticas, sociais, institucionais e éticas. A análise técnica isente de interesses deve confrontar pontos fortes e pontos fracos [...] temas que são considerados pontos fortes do Governo Lula: aumento das reservas internacionais e redução da desigualdade de renda (GONÇALVES, 2013, p. 110).

A fase ascendente da economia internacional, na primeira década do século XXI, teve como desdobramento melhorias nos indicadores de vulnerabilidade dos países entre 2003 e 2007. O Brasil se beneficiou dessa fase, apresentando melhoras da renda, exportações e reservas internacionais. Mas, a melhora

conjuntural não eliminou a questão da vulnerabilidade externa estrutural que a heteronomia impõe (GONÇALVES, 2013). Nas palavras de Comin (2015, p. 367), “[...] a desigualdade de renda sobreviveu ao exponencial aumento da renda per capita”.

Uma síntese das questões a respeito da evolução da desigualdade de renda, nesse período:

[...] (i) houve tendência de queda da desigualdade da renda no Brasil no Governo Lula; (ii) a redução da desigualdade da renda é fenômeno praticamente generalizado na América Latina; (iii) a crise global em 2008-2009 provocou reversão ou interrupção da tendência de queda da desigualdade na região; (iv) no Brasil, a desigualdade diminuiu em 2009 em decorrência do extraordinário crescimento da renda, do salário mínimo real e dos gastos públicos sociais no contexto de ciclo político e eleitoral e da política de estabilização frente à crise global no período; (v) no conjunto dos países do painel que mostraram melhores resultados quanto à redução da desigualdade, o Brasil ocupa a terceira posição após a Venezuela (projeto de orientação socialista) e o Peru (projeto liberal); e (vi) a redução observada é incipiente [...] as trajetórias de redução da desigualdade da renda na América latina, em geral, e no Brasil, em particular, seguiram a “linha de menor resistência”. Não há registro, pelo menos no Brasil, de mudanças estruturais. A queda da desigualdade foi determinada, em grande medida, pela interação dos seguintes fatores: transferências públicas de assistência social; política de salário mínimo; crescimento econômico; expansão do mercado de trabalho; e contexto internacional favorável até 2008 (GONÇALVES, 2013, p. 163).

Essas bases do consenso de classes, que viabilizou no Governo Lula, destacados acima, não provocaram grandes transformações na direção de reversão de tendências estruturais ou a consideração da visão desenvolvimentista nas políticas. E, ainda, os traços de continuidade entre os governos Dilma e Lula, destacado por Gonçalves (2013, p. 54), merecem atenção, pois “[...] nos dois primeiros anos do governo Dilma não houve inflexões significativas nas estratégias e políticas para a estrutura da economia e desdobramentos do desenvolvimento no ciclo neoliberal”.

Os ajustes de política econômica foram reações ao agravamento dos desequilíbrios externos ou, então, ajustes marginais nas políticas macroeconômicas de curto prazo em decorrência do fraco crescimento da renda e de outros sérios problemas herdados do Governo Lula (endividamento dos indivíduos, elevado custo da dívida pública etc.). Como parte destes ajustes cabe mencionar a política comercial restritiva focada nas importações, principalmente, de produtos chineses [...] Vale mencionar ainda outros fatores: (i) pressão de segmentos da indústria brasileira, que tiveram perdas relativas em decorrência de erros de política econômica (por exemplo, câmbio valorizado durante um longo período); (ii) problemas estruturais (por exemplo, deficiências de infraestrutura e da capacidade de inovação que afetam a competitividade internacional); e (iii) aumento da inadimplência como resultado do extraordinário aumento do crédito (GONÇALVES, 2013, p. 54).

De acordo com Comin (2015), o mercado de trabalho aparece como explicação da recente queda da desigualdade de renda no Brasil, no âmbito dos governos do PT, tendo como causas: um positivo ciclo de geração de empregos formais; a elevação da renda; a melhora no perfil da educação formal; os programas de transferência de renda (benefício de prestação continuada e aposentadorias reajustadas ao valor do salário mínimo); e a queda da fertilidade.

O governo de Michel Temer, iniciado em 2016, assumiu interinamente o cargo de presidência da república após o afastamento de Dilma Rousseff, diante do início do processo de *impeachment*.

No governo de Temer, há aprofundamento de um projeto que reafirma a lógica das perspectivas duras neoliberais e contrárias à proteção social e as políticas sociais de acesso universal, o que, em parte, coaduna-se com os governos anteriores, inclusive os petistas (JESUS; LOPES, 2017).

Temer contava com o apoio dos "setores produtivos", vinculados aos interesses do mercado, ele já tinha sido sinalizado isso no programa "Uma Ponte para o Futuro", apresentado por seu partido – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – indicando, assim, os rumos que o país teria caso o vice-presidente assumisse o poder. O referido programa, apresentado pelo PMDB, no final de 2015, trazia "[...] o já conhecido receituário neoliberal, com foco na austeridade fiscal e reforma administrativa do Estado, da previdência social e ataque aos benefícios e programas sociais" (JESUS; LOPES, 2017, p. 2).

Dessa forma, as recentes medidas adotadas pelo governo Temer – a exemplo da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista – têm sérias repercussões nas perdas de direitos conquistados pelos trabalhadores a partir de lutas, manifestações e reivindicações, que impuseram, ao Estado brasileiro, a necessidade de atendimento de parte das demandas da classe trabalhadora. Contudo, ao mesmo tempo, as medidas possibilitaram a continuidade da acumulação capitalista no país. Nesse contexto extremamente adverso para aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho, o governo Temer teve ênfase no ataque às políticas de previdência social e de assistência social (JESUS; LOPES, 2017).

Tendo em vista o interesse de melhor dimensionar o mercado de trabalho, nesse período, seguidamente, a presente tese, apresenta dados sobre a realidade do mercado de trabalho no Brasil, no período compreendido entre os anos 1980 e 2018.

3 O TRABALHO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1980-2018

Os anos abertos, a partir da década de 1980, conformam a finalização do ciclo de substituição de importações e novo padrão de inserção do país na economia mundial. Expor a análise que realizamos, na pesquisa, sobre algumas variáveis do mercado de trabalho, no Brasil, entre os anos de 1980 e 2018, é o objetivo desse capítulo. Dessa maneira, mostraremos que as exigências do capital, nesse novo ciclo, aprofundam no país: a heterogeneidade; a flexibilização; e a precariedade histórica do trabalho. Para tanto, organizamos a exposição por decênios e um octênio, com o intuito de apontar as características mais marcantes e suas interfaces com a dinâmica dessa fase específica do desenvolvimento capitalista.

Recorremos a dados de órgãos oficiais de pesquisa e afins, para identificar linhas centrais da evolução do trabalho no país, no referido período, identificando as principais características nos três decênios e um octênio: 1980-1989; 1990-1999; 2000-2009; 2010-2018. A análise, a partir dos decênios e octênio, possibilita apreender as particularidades das conjunturas brasileiras e a sua relação com ciclo de acumulação capitalista, em termos sistêmicos.

As principais fontes de dados consultadas, na investigação, foram: a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD Contínua), o Boletim de Mercado de Trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A PME é uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1980 e encerrada em março de 2016, com a divulgação dos resultados do mês de fevereiro de 2016. Abrange 6 regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A PME foi substituída pela Pesquisa nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD Contínua (IBGE, 2019).

O Boletim de Mercado de Trabalho é uma publicação semestral do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que compara dados do CAGED e da PNAD Contínua, de junho de 1996 a outubro de 2018 (IPEA, 2019).

O CAGED é um registro permanente do Ministério do Trabalho e abarca dados sobre as admissões e dispensas de empregados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, possibilita obter informações do mercado de trabalho no âmbito nacional e possui periodicidade semestral, compreendendo apenas o mercado de trabalho na forma emprego, que é regulado pela legislação trabalhista (BRASIL, 2019).

Já a RAIS, que também é um registro administrativo do Ministério do Trabalho, possui periodicidade anual, tendo sido criada com o intuito de realizar/gerar controle, estatísticas e informações às entidades do governo, na área social (RAIS, 2019)⁶⁰. As informações para a RAIS são prestadas, anualmente, com caráter obrigatório por todos os estabelecimentos empregadores, inclusive, aqueles que não registraram vínculos empregatícios. Sendo assim, contemplam todos os empregados formais, ou seja, celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros.

Cabe ressaltar algumas conceituações básicas nas análises do mercado de trabalho. De acordo com a classificação do IBGE, a população economicamente ativa – PEA inclui os ocupados (empregados no trabalho formal ou informal) e os desocupados (estão buscando emprego). Já para o conceito de População em Idade Ativa – PIA, não há consenso em relação a idade, referindo-se a “[...] um contingente expressivo e majoritário da população total que está potencialmente apta para o exercício da atividade econômica produtiva” (JANNUZZI, 2001, p. 89). Compreende os sujeitos com idade acima de 10 ou 15 anos e até 65 ou 70. Dentre o conjunto que compõem o PIA, os que estão disponíveis para o exercício da atividade econômica (trabalhando ou procurando emprego), compõem a População Economicamente Ativa - PEA. Não fazem parte do PEA, sendo considerados inativos: donas de casa, estudantes, aposentados, inválidos.

A taxa de participação é o quociente da PEA pela PIA, ou seja, proporção dos sujeitos ocupados, ou que buscam trabalho, dentre a força-de-trabalho disponível para a atividade econômica. Januzzi (2001) destaca sobre as divergências com relação ao significado dos termos “ocupação regular” e “desemprego”, levando

⁶⁰ O Ministério do Trabalho foi instituído no governo brasileiro no ano de 1930, no contexto das primeiras iniciativas de regulação pública do trabalho assalariado e do projeto de urbano-industrialização, na gestão de Getúlio Vargas. No início de 2019, o referido Ministério foi extinto por iniciativa do Presidente Jair Messias Bolsonaro, na reforma administrativa empreendida no início do governo e que levou o CAGED e a RAIS para o âmbito do Ministério da Economia.

alguns autores a fazerem diferenciação do conceito de desemprego em três categorias: desemprego aberto (não exerceram qualquer atividade econômica enquanto estavam procurando emprego); desemprego oculto pelo trabalho precário (trabalhadores que exercem alguma atividade econômica enquanto procuravam emprego, através de alguma atividade remunerada de forma precária); desemprego oculto pelo desalento (deixaram de procurar trabalho momentaneamente por desestímulo ou dificuldade para encontrar vagas). O IBGE utiliza a idade de 10 anos, ou mais, para a PIA.

Os dados foram pesquisados a partir de buscas em sites das instituições oficiais sobre o mercado de trabalho, priorizando os anos delimitados no universo da pesquisa: 1980 a 2018. No decorrer da realização da pesquisa, houve maior dificuldade de levantar números que tivessem relação com as variáveis elencadas para essa pesquisa nas décadas de 1980 e 1990.

Portanto, identificamos, no processo de investigação, que há maior homogeneidade de dados disponíveis sobre o mercado de trabalho, a partir dos anos 2000. Por isso, recorreremos a outras fontes de dados para o período entre 1980 e 1990, como estudos de autores relevantes na área temática, como: Claudio Salvadori Dedecca, Marcio Pochmann, Reinaldo Gonçalves e Alvaro Comin.

Optamos por trabalhar com a categoria “não brancos”, já que as instituições pesquisadas utilizam categorias distintas, essa escolha deve-se a necessidade de optar por uma categoria que abarque as distintas formas de abordagem das instituições. Cabe ressaltar que a categoria “não brancos”, nesta pesquisa, não desconsidera a discriminação racial existente, principalmente pela população negra. A cor é uma variável bastante relevante para a análise, pois, há de se considerar a centralidade que os elementos particulares da formação social e econômica brasileira possuem para esta tese, sendo a escravidão uma dessas marcas.

Em conjunto, essas fontes de dados das instituições públicas e de outras pesquisas que tratam do trabalho no Brasil, possibilitou organização de um painel sobre o mercado laboral no país, no período de 1980 a 2018, abarcando os diferentes tipos de vínculos jurídicos de trabalho⁶¹. Como será visto adiante, outros

⁶¹ Isso não significa que todos os dados cobrirão exatamente esse conjunto de anos, pois tivemos oportunidade de acessar estudos que abarcam, parcialmente, o período e mesmo assim mostraram-se relevantes à pesquisa, mesmo não tendo sido possível atualizá-los até o ano de 2018, por força das condições técnicas e do cronograma de finalização do doutoramento.

dados foram considerados de modo secundário e, para isso, recorreremos a outras fontes oficiais disponíveis, que destacaremos no momento oportuno.

Na literatura sobre os estudos do trabalho, é consensual que os anos de 1980 marcam o período de consolidação do mercado nacional urbano de trabalho brasileiro, sendo a conclusão do ciclo de substituição de importações. A partir daí, proliferam-se novas formas de trabalho, caracterizadas pela flexibilização das relações de trabalho e alargamento da informalidade, além do aumento expressivo do desemprego. Por isso, tornou-se relevante, para a pesquisa, tomar a década como um marco para a coleta de dados e análise comparativa sobre os desdobramentos posteriores, em especial, pelos intensos desdobramentos da crise mundializada do capital e seus fortes impactos para o trabalho.

Em relação às variáveis de análise, optamos por àquelas que possibilitavam conhecer as mudanças do trabalho, no Brasil, e a possível interface com a crise de realização do valor, sendo elas: variação do produto interno bruto (PIB); evolução do desemprego aberto; evolução do emprego formal; e evolução do emprego informal. Além disso, buscamos recortes, segundo a faixa etária, o grau de escolaridade, os setores de atividade econômica, a região, a cor e a sexo, a evolução da terceirização, a evolução do rendimento médio do trabalhador e o destaque para os impactos recentes nas organizações dos trabalhadores e na ação dos sindicatos. Ao longo do capítulo, esses dados serão cotejados com o ciclo da crise do capital e suas tendências de reversão do quadro.

3.1 Decênio 1980 a 1989: o trabalho na década perdida

Costuma-se identificar a década de 1980 como *década perdida*, em razão da crise econômica e do alto endividamento externo. Entretanto, foi, também, uma década de muitos ganhos, em relação aos aspectos democráticos, tendo em vista a reorganização dos movimentos sociais, dos partidos políticos e a derrocada da ditadura civil-militar (1964-1985).

Nas palavras de Marangoni (2012, p 1), “[...] Não apenas se formaram e se firmaram inúmeras entidades e partidos populares – fruto das maiores mobilizações

sociais de toda a história brasileira –, como se abriu uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988”.

Nesse quadro de contradições de uma sociedade em luta contra o regime de exceção, convivendo com o saldo dos investimentos industrializantes de 30 anos e os novos rumos do capital em crise, pudemos destacar como principais características a permanência do forte fluxo migratório do campo para a cidade; a curva demográfica em estágio avançado; a ampliação do acesso à educação formal. Associadamente às baixas taxas de crescimento econômico; a perda do dinamismo do setor industrial (que se inicia nos anos 1980 e se intensifica nos anos 1990); o aumento da informalidade, do desemprego e da desigualdade da renda do trabalho.

Observamos, dessa forma, um quadro de mudanças urbanas, impulsionadas pelo ciclo desenvolvimentista no contexto de uma profunda crise econômica, marcada pela alta inflacionária queda do crescimento – os anos de 1970 ficaram marcados pelos 7% de aquecimento do PIB, contra a vertiginosa queda nos anos 1980 para 2% e menos – e uma assombrosa crise fiscal, que resultava do endividamento do Estado pelo financiamento do *milagre brasileiro* da ditadura civil-militar e o acelerado aumento dos juros internacionais.

Em suma, a década marca o fim do modelo de desenvolvimento industrial nacional, baseado em investimento estatal e financiamento externo. Iniciava-se, portanto, uma fase de disputas em relação a projetos societários para o país, no novo contexto sistêmico do capital.

Em conjunto, essas características representam o início das alterações demandadas pela mudança do padrão de produção de valor nos ciclos capitalistas que, por sua vez, reconfiguram o trabalho e suas regulações jurídico-políticas. Esse é, precisamente, um dos supostos teóricos da presente pesquisa e faz referência ao padrão de acumulação capitalista mundial, iniciado na segunda metade da década de 1960, ainda em curso.

Entre as transformações da vida urbana, há um período de diminuição do ritmo de crescimento da população, que leva a modificações na composição etária, já verificadas desde o final da década de 1960. Segundo o IPEA (2015), [verifica-se um aumento da proporção de pessoas entre 15 e 64 anos; e uma diminuição de pessoas com menos de 15 anos, que é maior que o aumento das pessoas com mais de 65 anos. De acordo com essa análise, o “\[...\] número de pessoas com 15 a 19](#)

[anos vem diminuindo a cada ano, e o das pessoas com 20 a 24 anos logo começará a diminuir” \(IPEA, 2015, p 26\).](#)

Um aspecto a ser destacado, é que até os anos de 1980, no Brasil, os postos de trabalho, que eram destruídos pelas crises, eram recriados nos períodos seguintes de crescimento econômico. Após 1980 e, em especial, a partir de 1990, muitos dos postos que foram eliminados pela reestruturação produtiva – por conta da tecnologia e terceirização – ressurgiram na informalidade, ou seja, foram ocupados por trabalhadores que desenvolvem atividades laborativas sem direitos sociais (sem regulação pública). Demonstrando que a informalidade – que já era um traço da histórica desestruturação do mercado de trabalho brasileiro – ganha novos contornos, marcantes a partir de 1980, no país.

A partir desse período, com o aumento estrutural da informalidade, surgem variadas maneiras para nomear os trabalhadores, a partir da inserção laboral: permanentes, temporários, mensalistas, horistas, regulares, subcontratados, cooperativados.

Não por acaso, a década de 1990, no Brasil, foi um contexto de proliferação das experiências de cooperativismo, enquanto nos anos 2000, a iniciativa se desdobrou na execução de políticas públicas de economia solidária nos governos do Partidos dos Trabalhadores – PT (2002 a 2016), além de Programas de Inclusão Produtiva, que redundaram em políticas públicas de precarização do trabalho, demonstrando a falta de responsabilização do Estado com políticas de promoção de emprego protegido (CARVALHO, 2015).

As experiências apontadas, nas palavras de Abílio (2014), surgem sendo associadas à flexibilidade do trabalho e ao empreendedorismo precário, orientado pelo horizonte da descartabilidade social, por meio da constituição do imenso contingente de trabalhadores informais, que compõem as redes de produção e de acumulação.

Em comum, essas ocupações abarcam formas precárias de trabalho e, nesse sentido, o termo precarização emerge, na literatura, com o intento de dar conta da abrangência da informalidade, no mercado de trabalho, de modo que o sistema não, apenas, reproduz a informalidade tradicional, que aludimos anteriormente, como, também, cria novos dispositivos, o que é, a nosso ver, indicador de que essa fenomênica responde à crise do capital.

Como tratamos anteriormente, a informalidade no mercado de trabalho, no Brasil, já era tema da literatura sociológica ou econômica, haja vista, o ápice das teorias da marginalidade nos anos 1970 (CARDOSO, 2006), lembrada na crítica de Francisco de Oliveira (2013a) ao paradigma dominante, que identificava a existência de “dois Brasis” - um urbano, moderno e industrial; e outro arcaico, agrário e patrimonialista.

O relativo desconforto com a pobreza oriunda da informalidade do trabalho nos países subdesenvolvidos, levava a que, até os anos de 1970, o tema fosse objeto de pesquisas, inclusive com o patrocínio internacional da OIT, com o intuito de estimular políticas públicas para a geração de renda através de subsídios para pequenos empreendimentos e políticas de promoção de emprego.

A encruzilhada aberta com a queda tendencial da taxa de lucro, nessa quadra histórica, impõe um modo novo de lidar com a informalidade (e a precariedade e o trabalho flexível), que passa a ser incorporada, oficialmente, nas práticas de realização do valor.

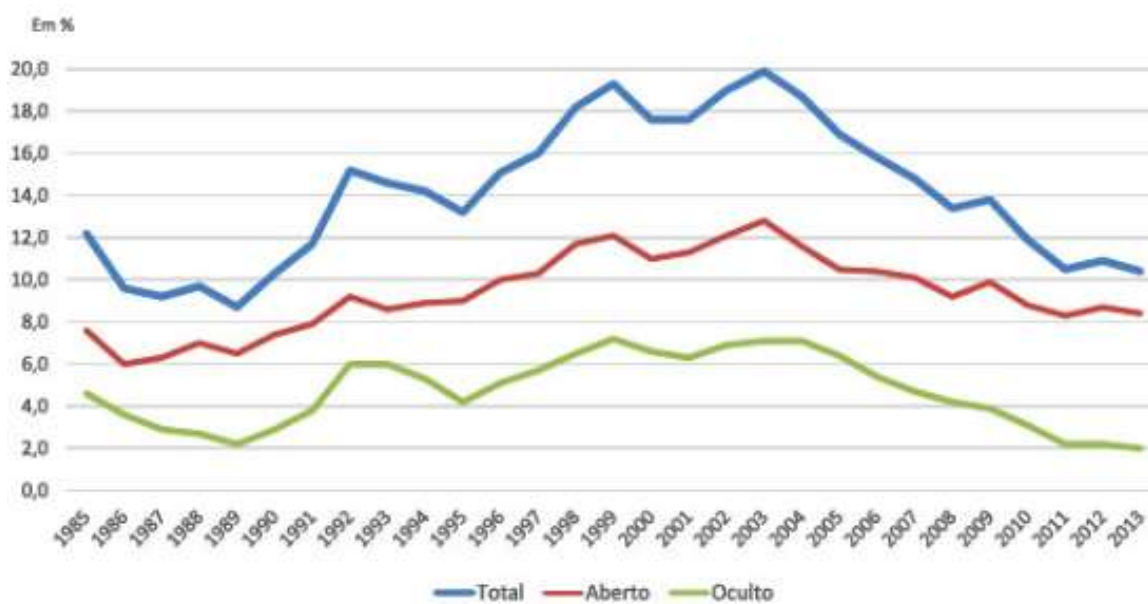
Se, como alude Rubin (1987), a partir dos estudos de Marx, a lei do valor é a lei de equilíbrio da economia mercantil, é preciso dizer que é um equilíbrio *desequilibrante*, pois, a crise da realização do valor significa a crise de manutenção do próprio sistema capitalista e a desregulamentação do trabalho, de modo generalizável coloca limites à recomposição de lucro necessária.

A crise do trabalho regulado pelo Estado e que atenda às condições de reprodução social dos trabalhadores, por sua vez, alimenta a luta de classes, que pode contra restar às vantagens almejadas com a desregulamentação. Por outro lado, o equilíbrio do valor impõe limites à política e às ações de governo e será isso o que veremos a partir dos anos de 1980, no contexto da reorganização política e democrática. Os desdobramentos da crise recaem, fortemente, sobre os trabalhadores; e, as mudanças na regulação do trabalho, atendem à lógica de valorização do valor não sendo resultantes, apenas, das escolhas dos governos.

O Produto Interno Bruto (PIB) é um importante indicativo, pois, sinaliza a crise iniciada no país a partir dos anos 1980, apesar dele ter triplicado entre os anos 1960 e 1980. Porém, ao mesmo tempo, nota-se um crescimento negativo em 1981 de - 4,25%. Apesar de ter chegado a 7%, em 1985/1986, terminou a década no mesmo patamar que iniciou (COMIN, 2015).

A decorrência dura desse cenário foi o desemprego estrutural, verificado a partir dos anos 1980. O gráfico 01 traz as taxas de desemprego entre os anos de 1985 e 2013 da região metropolitana de São Paulo, ficando visível o crescimento, na segunda metade dos anos 1980 (as décadas seguintes serão analisadas mais adiante). Ainda que não sejam dados de todo o território nacional, apresenta números do desemprego total, aberto e oculto com importância para nossa análise, uma vez que trata-se de ampla região e com significativas incidências de taxas no mercado de trabalho.

Gráfico 1- Taxas de Desemprego, segundo tipos, da Região Metropolitana de São Paulo (1985 a 2013)



Fonte: PED, 2013.

A partir dos anos 1980, com o início do declínio do setor da indústria, as melhores oportunidades de postos de trabalho, passam a se concentrar no setor de serviços⁶², o que demandará elevação do nível educacional para parte desse

⁶² Como se sabe, o setor de serviços envolve atividades heterogêneas, em termos de porte de empresas, remuneração média e uso de tecnologias. Reúne atividades de logística para indústria, segmento financeiro, atividades governamentais, tecnologia da informação, assim como serviços pessoais/familiares, médicos e estéticos. O IBGE, por meio da PAS (Pesquisa Anual de Serviços), alimenta importante fonte de dados sobre o segmento, onde demonstra o crescimento de empresas, receita e oferta de trabalho, além de mostrar peculiaridades como baixa concentração de atividade econômica, a não ser em transporte rodoviário, aéreo, ferroviário e metroviário, associadamente às

segmento (tendência de ser mais elevado do que o ensino fundamental). Cabe adiantar o que será destacado mais adiante: o aumento das vagas no setor de serviços não levou ao aumento dos ganhos para os trabalhadores.

O segmento dos trabalhadores semiqualeificados (a categoria urbana mais baixa, cujos dois grupos predominantes são o emprego doméstico e o comércio ambulante) cresceu 60% entre 1960 e 1991, passando de 11,7% para 18,5% do total de ocupados; os trabalhadores qualificados (reduzido do trabalho na construção civil e dos ofícios e ocupações industriais mais tradicionais, como alfaiate e tecelões) aumentaram quase 70% (de 17% para 25%), enquanto o grupo dos técnicos e supervisores (que concentra o operariado de mais alta qualificação, ligado às indústrias modernas), não obstante haver duplicado sua participação relativa nesse primeiro período, não chegava a representar 4% do emprego total em 1991, patamar em que se mantém até 2010 (COMIN, 2015).

As alterações vivenciadas nos setores das atividades econômicas nos interessa, pois definirão a dinâmica quantitativa dos postos de trabalho. O Brasil teve um forte crescimento na indústria de transformação no período do pós-guerra (ciclo desenvolvimentista) e atingiu o seu auge em meados dos anos 1980, quando começou a declinar, sem que tenha alcançado sustentabilidade, nesse quesito chave da economia capitalista, que é a *grande fábrica*.

Entre 1960 e 2010, a participação da agricultura caiu de aproximadamente 18% para 5% do PIB. Até 1985, todo o terreno perdido pela agricultura foi deslocado para a indústria manufatureira, mantendo-se o grande setor dos serviços sempre no patamar de 50%. A partir de 1985, contudo, as perdas de ambos os setores (agricultura e indústria) foram transferidas para o terciário, que passou a representar cerca de dois terços do produto nacional. Esses deslocamentos são essenciais para a análise das mudanças na estrutura ocupacional (COMIN, 2015, p. 375).

Os dados sobre a distribuição da força de trabalho, a partir dos grandes setores de atividade econômica, demonstram que, no início da década de 1990, houve queda do setor da indústria e elevação no setor de comércio, sendo a queda no setor da indústria um forte sinal da crise, já que é o primeiro atingido pelas crises. A evolução desses dados, e dos outros setores entre 1960 e 2010, pode ser verificada na tabela 01 abaixo:

atividades de correio e outras entregas. O alcance da área, na cobertura de atividades para as famílias, demonstra a importância da crescente mercantilização das atividades de reprodução social, assim como, o alcance das atividades logísticas às indústrias de diferentes portes. A dinâmica na área, pelo alcance socioeconômico, merece aprofundamento de estudos das Ciências Sociais, oportunamente, sendo esse um propósito não possível de cobertura no âmbito da presente pesquisa.

Tabela 2- Distribuição da força de trabalho, segundo os grandes setores de atividade econômica (em %) – Brasil (1960-2010)

Setores de atividade econômica	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Agricultura, pesca e pecuária	55,2	45,4	30,0	22,8	18,7	11,3
Construção civil	3,3	6,0	7,6	6,7	7,1	8,1
Indústria, mineração e utilidades públicas	10,1	12,8	17,9	16,5	14,4	14,7
Comércio, transporte, comunicação e hospitalidades	14,4	14,9	17,7	20,5	24,3	26,2
Financeiro, imobiliário e negócios	1,7	2,2	5,7	6,6	6,5	9,2
Administração pública e defesa	3,1	4,3	4,4	4,9	5,4	6,0
Educação, saúde e assistência social	2,5	4,4	6,1	8,0	9,7	10,6
Serviços domésticos	4,2	8,3	6,1	6,8	7,7	7,7
Outros serviços	5,5	1,7	4,5	7,2	6,2	6,1

Fonte: COMIN, 2015.

Os dados levantados e organizados por Comin (2015), ainda que limitados até o ano de 2010, possibilita ver com destaque a transição do padrão de ocupação da força de trabalho, com destaque para a queda da agricultura e o acréscimo em todas as atividades urbanas – indústrias e serviços públicos e privados – ao longo desses cinquenta anos.

Ao mesmo tempo que mostra o salientado, sinalizam que, como modo de vida, a sociedade brasileira universalizou o trabalho (tipicamente capitalista), generalizando a mercantilização da produção e da reprodução social. Fazem isso, sem, no entanto, contar pelos dados anteriores de desemprego e garantir o emprego para todos os expropriados dos meios de trabalho, ao longo desses cinquenta anos.

Particularmente à questão da diferenciação de cor, no âmbito da força de trabalho, reforça o perverso legado da escravidão, no Brasil, no período da colonização e a posterior segregação imposta aos não brancos, na medida em que verifica-se marcas profundas na hierarquia da estrutura ocupacional, materializada na histórica inserção subalternizada dos não brancos no mercado de trabalho.

Sobre a população não branca, Comin (2015) destaca que sua:

[...] concentração no meio rural ajuda a explicar por que seu crescimento foi mais rápido do que o da população branca (o declínio da fertilidade é mais lento no campo e entre os mais pobres do que nas cidades e entre os mais ricos); por consequência, tal população está sobre-representada nas ocupações manuais mais baixas e sub-representada nos demais grupos ocupacionais. Entre 1960 e 2010, a participação de não brancos na força de trabalho ampliou-se em cerca de 10 p.p., de 40% para 50%. Entre os trabalhadores rurais, sua participação era 7% superior ao seu peso na força de trabalho total em 1960, aumentando para 12,5% nas décadas de 1980 a 2000. Em 2010, os não brancos representavam quase dois terços da força de trabalho empregada no setor primário, cuja renda do trabalho é a mais baixa de todas, exceto para empregadores (COMIN, 2015, p. 382).

Por outro lado, a questão do sexo ganha proeminência, nessa transição histórica da força de trabalho, pois, o crescimento das mulheres no mercado de trabalho é relevante, sendo reduto feminino as ocupações mais baixas (trabalho doméstico) – legado do patriarcado, enquanto o reduto masculino é, e continua sendo, o emprego industrial moderno. Nos anos 1960, mais de 95% dos técnicos e supervisores do trabalho manual eram homens; ao longo de 5 décadas, a participação feminina pouco aumentou nessa área, não chegando a 15%, em 2010 (COMIN, 2015).

Grosso modo, o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho segue um padrão concentrado em um arco mais restrito de ocupações do que os homens. No extremo de baixo, ainda em 2010, quase 8% do emprego estava nos serviços domésticos (nos quais as mulheres são mais de 80% dos ocupados). Já no polo superior, das profissões de nível técnico e superior, a expansão dos serviços sociais criou mercados de maior qualificação tipicamente femininos (COMIN, 2015, p. 385, grifos do autor).

Como tendência geral, na década de 1980, vimos se confirmar no quadro de urbanização da sociedade brasileira, o crescimento da ampla área de serviços como destino da força de trabalho, além da reprodução da desigualdade histórica nessa nova conformação da classe trabalhadora, em suas expressões de cor e sexo.

O desemprego segue como um condicionante estrutural da sorte dos trabalhadores, atestando que o desenvolvimento capitalista alcançado reproduziu, de fato, as contradições sociais imanentes, generalizou a expropriação dos meios de trabalho, mas, não ampliou o trabalho na forma emprego.

3.2 Decênio de 1990 a 1999: a queda do trabalho industrial, a heterogeneidade do mercado e a reprodução da informalidade do trabalho

Anteriormente, situamos nosso entendimento de que a década mencionada marca a ebulição de medidas contrarreformistas, no âmbito do Estado e na reestruturação produtiva do capital, no que ficou conhecido como neoliberalismo e reestruturação produtiva baseada na dinamização tecnológica das forças produtivas e no regime de acumulação flexível.

O impacto foi decisivo para o aumento do desemprego, a redução do emprego na indústria, o aumento dos empregos nos setores de comércio e serviços, e o aumento das ocupações informais. O traço mais marcante da estrutura do mercado de trabalho foi o crescimento dos postos de trabalho nos setores de comércio e de serviços, paralelamente à diminuição das vagas no setor industrial, como parte do fenômeno da destruição de postos de trabalho e também da chamada desindustrialização (GONÇALVES, 2012).

A década de 1990 representou um período de intensas mudanças para a economia brasileira, com a abertura ao fluxo de comércio e capitais internacionais, paralelamente, ao volume de privatizações de empresas públicas e transferência de execução de funções públicas para a esfera privada, como parte da agenda da austeridade fiscal.

Pochmann (2002) é certo, ao demonstrar como esse giro na reestruturação do Estado atinge o mercado de trabalho, na medida em que o segmento tinha importante presença como empregador. Em conjunto, tais alterações afetaram o mercado de trabalho, em decorrência da forte recessão da economia entre 1990 e 1992, com consequências para o aumento do desemprego. A partir de 1993, de forma mais intensa, em junho de 1994, esse processo é revertido, havendo um *breve voo*, com relativo crescimento econômico até 1997 – sem, evidentemente, recompor a dinâmica de 7% dos anos 1970. Porém, em meados de 1998, há interrupção da dinâmica relativamente reativa, em razão da crise asiática e da crise financeira internacional, que, mais uma vez, afundou a economia mundial (BRENNER, 2002).

Cabe ressaltar que, nessa pesquisa, entendemos que a explicação da redução ou aumento das desigualdades são mediatizadas pelas políticas

governamentais. Contudo, não são explicadas por elas, havendo a necessidade de relacionar as políticas e as respectivas regulações com o padrão de desenvolvimento capitalista para, só então, entender as reviravoltas do trabalho.

No período pesquisado – 1980 a 2018 –, o padrão de desenvolvimento do capitalismo está na fase particularizada pela financeirização do capital e crise de realização do valor, que impõe a necessidade, imperiosa, de cortes de investimentos nas políticas sociais e de novas regulações para o trabalho. Em conjunto, essas medidas intensificam o aumento das desigualdades estruturais do país.

Na década de 1990, chama a atenção, nos dados, o crescimento do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira assinada. As grandes empresas, geradoras de emprego formal, reduziram os empregados e passaram a aumentar os serviços terceirizados, havendo, dessa forma, proliferação de empresas pequenas que contam com ocupações mais precarizadas (baixos salários, direitos trabalhistas negligenciados e trabalho não regulado publicamente).

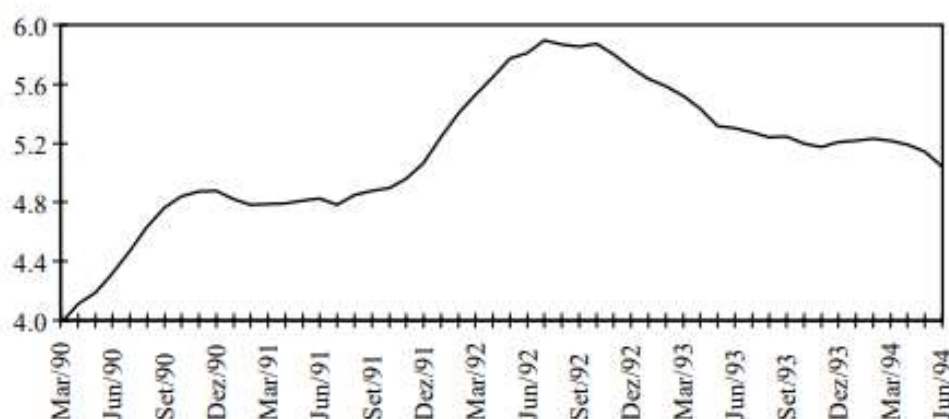
Essa nova racionalização das atividades, abalou o movimento sindical que havia se reativado, fortemente, na década de 1980. Os contratos de trabalho via CLT, ou estatuto do funcionário público, correspondiam a 55% das ocupações, no final da década de 1970; diminuindo para 53%, no final da década de 1980; e chegando a 43%, no final da década de 1990. Esses dados demonstram o impacto da estagnação da economia, dos efeitos da abertura comercial e da reestruturação produtiva sobre o trabalho formal, no Brasil (IPEA, 2015).

O declínio do crescimento econômico, iniciado em 1980, manteve-se no decorrer dessa década, atingindo 1,4%, nos primeiros 4 anos; e passando para pouco mais de 2%, nos demais anos da década em questão. Já o PIB per capita, nesse decênio – entre 1990 e 2000 –, foi de 5%, não se comparando ao PIB de 10%, nos anos 1980, demonstrando a queda do crescimento econômico nesse período (COMIN, 2015).

Entre 1990 e 1994 houve forte recessão, aumento do desemprego aberto, níveis elevados de inflação e intensa abertura comercial internacional; já, entre o período de 1994 e 1998, houve a redução da taxa de inflação e níveis de taxa de crescimento do produto positiva. Esse período foi analisado pelo IPEA (2000), a partir dos dados Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, apontando que entre 1990 e 1994, temos forte recessão, com taxa de desemprego aberto em março de 1990 de 4% da força de trabalho, subindo para 6%, no segundo semestre de

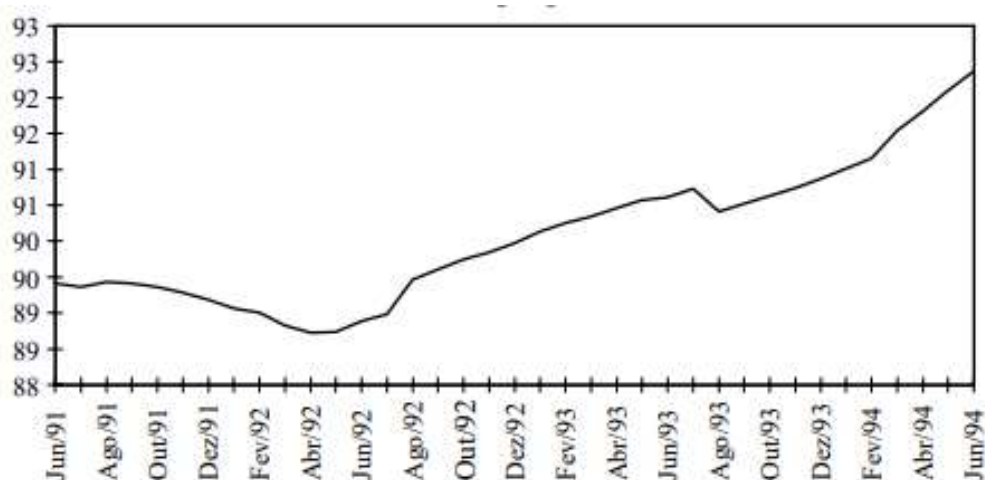
1992, podendo ser verificado, nos dados abaixo (gráficos 02 e 03), a incidência sobre desemprego aberto e emprego.

Gráfico 2- Taxa de Desemprego Aberto



Fonte: IPEA, 2000.

Gráfico 3- Emprego



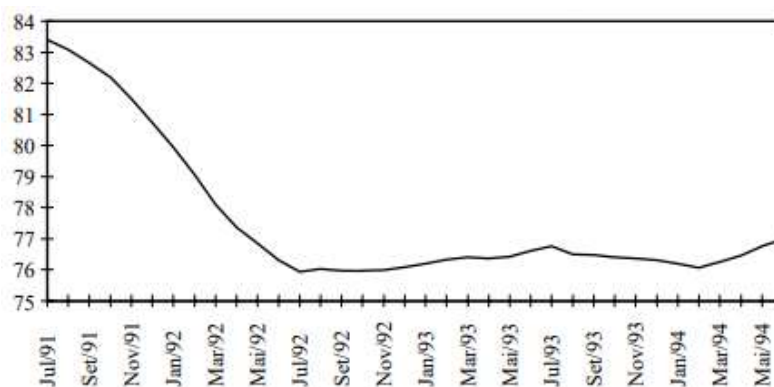
Fonte: IPEA, 2000.

As taxas de desemprego aberto dos primeiros anos da década de 1990 não foram mais elevadas que as taxas do início dos anos 1980. Entretanto, o desemprego aberto começou a dar sinais de um componente estrutural importante, sinalizado pelas consultas que realizamos nos estudos do período. Especificamente,

verificamos a redução do emprego industrial e o aumento do emprego nos setores de comércio e de serviços.

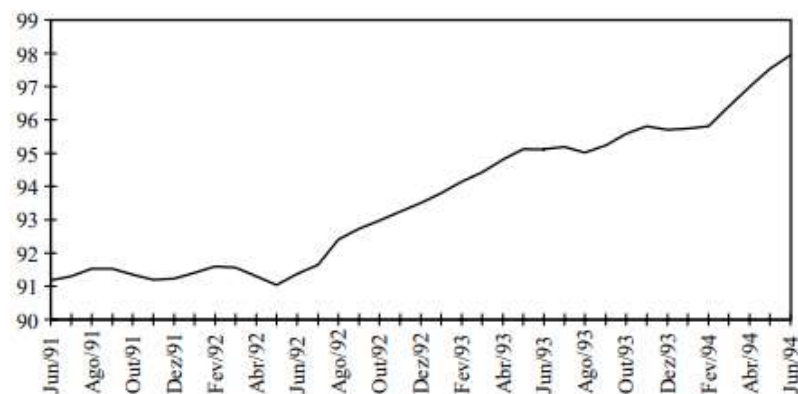
Os três gráficos a seguir, 4, 5 e 6, sinalizam a evolução do emprego nos setores da indústria, comércio e serviços, respectivamente:

Gráfico 4- Emprego na Indústria



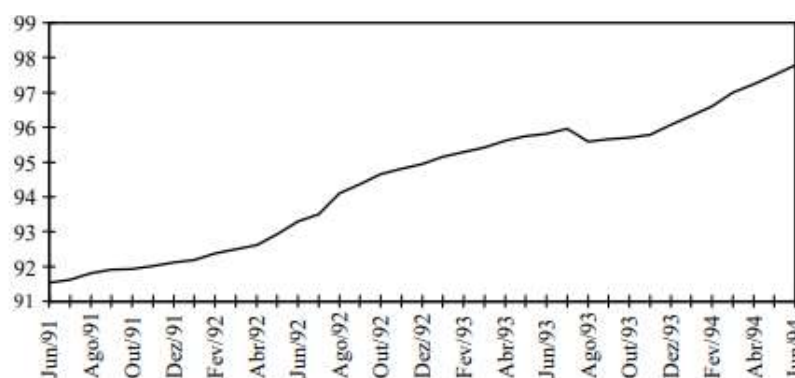
Fonte: IPEA, 2000.

Gráfico 5- Emprego no Comércio



Fonte: IPEA, 2000.

Gráfico 6 - Emprego nos Serviços



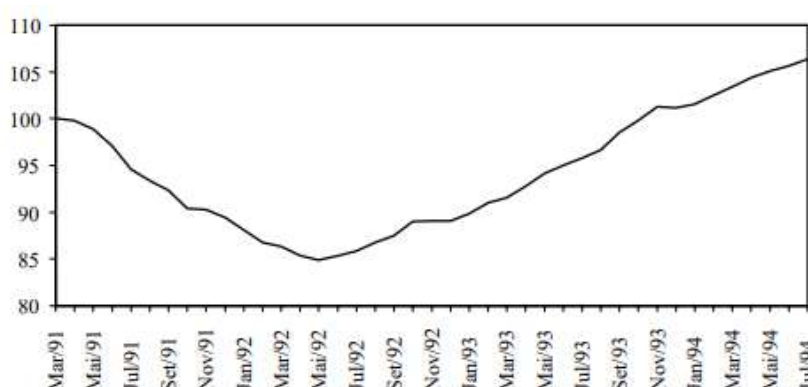
Fonte: IPEA, 2000.

O rendimento médio real nos setores de comércio e serviços, por sua vez, acompanha a evolução da taxa de desemprego aberto, ao longo desse período e até meados de 1992. Notamos que o rendimento médio real dos trabalhadores desses setores cai sistematicamente (IPEA, 2000).

A redução dos rendimentos reais do trabalho aparenta evitar um aumento mais drástico da taxa de desemprego, mesmo nos aumentos das vagas em setores específicos da atividade econômica, como ocorreu no setor de comércio e de serviços da década de 1990, houve a redução do rendimento para o trabalhador, isso pode ser um indicativo de um movimento estratégico do capital.

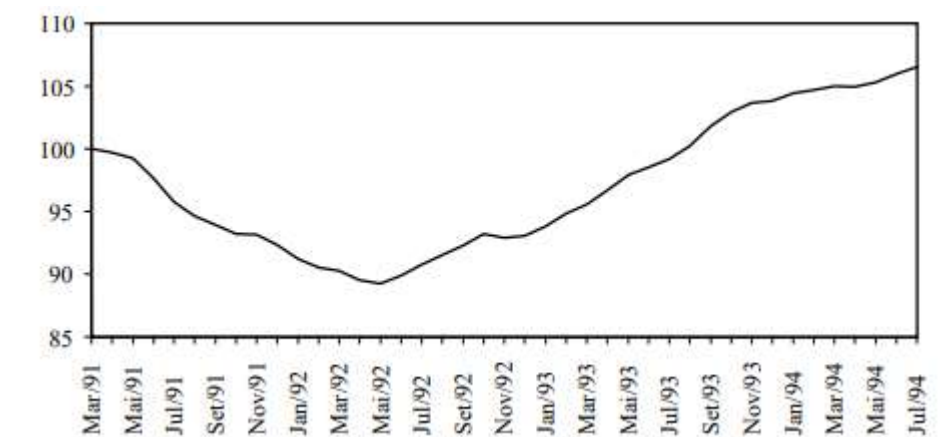
Os gráficos 07 e 08, a seguir, trazem o rendimento médio anual dos setores de comércio e de serviços entre 1991 e 1994, indicando a queda dos rendimentos dos trabalhadores nos anos 1991 e 1992 (período de forte recessão):

Gráfico 7 - Rendimento Médio Real: Comércio – INPC



Média Móvel Centrada de 12 Meses — Dados Dessazonalizados
Base: Mar./91=100
Fonte: IPEA, 2000.

Gráfico 8 - Rendimento Médio Real – Serviços INPC



Média Móvel Centrada de 12 Meses — Dados Dessazonalizados

Base: Mar./91=100

Fonte: IPEA, 2000.

A busca pela valorização do valor leva ao aumento da produtividade do trabalho e esse aumento da produtividade precisa ser realizado com um gasto de tempo cada vez menor, repercutindo, diretamente: no preço da força de trabalho; na quantidade de emprego; e na qualidade das relações de trabalho. Os custos do deslocamento dos fatores da crise de realização do valor são absorvidos pela força de trabalho, dado o aprofundamento dos mecanismos de exploração.

A partir do levantamento de dados do mercado de trabalho, observamos que as soluções para a crise envolveram: a diminuição do ganho real do trabalho; o aumento do desemprego; e a precarização dos vínculos de trabalho.

A lógica imanente desse processo envolve: a diminuição do tempo de trabalho pago que, no emprego formal celetista, de então, envolvia considerar os gastos do capital com a remuneração e os direitos trabalhistas convencionais (férias, descanso semanal, jornada diária, hora extra, auxílios doença, indenizações, entre outros quesitos).

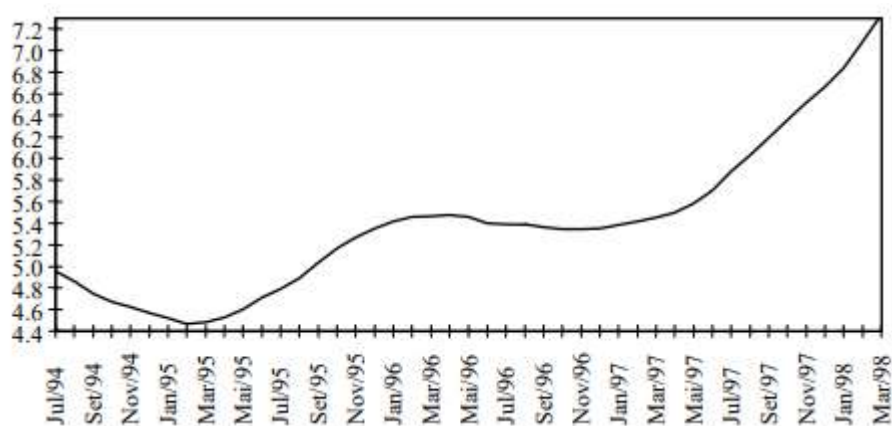
Ao fim e ao cabo, a crise expressa, na recessão econômica e no desemprego, favorecendo o disciplinamento em torno da aceitação do aumento da apropriação do trabalho não pago.

O IPEA (2000) destaca como significativo o período entre junho de 1994 e 1998, em razão da presença de maior concorrência na economia, diminuição da taxa de inflação (40% ao mês em junho de 1994 para 5% a.a. em 1997), maior

crescimento dos bens não-comerciáveis, se comparados aos dos bens comerciáveis, crescimento da economia e aumento do emprego.

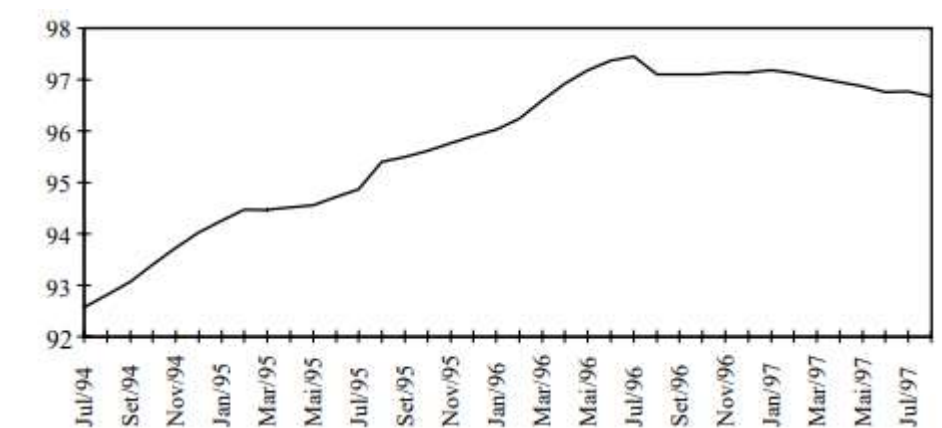
O instituto é enfático ao dizer que, até 1995, há redução da taxa de desemprego aberto e, a partir desse ano, o desemprego volta a crescer, acentuando-se a partir de 1997 (IPEA, 2000). Os gráficos a seguir trazem os números relativos à taxa de desemprego aberto e de emprego entre julho de 1994 e março de 1998.

Gráfico 9 - Taxa de Desemprego Aberto – PME



Fonte: IPEA, 2000.

Gráfico 10 - Emprego – PME



Fonte: IPEA, 2000.

A segunda metade da década de 1990, ainda nas análises do IPEA (2000), apresenta um quadro mais claro da tendência, já enunciada no início dessa década,

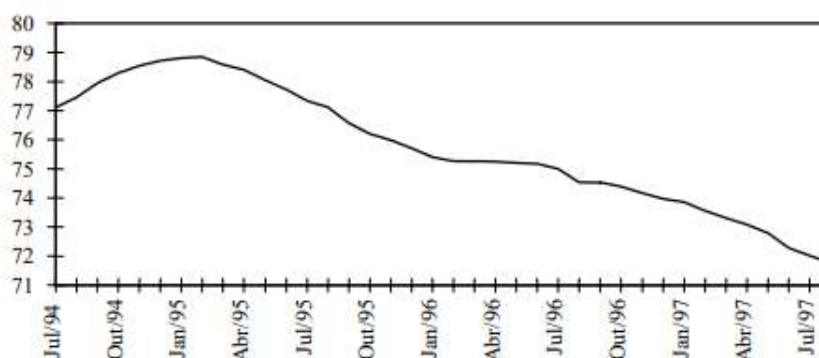
sobre a evolução dos empregos nos três setores de atividade econômica – indústria, comércio e serviços.

O emprego, no setor da indústria, caiu a partir de 1995, aumentando o emprego nos setores de comércio e de serviços até final de 1996, quando começa um processo de estagnação, junto a crise internacional mencionada antes. “Portanto, no início do processo de estabilização, o crescimento do emprego nos setores comércio e serviços mais que compensa a queda no emprego industrial, fato que não mais ocorre a partir de 1997” (IPEA,2000, p. 14).

No final da década de 1990, o resultado abarcava aumento do desemprego aberto (acentuado em 1998), queda dos rendimentos dos trabalhadores nos setores de comércio e de serviços e crescimento dos rendimentos dos trabalhadores da indústria, ainda que o nível de emprego tenha caído. Cabe ressaltar que o aumento do emprego nos dois setores, comércio e serviços, não foi suficiente para compensar a redução do emprego no setor da indústria (IPEA, 2000, p. 14).

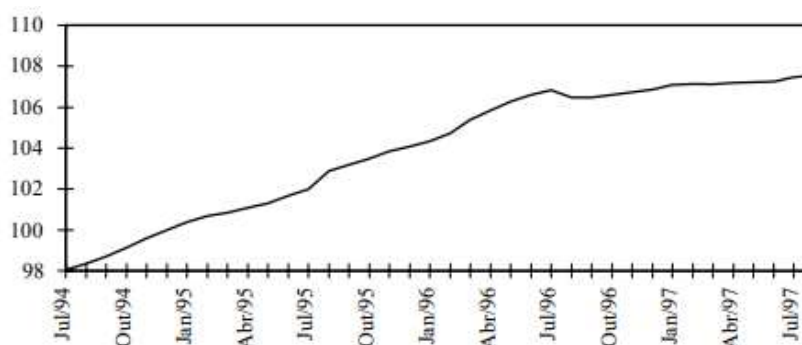
O Índice dos empregos nos setores da indústria, comércio e serviços entre julho de 1994 e julho de 1997 são apresentados nos gráficos 11, 12 e 13, a seguir:

Gráfico 11- Emprego na Indústria – PME



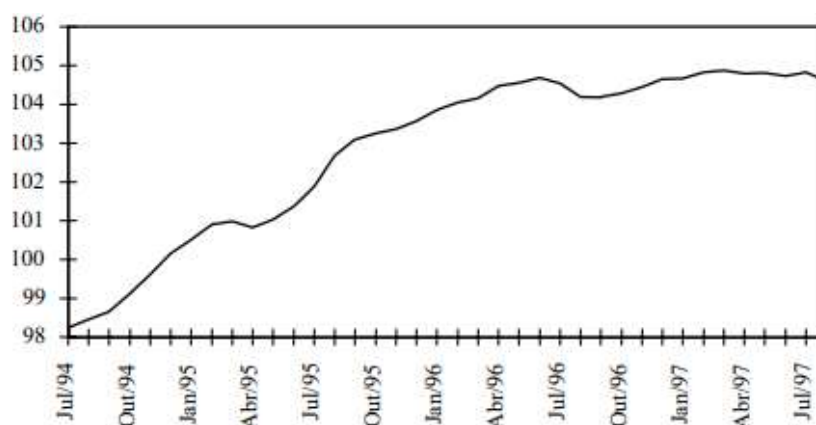
Fonte: IPEA, 2000.

Gráfico 12 - Emprego nos Serviços – PME



Fonte: IPEA, 2000.

Gráfico 13 - Emprego no Comércio – PME

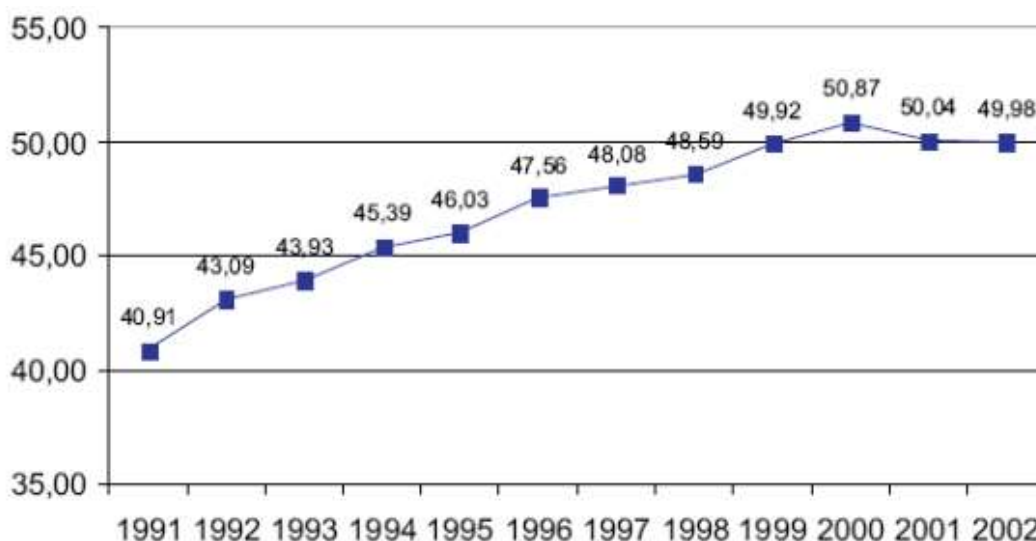


Fonte: IPEA, 2000.

Ao analisarmos estes gráficos 11, 12 e 13 apresentados, podemos afirmar que o aumento no setor de serviços não suplantou a redução de empregos na indústria, ficando mais claro ao compararmos os números percentuais: no setor da indústria caiu de 77 para 72, isto é, -5; no setor de serviços subiu de 98 para 107, portanto, +9; e no setor de comércio subiu de 98 para 104, ou seja, +6.

Além dessa transformação estrutural, que envolve a queda do trabalho rural e a superação do crescimento do emprego na indústria, é evidenciado, na pesquisa, o crescimento da informalidade do trabalho, no Brasil, na década de 1990, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 14 - Grau de Informalidade (em %)



Fonte: BUGARIN; MENEGUIN, 2008.

Esse dado é demonstrativo da perenidade desse viés estrutural do capitalismo dependente, como mencionado antes, que envolve a reprodução do arcaísmo do trabalho não regulado tipicamente na forma emprego. Dessa forma, com o salário prescrito em norma pública, baseado em relações de trabalho legais, em que o conflito pode ser orientado por representação sindical e apreciado na justiça.

A ordem privada e não representada política e juridicamente da informalidade, aprofunda a perversidade da exploração e expropriação imanentes ao capital. Ao mesmo tempo, esse quadro, ao fim do ciclo desenvolvimentista, atesta o engodo da promessa de generalização da indústria e do assalariamento no capitalismo dependente, afinal, terminamos o século XX com cerca de metade da força de trabalho na informalidade.

Em síntese, o período é marcado pelo reordenamento estrutural da economia, que atinge sobremaneira os setores da indústria, do comércio e de serviços, com repercussão sobre o mercado de trabalho, tendo o setor da indústria apresentando queda de empregos, ainda que mantivesse o rendimento dos trabalhadores; os setores de comércio e de serviços alargaram o número de empregos, mas com diminuição dos rendimentos dos trabalhadores.

Além da diminuição da dinâmica clássica da *Grande Indústria*, a ascensão da liderança dos setores de comércio e de serviços fez-se acompanhada da forte tendência de retração dos rendimentos dos trabalhadores, demonstrando que a recomposição os atinge. Ao mesmo tempo, reproduziu-se o arcaísmo, na medida em que metade da força de trabalho está ocupada em atividades informais.

3.3 Décênio 2000 a 2009: a perenidade da desestruturação do mercado de trabalho

Nesse período, chama a atenção a redução dos fenômenos identificados nos períodos anteriores, como os históricos de fluxos migratórios e de desemprego, mas também a permanência da queda nas taxas de fertilidade, da expansão do ensino formal, da aceleração moderada do crescimento econômico, da execução de políticas redistributivas sobre o mercado de trabalho e as políticas sociais. Em conjunto, observa-se relativa redução das desigualdades sociais sem, entretanto, romper a desestruturação do mercado de trabalho e a estrutural concentração de renda.

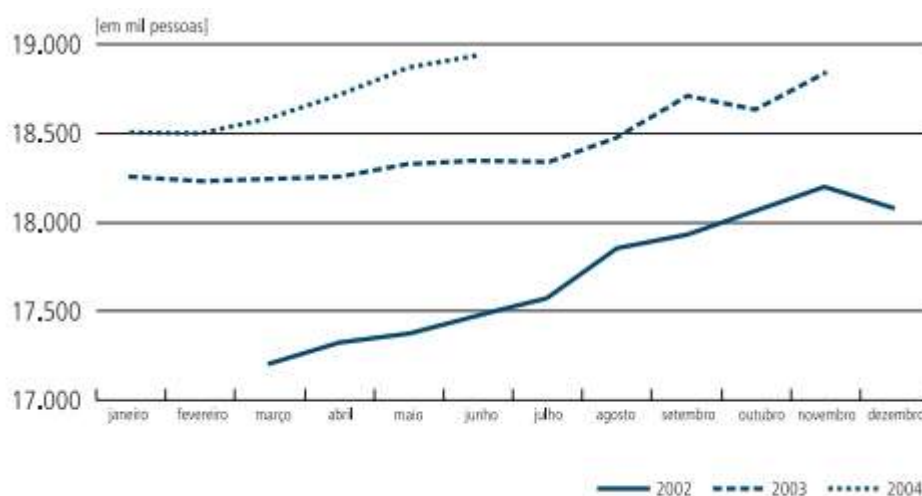
Abarca o início de uma fase de gradual recuperação dos indicadores do mercado de trabalho que passa por uma melhora no final de 2000 e início de 2001 e, após, apresenta um significativo crescimento entre 2004 e 2014, sendo a taxa de desemprego o indicador que mais chama a atenção, pela relativa diminuição.

A recuperação do crescimento econômico, desse período, pode ser constatada com a média acima de 3%, na primeira metade da década, e superior a 4%, na segunda metade. O PIB per capita registrou aumento de 20% (COMIN, 2015).

É um período que abará uma trajetória de crescimento econômico, no Brasil, e de geração de empregos que se estendeu de 2004 a 2014, interrompido em 2015 e 2016 por uma forte recessão (que será tratada no item seguinte). A fase de crescimento econômico e de criação de postos de trabalho pode ser observada pela evolução da taxa de desocupação, que apresentou diminuição entre 2012 e 2014 e iniciou aumento a partir de 2015, só retomando o crescimento após o primeiro trimestre de 2017 (será analisado mais adiante).

A ocupação começou a crescer a partir de março de 2004, conforme demonstra o gráfico 16. Com destaque para as regiões de Belo Horizonte e São Paulo, que tiveram maiores taxas de crescimento com 3,5% e 3,4% respectivamente; enquanto, a maioria das regiões apresentou variações pouco acima de 1% (IPEA, 2004).

Gráfico 15 - Brasil Metropolitano: Evolução do Nível de Ocupação



Fonte: IPEA, 2004.

A análise do mercado de trabalho do IPEA (2004) sinalizou que, no ano de 2004, houve crescimento expressivo de empregos de carteira assinada com 3,1%, em junho, comparado com junho de 2003, com número recorde de contratos formais em todo o Brasil (1.034 mil registros do CAGED no primeiro semestre de 2004). Ao mesmo tempo, o crescimento dos empregos sem carteira assinada – trabalho informal, foi superior ao dobro do mesmo período (6,6%), demonstrando o crescimento mais elevado da informalidade que dos empregos formais.

Essa mesma análise (IPEA, 2004) apontou que se esse processo de crescimento da economia tanto a confiança que os empresários passarão a ter em seu ulterior prosseguimento como a necessidade de garantir força de trabalho diante do aquecimento do mercado de trabalho levarão a uma progressiva substituição de parcela dos atuais vínculos precários por contratos formais. Apontamento que se

confirmou até meados de 2014, pois, posteriormente a este período, tivemos crescimento do número de trabalhos precários e regressão dos direitos trabalhistas conquistados, conforme serão apresentados mais adiante.

Análises do IPEA (2015) demonstram que os dois períodos de maior crescimento do PIB do Brasil, após a abertura comercial da economia, foram entre 1993-1997 e entre 2004-2008. Um aspecto que deve ser destacado, no período de 2004-2008, é o crescimento das exportações de *commodities* e produtos manufaturados a partir de 2003, sendo tais exportações, principalmente, para os Estados Unidos, China, Argentina e parte da África.

O prolongado *boom* internacional de *commodities* foi muito importante para o bom desempenho das exportações brasileiras desde 2003. O superávit do comércio de bens e serviços alcançou 3,9% do PIB em 2004 e, inicialmente, ocorreu tanto com *commodities* quanto com produtos manufaturados, e mais que compensou o déficit de serviços. Quando, ao longo do período, o produto interno bruto cresceu cada vez mais forte e o real valorizou-se, o comércio de manufaturados passou a apresentar déficit crescente, mas os também crescentes superávits de *commodities* mais que compensaram os déficit de manufaturados e de serviços. Não chegou a ocorrer déficit no comércio de bens e serviços, mas o superávit ficou menos expressivo como fração do PIB e tornou-se insuficiente para cobrir o déficit de serviço financeiro, de modo que o Brasil, em 2008, voltou a apresentar expressivo déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos (IPEA, 2015, p. 12).

A exportação brasileira foi maior em 2004-2008, comparada com 1993-1997, tornando mais sólido o balanço de pagamentos, no primeiro período, o que contribuiu para um maior crescimento do PIB, com uma política macroeconômica neoliberal, que controlou: a inflação, o crédito e a taxa básica de juros. Para o maior crescimento das exportações brasileiras, o aumento da demanda e dos preços internacionais de *commodities* foi bem oportuno (IPEA, 2015).

A tabela abaixo abarca a evolução do consumo e do investimento no país entre 2004 e 2008:

Tabela 3 - Crescimento do Consumo Público e Privado e do Investimento (2003 a 2008)

Ano	Consumo	Investimento	Consumo + Investimento	PIB	Indústria de transformação
2004	3,9	9,1	4,7	5,7	8,5
2005	3,9	3,6	3,9	3,2	1,3
2006	4,6	9,8	5,4	4,0	1,0
2007	5,8	13,9	7,2	6,1	5,6
2008	5,0	13,6	7,2	5,1	3,2

Fonte: IPEA, 2015.

A peculiaridade que marcou o crescimento do período 2004-2008 foi que, apesar, do crescimento do PIB, pela primeira vez desde o início da industrialização no país – em meados da década de 1930 –, o crescimento do PIB foi acompanhado de ritmo menor da produção industrial.

Em suma, contou a favor das contas nacionais, nesse período, o aquecimento econômico da troca internacionalizada, marcada pelo *boom* de *commodities*, da política macroeconômica, que priorizou o controle da inflação através da contenção monetária e das altas taxas de juros, da liberdade de movimento de capital e da liberdade de desenvolvimento e operação de mercado de câmbios. Ainda assim, o aumento do rendimento do trabalhador, entre 2004 e 2008, não foi suficiente para refazer a distribuição funcional da renda (IPEA, 2015).

Essa tendência positiva, na economia, pelo *boom* de *commodities*, confirma outros elementos da formação social e econômica no Brasil, que ganham expressão, nesses anos: a lavoura e a mineração extensivas. Eles demonstram o reaquecimento da tendência histórica de preponderância da produção de bens primários na economia, conforme já destacado por Marini (2011).

O dilema histórico se repõe, então, reforçando a interpretação de Marini (2011) sobre os países latino-americanos, que diferentemente das economias clássicas (centrais), não criam suas próprias demandas de modo suficiente, estando subordinadas ao atendimento de demandas de outros mercados, tornando-se países extremamente vulneráveis às oscilações internacionais.

Ainda que Marini (2011) estivesse se referindo à fase de industrialização dos países latino-americanos (ciclo desenvolvimentista), podemos identificar a mesma lógica de atendimento às demandas externas, no período a que nossa pesquisa se refere: 1980-2018. Mesmo que a produção da soja e dos minérios (principais *commodities* de exportação) envolvam processos que articulam inovações tecnológicas de ponta e trabalhos arcaicos, a atualização da inserção na divisão internacional do trabalho repõe a condição da dependência sistêmica.

Cabe lembrar que Marini (2011) detalhou que a superexploração do trabalho não corresponde a modos primitivos de acumulação de capital, sendo inerente a esta. Cresce, de acordo com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho (considerar o contrário é defender que a medida que o capitalismo vai se

aproximando do “seu modelo puro” vai se convertendo em sistema que realiza cada vez menos exploração). Nessa direção, a tese torna-se correta e atualizada.

Apesar do país ser organizado de fases de aumento do emprego formal, como será demonstrado no gráfico 16, disposto abaixo, não há a eliminação de elementos históricos estruturais do país, como, por exemplo, a informalidade e a concentração de renda.

Os dados e estudos consultados, na pesquisa, mostram que o período de 2004 a 2008 teve intenso aumento do emprego formal. Encontramos, na RAIS (2017), aspectos significativos da evolução do emprego formal entre 2003 e 2007:

Gráfico 16- Brasil: Evolução do Emprego Formal (2003 a 2007)

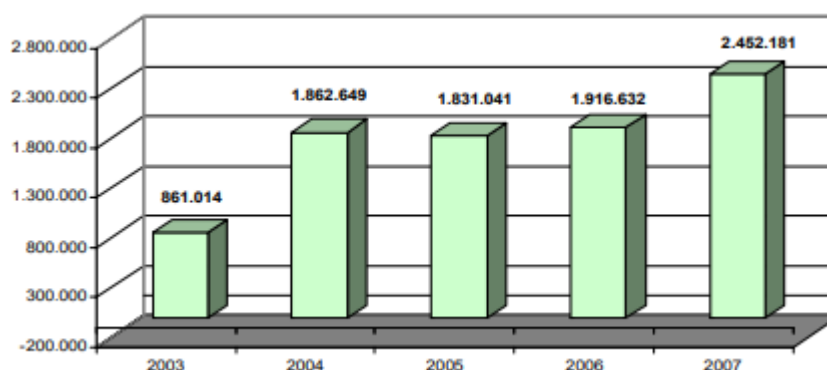


Fonte: RAIS/MTE, 2007.

Em 2007, houve um fato inédito, desde o início da elaboração das estatísticas da RAIS, em 1985: o número de empregos formais criados, em 2007, foi superior a 2 milhões. Em 2007, a RAIS teve 6,888 milhões de declarações de estabelecimentos, sendo 3,953 milhões sem vínculos empregatícios (BRASIL, 2007). “[...] de 2003 a 2007 a geração de emprego formal foi de 8,923 milhões. Se considerarmos o saldo do CAGED [...] de janeiro a setembro de 2008 (2,087 milhões de postos), o montante de empregos criados período de janeiro de 2003 a setembro de 2008 totaliza 11,010 milhões de postos de no trabalho formais” (BRASIL, 2007, p. 2).

O gráfico 17, abaixo, ilustra a geração de empregos, no Brasil, no total de atividades entre o período de 2003 a 2007:

Gráfico 17- Evolução da Geração do Emprego (2003 a 2007)



Fonte: RAIS/MTE, 2007.

Importante observarmos que no período com maior número de empregos criados no país, mais da metade não possuíam vínculo empregatício, reforçando os aspectos de fragilidade e precariedade da situação para o trabalhador.

A RAIS (BRASIL, 2007) apresentou dados do grau de instrução com recorte de sexo, destacando que os trabalhadores, com escolaridade até a 4ª série completa do ensino fundamental, encontraram situações mais desfavoráveis de trabalho, sendo que o impacto negativo foi ainda maior para os que possuíam ensino superior incompleto, abrangendo ambos os sexos: - 15 mil ou - 2,56% para mulheres e - 27,8 mil ou -1,68% para homens.

Apesar do impacto ser negativo para homens e mulheres, vemos que a taxa é mais acentuada para o grupo das mulheres, reafirmando uma inserção subalternizada desse público no mercado de trabalho.

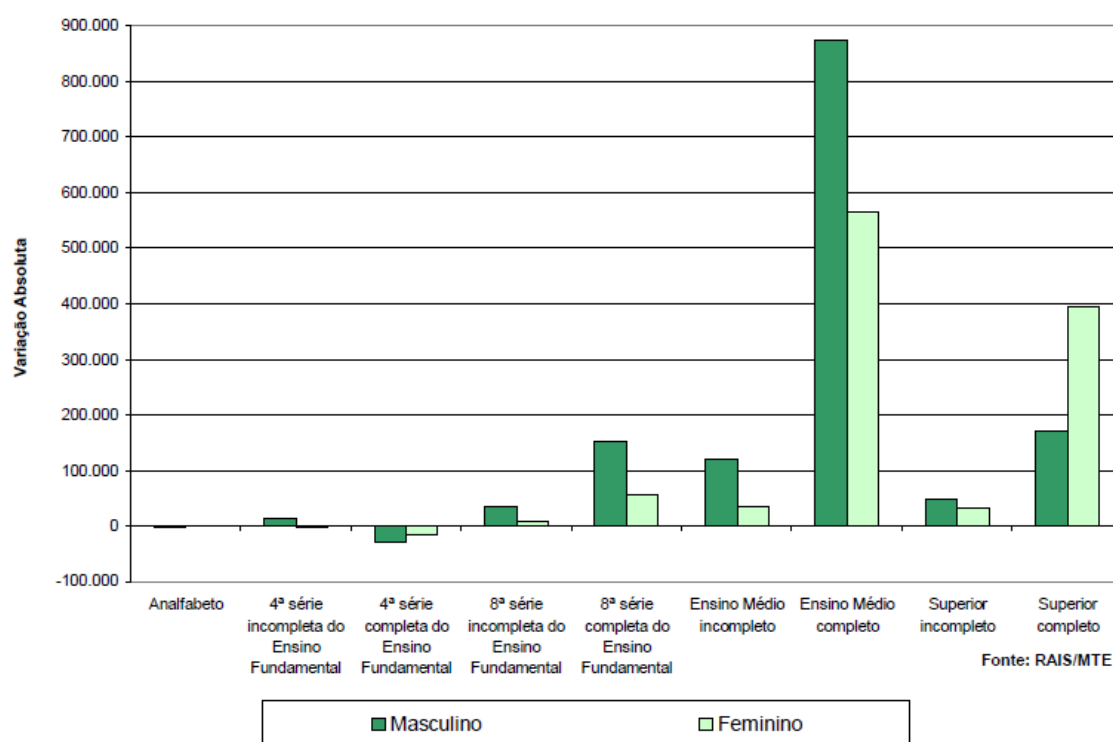
O destaque dos números ocorreu no público com nível de escolaridade ensino médio completo com 1,438 milhão ou 11,59%. O crescimento da taxa das mulheres, no nível de escolaridade, só ocorreu no nível superior completo, com 394,3 mil ou 12,88%, em comparação, com 171,6 mil ou 7,78% dos homens (BRASIL, 2007).

Tabela 4 - Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, segundo Sexo e Grau de Instrução no Brasil (2006 e 2007)

Grau de Instrução	2006			2007			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	203.255	47.435	250.690	200.587	47.281	247.868	-2.668	-154	-2.822	-1,31	-0,32	-1,13
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.227.317	354.671	1.581.988	1.240.095	351.223	1.591.318	12.778	-3.448	9.330	1,04	-0,97	0,59
4ª série completa do Ensino Fundamental	1.860.019	585.022	2.245.041	1.632.186	570.039	2.202.225	-27.833	-14.983	-42.816	-1,88	-2,56	-1,91
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	2.503.134	946.666	3.449.800	2.536.665	955.607	3.492.272	33.531	8.941	42.472	1,34	0,94	1,23
8ª série completa do Ensino Fundamental	3.699.736	1.719.294	5.419.030	3.851.702	1.775.288	5.626.990	151.966	56.004	207.970	4,11	3,26	3,84
Ensino Médio incompleto	1.974.296	1.054.645	3.028.941	2.093.210	1.089.665	3.182.875	118.914	35.020	153.934	6,02	3,32	5,08
Ensino Médio completo	6.679.517	5.733.776	12.413.293	7.553.098	6.298.532	13.851.630	873.581	564.756	1.438.337	13,08	9,85	11,59
Superior incompleto	712.623	787.247	1.499.870	761.616	818.062	1.579.678	48.993	30.815	79.808	6,88	3,91	5,32
Superior completo	2.205.648	3.060.958	5.266.606	2.377.250	3.455.294	5.832.544	171.602	394.336	565.938	7,78	12,88	10,75
Total	20.865.545	14.289.704	35.155.249	22.246.439	15.360.991	37.607.430	1.380.894	1.071.287	2.452.181	6,62	7,50	6,98

Fonte: RAIS/MTE, 2007.

Gráfico 18- Evolução do Saldo do Emprego segundo Sexo e Grau de Instrução no Brasil (2007)



Fonte: RAIS/MTE, 2007.

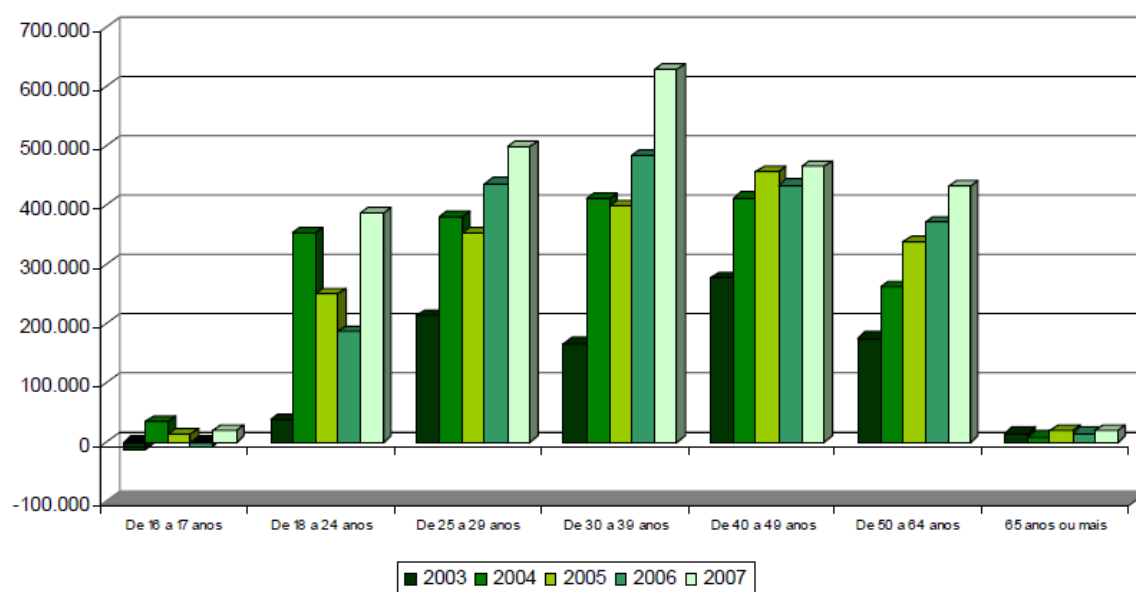
Em relação ao recorte por faixa etária, há expansão em termos absolutos na faixa de 30 a 39 anos (629,1 mil ou 6,19%) e em termos relativos a expansão fica entre 50 e 64 anos (431,1 mil ou 10,34%) (BRASIL, 2007).

Tabela 5- Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, segundo faixa Etária no Brasil (2006 e 2007)

Faixa Etária	2006	2007	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
De 16 a 17 anos	307.808	327.905	20.097	6,53
De 18 a 24 anos	6.265.835	6.652.692	386.857	6,17
De 25 a 29 anos	6.156.466	6.654.108	497.642	8,08
De 30 a 39 anos	10.161.965	10.791.107	629.142	6,19
De 40 a 49 anos	7.817.748	8.283.797	466.049	5,96
De 50 a 64 anos	4.169.286	4.600.398	431.112	10,34
65 anos ou mais	258.397	277.802	19.405	7,51
Total	35.155.249	37.607.430	2.452.181	6,98

Fonte: RAIS/MTE, 2007.

Gráfico 19- Evolução do Saldo do Emprego segundo Faixa Etária no Brasil (2003 a 2007)



Fonte: RAIS/MTE, 2007.

Quanto ao rendimento, dados de 2006 e 2007 apontam um aumento médio geral de 0,68%. Entretanto, se formos identificar os rendimentos médios pagos aos trabalhadores por região, temos a região nordeste com menor remuneração de trabalhos formais, com destaques para os seguintes estados: Paraíba (R\$ 911,1),

Ceará (R\$ 927,34) e Piauí (R\$ 954,55); e o Distrito Federal com o maior rendimento registrado (R\$ 2.879,34), seguido do Amapá (R\$ 1.636,57), São Paulo (R\$ 1.591,43) e Rio de Janeiro (R\$ 1.553,12) (BRASIL, 2007).

O recorte de sexo, nos dados sobre o rendimento no ano de 2007, aponta que os homens tiveram aumento de rendimento médio superior ao das mulheres, sendo que, nos três anos anteriores (2004, 2005 e 2006), houve o contrário. Comportamento que sofreu influência da queda da remuneração feminina no grau de escolaridade superior completo. Os rendimentos por sexo indicam que o maior aumento de remuneração das mulheres ocorreu entre as que tinham 4ª série incompleta do ensino fundamental (8,12%), enquanto a porcentagem para os homens foi de 2,63%. A maior perda feminina foi no grau superior completo: 3,63% para as mulheres e 2,26% para os homens (BRASIL, 2007).

Dados do mercado de trabalho com recorte por sexo, entre os anos 2000 e 2010, mostram que é uma década, de fato, de aumento da inserção de mulheres no mercado de trabalho. Os dados do IBGE, representados na tabela 05 abaixo, fazem comparação entre o início e o final da década:

Tabela 6- Taxa de Atividades dos Trabalhadores com 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo os grupos de Idade e a Cor ou Raça no Brasil (2000 a 2010)

Grupos de idade	Taxa de atividade dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade (%)					
	2000			2010		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Total (1)	64,5	79,7	50,1	64,8	75,7	54,6
Grupos de Idade						
De 16 a 29	68,6	81,0	56,3	66,7	74,6	58,8
De 30 a 49	76,1	91,9	61,1	78,2	88,8	68,1
De 50 a 59	57,1	76,8	39,0	63,5	78,1	50,2
De 60 ou mais	22,6	37,4	10,6	26,3	38,7	16,5
Cor ou raça						
Branca	64,3	79,7	50,6	65,8	76,7	56,2
Preta ou parda	64,8	79,9	49,5	63,9	75,0	53,1

Fonte: IBGE, 2014.

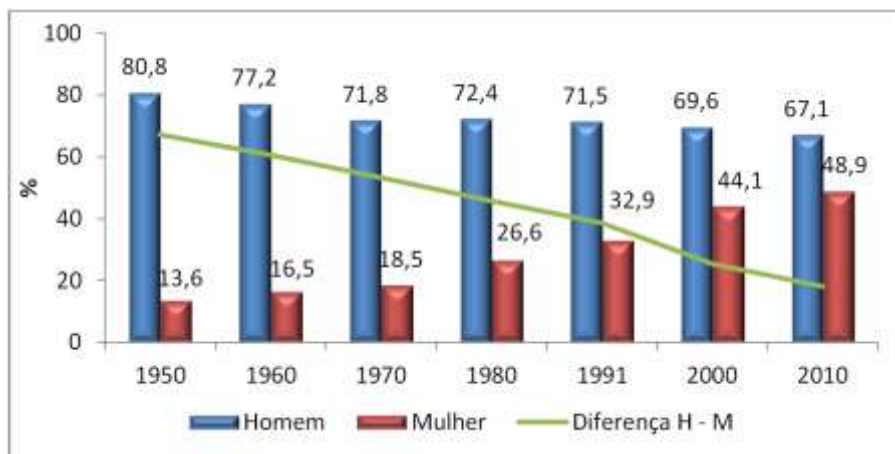
Outros dados complementares demonstram que, apesar do número mais elevado de mulheres com ensino superior no mercado de trabalho, os homens ainda possuem rendimento médio superior. Verifica-se um processo de mudança nos

padrões de inserção de mulheres no mercado de trabalho, com redução da taxa de fecundidade e elevação do nível de escolaridade, nas últimas décadas, apesar da manutenção de uma estrutura ocupacional muito desigual entre homens e mulheres.

A tabela 04, anteriormente exposta, expõe a distribuição desigual da taxa de atividade entre mulheres brancas, se comparadas com as não brancas, com taxa de atividade maior para as mulheres brancas, demonstrando a desigualdade interna no grupo de mulheres da classe trabalhadora empregada.

O aumento das mulheres, no mercado de trabalho, não é um fenômeno recente, ainda que tenha aumentado mais nas últimas décadas, alargando a força de trabalho disponível, no próprio curso da reestruturação produtiva, que busca rebaixamento do custo do trabalho. O gráfico 20, abaixo, mostra a diferença entre a evolução das taxas de participação de homens e de mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 20- Taxas de Participação na PEA por Sexo no Brasil de 1950 a 2010



Fonte: IBGE, 2013.

Ao verificarmos os dados sobre trabalho com recorte de cor, encontramos, apenas, dados sobre emprego celetista⁶³, totalizando 29,8 milhões de vínculos empregatícios, no ano de 2007. Deste número total, 63,21% foram declarados

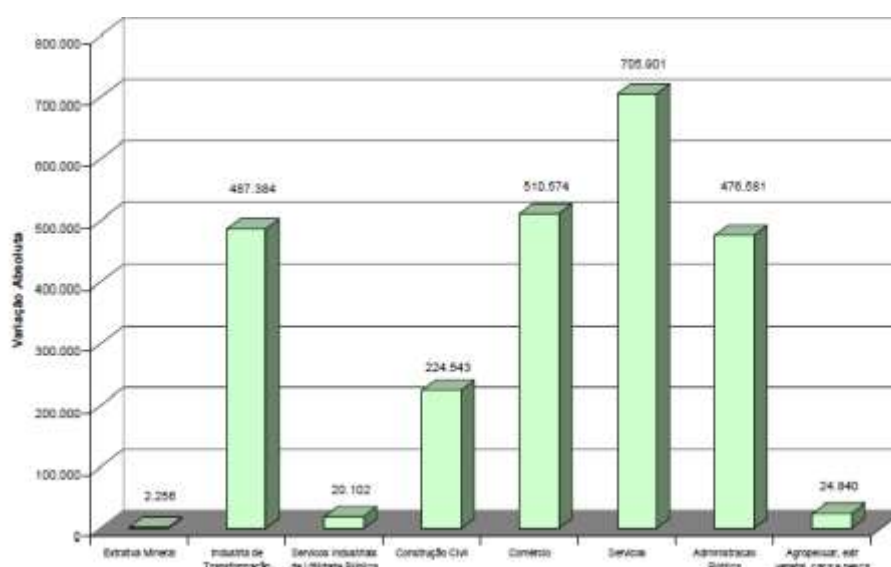
⁶³ Como se sabe, a RAIS toma como referência apenas os vínculos celetistas, e também não analisam os vínculos empregatícios da cor dos amarelos e indígenas, por apresentarem baixa representatividade (aproximadamente 1%) (BRASIL, 2017).

brancos, havendo redução em relação ao ano anterior (2006), que contabilizava 64,43%. E, ainda, os dados mostram que 26,65% dos trabalhadores eram pardos (sendo 26,43%, em 2006) e 5,22% pretos (com 5,13%, em 2006) (BRASIL, 2007).

Esses dados apontam que, apesar de ser um período de aumento de postos de trabalho, o aumento das vagas não foi acompanhado por aumento de salários, foram preenchidas, por maioria, de trabalhadores brancos e, ainda, apresentou redução do número de vagas, em relação ao ano anterior.

No que concerne as taxas de emprego absoluto por atividade econômica, em 2007, a RAIS (BRASIL, 2007) aponta expansão em todos os setores, sendo que, em termos absolutos, os destaques de acréscimos foram: 705,9 mil ou 6,29% nos serviços; 487,4 mil ou 7,4% na indústria da transformação; 476,6 mil ou 6,17% na administração pública; 510,6 mil ou 8,07% no comércio 224,5 mil ou 16,11% no setor da construção civil. O setor da construção civil teve a maior taxa de crescimento em 2007, estando relacionado com as medidas de incentivo que o governo adotou para obras de infraestrutura urbana e produtiva, aquecendo o setor⁶⁴.

Gráfico 21- Variação Absoluta do Emprego Formal, segundo Setores de Atividade Econômica no Brasil (2007)



Fonte: RAIS/MTE, 2007.

⁶⁴ Entre as iniciativas, a literatura ressalta o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que investiu em variados programas de infraestrutura que redundou na dinamização de postos de trabalho no Brasil, em especial, no setor da construção civil. É preciso considerar, também, o Programa Minha Casa Minha Vida e as facilidades de crédito para consumo, durante os governos Lula e Dilma Rousseff (JARDIM, 2015).

Em relação aos setores ou atividades econômicas, a partir de 2004, os destaques foram para as atividades terciárias dos serviços (instituições financeiras, serviços às empresas, administração pública, serviços sociais, entre outros) e de comércio, de acordo com IPEA (2004), com crescimento de 5,3% e 3,9% respectivamente, se comparados com o ano anterior (2003). Em segundo lugar, vem a indústria com 2,9% e outros serviços com 2,7%.

Segundo o recorte por região, todas as grandes regiões tiveram expansão de emprego formal em 2007, sendo a distribuição: 1,392 milhão ou 7,68% no sudeste; 381,9 mil ou 6,17% no nordeste; 332,1 mil ou 5,38% no sul; 183,3 mil ou 6,39% no centro-oeste; e 162,5 mil ou 9,07% no norte (BRASIL, 2007).

O destaque, em termos absolutos dos estados, foi: 763,8 mil ou 7,40% em São Paulo; 292,2 mil ou 8,66% no Rio de Janeiro; 292,2 mil ou 7,80% em Minas Gerais; 127,6 mil ou 5,67% no Paraná; 105,1 mil ou 4,53% no Rio Grande do Sul; e 103,2 mil ou 6,3% na Bahia (BRASIL, 2007).

Oliveira (2015), economista do DIEESE, sinaliza momentos de mudanças no mercado de trabalho brasileiro sem, entretanto, romper com os elementos históricos marcantes. Uma dessas mudanças, foi a redução das taxas de desemprego a partir de 2006, “[...] que saem de patamares de dois dígitos, no início dos anos 2000, para um patamar em torno de 5%” (p. 2), aproximadamente.

O relevante aqui é destacar que, após três décadas com baixo crescimento (1980, 1990 e 2000), a primeira década do século XXI apresenta aquecimento econômico a partir de 2004, com repercussão sobre o mercado de trabalho, ainda que sem superar sua histórica desigualdade.

Pochmann (2002) mostra, com atenção, que o aquecimento do mercado de trabalho concentrou-se em trabalhos de baixa qualificação e remuneração como a construção civil, serviços de telemarketing e o emprego doméstico.

A desestruturação histórica desse mercado também não foi desfeita, pois, a informalidade tradicional associou-se às novas práticas, além da maior instabilidade da forma emprego, por conta da fragilização das relações trabalhistas, na medida em que as parcerias público-privada e a terceirização das atividades foram estimuladas nas instâncias do Estado, tanto para as iniciativas governamentais; quanto para a área privada.

O que inebriou o decênio, dificultando que se visse a reprodução da desestruturação do mercado de trabalho, foram dois importantes fatores

relacionados: o *boom* das *commodities*, no mercado internacional; e as políticas que favoreceram o aumento do consumo das famílias, política fiscal mais expansionista e relativo crescimento do investimento privado. Isso repercutiu nos gráficos do emprego, mesmo que mantendo a renda baixa, a desigualdade e a precarização (OLIVEIRA, 2015, p. 3).

Algum movimento da renda pode ser observado, sobretudo, por conta da política do salário mínimo, que garantiu reajuste anual e passou, ao final da década, a ser regulado por uma equação que envolvia, além da inflação, o crescimento do PIB do ano anterior. Isso levou a que os estudos evidenciassem “[...] o aumento do rendimento médio real e uma diminuição da desigualdade salarial. Isso acontece também entre 2004 e 2014 (OLIVEIRA, 2015, p. 3).

A motivação era lábil e o desaquecimento da economia mundial, a partir da crise das hipotecas norte-americanas (2008), pouco a pouco desconstruiu essa *bolha* de crescimento. A partir do último trimestre de 2008, o país sofreu forte impacto da crise mundial, em especial, sobre a exportação e o investimento que teve queda em 2009. A exportação de bens e serviços, que cresceu anualmente 3,3% entre 2006-2008, sofreu queda de 9,1%, em 2009; o investimento que aumentou em média 13,7%, em 2006-2008, caiu 6,7%, em 2009; o consumo público e privado de bens e serviços havia crescido 5,4%, em 2006-2008, e aumentou 4,1%, em 2009, ou seja, apenas desacelerou.

Em 2009, houve pequena queda do PIB e aumento em 2010, dando a impressão de que o governo brasileiro tinha o controle da atividade econômica. Entretanto, a partir de 2011, as tentativas de reerguer o PIB são fracassadas (IPEA, 2015), o que reforça um elemento central da nossa pesquisa sobre a interpretação de Marini (2011), já destacado anteriormente: a ausência de criação das próprias demandas pelos países latino-americanos que, historicamente, estão subordinados a atender as demandas dos mercados das economias capitalistas centrais e, portanto, constantemente vulneráveis às oscilações internacionais.

3.4 Octênio 2010 a 2018: nova etapa da flexibilização das relações de trabalho

Este período foi caracterizado, na pesquisa, como de intensificação do desemprego, do crescimento da informalidade e de revisão da legislação trabalhista, que regia o trabalho a mais de oitenta anos, numa ofensiva para a flexibilização das relações de trabalho no país. Ainda que tenhamos vivenciado um curto período de manutenção de taxas mais positivas na economia – entre 2010 e 2014 – não tivemos aumento dos ganhos do trabalho e nem de direitos trabalhistas.

O país chegou, no mês de maio de 2019, com o assustador número que 5,2 milhões de pessoas procurando trabalho há um ano ou mais, sendo que esse grupo representa 38,9% dos 13,4 milhões de desempregados no país (IBGE, 2019).

Aspectos do mercado de trabalho, reproduzidos do decênio anterior ganharam expressão nesse último período, são eles: precarização; terceirização; ausência de regulação pública e intensa automação no trabalho.

Uma dinâmica nova no mercado de trabalho é representada pelas atividades baseadas na “economia compartilhada”, que envolvem o uso de aplicativos na rede internacional de computadores (internet) para comprar e vender serviços, invisibilizando relações de trabalho. Isso ganhou expressão com o transporte de pessoas, serviços de entrega e variados outros serviços que podem ser acionados por meio de aplicativos, localizando o prestador na região em que o consumidor se encontra; já existem serviços estéticos, médicos e de cuidados veterinários desse porte.

No campo dos estudos do trabalho, o fenômeno vem sendo chamado de “uberização do trabalho”, em referência à primeira e mais pujante empresa transnacional norte-americana, nomeada Uber, que possui milhões de motoristas cadastrados que trabalham de forma autônoma e precarizada, encobrendo relações de trabalho.

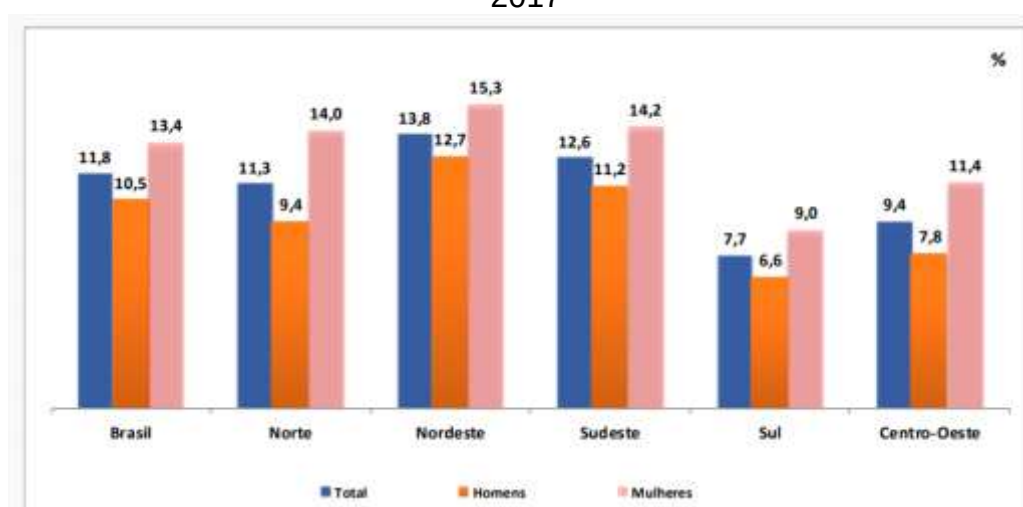
Segundo Abílio (2018, p. 1), “[...] a uberização é um novo passo tanto nas terceirizações, quanto na redução do trabalhador à pura força de trabalho, disponível, desprotegida, utilizada na exata medida das demandas do mercado”. Um fenômeno desse decênio, que vem ampliando sua influência em variados campos, baseado na moderna tecnologia. Porém, que reproduz elementos históricos da desestruturação do mercado de trabalho, como vimos expondo nesta tese.

Em relação ao crescimento econômico e a criação de postos de trabalho, até 2014, conforme já sinalizado, houve um período de crescimento dessas taxas que foram interrompidas, em 2015 e 2016, devida a forte recessão. Apenas em 2017 houve redução das taxas do saldo negativo, mas de modo tênue e volátil até os dias de hoje.

Ao olharmos com mais atenção para as condições das vagas criadas no período, afastamos qualquer possibilidade de comemoração, ou mesmo de análises otimistas, em relação ao mercado de trabalho brasileiro, já que as vagas criadas traduzem duas das três marcas que destacamos no início desta pesquisa, a saber: precarização e flexibilidade das relações de trabalho, além do acentuado desemprego.

Estudos da PNAD Contínua (IBGE, 2018) sobre as taxas de desocupação e as características da população desocupada (recorte para idade, escolaridade, cor e sexo), entre 2012 e 2017, revelaram que os índices mais elevados de desocupação atingiram a população mais jovem – entre 14 e 17 anos, com 39%, e entre 18 e 24 anos com 25,3%. Os grupos entre 25 e 39 anos tiveram 10,8% de taxa de desocupação; e o grupo entre 40 e 59 anos 7%. O único grupo que ficou abaixo da taxa nacional foi o de 60 anos ou mais, com 4,2%. O gráfico 22 traz uma comparação desses dados:

Gráfico 22-Taxa de Desocupação das Pessoas de 14 anos ou mais de Idade, na Semana de Referência, por Sexo, segundo as Grandes Regiões – 4º Trimestre de 2017

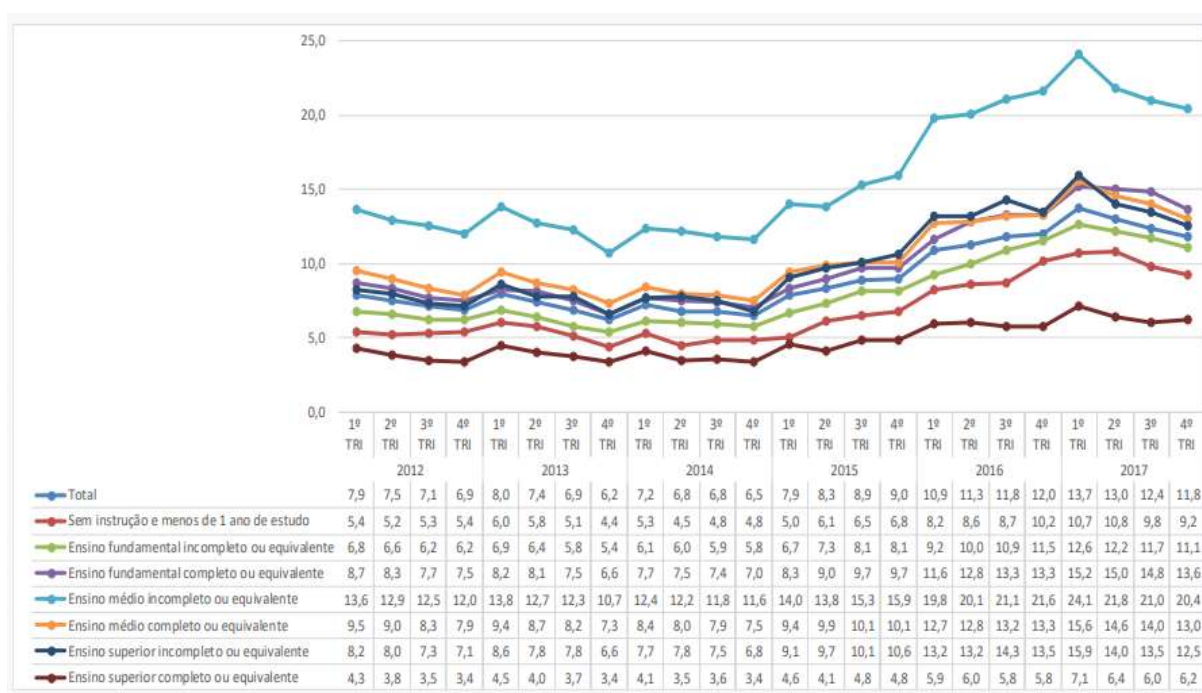


Fonte: IBGE, 2018.

Para as taxas de desocupação com recorte de escolaridade, no decorrer desse período analisado (entre 2012 e 2017), a maior taxa de desocupação foi verificada no grupo de trabalhadores com ensino médio incompleto, equivalendo a 20,4%, no primeiro trimestre de 2017 (IBGE, 2018).

Abaixo é possível ver, no gráfico 23, a taxa de desocupação com recorte de nível de instrução no Brasil entre 2012 e 2017.

Gráfico 23 - Taxa de Desocupação por nível de instrução no Brasil (2012 a 2017)

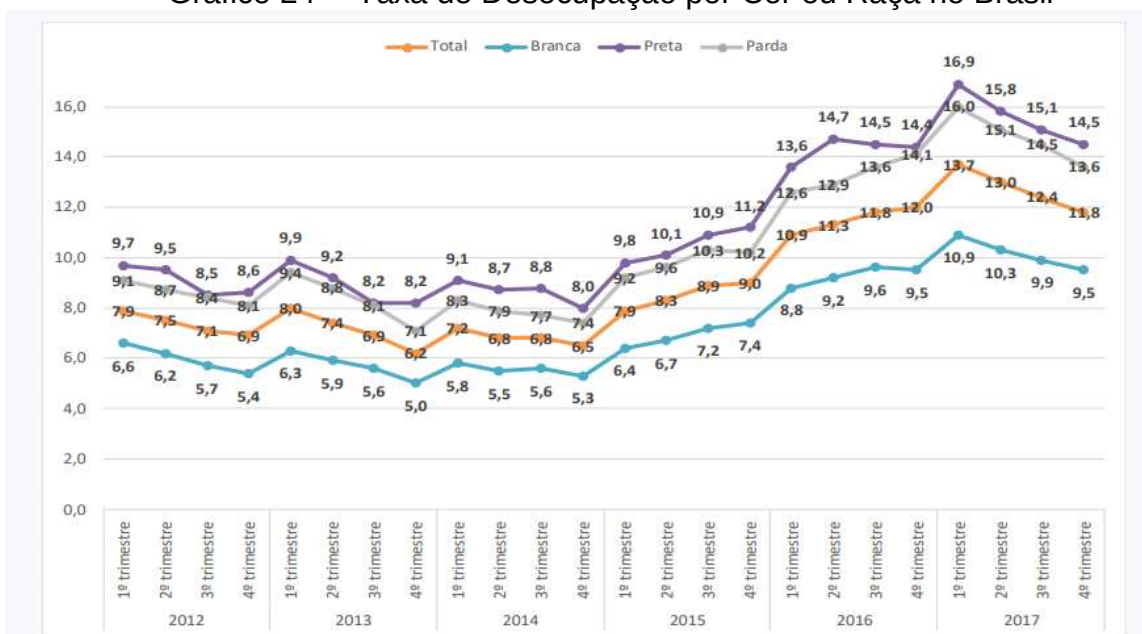


Fonte: IBGE, 2018.

As taxas de desocupação, segundo a cor, sinalizam que, no 4º trimestre de 2017, 63,8% dos desocupados, no país, eram não brancos (sendo que 11,9% respondiam por pretos), enquanto os brancos representavam 35,6%.

As análises da PNAD destacam que as taxas de desocupação, que atingem os trabalhadores não brancos (principalmente pretos e pardos), apresentam “[...] as estimativas mais elevadas ao longo de todo o período de coleta da PNAD Contínua” (IBGE, 2018, p. 34)”. O gráfico 24 abaixo mostra essa evolução:

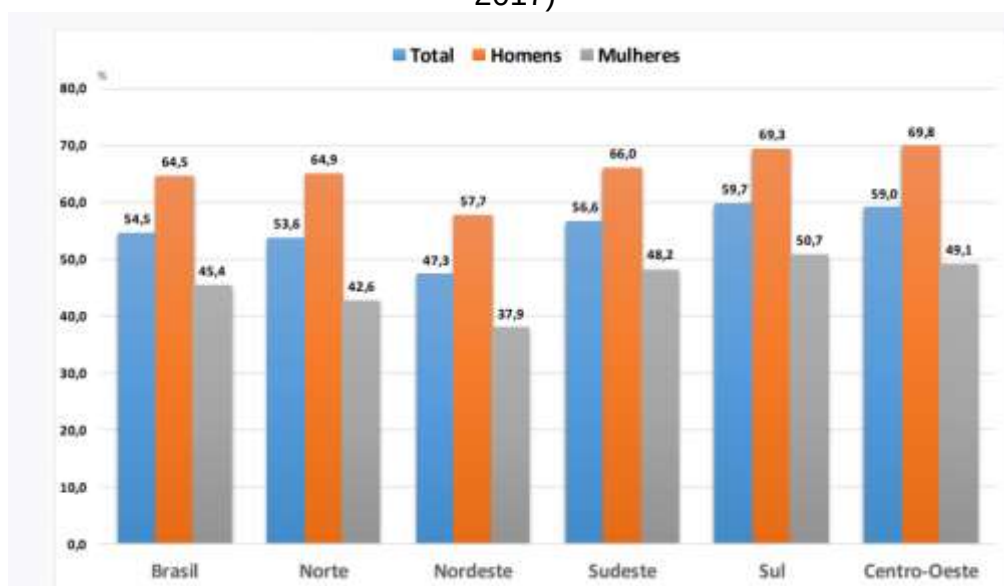
Gráfico 24 - Taxa de Desocupação por Cor ou Raça no Brasil



Fonte: IBGE, 2018.

Sobre as taxas de desocupação por sexo, esse levantamento da PNAD (IBGE, 2018) demonstra que as mulheres continuam sendo maioria na taxa de desocupados, ainda que tenha ocorrido aumento dos homens, conforme demonstra o gráfico 25 abaixo, com dados nacionais:

Gráfico 25 - Taxa de Desocupação das Pessoas de 14 anos ou mais de Idade, na semana de Referência, por Sexo, segundo as grandes Regiões (4º trimestre de 2017)



Fonte: IBGE, 2018.

No ano de 2014, o emprego formal cresceu 1,27%, em comparação, com 2013, corroborando com uma trajetória de crescimento do emprego formal dos últimos anos. Contudo, com ritmo menor (BRASIL, 2014). A tabela 06, abaixo, traz um panorama do número de empregos formais entre 1985 a 2014:

Tabela 7 - Número de Empregos, Variação Absoluta e Relativa no Brasil

Ano	Nº Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88
2009	41.207.546	1.765.980	4,48
2010	44.068.355	2.860.809	6,94
2011	46.310.631	2.242.276	5,09
2012	47.458.712	1.148.081	2,48
2013	48.948.433	1.489.721	3,14
2014	49.571.510	623.077	1,27

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

Em relação aos setores de atividade econômica, dos oito setores, cinco tiveram crescimento do nível de emprego, em 2014, sendo que o setor de serviços, novamente, contou com maior número de vagas (587,5 mil ou 3,51%), seguido do comércio (217,0 mil ou 2,28%). As maiores quedas foram verificadas na indústria de

transformação (-121,7 mil ou -1,47%) e na construção civil (-76,9 mil ou -2,66%). A agricultura teve relativa estabilidade, dentro da baixa evidenciada ao longo dos decênios estudados (99 postos ou 0,01%) (BRASIL, 2014).

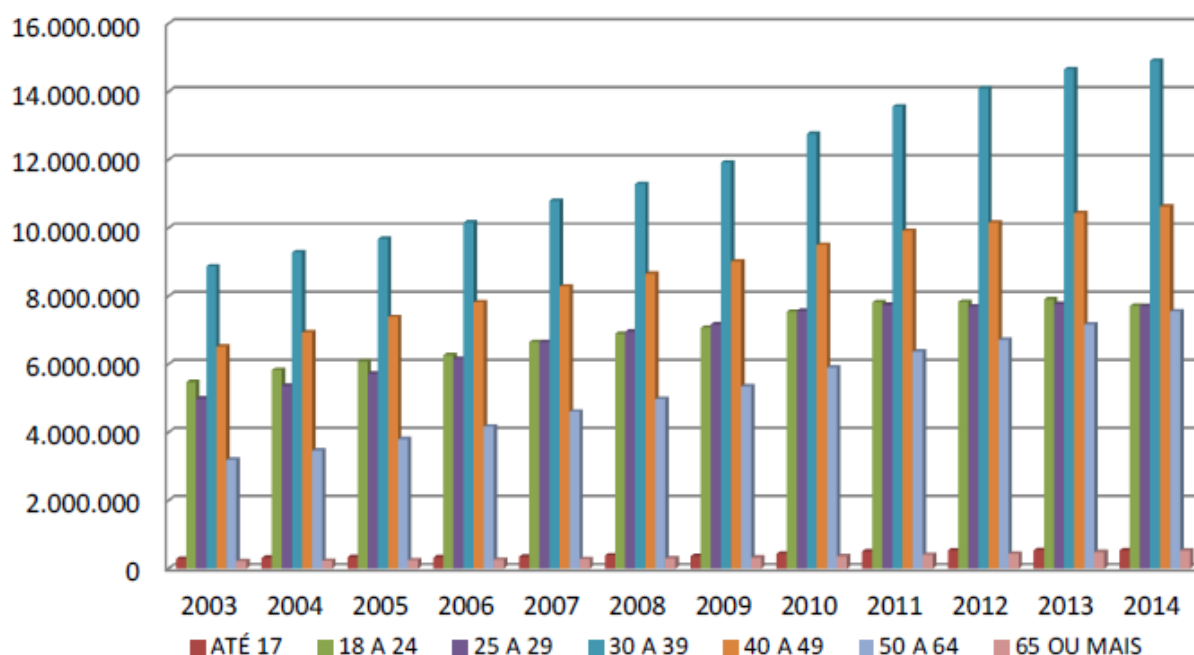
Os dados sinalizam expansão de empregos formais, em 2014, em todas as regiões, sendo que, em termos absolutos, o destaque foi no nordeste (206 mil) e, em seguida: o sudeste (169,5 mil), sul (134,9 mil), o norte (58,2 mil) e o centro-oeste (54,3 mil). O nordeste destacou-se, em termos relativos (2,31%), seguido do Norte (2,12%), Sul (1,60%), Centro-Oeste (1,28%) e Sudeste (0,69%) (BRASIL, 2014).

Quanto ao recorte por sexo, em 2014, há uma elevação do nível de emprego para as mulheres (2,35%), sendo 0,46% a taxa do emprego masculino. Apesar do número de empregos masculinos ser maior do que o feminino, em 2014, houve maior incremento de empregos femininos, correspondendo a 493 mil postos, sendo os postos masculinos 130 mil. Sendo assim, nesse período, há continuidade de aumento da participação das mulheres no mercado formal de trabalho (42,79% e 2013 e 43,25% em 2014). Em relação ao grau de instrução, a participação das mulheres com grau superior incompleto e superior completo continuam superando a dos homens (BRASIL, 2014).

O recorte de emprego formal por faixa etária, em 2014, aponta concentração nos trabalhadores entre 30 e 49 anos (51,1% do total). Nesse ano, houve aumento de vagas para esse público etário, em contraposição, à diminuição para a faixa etária entre 17 e 29 anos (BRASIL, 2014).

Neste ano, o desemprego formal atingiu mais a população jovem, seguindo a tendência já sinalizada do período compreendido entre 2012 e 2017.

Gráfico 26 - Evolução do Saldo de Emprego, segundo Faixa Etária (2003 a 2014)



Fonte: RAIS/MTE, 2014.

Os dados sobre os jovens acentuam o drama social das novas gerações, que, no interior, das famílias proletarizadas vivenciam um destino incerto para subsistência, na atualidade e no futuro, tendo em vista a acentuação da reprodução social mercantilizada.

A taxa de desemprego de jovens é muito alta, e diminuirá em ritmo lento se continuar a elevada rotatividade da mão de obra no emprego. Entre os jovens, pesam muito o trabalho não remunerado em ajuda de negócios próprios de outros membros da família e o emprego sem carteira profissional. A continuação do crescimento da economia e do emprego formal irá progressivamente diminuindo, entre os jovens, a taxa de desemprego e os pesos do trabalho não remunerado e do emprego sem carteira profissional. Já a permanência do adulto no emprego formal pressupõe uma maior frequência de postos de trabalho com exigências especiais de qualificação e a redução da rotatividade da mão de obra no emprego, mesmo em postos de trabalho sem exigências especiais de qualificação, o que tende a ocorrer com a continuação do crescimento da economia, mas pode exigir mais organização dos trabalhadores para reivindicar coletivamente melhores condições de trabalho e remuneração, ampliando a fração dos empregos permanentes (IPEA, 2015, p. 26).

Quanto à remuneração, a RAIS evidencia os dados com recorte por região, sexo, escolaridade e cor. Quanto ao recorte por região, revela que todas tiveram

ganhos, em 2014: sul (2,64%); Nordeste (2,47%); Norte (2,18%); Sudeste (1,58%) e Centro-Oeste (0,81%). (BRASIL, 2014)

Os dados sobre remuneração, segundo o sexo, apontam a continuidade de aumento do crescimento dos rendimentos médios dos homens, em comparação com os ganhos das mulheres. Para os homens, a comparação foi de R\$ 2.603,87, em 2013, para R\$ 2.651,52, em 2014; para as mulheres, foi de R\$ 2.144,20, em 2013, para R\$ 2.184,65, em 2014 (BRASIL, 2014).

A remuneração por grau de instrução sinaliza que, em 2014, as maiores elevações, em termos relativos, ocorreram nas faixas mais baixas de escolaridade: analfabeto, com 1,69%; até 5º ano incompleto, com 1,23; até o 5º ano fundamental completo, com 1,85%; e do 6º ao 9º ano fundamental incompleto, com 1,12%) (BRASIL, 2014).

Já a remuneração para os trabalhadores com ensino superior incompleto e completo teve queda de 1,30% e 1,15%, em 2013 e 2014, respectivamente. Já a remuneração com recorte de cor, as pesquisas apontam aumento do emprego formal para pardos (4,52%) e pretos (2,66%), com redução para brancos (1,54%), em 2014. (BRASIL, 2014).

Em números absolutos, repetindo a situação dos anos anteriores, o maior número de empregos formais foi preenchido por pardos (566,5 mil), sendo que, ao longo dos anos, a participação de pardos passou de 29,85%, em 2011, para 32,28%, em 2014. Trabalhadores pretos tiveram 2,1% de milhões de empregos, em 2014, ou 5,13% do total de vínculos (BRASIL, 2014).

Novamente, os dados confirmam uma situação que persiste no mercado de trabalho brasileiro: ainda que haja períodos de aumento de vagas de trabalho, as ofertas continuam priorizando os níveis mais baixos de escolaridade, assim como, perpetuam a diferença salarial entre homens e mulheres, em detrimento de um ganho mais elevado para o primeiro grupo, ainda que a inserção das mulheres, no mercado de trabalho, seja maior.

Outro aspecto muito importante, refere-se ao aumento de empregos formais para não brancos (em especial, pardos e pretos, respectivamente), demonstrando um forte recorte de sexo e cor para o preenchimento das vagas criadas: homens não brancos. Isso não é tão relevante, se considerarmos a qualidade das relações de trabalho e renda dessas ocupações.

Por outro lado, os dados continuam mostrando o elevado nível de fragilidade da mulher no mercado de trabalho brasileiro, na medida em que a criação de postos de trabalho formais não é acompanhada de aumento de renda, ou de postos de trabalho com regulação pública, mantendo, dessa forma, as mulheres em ocupações sem proteção social, que gera um vínculo precário de trabalho.

Chamamos atenção para este período compreendido entre 2004 e 2014, que sinaliza elementos que, se não forem considerados e analisados de forma cuidadosa e crítica, há o risco da consideração, apenas dos dados, chamar atenção, somente, para o aumento do emprego, sem considerar as especificidades dessas vagas ocupadas: crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho com maior escolaridade e continuidade de rendimento mais baixos do que dos homens; aumento do desemprego entre os jovens; crescimento de vagas ocupadas por trabalhadores com baixa escolaridade e com baixa remuneração.

O ano de 2014 marca uma inflexão importante, com o início de uma fase de queda do número de empregos formais. Sobre o triênio 2014/2016, as análises da RAIS apontam como sendo o desdobramento da crise econômica – desencadeada pela crise financeira internacional, que freou a demanda por *commodities* e pela baixa dos preços de alguns itens como petróleo e ferro – atingindo, em cheio, o mercado de trabalho do país. O ano de 2016 foi o ápice dessa crise, podendo ser traçado um paralelo negativo com o triênio 1990/1992 (BRASIL, 2017).

No ano 2015, o emprego formal sofreu queda de 3,95% (ou 1.510.703, em termos absolutos), em relação ao mesmo período de 2014 (BRASIL, 2015). Em 2016, a queda do emprego formal foi de -4,2%, alcançando 46,1 milhões de vínculos ativos (BRASIL, 2017). As duas tabelas abaixo, 07 e 08, trazem a evolução do crescimento das vagas de emprego a cada ano:

Tabela 8 - Brasil: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa (1990/2016)

Ano	Nº Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,3
1991	23.010.793	-187.863	-0,8
1992	22.272.843	-737.950	-3,2
1993	23.165.027	892.184	4,0
1994	23.667.241	502.214	2,2
1995	23.755.736	88.495	0,4
1996	23.830.312	74.576	0,3
1997	24.104.428	274.116	1,2
1998	24.491.635	387.207	1,6
1999	24.993.265	501.630	2,1
2000	26.228.629	1.235.364	4,9
2001	27.189.614	960.985	3,7
2002	28.683.913	1.494.299	5,5
2003	29.544.927	861.014	3,0
2004	31.407.576	1.862.649	6,3
2005	33.238.617	1.831.041	5,8
2006	35.155.249	1.916.632	5,8
2007	37.607.430	2.452.181	6,9
2008	39.441.566	1.834.136	4,9
2009	41.207.546	1.765.980	4,5
2010	44.068.355	2.860.809	6,9
2011	46.310.631	2.242.276	5,1
2012	47.458.712	1.148.081	2,5
2013	48.948.433	1.489.721	3,1
2014	49.571.510	623.077	1,3
2015	48.060.807	-1.510.703	-3,1
2016	46.060.198	-2.000.609	-4,2

Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Tabela 9 - Brasil: Número de Empregos Formais por Tipo de Vínculo (2010 a 2016)

Tipo Vínculo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Celetista Prazo Indeterminado ⁶⁵	34.370.094	36.394.115	37.651.484	38.644.834	39.186.985	37.848.304	36.232.407
Celetista Prazo Determinado ⁶⁶	355.155	376.930	368.644	378.458	380.920	355.321	348.201
SUBTOTAL CELETISTA	34.725.249	36.771.045	38.020.128	39.023.292	39.567.905	38.203.625	36.580.608
Estatutário	6.387.813	6.346.289	6.503.531	6.685.757	6.783.440	6.619.260	6.632.711
Estatutário RGPS	797.277	887.588	929.393	937.704	984.678	1.023.810	1.008.822
Estatutário não Efetivo	1.393.320	1.470.860	1.119.017	1.343.159	1.241.009	1.230.319	949.913
SUBTOTAL ESTATUTÁRIO	8.578.410	8.704.737	8.551.941	8.966.620	9.009.127	8.873.389	8.591.446
Avulso	83.794	78.598	75.420	77.208	71.454	68.441	58.022
Temporário	229.939	191.521	185.321	189.176	156.502	119.737	109.409
Aprendiz	192.959	250.904	294.221	327.054	361.290	377.414	368.818
Diretor	22.801	21.832	21.973	23.573	18.496	17.143	16.123
Contrato Prazo Determinado	55.838	66.611	61.277	72.692	79.555	68.721	60.874
Contrato Tempo Determinado	5.604	23.547	29.940	31.583	32.329	30.474	28.937
Contrato Lei Estadual	43.686	53.346	82.617	61.320	87.954	109.489	103.696
Contrato Lei Municipal	130.075	148.490	135.874	175.915	186.898	192.374	142.265
SUBTOTAL OUTROS	764.696	834.849	886.643	958.521	994.478	983.793	888.144
TOTAL	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198

Fonte: RAIS/MTE, 2017.

As análises desses dados mostram que houve retração de empregos em todas as regiões brasileiras, com maior intensidade no norte e no nordeste, em 2016. Ao comparar as estatísticas com 2015, norte, nordeste e sudeste tiveram perdas de emprego superior à média nacional (-4,2%), sendo que esse processo foi,

⁶⁵ Inclui vínculos empregatícios por prazo indeterminado firmados por empregados urbanos ou rurais, juntamente a empregadores, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica (RAIS, 2017).

⁶⁶ Inclui vínculos empregatícios por prazo determinado firmados por empregados urbanos ou rurais juntamente a empregadores, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica (RAIS, 2017).

proporcionalmente, mais intenso no norte e nordeste (-5,3% e -5,2%, respectivamente) (BRASIL, 2017).

Em relação aos empregos por setor de atividade econômica, o ano de 2016 registrou retração em todos os setores. Os maiores números de empregos estavam concentrados nos setores de serviços (36,3% ou 16,7 milhões), comércio (20,1% ou 9,3 milhões) e administração pública (19,2% ou 8,8 milhões). Esses três setores, juntos, correspondiam a 75,6% dos empregos formais no país. Se comparado com 2015, as maiores perdas foram verificadas no setor da construção civil (-18% ou - 437,3 mil), indústria extrativa (-8% ou -19,2 mil) e indústria da transformação (-5,5% ou -419 mil) (BRASIL, 2017). Analisando esses dados, a RAIS aponta que:

Observando a série histórica 2010/16, destacam-se dois processos: por um lado, o crescimento relativo e absoluto dos setores de Comércio e Serviços como principais empregadores e uma retração relativa e absoluta da participação da Indústria de Transformação, da Construção Civil e da Administração Pública no estoque de empregos formais. Juntos, os setores de Serviços e Comércio ampliaram sua participação de 51,6% (2010) para 56,4% (2016), incremento de +4,8 p.p., da ordem de +3,2 milhões de empregos. Por sua vez, Indústria de Transformação, Construção Civil e Administração Pública assistiram à redução de seus estoques de empregos de 43,8% (2010) para 39,0%, (2016), diminuição de -4,8 p.p. (-1,4 milhão de empregos) (BRASIL, 2017, p. 9).

Tabela 10- Brasil: Vínculos Empregatícios segundo Setor Econômico (2010/16)

Setor:	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2015/16
Extrativa mineral	211.216	231.389	259.297	261.383	257.606	240.488	221.331	-8,0%
Indústria de transformação	7.885.702	8.113.805	8.148.328	8.292.739	8.171.022	7.566.900	7.148.013	-5,5%
SIUP	402.284	412.741	423.277	444.674	450.098	447.385	429.435	-4,0%
Construção Civil	2.508.922	2.750.173	2.832.570	2.892.557	2.815.686	2.422.664	1.985.404	-18,0%
Comércio	8.382.239	8.842.677	9.226.155	9.511.094	9.728.107	9.532.622	9.264.904	-2,8%
Serviços	14.345.015	15.372.455	16.167.385	16.726.013	17.313.495	17.151.312	16.708.852	-2,6%
Administração Pública	8.923.380	9.103.601	8.937.443	9.340.409	9.355.833	9.198.875	8.826.040	-4,1%
Agropecuária	1.409.597	1.483.790	1.464.257	1.479.564	1.479.663	1.500.561	1.476.219	-1,6%
TOTAL	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	-4,2%

Unidade: milhão

Fonte: RAIS/MTE, 2017.

A retração também foi registrada no emprego para homens e mulheres em 2016 que, em comparação com 2015, amargou a redução de -4,9% ou -1,3 milhão de empregos para os homens e de -3,6% ou -736,5 mil para as mulheres, sendo os homens, proporcionalmente, mais afetados do que as mulheres. O período entre 2010 e 2016 registrou ampliação da participação das mulheres na força de trabalho ocupada (BRASIL, 2017).

Lembrando o que já foi tratado anteriormente, apesar do aumento das vagas ocupadas por mulheres, esse público possui maior escolaridade que os homens e possuem ganhos menores.

Tabela 11 - Brasil: Emprego, segundo Sexo nos anos de 2010 a 2016

Sexo:	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2015/16
Homem	25.752.758	26.908.359	27.302.180	28.003.631	28.133.650	27.061.695	25.797.585	-4,9%
Mulher	18.315.597	19.402.272	20.156.532	20.944.802	21.437.860	20.999.112	20.262.613	-3,6%
Total	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	-4,2%

Fonte: RAIS/MTE, 2017.

A relação entre emprego e faixa etária também registrou retração, exceto para os maiores de 65 anos. As maiores taxas de vínculos empregatícios foram registradas entre 30-39 anos (30,9% ou 14,2 milhões), seguida das 40-49 anos (22,2% ou 10,2 mil), 50-64 anos (16,5% ou 7,6 milhões), 25-29 anos (14,6% ou 6,7 milhões), 18-24 anos (13,8% ou 6,4 milhões), 65 anos ou mais (1,3% ou 599) e até 17 anos (0,7% ou 335,0 mil).

Esses números de 2016, comparados com 2015, trazem uma redução de empregos maior para as faixas etárias mais jovens, sendo as taxas mais afetadas até 17 anos (-21,5% ou -91,4 mil), após o grupo entre 18-24 anos (-9,6% ou -675,3 mil), 25-29 anos (-6,9% ou -499,1 mil), 30-39 anos (-3,1% ou -450,8 mil), 40-49 anos (-2,3% ou -236,5 mil) e 50-64 anos (-0,9% ou -72,4 mil). Só não houve retração na faixa etária de 65 anos ou mais, com saldo positivo de 4,3% ou 24,9 mil empregos (BRASIL, 2017).

Estes dados da RAIS, entre 2010 e 2016, reforçam o gradual processo de envelhecimento da força de trabalho: os trabalhadores até 29 anos tiveram redução de emprego, de 35,5% para 29,2%; os trabalhadores com mais de 30 anos tiveram aumento de participação, de 64,7% para 70,8%. Como resultado desse processo, houveram mais trabalhadores empregados com mais de 50 anos (8,2 milhões), do que trabalhadores empregados com até 24 anos (6,7 milhões), em 2016. (BRASIL, 2017)

Tabela 12 - Brasil: Emprego, segundo a Faixa Etária (2010 a 2016)

Faixa Etária:	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2015/16
Até 17	436.648	502.235	531.618	538.426	533.881	426.157	334.720	- 21,5 %
18 a 24	7.542.292	7.820.740	7.828.573	7.906.014	7.714.970	7.041.524	6.366.269	- 9,6%
25 a 29	7.565.286	7.738.086	7.695.450	7.765.329	7.710.983	7.233.133	6.734.061	- 6,9%
30 a 39	12.763.418	13.562.142	14.094.347	14.663.486	14.904.707	14.670.733	14.219.901	- 3,1%
40 a 49	9.499.998	9.913.632	10.157.126	10.428.627	10.626.574	10.454.459	10.217.972	- 2,3%
50 a 64	5.899.157	6.370.604	6.717.156	7.161.535	7.551.664	7.660.482	7.588.127	- 0,9%
65 ou mais	361.387	402.753	434.101	484.704	528.481	574.102	598.960	4,3%
Não classificado	169	439	341	312	250	217	188	- 13,4 %
Total	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	- 4,2%

Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Quanto aos dados sobre a relação entre emprego e escolaridade, em 2016, observamos que todas as faixas etárias registraram retração, exceto o público com ensino superior completo. Nesse ano, as maiores taxas de vínculos de empregos eram para os trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto (54,2% ou 25 milhões), após vem os trabalhadores com ensino superior completo ou incompleto (25,3% ou 11,7 milhões), seguido de trabalhadores com ensino fundamental incompleto (10,7% ou 4,9 milhões) e trabalhadores com ensino fundamental completo (9,7% ou 4,5 milhões). A soma dos trabalhadores com ensino médio completo e com ensino superior completo corresponde a 69% dos empregos com vínculos em 2016 (BRASIL, 2017).

A comparação dos anos, entre 2010 e 2016, traz uma progressiva trajetória de elevação da escolaridade da força de trabalho, no Brasil. Constatação que pode

ser verificada a partir dos seguintes dados: trabalhadores com escolaridade até o ensino fundamental completo passaram de 29,6% para 20,5%; trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto passaram de 49,8% para 54,2%; e os trabalhadores com ensino superior completo ou incompleto passou de 20,6% para 25,3%, apresentando maior destaque de crescimento, conforme demonstra a tabela abaixo (BRASIL, 2017). É interessante perceber, mesmo reproduzindo a precariedade das relações de trabalho e desemprego, os trabalhadores responderam as políticas de escolarização ao longo desses decênios e ampliaram a formação da força de trabalho brasileira.

Tabela 13 - Brasil: Emprego, segundo Escolaridade (2010/16)

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variã o 2015/16
Fundament al Incompleto	Analfabeto	222.251	179.024	168.913	163.039	156.579	158.146	141.402	-10,6%
	Até 5ª Incompleto	1.566.581	1.622.915	1.552.101	1.514.951	1.445.544	1.311.705	1.156.684	-11,8%
	5ª Completo Fundament al	2.001.548	1.949.437	1.802.377	1.684.460	1.537.913	1.383.670	1.212.177	-12,4%
	6ª a 9ª Fundament al	3.447.128	3.419.149	3.294.414	3.200.199	3.021.756	2.737.829	2.437.051	-11,0%
	SUBTOTAL	7.237.508	7.170.525	6.817.805	6.562.649	6.161.792	5.591.350	4.947.314	-11,5%
Fundament al Completo	Fundament al Completo	5.798.913	5.719.587	5.604.327	5.598.269	5.359.976	4.893.176	4.472.286	-8,6%
	SUBTOTAL	5.798.913	5.719.587	5.604.327	5.598.269	5.359.976	4.893.176	4.472.286	-8,6%
Médio (completo ou incompleto)	Médio Incompleto	3.497.540	3.645.611	3.692.042	3.723.884	3.653.295	3.403.809	3.083.820	-9,4%
	Médio Completo	18.443.083	20.017.322	20.996.292	22.137.706	22.851.703	22.588.147	21.896.553	-3,1%
	SUBTOTAL	21.940.623	23.662.933	24.688.334	25.861.590	26.504.998	25.991.956	24.980.373	-3,9%
Superior (completo ou incompleto)	Superior Incompleto	1.819.366	1.899.665	1.901.385	1.879.225	1.869.099	1.852.266	1.786.262	-3,6%
	Superior Completo	7.271.945	7.857.921	8.446.861	9.046.700	9.675.645	9.732.059	9.873.963	1,5%
	SUBTOTAL	9.091.311	9.757.586	10.348.246	10.925.925	11.544.744	11.584.325	11.660.225	0,7%
TOTAL	TOTAL	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	-4,2%

Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Considerando a evolução negativa do rendimento do trabalho, no Brasil, a partir do final de 2014, esses dados sobre a relação entre emprego formal, no Brasil, e escolaridade, apontam que os postos de trabalho formal têm absorvido uma força de trabalho mais qualificada, porém, sem elevação salarial. Demonstrando que a precarização, também, atinge os postos formais mais escolarizados e não, apenas, os trabalhos informais de baixa diplomação ou qualificação.

Considerando os dados do emprego formal, segundo a cor, os dados de 2016 demonstram retração para todas as cores. Trabalhadores brancos tiveram maior quantidade de vínculos empregatícios (42,3% ou 19,5 milhões), seguido dos

trabalhadores pardos (26,6% ou 12,3 milhões), trabalhadores pretos (4,2% ou 1,9 milhão), amarelos (0,6% ou 174,4 mil) e indígenas (0,2% ou 75,4 mil). Quanto aos trabalhadores não classificados e/ou não autodeclarados, tivemos um percentual nada desprezível de 26,2% ou 12,1 milhões (BRASIL, 2017).

O intervalo entre 2010 e 2016 indica um processo de redução de trabalhadores brancos nos empregos formais e, ao mesmo tempo, um crescimento relativo da participação dos trabalhadores pardos. Os dados apontam que trabalhadores autodeclarados brancos ocupavam 48,1% dos empregos formais, em 2010 (21,2 milhões), e passou para 42,3%, em 2016 (19,5 milhões). Enquanto os trabalhadores autodeclarados pardos passaram de 23,2% (10,3 milhões) de vínculos formais, em 2010, para 26,6% (12,3 milhões), em 2016 (BRASIL, 2017).

Tabela 14 - Brasil: Emprego, segundo Raça/Cor (2010/16)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variã o 2015/16
Indígena	86.900	84.692	91.487	97.951	93.742	86.985	75.407	-13,3%
Branca	21.189.977	21.905.334	22.087.406	22.142.660	21.801.558	20.639.264	19.469.440	-5,7%
Preta	1.846.873	1.930.590	1.975.115	2.027.562	2.081.464	2.009.048	1.917.113	-4,6%
Amarela	257.871	262.860	308.331	331.683	321.716	319.693	274.407	-14,2%
Parda	10.285.746	11.224.753	11.884.505	12.528.673	13.095.217	12.785.556	12.264.691	-4,1%
Não Identificada	1.822.578	2.197.665	2.559.927	2.853.284	3.168.686	3.346.872	3.467.694	3,6%
Não classificado	8.578.410	8.704.737	8.551.941	8.966.620	9.009.127	8.873.389	8.591.446	-3,2%
Total	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	-4,2%

Fonte: RAIS/MTE, 2017.

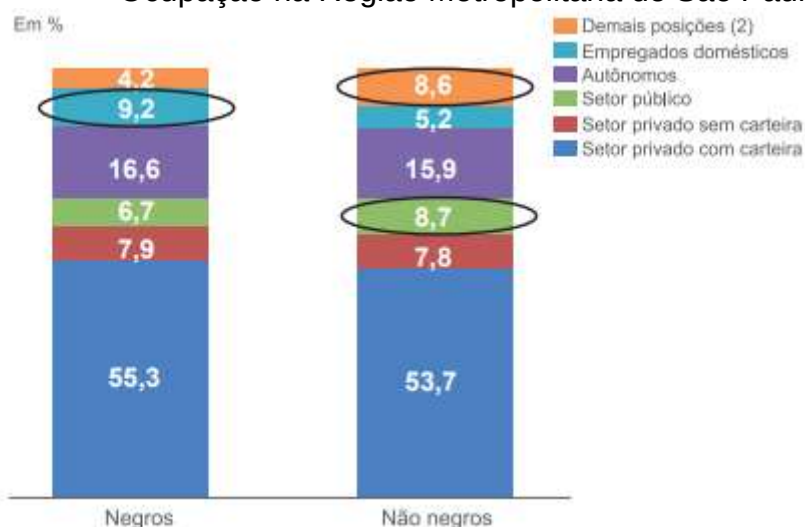
Os dados trazidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED apontam que as ocupações não formalizadas e independentes cresceram entre os trabalhadores negros. Os estudos são da região metropolitana de São Paulo (apesar desse dado não ser nacional, traz uma importante sinalização) e apontam para as

diferenças de inserção de negros e não negros no mercado de trabalho, em 2016 (PED, 2017).

Apesar da verificação dos últimos dois anos de aumento do desemprego para todos os grupos sociais, se considerarmos o recorte cor, esse movimento foi mais intenso para os negros. O estudo revela que a taxa de desemprego entre os trabalhadores negros, cresceu em 2016 de 14,9% para 19,4% na região metropolitana de São Paulo; já a taxa de desemprego, para os não negros, avançou de 12% para 15,2%. Se recortamos por sexo, veremos que a taxa de desemprego eleva-se para as mulheres: o desemprego entre as mulheres negras era de 16,3%, em 2015, e aumentou para 20,9%, em 2016, sendo, portanto, superior à dos homens que, no mesmo período de referência, passou de 13,7% para 18% (PED, 2017).

É importante observarmos, de acordo com os dados do PED (2017), a maior inserção de trabalhadores negros, nas atividades domésticas, e de menor representatividade, no setor público. Em relação ao setor de atividade da economia paulista, há crescente participação dos negros, no setor de serviços, que teve ocupação de 58% de negros e 60,5% de não negros, em 2016. Outras diferenças entre negros e não negros: maior concentração de negros no setor de construção (8,6% de negros e 5,5% de não negros); e menor participação no setor da indústria (14,5% de negros e 15,2% de não negros). O gráfico 27 expõe esses dados:

Gráfico 27- Distribuição dos Ocupados por Raça/Cor segundo Posição na Ocupação na Região Metropolitana de São Paulo (2016)



Fonte: SEADE, 2017.

Cabe lembrar a constatação, já realizada nesta pesquisa, de que, na década de 1990, fase em que teve início a tendência de aumento de trabalhadores nos setores de serviços e comércio e diminuição do setor da indústria, em que constatou-se uma não diminuição do rendimento do trabalho no setor da indústria, em detrimento da diminuição dos outros dois setores (serviços e comércio).

Se considerarmos que há uma maior incidência de negros, no setor de serviços, e maior incidência de brancos, na indústria, temos fortes indícios para entender a forma subalternizada dos trabalhadores não brancos no mercado de trabalho e, assim, entender a discrepância do desequilíbrio de rendimentos entre os setores da indústria e de serviços. Reforçando, dessa forma, o fato de que o crescimento dos empregos no setor de serviços e a maior inserção de negros e pardos, já são elementos observados na realidade do país e não, apenas, na região metropolitana de São Paulo.

A pesquisa do PED, da região metropolitana de São Paulo, em 2016, mostra, ainda, que as ocupações dos negros, quanto aos rendimentos, equivalem a 67,8% dos não negros. Esses dados significam uma maior inserção dos trabalhadores negros nos setores econômicos em que, tradicionalmente, os rendimentos são mais baixos: construção, trabalho autônomo e doméstico; e uma maior inserção de trabalhadores não negros nos setores que pagam salários mais altos: indústria, alguns ramos dos serviços, setor público e o agregado, que reúne empresários e profissionais universitários autônomos, entre outros). Se inserirmos recorte de gênero nesses dados, ou seja, mulher negra, as discrepâncias ficam, ainda, mais evidentes (PED, 2017).

Se considerarmos os recortes de cor e escolaridade, constatamos que, quanto maior a escolaridade, maior a diferença de rendimentos entre negros e não negros. A mesma pesquisa do PED (2017) sobre a região metropolitana, sinaliza que as políticas públicas para a população negra de acesso à educação, em especial do ensino superior público, e as políticas de combate à discriminação racial, foram importantes para a tentativa de reduzir as desigualdades entre negros e não negros.

Apesar desse resultado, algumas desigualdades ainda persistem, pois são histórico-estruturais, principalmente, se considerarmos os níveis mais elevados de escolaridade. O tempo médio de estudo dos ocupados, com 25 anos e mais, em

2016, era de 10,2 anos. Entretanto, a média para os negros era de 9,2 anos; e, para os não negros, de 10,8 anos. Cabe a ressalva de que a diferença sinalizada já foi maior, contudo, vem se reduzindo, mas, a distância entre negros e não negros ainda permanece, a exemplo dos dados de 2016, que trazem, do total de ocupados com ensino superior completo, 10,6% eram negros; enquanto 25,6% não negros (mais que o dobro) (PED, 2017).

Retomando o quadro nacional, quanto aos dados mais atuais do mercado de trabalho, de acordo com dados do CAGED (2019), o país fechou o ano de 2018 com saldo positivo de empregos formais, somando 529,5 mil novos empregos, sendo “o melhor resultado desde 2013 e o primeiro saldo positivo desde 2014, quando houve geração de 420,6 mil empregos formais (p. 1).”

Nos meses de 2018, o emprego formal cresceu em todas as regiões do país, exceto no mês de dezembro, que teve queda, sendo o mês, historicamente, um período de retração, com destaque, apenas, para o setor de comércio). Apesar disso, dezembro de 2018 foi o segundo melhor desde dezembro de 2007. O maior número ficou com o sudeste (1,27% ou 251,7 mil), seguido do sul (1,45% ou 102,2 mil), Nordeste (1,3% ou 80,6 mil), centro-oeste (2,14% ou 66,8 mil) e norte (1,65% ou 28,1 mil) (CAGED, 2019).

Nos setores de atividade, o setor de serviços continua liderando o número de empregos formais (2,38% ou 398,6 mil), seguido do comércio (1,13% ou 102 mil), construção civil (0,89% ou 17,9 mil) e serviços industriais de utilidade pública (1,95% ou 7,8 mil). Outros setores de atividade econômica apresentaram os seguintes dados de crescimento: agropecuária 0,21% ou 3,245; indústria de transformação 0,04% ou 2,6 mil; extração mineral 0,78% ou 1,4 mil. Já a administração pública federal, apresentou retração de -0,54% ou -4,1 mil vagas (CAGED, 2019).

O CAGED (2019), também, apresenta dados sobre os desdobramentos da reforma trabalhista⁶⁷, apontando que, no decorrer de 2018, houve registros de 163,7 mil desligamentos decorrentes de acordo entre empregador e empregado, sendo os valores relativos e absolutos por setor distribuídos da seguinte forma: serviços

⁶⁷ A reforma trabalhista, Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, adequando a legislação às novas relações de trabalho. Lei na íntegra disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm> (BRASIL, 2017a).

(48,9% ou 80,1 mil), comércio (24,6% ou 40,2 mil), indústria da transformação (16% ou 26,1 mil), construção civil (5,7% ou 9,2 mil) e agropecuária (3,6%).

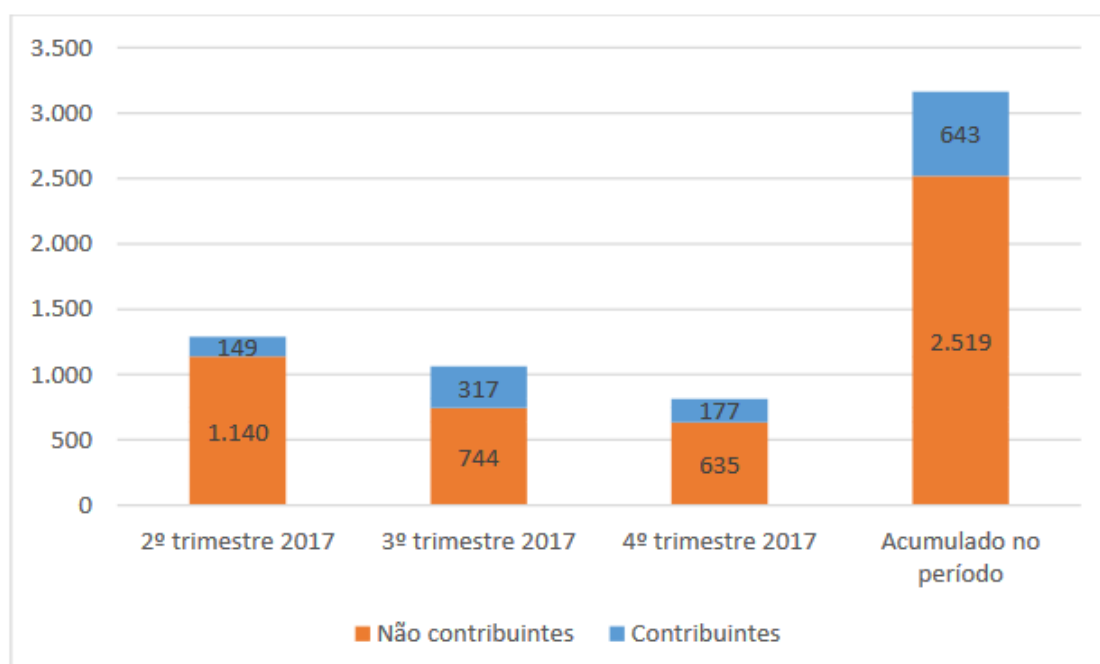
Na modalidade de trabalho intermitente, foram 69,9 mil admissões de trabalhadores e 19,9 mil desligamentos. Sendo assim, um saldo de 50 mil empregos divididos pelos seguintes setores: serviços (43,7% ou 21,8 mil), comércio (24,5% ou 12,2 mil), construção civil (16,8% ou 8,3 mil) e indústria da transformação (12,9% ou 6,4 mil) (CAGED, 2019).

Quanto à modalidade de trabalho parcial, o registro, em 2018, foi de 68,9 mil admissões e 47,5 mil desligamentos, tendo 21,3 mil novos empregos nessa modalidade, distribuídos nas seguintes atividades por setor econômico: serviços (56,7% ou 12,1 mil), comércio (30,7% ou 6,5 mil) e na indústria de transformação (7,9% ou 1,6 mil).

Já sinalizamos que o período é marcado pela reprodução de tendências do tipo crescimento da informalidade; queda dos ganhos reais dos trabalhadores; continuidade do crescimento das vagas de trabalho nos setores de comércio e de serviços, em detrimento do setor industrial; crescimento da terceirização; aumento da flexibilização das relações de trabalho; diferenciação salarial entre homens e mulheres, com desvantagem para o segundo grupo, mesmo sem possuir maior escolaridade; forte impacto do desemprego para os jovens.

Ainda que a criação de vagas tenha aumentado em 2017, essa não foi acompanhada pelo aumento dos salários, nem por garantias de direitos trabalhistas, dada a criação das vagas sem contribuição para a previdência social. Entre os segundo, terceiro e quarto trimestre de 2017, do total de 3,1 milhões de vagas de empregos, criadas no Brasil, cerca de 2,5 milhões não possuíam proteção previdenciária, evidenciando o aumento da precarização do trabalho no país, conforme pode ser verificado no gráfico 28 a seguir:

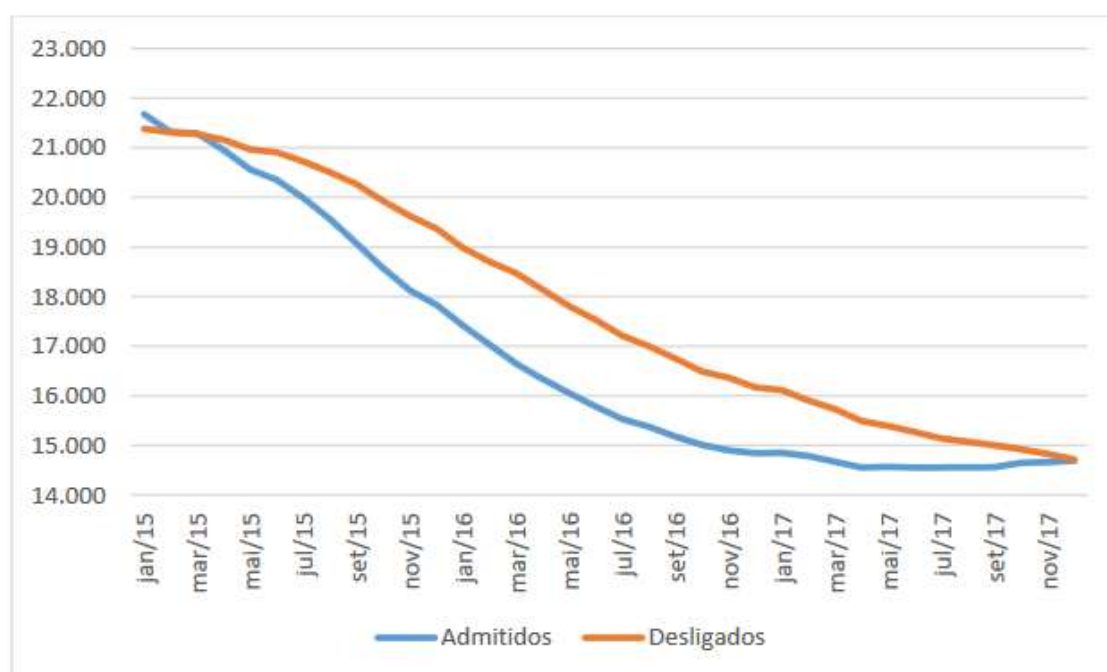
Gráfico 28- Evolução da ocupação, por contribuição previdenciária, em qualquer trabalho no Brasil (2º trimestre de 2017 ao 4º trimestre de 2017)



Fonte: OLIVEIRA, 2017.

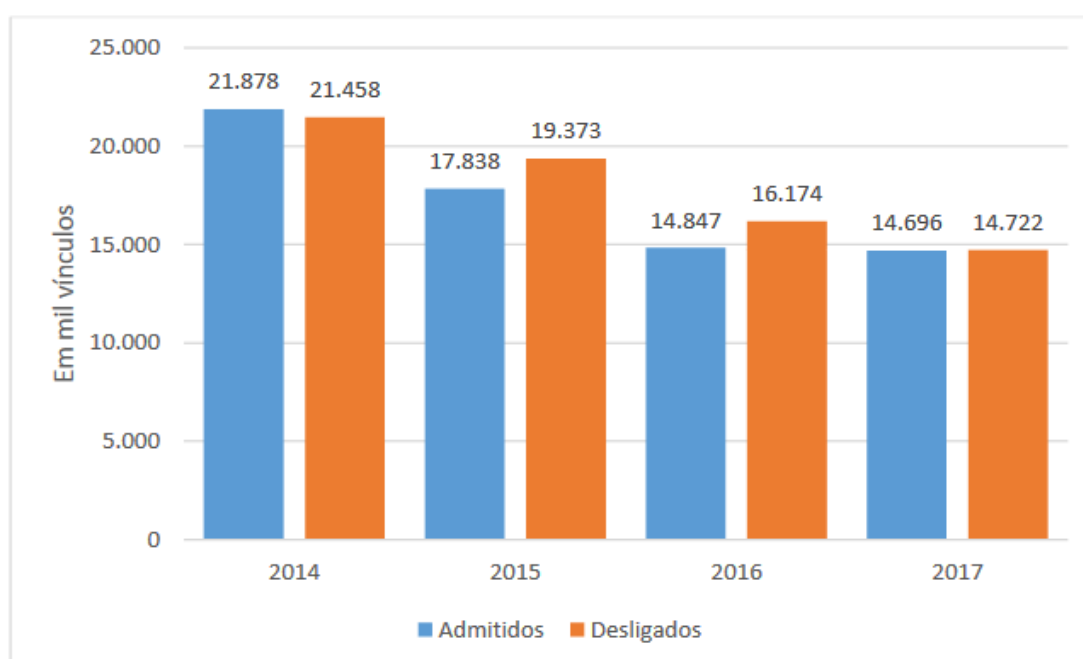
Cabe destacar que, em 2016 e 2017, houve reduções dos ritmos de desligamentos, com isso, não podemos considerar, apenas, a criação de novos postos de trabalho para uma fase distinta de 2015 e 2016 (forte recessão econômica). Inclusive, em 2017, houve registro reduzido de admissões desde o início da crise em 2015 (gráficos 29 e 30).

Gráfico 29- Evolução do número de admitidos e desligados com carteira assinada no setor privado: Brasil (janeiro de 2015 a dezembro de 2017)



Fonte: OLIVEIRA, 2017.

Gráfico 30- Brasil: Número de admitidos e desligados com carteira de trabalho assinada no setor privado (2014 a 2017)



Fonte: OLIVEIRA, 2017.

Os dados indicam uma grande fragilidade da recuperação do mercado de trabalho, no Brasil, a partir de 2016, já que o número de criação de postos de trabalho é reduzido, e a inserção é altamente precária, pois, está ausente a regulação pública, na maior parte das vagas criadas.

Na fase que analisamos, nesta seção – anos 2010 a 2018 –, cabem duas considerações, sendo que a segunda acaba se relacionado com a primeira. A primeira, é acerca da evolução recente da terceirização no Brasil, uma vez que tivemos aprovação recente de uma importante legislação, que trata da regulação do trabalho: a Lei da Terceirização⁶⁸; e, a segunda consideração, refere-se aos impactos recentes na organização dos trabalhadores e na ação dos sindicatos (especialmente, entre 2014-2017).

As mudanças, nas relações de trabalho e na estrutura sindical, em curso nos últimos anos, no Brasil, possuem como desdobramento fortes impactos sobre os direitos do trabalho – individual e coletivo, afetando a estrutura sindical, a capacidade de organização e a resistência dos trabalhadores, e os resultados ruins para os trabalhadores das negociações coletivas (DIEESE, 2017).

Cabe, ainda, a consideração da discussão e tramitação da reforma da previdência que, por estar em andamento, cabe, apenas, algumas sinalizações sobre os possíveis impactos⁶⁹. A nosso ver, poderá intensificar a situação severa de corte de direitos para o trabalho.

A lei anterior, Lei 6.019/1974, conceituava trabalho temporário como “[...] aquele prestado na empresa contratante por um(a) trabalhador(a) de empresa deste tipo de trabalho contratada com o objetivo de suprir necessidade não contínua de pessoal (DIEESE, 2017a, p. 6)”, possibilitando esse tipo de contratação, em

⁶⁸ A Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017, também conhecida como Lei da Terceirização, altera a Lei Nº 6019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Dispõe, ainda, sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Lei na íntegra disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm > (BRASIL, 2017b).

⁶⁹ Em dezembro de 2016, o Poder Executivo apresentou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição - PEC 287, para alteração dos artigos 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203, dispondo sobre a seguridade social, estabelecendo as regras de transição e dando outras providências. O objetivo é realizar a chamada “reforma da previdência” (BRASIL, 2016). Em conjunto, as medidas apresentadas durante o governo Temer – a Lei da Terceirização (aprovada em março de 2017), a Reforma Trabalhista (aprovada em julho de 2017) e a Reforma da Previdência (atualmente, em tramitação e apresentada como PEC 287 em dezembro de 2016) –, causam impactos severos para os trabalhadores, conforme procuramos dar ênfase nesta pesquisa.

situações extraordinárias ou transitórias, para empresas urbanas e por um prazo determinado de 90 dias, autorizando contrato para qualquer atividade – atividades-meio e atividades-fim, das empresas contratantes.

Com a aprovação da Lei 13.429, de 31 de março de 2017, houve modificação da lei 6.019, incluindo novas formas de prestação de serviços a terceiros, nas relações de trabalho das empresas prestadoras de serviços e modificação do conceito de trabalho temporário, o que possibilitou outros tipos de contratação: periódica, intermitente ou sazonal, se houver necessidade de pessoal. As mudanças abarcaram a eliminação do caráter extraordinário dessa contratação terceira, retirou a limitação para empresas urbanas e aumentou o tempo de duração dos contratos para 270 dias (DIEESE, 2017a).

A lei, ainda, autoriza formação de cadeia de subcontratação, sendo que a pessoa física tem a possibilidade de terceirizar os serviços que presta e, ainda, “[...] institui a responsabilidade subsidiária (e não a responsabilidade solidária) da contratante em relação aos direitos dos trabalhadores da empresa terceira e de trabalho temporário, o que dificulta muito a recuperação de direitos trabalhistas sonegados⁷⁰ (DIEESE, 2017a, p. 6).

Mas, a nova legislação trabalhista inclui o trabalho intermitente que, segundo Abílio (2017), intensifica o trabalho e disponibiliza o trabalhador para as necessidades das empresas, diminuindo os poros produtivos – o tempo pago ao trabalhador, em que ele está disponível ao empresariado, mesmo sem aquecimento produtivo.

Com o trabalho intermitente podemos também pensar em formas pouco mensuráveis de intensificação do trabalho assim como na extensão do tempo de trabalho. Se buscarmos a espinha dorsal da reforma, constataremos que está em jogo a eliminação dos poros remunerados do trabalho, ou seja, trata-se de deixar de considerar parte do salário tempos de não trabalho que hoje são remunerados. Esta é uma luta histórica e constitutiva da relação entre capital e trabalho: de um lado a redução do trabalhador a mera força de trabalho, a ser remunerada apenas quando usada, inclusive dentro da jornada de trabalho; do outro, as lutas pelo reconhecimento da dignidade, da humanidade do trabalhador; ou seja, estão permanentemente em jogo e em disputa as determinações sociais sobre a sua própria existência. A reforma apresenta uma redução, por

⁷⁰ A nota técnica do DIEESE (2017) destaca que alguns analistas chamam atenção para uma confusão presente na Lei 13.429 entre os conceitos de “empresa de trabalho temporário” e “empresa prestadora de serviços”. “O texto da Lei circunscreve a possibilidade de contratação para tarefas vinculadas à atividade-meio ou à atividade-fim apenas aos trabalhadores de “empresas de trabalho temporário” (parágrafo 3º do artigo 9º), o que, para esses analistas, impediria a generalização da terceirização. De todo modo, pode se prever longas e intermináveis discussões jurídicas sobre o alcance da lei aprovada” (DIEESE, 2017, p.6-7).

enquanto vitoriosa, da figura do trabalhador ao trabalhador *just-in-time*, isto é, um trabalhador que é mais um fator de produção, cujos custos são contabilizados como tal, e que deve ser utilizado na exata medida das demandas do capital (ABILIO, 2017, p. 2).

A reforma trabalhista materializa inúmeros retrocessos, em relação aos direitos dos trabalhadores, sendo a mais ampla alteração de uma só vez da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, modificando diversos dispositivos. Foi aprovada, na Câmara dos Deputados, em 26 de abril de 2016 (PL 6787/2016), no Senado Federal em 11 de julho de 2017 (PLC 38/2017) e sancionada pelo Presidente da República, em julho de 2017 (Lei Nº 13.467).

As modificações trazidas pela reforma trabalhista são analisadas pelo DIEESE (2017a), a partir de uma classificação nas seguintes dimensões: estímulo ao acordo individual; mudanças na negociação coletiva; garantias dadas às empregadoras; redução do papel do Estado; redução do papel do Estado, no que diz respeito à Justiça do Trabalho; contenção da ação sindical; retirada de direitos individuais; incorporação de decisões do STF, em lei; ampliação das formas de contratação e demissão; e outros itens (ampliação da terceirização, mudanças na remuneração e redução da base de contribuição previdenciária). Essa análise aponta que “[...] o fundamento que sustenta o PLC 38/2017 consiste em, de forma articulada, reduzir a proteção institucional aos trabalhadores, por parte do Estado e do Sindicato, e aumentar as garantias, a autonomia e a flexibilidade para as empresas nas relações de trabalho (DIEESE, 2017a, p. 8).”

Além das ressalvas mencionadas, cria e estimula formas de contratação com baixa adesão à Previdência Social – através do trabalho intermitente e por tempo parcial, da terceirização e de autônomos – e, ainda, reduz a base de incidência das contribuições previdenciárias⁷¹. Outros desdobramentos das alterações referem-se à diminuição das garantias do Estado e dos sindicatos nas relações de trabalho, reforçando as negociações individuais (relação direta entre empresa e trabalhador) (DIEESE, 2017a).

⁷¹ “O projeto amplia as parcelas não integrantes do salário ao estabelecer que prêmios, abonos e diárias de viagens (mesmo quando superiores a 50% da remuneração) não fazem parte da remuneração, mesmo se forem habituais, e, junto com ajudas de custo e vales alimentação, não se incorporam ao contrato de trabalho individual e não compõem a base de cálculo de encargos trabalhistas e previdenciários” (DIEESE, 2017a).

De acordo com a análise do DIEESE (2017a), todas essas alterações significam o desmonte da CLT e, além da reforma trabalhista, também está em pauta a reforma da previdência pública, que dificulta o acesso aos benefícios e, ainda, reduz os valores. “As formas precárias de ocupação trarão como consequência aumento da rotatividade, instabilidade e baixas remunerações no mercado de trabalho, além de menor grau de filiação previdenciária” (DIEESE, 2017a, p. 18). Como resultado, haverá aumento da exclusão de trabalhadores, em relação aos benefícios previdenciários e diminuição dos instrumentos de mobilização dos trabalhadores.

Para Abílio (2017, p. 2), “[...] o Estado está promovendo a precarização e um novo tipo de informalização das relações de trabalho em um mercado que sempre teve na sua própria estruturação um veículo poderoso de exploração e rebaixamento da força de trabalho”.

Sobre a segunda consideração que buscamos destacar nesse período recente – impactos recentes na organização dos trabalhadores e ação dos sindicatos –, destacamos, na análise, formas legais contemporâneas de repressão e criminalização das organizações dos trabalhadores – movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Sobre essa discussão, o DIEESE (2017) realizou uma análise dos balanços das negociações coletivas do ano de 2016, destacando ter sido muito ruins os resultados dos reajustes e aumentos dos salários. Foram analisados 714 acordos e convenções coletivas de entidades sindicais urbanas do setor privado dos setores da indústria, do comércio e dos serviços de todo o país.

Os resultados apontaram que 36,7% dos acordos e convenções não conseguiram nem, ao menos, recompor o poder de compra dos salários; 29,6% de reajustes parcelados em mais de uma vez; 32,4% dos reajustes foram escalonados por faixas salariais; e a piora destes indicadores, se comparados os anos de 2014 com 2015, assim como, de 2016 para 2017. O estudo apontou, ainda, que esta evolução negativa, desde 2014, ocorreu por conta de piora da conjuntura do cenário econômico, e não havendo mudanças estruturais no ordenamento sindical e trabalhista.

A análise descrita no parágrafo anterior (DIEESE, 2017), relaciona-se com as mudanças nas relações de trabalho e na estrutura sindical em curso desde 2016, que trazem fortes impactos nos direitos do trabalho tanto individual, quanto coletivo.

Para além da sobrevivência imediata do trabalhador, os impactos afetam a estrutura sindical e a capacidade organizativa e de resistência dos trabalhadores.

O Superior Tribunal Federal (STF) tem avançado nesse tema e, em alguns casos, em confronto com as decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A disputas não se restringem às esferas do Judiciário, ocorrendo, também, entre o Legislativo e a Justiça do Trabalho. Como exemplo, temos a defesa do relator da proposta orçamentária de 2016, que afirma que “[...] a Justiça do Trabalho protege excessivamente os empregados, em prejuízo das empresas e demais empregadoras e o direito do trabalho promove a judicialização dos conflitos, o aumento das demandas e a ineficiência da Justiça” (DIEESE, 2017, p. 3).

Outras decisões do STF foram referentes a greves, deliberando, em outubro de 2016, que os dias parados por servidores públicos devem ser descontados dos salários, podendo ser devolvido através de compensação das jornadas perdidas, sendo a referência a lei de greve do setor privado. Em abril, de 2017, julgou como sendo inconstitucional a greve de policiais e demais membros da segurança pública (DIEESE, 2017).

Não por acaso, o título dessa nota técnica do DIEESE, que traz essa análise, se intitula “Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?”, em referência à formas de repressão e criminalização que integram a gênese e o desenvolvimento da história do movimento sindical brasileiro. Na fase de emergência da industrialização brasileira, inúmeros são os registros de trabalhadores presos, deportados e assassinados, com destaque para as legislações que, naquele momento, auxiliaram a ação despótica e protagonista do Estado e do patronato (oligarquia cafeeira e burguesia nascente) nas ações de criminalização do movimento sindical.

Essas novas legislações em vigor, no Brasil, reforçam nossa interpretação sobre a permanência dos elementos históricos-estruturais⁷² no país sendo, neste

⁷² A exemplo da Lei Adolfo Gordo, promulgada em 5 de janeiro de 1907, que refutou qualquer direito de organização dos trabalhadores em regime de colonato e de parceria, dedicando especial atenção aos sujeitos mais conscientes do proletariado de procedência estrangeira. Em seu artigo 1º, sinaliza que o estrangeiro poderá ser expulso de parte do território ou todo o território nacional se vier a comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública. E, neste mesmo ano, foram expulsos do país 132 estrangeiros (portugueses, espanhóis e italianos) (DAY, 2011). Outro exemplo, é a Lei Aníbal de Toledo ou Lei celerada foi aprovada por Washington Luís, em 1927, que combatia os chamados “delitos ideológicos”, limitando os movimentos das oposições políticas e buscando conter as revoltas dos operários. A Lei autorizava o governo a fechar toda e qualquer agremiação que representasse ameaça à ordem pública. O governo federal fechou clubes militares, sindicatos de trabalhadores e colocou o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade (DAY, 2011).

caso, a funcionalidade do Estado na manutenção da acumulação capitalista, viabilizando as *condições gerais da produção* (MANDEL, 1985). Essas legislações denotam a repressão histórica às organizações dos trabalhadores, no Brasil⁷³, no final do século XIX e início do século XX (NETO, 2015).

Esse octênio reforça e materializa o projeto iniciado no Brasil nos anos 1980, resultando no esgotamento do período desenvolvimentista, isto é, na retração da regulação estatal e nas perdas dos direitos sociais dos trabalhadores. Como resultado, apontamos a intensificação do desemprego e das relações precárias de trabalho, além do aumento das desigualdades sociais e concentração de renda, o que reforça as contradições históricas brasileiras e reproduz os elementos da formação social e econômica no mercado de trabalho.

⁷³ Cabe ressaltar que a formação da classe trabalhadora no Brasil já se inicia durante a vigência da escravidão, não se iniciando apenas após a chegada dos imigrantes estrangeiros (a partir de 1988). A partir da generalização da experiência de São Paulo, muitas vezes, são identificados como a classe operária brasileira, sendo associados aos primeiros sindicatos, a greves e as propostas de busca por transformação social. Este fato não significa dizer que a classe trabalhadora estava formada no país antes da passagem do século XIX para o século XX. No decorrer do século XIX houveram compartilhamentos de experiências de trabalho e de vida em algumas cidades brasileiras entre trabalhadores escravizados e livres – partilharam formas de organização e de luta –, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe (BADARÓ, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar as formas assumidas pelo trabalho, no Brasil, a partir dos anos 1980, delineando os fundamentos e as principais características assumidas, levando em conta as tendências históricas da formação social e econômica brasileira e as novas exigências do valor, foi o objetivo desta tese.

Com esse intuito, recorreremos às principais obras para, então, identificar as determinações do valor e da crise do capital. Delineamos as particularidades do Brasil, conformadas pelo “lugar” de dependência e periferia, e realizamos análise de dados de instituições oficiais sobre o mercado de trabalho no período entre 1980 e 2018, no Brasil.

A hipótese apresentada e confirmada, na pesquisa, apontou que a mudança do padrão de produção de valor nos ciclos capitalistas, provoca reviravoltas no trabalho, sendo a relação entre “padrão de produção” e “forma de trabalho”, resultado da realização do valor, assim, temos que o tipo de trabalho demandado, e sua regulação sofrem modificações. Soma-se que, o modo de produção capitalista, historicamente, apropria-se de elementos particulares da formação social e econômica para auxiliar o aumento da produção de valor e manutenção da sua própria reprodução.

A pesquisa possibilitou conhecer melhor as relações entre padrão de produção de valor e reviravoltas no trabalho, além de identificar as formas históricas particulares reproduzidas no mercado de trabalho, em fase de financeirização do capital e crise de realização do valor. A partir do o argumento da modernização do trabalho, há a defesa da flexibilização das relações de trabalho que, em verdade, materializam o aumento do desemprego e da precarização, assim como, a diminuição dos direitos trabalhistas.

Um elemento central na análise do fenômeno pesquisado – as mudanças no mercado de trabalho, no Brasil, a partir de 1980 – refere-se às mudanças no trabalho e no aparato legal correspondente (a exemplo da Lei da Terceirização e Reforma Trabalhista), estarem relacionadas com a lógica do funcionamento do valor. Em outras palavras, a crise de realização do valor é respondida com alterações profundas no mercado de trabalho, mais especificamente, por medidas que perseguem a diminuição do tempo gasto no trabalho, a diminuição dos gastos com

regulação pública do trabalho (perdas de direitos trabalhistas através das reformas) e o aumento do investimento em capital constante (tecnologia).

No caso das reformas citadas acima, há diminuição dos custos do trabalho, deixando a conta para o trabalhador. Essa lógica tem a ver com o consumo da força de trabalho, enquanto mercadoria. O que explica o motivo do Brasil, nos governos, desde os anos 1980, buscarem o desmonte das legislações trabalhistas conquistadas pela classe trabalhadora, no período desenvolvimentista.

O objetivo é, portanto, recompor as bases da acumulação capitalista, conforme já descrito por Marx (2013), que leva a transformação constante de parte dos trabalhadores em força de trabalho, em situação de desemprego ou de emprego precário (informalidade). Porém, mais do que a formação de uma população de trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho, precisamos considerar que os elementos particulares da formação social e econômica incidirão, fortemente, nesse processo, conformando uma força de trabalho específica brasileira, num mercado de trabalho com características, também, particulares.

Consideramos que a formação capitalista brasileira se deu de forma dependente e periférica, conferindo características de intensificação da superexploração do trabalho e rebaixamento do valor da força de trabalho como fundamento da dependência – tese de Marini (2011). Outros aspectos são os tradicionais acordos e arranjos políticos entre as elites das classes dominantes e o papel ativo do Estado, que possibilitam a manutenção da dominação, conforme analisado por Florestan (2005).

No Brasil, a trajetória do trabalho foi construída por regimes assentados na lógica da informalidade e precarização, com aparato legal para a flexibilização das relações de trabalho existentes e criando outras, abarcando experiências de trabalho com formas de produção distintas e as tornando funcionais à manutenção da lógica de busca pelo valor.

As alterações vivenciadas, no mercado de trabalho brasileiro, nas últimas décadas, não foram resultado de medidas governamentais adotados pelos distintos governos. A nosso ver, as alterações do mercado de trabalho entre o período 1980 e 2018 se constituem em desdobramentos da fase específica do movimento de produção e reprodução do capital, na fase pesquisada: crise de realização do valor.

No capítulo 1, foi exposta as manifestações fenomênicas do mercado de trabalho, no Brasil, na atualidade, com destaque para suas principais características: aumento do desemprego, informalização e flexibilização das relações de trabalho.

Para a análise desse fenômeno, recorreremos às categorias analíticas e leis gerais do movimento do capital dos estudos de Karl Marx e seus expoentes, além da apreciação da categoria formação social e econômica brasileira, e da explicitação da relação entre os ciclos capitalistas e o padrão de produção de valor, que implica em modificação do tipo de trabalho demandado e sua regulação. Tais considerações, permitiram o entendimento entre a particularidade brasileira e a totalidade social.

No capítulo 2, abordaremos os elementos principais do Brasil, que reconhecem seu “lugar” de dependência e conformação periférica na divisão internacional do trabalho. Foi possível identificar as particularidades que atravessam, historicamente, o trabalho no país a partir de elementos que são reproduzidos no mercado de trabalho, como racismo e inserção subalternizada dos não brancos (legado da escravidão), informalidade, diferenciação salarial entre homens e mulheres (legado do patriarcado), e o “esforço” do Estado no atendimento das demandas postas pelo capital e sua busca por mais valor. Sobre esse último elemento, a pesquisa evidenciou que o Estado responde, ativamente e, historicamente, aos ditames postos em cada ciclo capitalista.

No capítulo 3, fazemos uma análise de algumas variáveis do mercado de trabalho, no Brasil, com o intuito de elencar as características principais do período analisado: 1980-2018. O decênio 1980-1989 caracteriza-se por profunda crise econômica; alto endividamento externo; permanência de forte fluxo migratório do campo para cidade; curva demográfica em estágio avançado; aumento do desemprego e da informalidade; aumento da desigualdade da renda do trabalho; crescimento das mulheres no mercado de trabalho; início do declínio do setor da indústria (desindustrialização) e, concomitante, aumento de vagas no setor de serviços e comércio (sem aumento dos ganhos para os trabalhadores). Em síntese, o decênio marca o esgotamento do período desenvolvimentista no Brasil (1930 a 1979).

O decênio 1990-1999 é marcado pela intensificação das contrarreformas do Estado brasileiro, da reestruturação produtiva e do neoliberalismo do capital, sob o regime da acumulação flexível; abertura ao fluxo de comércio e capitais internacionais; alto volume de privatizações de empresas públicas; transferência de

execução de funções públicas para esfera privada; forte recessão entre 1990 e 1992, sendo esse processo revertido entre o final 1993 e 1997 (sem recomposição da dinâmica dos anos 1970); crescimento do trabalho por conta própria, do emprego sem carteira assinada e das organizações do terceiro setor; sinais de um componente estrutural para o desemprego e a informalidade; e intensificação do fenômeno da redução do emprego industrial e aumento do emprego nos setores de comércio e de serviços.

No decênio 2000-2009, há a diminuição do fenômeno identificado nos períodos anteriores dos fluxos migratórios e desemprego que, conjuntamente com aceleração moderada do crescimento econômico, execução de políticas redistributivas sobre o mercado de trabalho e políticas sociais, levam à relativa redução das desigualdades sociais; há um significativo crescimento econômico entre 2004 e 2010 (que se estende até 2014) sem, entretanto, romper com a desestruturação do mercado de trabalho e a estrutural concentração de renda; o crescimento dos empregos formais ocorreram de forma concomitante ao crescimento do trabalho informal, sendo ele superior ao primeiro, demonstrando o crescimento mais elevado da informalidade que dos empregos formais; permanência da queda nas taxas de fertilidade; expansão do ensino formal; crescimento das mulheres no mercado de trabalho e maior escolaridade, porém, com a persistência dos salários mais baixos que dos homens; e *boom* de *commodities* (principalmente, soja e minérios).

O octênio 2010-2018, por sua vez, caracteriza-se pela intensificação do desemprego, informalidade, ausência da regulação pública e intensa automação no trabalho; revisão da legislação trabalhista para flexibilizar as relações de trabalho; apesar do curto período de manutenção de taxas mais positivas na economia – entre 2010 e 2014 (iniciada em 2004) – não houve aumento dos ganhos do trabalho, nem de direitos trabalhistas; a partir de 2014, tivemos crescimento do número de trabalhos precários e regressão dos direitos trabalhistas conquistados; forte recessão entre 2015-2016; e, a partir de 2017, há redução das taxas negativas. Todavia, muitas das vagas ocupadas são marcadas pela precarização e flexibilidade das relações de trabalho; permanece o crescimento dos setores de serviços e comércio e o decréscimo do setor da indústria.

Os dados deste octênio, 2010-2018, sinalizam que os índices mais elevados de desocupação atingiram a população mais jovem (entre 14 e 17 anos), com ensino

médio incompleto, não brancos. As mulheres continuam sendo mais afetadas pelo desemprego e com salários mais baixos que os homens, ainda que possuam maior escolaridade e que tenham tido maior incremento de emprego, em 2014.

Outros elementos verificados, na composição da força de trabalho na atualidade no Brasil, são o gradual processo de envelhecimento e a trajetória de elevação da escolaridade, apontando que os postos formais de trabalho têm absorvido uma força de trabalho mais qualificada. Contudo, sem elevação salarial. O que demonstra que a precarização também atinge os postos formais mais escolarizados e não, apenas, os trabalhos informais de baixa qualificação.

Outras importantes considerações apontadas, na pesquisa, referem-se às reformas propostas no governo Temer, com destaque para a aprovação da Lei da Terceirização (Lei Nº 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467/2017) e a proposição da Reforma da Previdência (atualmente em tramitação). Em conjunto, essas alterações significam a diminuição das garantias do Estado e a maior fragilização dos vínculos de trabalho, reforçando as negociações individuais e impactando severamente na organização dos trabalhadores (ação dos sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros).

Isso posto, na fase pesquisada, houve aumento da precarização do trabalho, intensificada pela execução de um projeto societário que materializou a flexibilização das relações e a significativa retração do Estado na regulação do trabalho. Não houve diminuição da desigualdade e concentração de renda, muito menos garantia de direitos à população, que possibilitasse encontrar condições de sobrevivência no mercado de trabalho. Ao contrário, houve intensificação das contradições existentes, reforço dos elementos particulares da formação social e econômica e mobilização do Estado para a criação de aparato legal que respondesse não à demanda dos trabalhadores, mas o imperativo da lógica do valor.

O que este estudo buscou demonstrar é que as alterações, no mercado de trabalho, estão além das agendas dos governos e respectivos desenhos das políticas adotadas, já que o mercado de trabalho é mediatizado pelas políticas, mas, não explicados por elas. Há a necessidade de relacionar as políticas com o padrão de desenvolvimento e, nessa direção, defendemos a relação existente entre as reviravoltas no trabalho e o padrão de desenvolvimento capitalista que, no período pesquisado, equivale a crise de realização do valor.

Chegamos na consideração de que o Brasil – economia dependente e periférica –, a partir da década de 1980, é atingido pela crise do capital, caracterizada pela crise de realização do valor que se constitui, nas palavras de Marx, no movimento característico do modo de produção capitalista: “Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro”. Como desdobramentos dessa crise, há intenso desemprego, e as formas de trabalho existentes e os postos criados passam a ser, fortemente, caracterizados pela informalidade e flexibilização das relações. Soma-se a esse quadro, a apropriação dos elementos históricos principais da formação social e econômica brasileira como aportes da intensificação da superexploração do trabalho e do rebaixamento do valor da força de trabalho que, nessa quadra histórica, estende-se aos dias atuais, constituindo-se, a partir dos estudos de Marx, como “influências contra-arrestantes” ou “movimento de contratendência do capital”.

Ressaltamos que não são, apenas, os elementos históricos da formação social e econômica brasileira que constituem-se como “influências contra-arrestantes” ou “movimento de contratendência do capital”, havendo outros elementos, como a financeirização do capital que, apesar de ter bastante relevância para a discussão, não se constitui em foco central desta tese.

Os anos recentes, no Brasil, materializam o projeto iniciado na década de 1980: o esgotamento do período desenvolvimentista no Brasil (1930 a 1979), intensificada pela execução de um projeto societário que perseguiu a retração do Estado na regulação do trabalho e na flexibilização das relações. Projeto desenvolvido, em sentido contrário da redução das desigualdades sociais e da concentração de renda, reforçando as históricas contradições do país e reproduzindo os elementos particulares da formação social e econômica.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *O mundo do trabalho em um contexto de uberização*. Entrevista especial com Ludmila Abilio. 2018. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/160-noticias/cepat/577779-o-mundo-do-trabalho-em-um-contexto-de-uberizacao>>. Acesso em 19 de maio de 2019.
- _____. *A eliminação dos custos associados ao direito e à proteção do trabalhador constitui a espinha dorsal da reforma trabalhista*. Entrevista especial com Ludmila Abilio. 2017. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/574556-a-eliminacao-dos-custos-associados-ao-direito-e-a-protecao-do-trabalhador-constitui-a-espinha-dorsal-da-reforma-trabalhista-entrevista-especial-com-ludmila-abilio>. Acesso em 13 dez. de 2017.
- ABRAMO, Laís. *Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: algumas hipóteses para a discussão*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1999. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101102025132/3abramo.pdf>> Acesso em 25 de março de 2017.
- AMARAL, Manoela Falcão do; DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz A. . *O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica*. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, Mai/Ago. 2004. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas*. 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a10.pdf>> Acesso em 17 de agosto de 2017.
- ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares; SILVA, V. *Consumo consciente: o ecocapitalismo como ideologia*. Rev. katálysis vol.15 no.1 Florianópolis Jan./June 2012. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000100010> Acesso em 24 agosto de 2017.
- ARRETCHE, Marta. *Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades*. In ARRETCHE, Marta (Org.) *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.
- BADARÓ, Marcelo Mattos. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade (ett. all). *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*. In Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIS). Paper GLU Nº 9, Maio de 2010.

_____; DEDECA, Claudio. *Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida*. In: Carta Social e do Trabalho. Tema: Elementos Estruturantes do Mercado de Trabalho Brasileiro (1930-1980). Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT. Nº 31, Jul./Set. Unicamp, 2015a. Disponível em < http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2016/07/Carta-Social-e-do-Trabalho_31.pdf > Acesso em 14 abril de 2019.

_____. *Emprego e salários nos anos 60 e 70*. In: Carta Social e do Trabalho. Tema: Elementos Estruturantes do Mercado de Trabalho Brasileiro (1930-1980). Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT. Nº 31, Jul./Set. Unicamp, 2015b. Disponível em < http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2016/07/Carta-Social-e-do-Trabalho_31.pdf > Acesso em 14 abril de 2019.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia S. *Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social*. Serv. Soc. Soc. N. 124, p. 623-636. out./dez. 2015. São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0623.pdf> Acesso em 13 agosto de 2017.

BRAGA, Ruy. *Desemprego, redução de salários e direitos trabalhistas: legado do Congresso mais conservador dos últimos anos*. Entrevista Carta Capital. 2015. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html> Acesso em 04 de junho de 2017.

BARRETO, Eduardo Sá. *Crise do valor: implicações para o Brasil e para a agenda desenvolvimentista*. Palestra realizada pelo Projeto Aportes na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Jun. 2016. Disponível <http://www.ufjf.br/noticias/2016/06/30/crise-do-valor-e-suas-implicacoes-foram-discutidas-em-evento-do-projeto-aportes/> Acesso 07 out 2017.

BARRETO, Pedro. IPEA. *Desafios do desenvolvimento*. Perfil - John Maynard Keynes. 2009. Ano 6. Ed. 52. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2267:catid=28&Itemid=23 > Acesso em 12 agosto de 2017.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA, Rosane. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A estrutura do desemprego no Brasil*. Texto para discussão nº 478. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0478.pdf > Acesso em 07 de agosto de 2017.

BRASIL. *Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. 2017a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm >. Acesso em 15 de junho de 2019.

_____. *Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017b*. <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm>. Acesso
 em 15 de junho de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição. PEC 287, de 07 de dezembro de 2016 que "altera os arts. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências"*. 2016. Disponível em <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>. Acesso em 15 de junho de 2019.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *A crise emergente do capitalismo mundial*. Artigo publicado originalmente na revista *Against the Current*, 73, 1998. Versão ligeiramente revisada da conferência de abertura do 2º Congresso Internacional sobre Marx: capitalismo, crítica, resistência, alternativas. *Revista Actual Marx*, 1998. Disponível em <
<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C7%A7%C3%A3o-3-Artigo-02.pdf>> Acesso em 09 de junho de 2019.

BORDALO, Alípio Augusto. *Estudo transversal e/ou longitudinal*. *Rev. Para. Med.* v.20 n.4 Belém dez. 2006. Disponível em <
http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000400001> Acesso em 09 de agosto de 2017.

BORÓN, Atilio Alberto. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. 2. ed. Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BUGARIN, Maurício S.; MENEGUIN, Fernando B. *A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos*. In *Economia Aplicada*. V. 12. Nº 3. Ribeirão Preto. Jul/Set, 2008. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000300001> Acesso e 20 jan de 2019.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ministério da Economia. *Brasil fecha 2018 com saldo positivo de 529,5 mil novos empregos*. 2019. Disponível em <
<http://www.economia.gov.br/noticias/2019/01/brasil-fecha-2018-com-saldo-positivo-de-529-5-mil-novos-empregos>> Acesso em 09 de fevereiro de 2019.

CARNEIRO, Leandro Marcondes; SILVA, Sandro Pereira. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate*. 2014. Disponível em <
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_econ02> Acesso em 28 jan. de 2019.

CARVALHO, Mariana Costa. *Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão*. 2011. Juiz de Fora. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2011.

CATTANI, Antonio David (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COMIN, Alvaro A. *Desenvolvimento econômico e desigualdade no Brasil: 1960-2010*. In ARRETCHE, Marta (Org.) *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

COSTA, Marcia da Silva. *Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil*. RAE-eletrônica, v. 2, n. 2, jul-dez/2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10> > Acesso em 07 out 2017.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira*. In GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Orgs.). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França e Japão*. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil*. In Revista de Economia Política, v. 25, nº 1 (97), p. 94-111, jan./mar. De 2005. Disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2018.

DEMIER, Felipe. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida*. Disponível em https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/qt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf Acesso em 30 março de 2019.

OLIVEIRA, Tiago. *Entrevista com Tiago Oliveira, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)*. 2015. Disponível em < <http://pre.univesp.br/mercado-de-trabalho-no-brasil#.Wik6xtKnGUK> > Acesso em 13 dez. de 2017.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos. *Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?*. Nota Técnica. Nº 179. Maio de 2017(a). Disponível em < <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec179ConjunturaReforma.html> >. Acesso em 2 de ago. de 2018.

_____. Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos. *Reforma trabalhista: Riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical*. Maio de 2017(b). Disponível em < <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.html> >. Acesso em 2 de ago. de 2018.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

FIORI, José Luís. *A crise asiática*. 2001. Carta Maior. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-crise-asiatica/20744> Acesso em 08 de junho de 2019.

FPA. Fundação Perseu Abramo. *Partido dos Trabalhadores*. Economia. 2018. Disponível <https://fpabramo.org.br/2018/01/17/problemas-com-os-microempreendedores-individuais-meis/>. Acesso em 29 de jan. de 2019.

FRAZÃO, Dilva. ebiografia. *Biografia de Barão de Mauá*. Disponível em <https://www.ebiografia.com/barao_maua/> Acesso em 26 jan. de 2019.

_____. ebiografia. *Biografia de Henry Ford*. Disponível em <https://www.ebiografia.com/henry_ford/> Acesso em 31 julho de 2017a.

_____. ebiografia. *Biografia de Frederick Taylor*. Disponível em <https://www.ebiografia.com/henry_ford/> Acesso em 31 julho de 2017b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GALVÃO, Andréia; KREIN, Jose Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. *Dossiê Reforma Trabalhista (em construção)*. GT Reforma Trabalhista. Instituto de Economia. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. CESIT. Campinas, 2017. Disponível em <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie_FINAL.pdf> Acesso em 11 de julho de 2017.

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. *Hoje na História, 1935, nascia Lélia Gonzalez*. 2012. Disponível em <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>. Acesso em 30 jan. de 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Grupo Gen: LTC, 2013.

GTCM. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. *História: quem foi Clóvis Moura*. 2010. Disponível <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57> Acesso em 30 jan. de 2019.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje*. Novos Estudos – CEBRAP. N. 85. São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300007> Acesso em 25 de março de 2017.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *5,2 milhões de pessoas procuram trabalho no país há um ano ou mais*. 2019. Disponível em <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/05/16/pnad-ibge-trabalhadores-procurando-emprego.htm>. Acesso em 19 de maio de 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PME. *Pesquisa Mensal do Emprego*. 2019. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 17 jan. de 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero. *Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*. 2014. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf> Acesso em 20 jan de 2019.

IPEA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Mercado de Trabalho Brasileiro*. 4º trimestre de 2017. 23 de fevereiro de 2018. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos – Relatório de pesquisa*). 2016. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf> Acesso em 28 jan. de 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Crescimento da Economia e do Mercado de Trabalho*. Texto para Discussão nº 2036. 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf> Acesso e 20 de jan de 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Evolução do mercado de trabalho nos Estados Unidos e Europa em decorrência da crise econômica*. 2012. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120322_comunicadoipea140.pdf> Acesso em junho de 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 24*, Agosto 2004. Análise do mercado de trabalho. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24f.pdf> Acesso em 22 jan. de 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações*. Texto para discussão nº 743. 2000. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf>. Acesso em 27 jan. de 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas*. In Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36 (1), p.51-72, jan/fev, 2002.

_____. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Ed. Alínea, 2001.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Tradução José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2006.

JARDIM, Maria Chaves. *A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): consensos e conflitos*. Soc. estado. vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100165> Acesso em 12 mar. de 2019.

JESUS, Júlio César Lopes de.; LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. *As ações do governo Temer e suas implicações para as políticas de previdência e assistência social: o que está por vir?* In VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2017. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo14/asacoesdogovernotemer/esuasimplicacoesparaaspoliticadeprevidenciaeassistenciasocialoqueestaporvir.pdf> Acesso em 30 de março de 2019.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise. *Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão*. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27039.pdf>> Acesso em 07 out 2017.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo S. Matos, Regis de C. Andrade e Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANGONI, Gilberto. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. *Anos 1980, década perdida ou ganha?* 2012. Ano 9. Ed. 72 de 15 jun. de 2012. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 27 jan. de 2019.

MARINI, Ruy Mauro. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.) *Vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Ana Paula. *Repensar o mercado de trabalho: emprego vs desemprego*. Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol. 13 (1), 2000, 133-155. Disponível em <
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13548/3/Repensar%20o%20Mercado%20de%20Trabalho%20Emprego%20VS%20Desemprego.pdf>> Acesso em 25 de março de 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro III. O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Karl Marx. *Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881*. Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva. Raízes, Campina Grande, Vol. 24, nº s 01 e 02, p. 110-123, jan./dez. 2005. Disponível em <
http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_103.pdf> Aceso em 04 set 2017.

_____.; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&M, 2010.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____.; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociedade moderna*. In História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Lilia Moritz Schwarcz (Org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTEIRO, Anne Meyre de Almeida Leite. *Flexibilização das leis trabalhistas no Brasil e seus efeitos nos processos de recursos humanos*. 2013. 64 f. Belo Horizonte, MG. Originalmente apresentada como trabalho de conclusão de curso de Especialização em Gestão Estratégica no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte/MG, 2013. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9E5FDP/tcc_ufmg.pdf?sequence=1. Acesso em 13 agosto de 2017.

NETO, Artur Bispo dos Santos. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOBRE, Eduardo A.C. *As transformações recentes do sistema capitalista: reestruturação econômica e os paradigmas de desenvolvimento*. Disponível em < http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/e_nobre/pos_grad/aula_1.pdf > Acesso em 08 out 2017.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *OIT e o desafio de "formalizar a informalidade" na América Latina*. 2013. Disponível em < <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-e-o-desafio-de-formalizar-informalidade-na-america-latina> > Acesso em 29 de março de 2017.

_____. *OIT prevê 1 milhão de novos desempregados na América latina em 2017*. Mai. 2017. Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-05/oit-preve-1-milhao-de-novos-desempregados-na-america-latina-em-2017> > Acesso 08 out 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. *O ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. *Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos*. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-B3051.pdf> > Acesso em 25 de março de 2017.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICININI, Valmiria Carolina. *Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos*. RAP – Rio de Janeiro 45(5): 1517-538, set-out, 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-6122011000500012&script=sci_abstract&lng=pt > Acesso em 30 de julho de 2017.

OLIVEIRA, Tiago. *A frágil recuperação do mercado de trabalho brasileiro*. In: Carta Social e do Trabalho. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT. Nº 36, Jul./Dez. Unicamp, 2017. Disponível em < <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2018/05/Carta-Social-e-do-Trabalho-36.pdf> > Acesso em 14 abril de 2019.

OXFAM. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Brasil. Set. 2017. Disponível em <

https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf> Acesso em 03 Out 2017.

PARENZA, Cidriana; SCHNEIDER, Eduardo Miguel. *Estudo exploratório sobre a mobilidade ocupacional recente na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 111-136, 2010. Disponível <

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2365/2767>> Acesso em 09 de agosto de 2017.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. SEADE. Fundação do Sistema Estadual de Análise dos Dados. *Os negros no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo: diferenciais de inserção de negros e não negros no mercado de trabalho em 2016*. Novembro de 2017. Disponível em

http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/11/Boletim_negro_2017_RMSP.pdf Acesso em 29 jan. de 2019.

_____. Pesquisa de Emprego e desemprego. SEADE. Fundação do Sistema Estadual de Análise dos Dados. *Taxas de Desemprego, segundo tipos, da Região Metropolitana de São Paulo (1985 a 2013)*. 2013. In GARCIA, Lucia; GONZAGA, Leila Luiza. Pesquisa de Emprego e Desemprego: trinta anos de acompanhamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. Estudos Avançados. V. 28. Nº 81. São Paulo Mai/ago. 2014. Disponível em <

<http://www.scielo.br/img/revistas/ea/v28n81/a09gra01.jpg>> Acesso em 19 jan. 2019.

PERES, Suendi. *Economia solidária tem mais de 20 mil empreendimentos cadastrados no Brasil*. 2018. Disponível em <

<https://maringa.odiario.com/geral/2018/03/economia-solidaria-tem-mais-de-20-mil-empreendimentos-cadastrados-no-brasil/2475923/>> Acesso em 28 jan. de 2019.

POCHMANN, Marcio. *Debates contemporâneos, economia social e do trabalho*, 10: subdesenvolvimento e trabalho. São Paulo: LTr, 2013.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2016*. RAIS 2017. Disponível em < <http://pdet.mte.gov.br/rais/rais-2016>> Acesso em 24 jan. de 2019.

_____. Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2014*. RAIS 2014. Disponível em

<<ftp://ftp.mteps.gov.br/pdet/rais/2014/nacionais/3-principaisresultados.pdf>> Acesso em 23 jan. de 2019.

RAIS. Relação Anual de Informações Social. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do Emprego Formal*. Relação Anual de Informações Sociais. 2014. Disponível em <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Características-do-Emprego-Formal-segundo-a-Relação-Anual-de-Informações-Sociais-2014-31082014.pdf>> Acesso em 20 jan de 2019.

_____. Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais* – 2007. RAIS 2007. Disponível em <<ftp://ftp.mteps.gov.br/pdet/rais/2007/nacionais/3-principaisresultados.pdf>> Acesso em 23 jan. de 2019.

RODRIGUES, Elida Janaina Barbosa. *Continuidade ou ruptura entre fordismo e toyotismo? Considerações acerca das transformações gerenciais e técnicas da estrutura produtiva do capital*. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis/MA. 2011. Disponível< http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/CONTINUIDADE_OU_RUPURA_ENTRE_FORDISMO_E_TOYOTISMO.pdf> Acesso em 09 out 2017.

RUBIN. Issak Iljic. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SAKURAI, Ruudi; ZUCHI, Jederson Donizete. *As revoluções industriais até a indústria 4.0*. Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga (FATEC). São Paulo. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:p-JtHGn8BNcJ:https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/download/386/335/+&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 06 junho de 2019.

SANCHES, Elias. *Observações preliminares acerca dos conceitos*. 2007. Disponível em < <https://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MaterialID=32>> Acesso 26 jan. de 2019.

SANTOS, Wanderley Grilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas Digital da Economia Solidária. 2013. Disponível em <http://sies.ecosol.org.br/atlas> Acesso em 28 jan. de 2019.

SERENI, Emílio. *De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”*. Meridiano. Revista de Geografia. N. 2. 2013, p. 297-346. Disponível em <<http://revistameridiano.org>> Acesso em 10 de junho de 2017.

SOARES, Angelo dos Santos. *A automação e o terceiro mundo*. Rev. adm. empres. vol.28 no.3 São Paulo July/Sept. 1988. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901988000300008> Acesso em 8 out 2017.

TONELO, Iuri. *As formas da crise do capital em Karl Marx*. VIII Colóquio

MARXENGELS da Unicamp Inscrição no GT 1 - *A obra teórica de Marx e de Engels*, 2015. Disponível em <

https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Iuri%20Tonelo%2010391.pdf> Acesso em 7 de out. 2017.

VICENTE, Maximiliano Martin. *A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço*. In: *História e comunicação na ordem internacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. ISBN 978-85-98605-96-8. Available from SciELO Books. Disponível em <

<http://books.scielo.org/id/b3rzk/pdf/vicente-9788598605968-08.pdf>> Acesso em 08 out 2017.

VIEIRA, Pedro Antônio. *As especificidades da mercadoria força de trabalho: Marx revisitado*. Maringá, v. 34, n. 2, p. 193-204, jul-dez, 2012. Disponível em

<periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/18632/pdf> Acesso em 30 de julho de 2017.